



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNO BIANCHI GONÇALVES DA SILVA

**INDÚSTRIA TÊXTIL NO NORDESTE: A EXPERIÊNCIA DE ALAGOAS E
SERGIPE**

Maceió
2019

BRUNO BIANCHI GONÇALVES DA SILVA

**INDÚSTRIA TÊXTIL NO NORDESTE: A EXPERIÊNCIA DE ALAGOAS E
SERGIPE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa

Maceió
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico Bibliotecária

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

S237i Silva, Bruno Bianchi Gonçalves da.
Indústria têxtil no Nordeste: a experiência de Alagoas e Sergipe / Bruno Bianchi
Gonçalves da Silva. – 2019.
184 f. : il.

Orientador: Domingos Sávio Corrêa.
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia.
Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 161-171.
Apêndices: f. 172-184.

1. Geografia econômica. 2. Indústria têxtil – Brasil, Nordeste. 3. Indústria têxtil –
Modernização. 4. Algodão. I. Título.

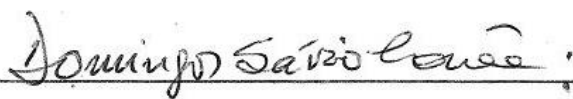
CDU: 911.3(812/813) :677

SILVA, Bruno Bianchi Gonçalves da.

Título da Dissertação: Indústria têxtil no Nordeste: a experiência de Alagoas e Sergipe.
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 19 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa
Orientador

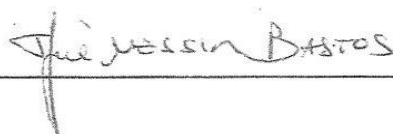
Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA/UFAL



Profa. Dra. Luciane Maranhã de Oliveira Marisco

Titular Interno

Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA/UFAL



Prof. Dr. José Messias Bastos

Titular Externo

Departamento de Geociências - UFSC

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Domingos Sávio Corrêa, orientador desta pesquisa, pelas provocações, paciência e olhar acurado sobre o texto, contribuindo em reflexões e me livrando de possíveis equívocos.

A prof^a. Marta da Silveira Luedemann, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, ainda na graduação, pelo incentivo a ingressar no mestrado.

A minha vó Ana Dantas, pois, sem ela, minha jornada até a pós-graduação seria mais difícil.

A Mychelle Ramos, minha companheira, pela compreensão e presença, inclusive nas viagens da pesquisa de campo.

Aos professores Luciane Marisco e José Messias Bastos, membros do exame de qualificação, pela disponibilidade e contribuições.

Aos amigos Arthur Barreto, Rose Dias, Thiago Calheiros e Cris Silva que ajudaram de diferentes maneiras na pesquisa.

Aos professores do mestrado, especialmente a Cícero Péricles.

A Juçara Fonseca, bibliotecária da Sudene, pela recepção e atenção que teve comigo.

Ao Aldo Vasconcelos, economista da Codise, pelas informações que não tive acesso durante a pesquisa.

A equipe do IHGAL, APA e FIEA.

Ao Washington Narciso, responsável pela secretaria do mestrado, sempre prestativo.

A Fapeal, pela concessão da bolsa, permitindo dedicação integral ao mestrado e possibilitando a pesquisa de campo.

A geografia é a arte de saber ver.
Pierre Monbeig, 1945.

RESUMO

Trata da evolução da indústria têxtil nos estados de Alagoas e Sergipe, destacando suas dissensões nas décadas mais recentes, atrelada as influências do movimento setorial em diversas escalas (regional, nacional e global). A pesquisa está ancorada no referencial teórico de Milton Santos com a formação socioespacial, Ignácio Rangel através das dualidades da economia brasileira e nas combinações geográficas de André Cholley, presentes no decorrer dos três capítulos. A trajetória têxtil nos referidos estados, está em consonância com o quadro setorial-regional até os anos 1950, marcado pelos monopólios regionais das fábricas têxteis, aproveitando a baixa integração comercial do território brasileiro. Já após 1950 registra-se o declínio de algumas fábricas tradicionais ao passo que os estados de Pernambuco e Ceará aproveitam melhor o deslocamento inter-regional de unidades produtivas, sob a inauguração dos incentivos regionais promovidos pela Sudene. Por fim, com o mais recente deslocamento produtivo têxtil, de maior influência mundial, devido a abertura comercial nos anos 1990, Alagoas e Sergipe com trajetórias até então semelhantes no setor, torna-se notável diferenças a partir dos anos 2000. Quando Sergipe aproveitando a existência de um parque têxtil que conseguiu atravessar sucessivas crises atrai novas unidades produtivas do Sul e Sudeste. Ressalta-se no decorrer da pesquisa que o deslocamento da produção se deu apenas nas etapas produtivas mais intensivas em mão de obra. As estratégias de deslocamento da produção das empresas têxteis foram marcadas não apenas por fatores externos, como também, por fatores internos, os quais se destacam a mudança do centro produtivo nacional de algodão nos anos 1990, diferenças no custo da mão de obra, mercado consumidor e localização geográfica favorável.

Palavras-chave: Indústria Têxtil. Algodão. Nordeste. Técnica. Modernização.

ABSTRACT

It deals with the evolution of the textile industry in the states of Alagoas and Sergipe, highlighting its dissensions in recent decades, tied to the influences of the sectoral movement at various scales (regional, national and global). The research is anchored in the theoretical reference of Milton Santos with the socio-spatial formation, Ignacio Rangel through the dualities of the Brazilian economy and in the geographical combinations of André Cholley present in the course of the three chapters. The textile trajectory in these states is in line with the sectoral-regional framework until the 1950s, marked by the regional monopolies of the textile factories, taking advantage of the low commercial integration of the Brazilian territory. The 1950s saw the decline of some traditional factories, while the states of Pernambuco and Ceará made better use of the interregional displacement of production units under the inauguration of the regional incentives promoted by Sudene. Finally, with the most recent textile production displacement, with a greater influence in the world, due to the commercial opening in the 1990s, Alagoas and Sergipe, with similar trajectories in the sector, differences became evident from the 2000s. When Sergipe took advantage of the existence of a textile park that has managed to cross successive crises attracts new productive units of the South and Southeast. It is emphasized in the course of the research that the displacement of production occurred only in the most labor-intensive production stages. The strategies of production displacement of textile companies were marked not only by external factors, but also by internal factors, such as the change of the national cotton production center in the 1990s, differences in the cost of labor, the consumer market and favorable geographical location.

Key words: Textile Industry. Cotton. Northeast. Technics. Modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxo produtivo do setor têxtil.....	18
Figura 2 – Cronologia dos ciclos de Kondratieff.....	173
Figura 3 – Fábrica de beneficiamento do algodão no município de União dos Palmares nos anos 1920.....	98
Figura 4 – Ponte de embarque onde se vê ao lado direito a ponte do Trapiche Novo em 1920.....	103
Figura 5 – Interior do Trapiche Novo sob a propriedade de Delmiro Gouveia no início do século XX.....	104
Figura 6 – Fachada dos trapiches, armazéns e casa comercial no Jaraguá em 1919.....	106
Figura 7 – Vista aérea do porto de Jaraguá.....	110
Figura 8 – Aspecto da Cia. União Mercantil às margens da Lagoa Mundaú no bairro de Fernão Velho em Maceió-AL.....	119
Figura 9 – Delmiro Gouveia (à direita) com acompanhante em Angiquinho.....	122
Figura 10 – Vila operária em Rio Largo na década de 1920.....	127
Figura 11 – Crianças na seção de fiação da Fábrica da Pedra.....	130
Figura 12 - Linha do tempo da indústria têxtil em Alagoas.....	136
Figura 13 – Fábrica Peixoto Gonçalves no município de Neópolis-SE com 113 anos de operação.....	154
Figura 14 – Fachada da loja Pérola Têxtil em Maceió-AL.....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Balança comercial têxtil entre 1990-2002 (em milhões de dólares).....	82
Gráfico 2 – Balança comercial brasileira (em bilhões de dólares).....	83
Gráfico 3 – Brasil: consumo industrial de fibras 1970 a 2017 (em 1.000 toneladas).....	90
Gráfico 4 – Percentual da área colhida entre algodão e cana-de-açúcar em Alagoas (1872-1921).....	92
Gráfico 5 - Número de estabelecimentos de algodão em Alagoas, por grupos de área total (hectares) 1970-1995.....	112
Gráfico 6 – Importação de produtos e equipamento têxtil por Sergipe entre 1997-2017 (valor FOB US\$).....	150

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Vínculos empregatícios na indústria têxtil por mesorregião em 2012.....	21
Mapa 2 – Principais tipos de indústrias nos estados nordestinos em 1965.....	68
Mapa 3 – Quantidade produzida de algodão arbóreo no Nordeste em 1980 (tonelada).....	77
Mapa 4 – Nordeste: produção de algodão em caroço em 2016.....	77
Mapa 5 – Leste, Agreste e Sertão alagoano.....	93
Mapa 6 – Delimitação do semiárido em Alagoas.....	95
Mapa 7 – Evolução da rede ferroviária em Alagoas.....	108
Mapa 8 – Principais rodovias em Alagoas nos anos 1960 com destaque a posição de Arapiraca.....	114
Mapa 9 – Principais rodovias em Alagoas nos anos 1980.....	114
Mapa 10 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 1975 (toneladas).....	178
Mapa 11 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 1985 (toneladas).....	178
Mapa 12 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 1995 (toneladas).....	179
Mapa 13 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 2005 (toneladas).....	179
Mapa 14 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 2015 (toneladas).....	180
Mapa 15 – Localização das novas fábricas têxteis e valor adicionado da indústria dos municípios sergipanos em 2015 (mil reais).....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aspectos socioeconômicos de Alagoas e Sergipe.....	16
Tabela 2 – Principais processos produtivos do setor têxtil.....	19
Tabela 3 – Potenciais e entraves atuais do setor têxtil no Brasil.....	22
Tabela 4 – Comparação entre o pensamento de Rangel (dualidade) e da Cepal (dualismo-estruturalismo).....	25
Tabela 5 – Esquema básico da dualidade brasileira	27
Tabela 6 – Dualidades da economia brasileira.....	28
Tabela 7 – Data e finalidade das visitas.....	40
Tabela 8 – Distribuição regional da malha ferroviária e da população no Brasil 1860 - 1900.....	45
Tabela 9 – Fábricas recenseadas, mão-de-obra e principais dados econômicos por estado (1905 e 1945).....	174
Tabela 10 – Importação de máquinas e balança comercial de tecidos de algodão em quilos (1905-1950).....	52
Tabela 11 – Evolução da malha rodoviária nacional e fluxo migratório nordestino entre as décadas de 1950-1970.....	57
Tabela 12 – Investimento direto estrangeiro via Instrução 113 da Sumoc entre 1955 e 1963 por grupos da indústria.....	61
Tabela 13 – Participação do 34/18 no investimento industrial entre 1963-1968 (em Cr\$).....	62
Tabela 14 – Previsões diretas e indiretas dos Planos Diretores da Sudene para a indústria têxtil nordestina.....	64
Tabela 15 – Investimentos, geração de empregos e produção de algodão até 1969.....	65
Tabela 16 – Condição das indústrias têxteis do Nordeste em 1973.....	66
Tabela 17 – Participação da renda interna no contexto regional por estado em 1960.....	67
Tabela 18 – Vinte maiores investimentos aprovados pela Sudene com destaque às empresas do setor têxtil até janeiro de 1968.....	65
Tabela 19 – Projetos em implantação nos ramos têxteis até 1999.....	71
Tabela 20 – Projetos têxteis enquadrados no Finor até 1979 por estados.....	175
Tabela 21 – Distribuição percentual da renda monetária média mensal das pessoas ocupadas por quintis – Nordeste e Brasil 1960-1970.....	75
Tabela 22 - Importações brasileiras por segmento têxtil (toneladas) e índice da taxa de câmbio real (IPCA) em relação ao dólar – jul/1994 = 100.....	82
Tabela 23 – Área plantada e produção de algodão em safras selecionadas (1985-86 a 2015-16).....	84
Tabela 24 – Algodão exportado por Alagoas 1858-1939 em toneladas.....	101
Tabela 25 – Alagoas: produção de algodão em pluma 1930-2010 (em toneladas).....	115
Tabela 26 – Produção de algodão em pluma dos estados nordestinos 1980-2010 (toneladas).....	180
Tabela 27 – Produtividade do algodão em pluma dos estados nordestinos 1980-2010 (toneladas).....	181

Tabela 28 - Pessoal ocupado, estrutura e produção das fábricas têxteis em Alagoas nos anos 1920.....	123
Tabela 29 – Fábricas e empregados têxteis em Alagoas 1876-2013.....	134
Tabela 30 – Fábricas têxteis em Alagoas antes e após o encerramento da produção.....	181
Tabela 31 - Fábricas têxteis em número de operários e teares nos estados de Alagoas e Sergipe no ano de 1922.....	145
Tabela 32 – Participação da indústria têxtil no Valor de Transformação Industrial e pessoal ocupado no total da indústria em Alagoas e Sergipe (1966-2015).....	148
Tabela 33 – Fábricas têxteis em operação no estado de Sergipe em 2012.....	151
Tabela 34 - Valor do rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais por classes de rendimento mensal em 2015.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ACM – Associação Comercial de Maceió
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
APA – Arquivo Público de Alagoas
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI – Fundo Monetário Internacional
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MISA – Museu da Imagem e do Som de Alagoas
PCB – Partido Comunista do Brasil
PPI-A - Pólo de Produção Integrada de Algodão de Alagoas
SEAGRI-AL – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura
SEPLAG-AL – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TVA - Tennessee Valley Authority
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Caracterização do setor têxtil.....	17
2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLOGIA DO TRABALHO	23
2.1 Uma observação necessária: a dualidade não é o dualismo.....	23
2.2 A dualidade de Ignacio Rangel.....	25
2.3 O ciclo juglariano brasileiro.....	31
2.4 Formação socioespacial.....	33
2.5 Combinações geográficas.....	36
2.6 Metodologia.....	38
3 GÊNESE DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA NO ESPAÇO NORDESTINO NO SÉCULO XX.....	41
3.1 Ascensão de um setor plenamente industrial.....	41
3.2 A indústria têxtil nordestina sob a integração geoeconômica nacional.....	55
3.3 A reestruturação produtiva têxtil nos anos 1990.....	79
4 INOVAÇÕES TÉCNICAS E DESDOBRAMENTOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ALAGOAS E SERGIPE.....	88
4.1 Inovação técnica.....	88
4.2 O algodão alagoano.....	91
4.3 O setor têxtil marca o início da industrialização em Alagoas.....	117
4.3.1 A presença operária têxtil e suas repercussões no cenário político alagoano.....	126
4.3.2 O declínio de uma alternativa econômica.....	131
4.4 Sergipe.....	143
4.5 Tendências do setor têxtil.....	155
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE.....	172

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a indústria têxtil em Alagoas começou ainda na graduação resultando no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Indústria têxtil em Alagoas - a Fábrica da Pedra no município de Delmiro Gouveia-AL. Até o ano de 2016, a referida fábrica têxtil era a única em operação no estado, sendo o resquício de um passado vigoroso dessa atividade fabril. Tratando do seu desenvolvimento histórico em Alagoas, mas não se limitando a isto, o trabalho utilizou como estudo de caso a mencionada fábrica, investigando aspectos de sua estrutura produtiva (origem da matéria-prima, destino dos produtos, idade do maquinário, número de empregados), além de sua importância econômica no município sertanejo de Delmiro Gouveia.

Mesmo tendo grande importância no cenário social e econômico de Alagoas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, muitos pesquisadores e intelectuais não deram a merecida atenção para o estudo da indústria têxtil no estado. Só recentemente, estudos de notoriedade destacam a presença têxtil, registrada em Tenório (2007) e sob uma análise dedicada em Saldanha (2011), Paiva Filho (2013) e Tenório e Lessa (2013) colocando em evidência seu desenvolvimento e auge, a condição da classe trabalhadora e suas repercussões na vida política alagoana. A relativa escassez de referências sobre o tema impõe dificuldades a pesquisa, mas, que se buscou alternativas através de dados e fontes documentais de instituições oficiais e também por meio eletrônico.

Antes mesmo da presença industrial têxtil em Alagoas, o algodão já repercute em importantes transformações ao inserir práticas capitalistas no campo antes mesmo da Abolição e adiantando-se as regiões açucareiras, mais apegadas ao trabalho escravo, além de permitir maior possibilidade de ascensão social num estado de formação social rígida assentada na grande propriedade e que impõe grandes dificuldades a mobilidade social.

Apesar de ter sido inicialmente estimulado por fatores externos, o cultivo algodoeiro conhece seu *boom* com o desenvolvimento da indústria têxtil local consumindo a maior parte do algodão produzido em Alagoas. De larga presença, principalmente no Agreste e Sertão, o algodão tem um papel de forte influência na organização espacial destas regiões, estimulando o surgimento de novas cidades a partir do comércio nas feiras e de pequenas fábricas beneficiadoras. Acompanhando o longo declínio da indústria têxtil, iniciado nos anos 1950, o algodão é praticamente devastado nos anos 1990 pela praga do bicudo, dentro de um quadro geral de declínio das áreas tradicionais de cultivo no Nordeste.

Na questão industrial têxtil, buscando reverter a situação de perda do mercado regional para os produtos similares do Sudeste é posto em prática o plano de modernização da indústria

têxtil regional. Desde o início da modernização de seu parque fabril, iniciada com a vigência do I Plano Diretor da Sudene em 1961, Alagoas e Sergipe ficaram as margens desse processo, sendo os maiores contemplados os estados mais dinâmicos da região, Bahia, Pernambuco e Ceará. Este último, onde se constituiu o maior polo têxtil da região e o terceiro maior do país. Entretanto, observando a conjuntura atual, Alagoas é um dos únicos estados do Nordeste que assistiu ao definhamento completo de sua indústria têxtil, ao passo que, em Sergipe se verificam reações a partir dos anos 2000, já no período em que a Sudene não possui mais um papel planejador.

Diante disso, no âmbito da pós-graduação se decidiu ampliar os estudos para o estado vizinho de Sergipe, observando uma notória presença têxtil, intensificada com a chegada nas duas últimas décadas de cinco fábricas têxteis e devido ao fechamento definitivo em 2017 da última fábrica do gênero em Alagoas, sob os efeitos da mais recente crise econômica do país. As aproximações da realidade socioeconômica (Tabela 1) e dos aspectos históricos da estrutura produtiva têxtil de Alagoas e de Sergipe influenciaram sobremaneira na escolha do estudo do setor têxtil sergipano. Ressalta-se que a pesquisa não busca fazer uma comparação entre os dois estados em tela, mas, a partir dessas aproximações, analisar suas experiências no desenvolvimento industrial têxtil.

Tabela 1 – Aspectos socioeconômicos de Alagoas e Sergipe^(*)

	Alagoas	Sergipe
População	3.120.494	2.068.017
IDH	0.631	0.665
PIB (R\$ 1.000)	46.364.000	38.554.000
Posição no PIB nacional	20º	22º
Participação do setor secundário na economia	15,9%	23,8%

Fonte: IBGE – Censo 2010; Contas Regionais 2015.

(*) Dados da população e IDH referentes a 2010. Dados econômicos referentes a 2015.

Historicamente, a indústria têxtil, em ambos os estados, mostrou-se como uma alternativa econômica diante da indústria açucareira, essa representatividade e importância do setor têxtil além de possibilitar melhores condições de vida aos trabalhadores e ser mais receptivo as inovações. Ainda que sob um curto período de tempo, a formação de um operariado têxtil foi capaz de causar perturbações na ordem social vigente de modo a obter uma ligeira representatividade política. Tais aspectos estimulam o estudo dessa atividade fabril.

Dada a complexidade do setor têxtil e evitando possíveis equívocos entre o setor têxtil e o setor de confecções¹ há de imediato a necessidade em fazer uma breve caracterização a seguir, da etapa inicial a etapa final do processo produtivo, suas áreas de concentração no território nacional e relações com setores que lhe complementam. Essa caracterização possibilita maior clareza do objeto estudado.

1.1 Caracterização do setor têxtil

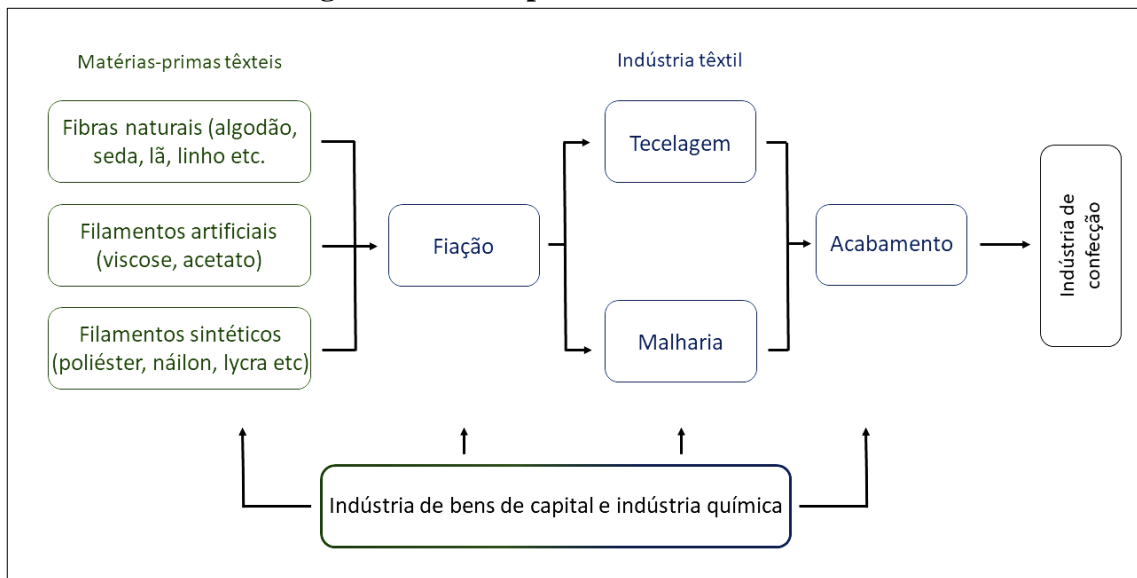
Uma das principais características do setor têxtil é a necessária consonância entre as etapas produtivas, onde a cada etapa precisa acompanhar o ritmo da etapa seguinte. Isto já foi constatado desde os primórdios da fase plenamente industrial da atividade têxtil na Inglaterra do século XVIII, onde o desequilíbrio entre as seções de fiação e tecelagem estimulou a incorporação das inovações técnicas. Processo que levou praticamente um século desde as primeiras incorporações a ampla difusão pelas fábricas têxteis. Atualmente, a fábrica que possui insuficiência na produção de determinada matéria-prima têxtil tem por necessidade importar de outra fábrica do setor, seja nacional ou internacional (DOBB, 1983; HOBSBAWN, 2011).

O setor têxtil é receptor de tecnologia, absorvendo as inovações tecnológicas desenvolvidas pelo setor de bens de capital e setor químico. Após as transformações estruturais pelas quais passou durante a Revolução Industrial no século XVIII, somente obteve transformações de magnitude semelhante com a energia elétrica e nos anos 50 do século XX com a difusão das fibras químicas (artificiais e sintéticas), desenvolvidas pela indústria química. Cabe destacar, que a baixa disponibilidade de fibras químicas no mercado nacional estimula a importação da matéria-prima, tornando a balança comercial brasileira deficitária no comércio de fibras têxteis (VIANA, 2005; COSTA e ROCHA, 2009).

Considerando, o processo propriamente produtivo, o setor têxtil apresenta três etapas principais: fiação, tecelagem e acabamento, ver Figura 1. Porém, conforme aponta Lupatini (2004) existem outras atividades no setor, tais como, *marketing*, desenvolvimento de produto, canais de comercialização e etc, que influencia diretamente no processo produtivo, as quais denomina *atividades imateriais*.

¹ O setor têxtil apresenta uma concentração cada vez maior em grandes empresas. Certamente a confusão ocorre também por conta das fábricas com grande integração vertical, abrangendo desde o processo de fiação até a confecção ou venda a varejo, consideradas, portanto, em ambos os setores, têxtil e confecções.

Figura 1 – Fluxo produtivo do setor têxtil



Elaborado pelo autor com base em Bezerra (2014).

Considerando as três etapas principais de produção e baseando-se pela utilização do algodão, principal matéria-prima da indústria têxtil brasileira com cerca de 80% de utilização pelo segmento de fiação, de forma sucinta, o processo produtivo pode ser descrito da seguinte maneira na Tabela 2.






A demanda do setor têxtil é oriunda da indústria de confecção, extremamente pulverizada, predominando a micro e pequena empresa. A realidade é um pouco diferente no setor têxtil, onde, as pequenas empresas coexistem com empresas de grande porte, líderes do mercado nacional. São estas, a Alpargatas, Coteminas, Cia. Hering e Vicunha Têxtil (VALOR ECONÔMICO, 2017).

Diante da acirrada competição internacional, há um papel muito claro para as empresas da ambos os portes. As grandes empresas têm focado suas atividades em design, marketing, P&D e aporte financeiro, repassando as empresas de menor porte as atividades propriamente produtivas através de relações diversas como, subcontratação, licenciamento de marcas etc. As grandes empresas se diferenciam também por focarem na produção de fibras químicas, de maior tecnologia agregada e com demanda majoritária no mercado mundial (LUPATINI, 2004).

Ainda que esta consideração seja bastante simples dada a complexidade do mercado, dois elementos dinamizadores das grandes empresas podem ser destacados, a moda e os tecidos de alta tecnologia. Tem sido cada vez mais crescente o desenvolvimento de produtos destas empresas atrelados as recentes tendências da moda, buscando oferecer no mercado produtos mais personalizados, atendendo aos variados tipos de consumidores. Outro elemento de

estímulo as atividades de P&D são os tecidos de alta tecnologia a exemplo do tecido com proteção ultravioleta, tecido antibacteriano, etc.

Tabela 2 – Principais processos produtivos do setor têxtil

Fiação	<p>Neste processo o algodão bruto é transformado em fios longos e de grande resistência. De início sua impureza é retirada.</p>	
	<p>Nas cardas, a fibra curta do algodão tratado é retirada transformando-o em cordões com fibras organizadas.</p>	
	<p>A fiadeira é o último processo da seção de fiação, transformando a fibra do algodão em fios que são enrolados em bobinas, sem intervenção humana. Aproveita-se para eliminar as imperfeições que vieram dos processos anteriores.</p>	
Tecelagem	<p>Utilizando os carretéis da seção de fiação, os teares organizam os fios em tecidos, onde o produto final é o tecido cru.</p>	
Acabamento	<p>Na etapa final de produção o tecido cru é tratado, de modo a torná-lo mais resistente e maleável, podendo ser tingido.</p>	

Fotos do autor em pesquisa de campo na Fábrica da Pedra (Delmiro Gouveia-AL), 2015.

Os maiores polos têxteis nacionais estão localizados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, apresentando quatro polos regionais com produção especializada, onde o *core* do setor têxtil é a região Sudeste, sobretudo São Paulo, influenciando toda a produção nacional. Além de comandar a produção nacional, dada a densidade técnica e financeira concentradas no estado, possui outro polo importante, a cidade de Americana, especializada na produção de tecidos artificiais e sintéticos com elevado desenvolvimento tecnológico (COSTA e ROCHA, 2009).

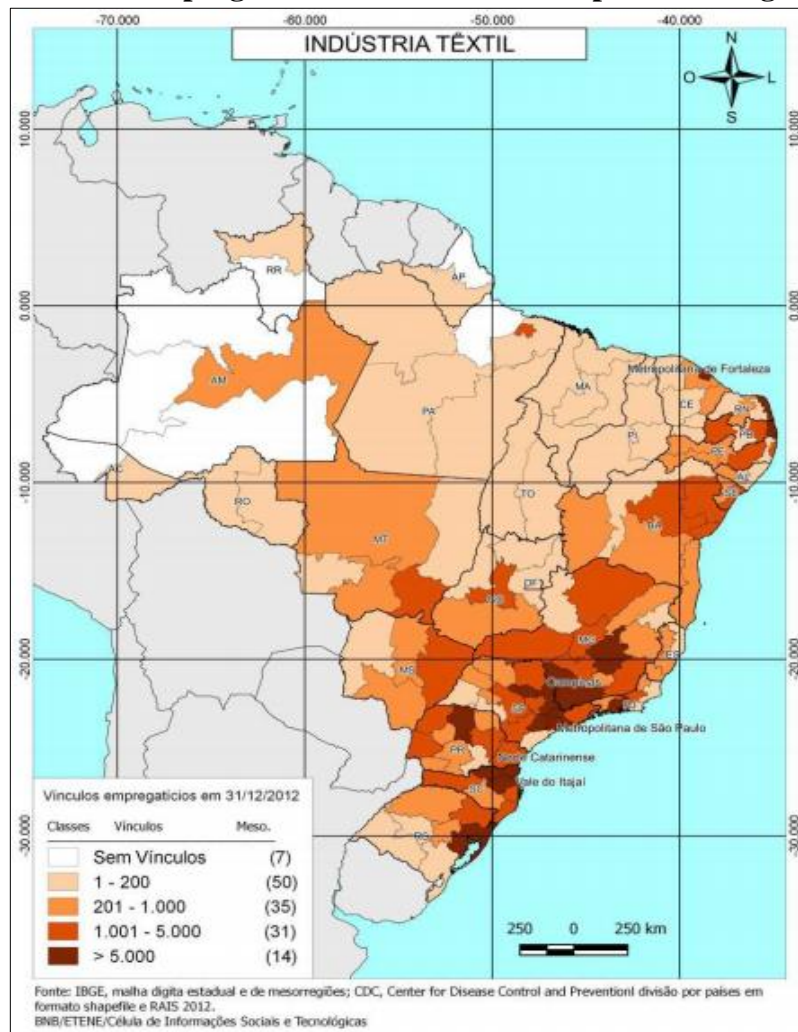
Ainda na região Sudeste, situadas no estado do Rio de Janeiro, as cidades de Nova Friburgo e Petrópolis são especializadas respectivamente em *lingerie* e, malharia e roupas de inverno. Já em Santa Catarina que possui um dos polos têxteis mais avançados da América Latina, é o principal exportador de produtos de malha e linha lar. O Ceará, beneficiado pela desconcentração industrial dos anos 1990, se destaca pelas empresas verticalmente integradas, notadamente na produção de tecidos *denim* e fios de algodão (COSTA e ROCHA, 2009).

Com exceção do Rio de Janeiro, os demais estados que possuem os polos têxteis de destaque nacional são os maiores representantes regionais do setor. Considerando a participação regional destes estados na receita líquida da indústria têxtil, São Paulo representa 41%, Santa Catarina 19% e Ceará 5%. Em reflexo a especialidade produtiva dos polos têxteis regionais, a presença do Nordeste é mais expressiva no segmento de fiação, enquanto que no Sudeste se dá na tecelagem de tecidos planos e no Sul na tecelagem de tecidos de malha (BEZERRA, 2014).

Mesmo com a absorção constante de tecnologia, dispensando a mão de obra, o setor têxtil ainda possui grande capacidade na geração de empregos, sendo o segundo maior empregador da indústria de transformação, atrás apenas do setor de alimentos e bebidas. Em reflexo ao peso produtivo do Sul e Sudeste no agregado nacional, a mão de obra têxtil é concentrada nas regiões Sul e Sudeste, havendo concentrações expressivas também em Fortaleza-CE e no leste potiguar e paraibano, ver Mapa 1.

Essa condição é permitida graças ao amplo mercado interno brasileiro, colocando o país entre os cinco maiores produtores têxteis do mundo, superado apenas pela China, Índia, Estados Unidos e Paquistão. Devemos considerar também a disponibilidade abundante do algodão, principal matéria-prima da indústria nacional, diferentemente da indústria mundial que utiliza predominantemente as fibras químicas. Isto coloca o país no patamar da autossuficiência e entre os maiores produtores mundiais de algodão. Tais fatores reafirmam o potencial do Brasil (ABIT, 2016).

Mapa 1 – Vínculos empregatícios na indústria têxtil por mesorregião em 2012



Fonte: Bezerra, 2014.

Por outro lado, a baixa utilização de fibras químicas, de maior valor agregado, pela indústria brasileira vai na contramão da realidade mundial que vem apresentando aumentos sucessivos destas fibras nas últimas décadas. Dada a oferta restrita no mercado interno e barreiras à importação dessas fibras, tem estimulado a importação de tecidos sintéticos e confeccionados (VIANA, 2005).

A importância do mercado interno para o setor têxtil torna-se evidente quando é observada a discreta participação do Brasil entre os maiores exportadores têxteis, ocupando a 25ª posição. Apenas 8% da produção nacional é destinada à exportação, principalmente para Argentina, Paraguai e Estados Unidos, destacando-se os tecidos planos e produtos da linha lar. Apesar da tendência à desconcentração industrial do setor com a implantação de fábricas nas regiões Sul e Nordeste sobretudo, o estado de São Paulo continua concentrando as maiores empresas que regem a produção nacional. São Paulo é o estado com maior participação na

exportação têxtil nacional, seguido por Santa Catarina (COSTA e ROCHA, 2009; BRADESCO, 2017).

Historicamente a Alemanha exerce destaque na importação brasileira de máquinas têxteis e atualmente é o principal exportador para o Brasil, mesmo com a crescente participação chinesa nos últimos anos. Juntas, Alemanha e China são responsáveis por 40% da importação brasileira em máquinas têxteis (COSTA e ROCHA, 2009; VIANA, 2005).

Diante do exposto, visando esclarecer alguns potenciais e entraves do setor têxtil no Brasil, a Tabela 3 mostra alguns elementos pertinentes a sua conjuntura atual, baseados também nos relatórios de Viana (2005) e Bezerra (2014).

Tabela 3 – Potenciais e entraves atuais do setor têxtil no Brasil

Potenciais	Entraves
Os produtos brasileiros derivados do algodão são competitivos no mercado interno e no mercado internacional	Baixa competitividade do setor têxtil no segmento de produtos sintéticos
Amplio mercado interno	Participação discreta no mercado internacional
Presença abundante de matéria-prima (algodão)	Tendência crescente no cenário mundial a utilização de fibras sintéticas
Mão de obra relativamente barata (Nordeste)	Dificuldades de aquisição de matérias-primas sintéticas
Parque têxtil diversificado	Alto custo do transporte

Desde a abertura comercial nos anos 1990 o setor têxtil tem enfrentando a concorrência dos produtos têxteis asiáticos, sobretudo os chineses, responsáveis por 51% da importação nacional desses produtos, impulsionadas a partir de 2006 com o aumento do consumo das famílias. Em síntese, coloca-se como desafio atual à indústria nacional manter a competitividade para garantir seu mercado interno e em segunda medida aumentar as exportações (BEZERRA, 2014; BRADESCO, 2017).

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLOGIA DO TRABALHO

2.1 Uma observação necessária: a dualidade não é o dualismo

Antes de explanar a teoria da dualidade, de Ignácio Rangel, publicada em 1957, é premente diferenciá-la da tese do dualismo, da Cepal. A confusão entre as duas teorias é recorrente no ambiente acadêmico, podendo nos levar a algumas cogitações, ainda não esclarecidas. Provavelmente, a confusão ocorra pela convergência, em alguns pontos, do pensamento de Rangel com o cepalino, ou pelo fato de Rangel ter defendido sua tese na Cepal.

Este aspecto é rodeado de obscurantismo e carece de maiores explicações. Fato é que o pensamento rangeliano é desconhecido por boa parte da universidade brasileira, além de haver trabalhos acadêmicos que se confundem entre as teses de Rangel e da Cepal. Talvez este exemplo seja o maior motivador do problema.

Ambas as teorias surgem no contexto dos anos 1950, quando o *desenvolvimentismo*² torna-se hegemônico tanto nos países de centro como no Terceiro Mundo, e cada uma, a sua maneira, buscam trazer soluções para superação da condição de atraso social e econômico dos países periféricos.

Porém, enquanto a teoria da Cepal tratava dos entraves ao desenvolvimento para o conjunto das economias periféricas, Rangel através da dualidade, traz uma visão própria da realidade brasileira. O estruturalismo e o dualismo são os pilares da teoria cepalina dos anos 1950-60, tendo como expoentes, o argentino Raúl Prebisch e o francês Jacques Lambert (BIELSCHOWSKY, 2004).

Tratando das particularidades do desenvolvimento dos países periféricos em relação a experiência dos países centrais, o estruturalismo defende um desenvolvimento autônomo daqueles países a partir do planejamento estatal. Já o dualismo, compartilhando da mesma linha de pensamento, considera a existência de uma sociedade atrasada em contraste com uma sociedade avançada, não apenas no Brasil, mas no conjunto das economias periféricas. Para se referir a estas teorias desenvolvidas no ambiente cepalino, utiliza-se convencionalmente o termo dual-estruturalista.

Assim, do mesmo modo que a Cepal baseia-se na oposição entre economia primário-exportadora e economia em substituição de importações, estende essa visão dual à sociedade brasileira, uma moderna e outra atrasada.

² Segundo Bielschowsky (2004, p. 33) o desenvolvimentismo é o “projeto” de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e decidido apoio estatal.

O dualismo foi introduzido no Brasil por Lambert e teve como destaque sua obra *Os dois Brasis* (1967) com a primeira edição em 1957, fazendo uma análise contrastada da sociedade brasileira, onde o arcaísmo reinava no interior e a modernidade predominava no litoral impulsionada pelo novo padrão de desenvolvimento brasileiro, a economia urbano-industrial.

Para Lambert (1967) estas sociedades eram diferenciadas por séculos e por diferentes ritmos de evolução, onde a sociedade moderna ao avançar rumo ao interior do país enfrentava o conservadorismo da sociedade rural, considerando assim, resistências do campo à modernização. Em especial, no capítulo 5 da obra, é feita uma discussão tautológica dos contrastes da sociedade e da economia brasileira, abrangendo também a questão regional.

Diante do contraste evidente, Rangel também considera uma sociedade e economia moderna, frente ao atraso do meio rural. Entretanto, seu mérito, reside na análise sistemática da realidade socioeconômica brasileira, indicando a existência de *três strata* composta por três formas de economia superpostas na vida nacional, a saber: a economia natural, a economia de mercado e a economia capitalista de monopólio ou comércio externo. Onde, segundo Rangel, o motor do desenvolvimento econômico está na transferência de recursos da economia natural para a economia de mercado, elevando a produtividade e conseqüentemente a renda nacional (BIELSCHOWSKY, 2004; RANGEL, 2005a).

Essas economias e suas interações são detalhadas no livro *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, em Rangel (2005a), complementando a discussão feita na tese sobre a dualidade, sobretudo na questão do motor primário do desenvolvimento e nos modos de transição do complexo rural para a economia de mercado.

Elaborando uma teoria mais aprofundada e condizente para o caso brasileiro, a partir da dualidade, Rangel não considera o latifúndio como uma barreira ao desenvolvimento, pois, a produção voltada à exportação poderia se tornar numa produção para o mercado interno, estimulado pelo processo de substituição de importações. Nesse aspecto, Rangel distanciava-se do pensamento cepalino que tinha uma visão estagnacionista ao considerar os entraves externos e internos ao desenvolvimento brasileiro (RANGEL, 1981).

A fim de tornar mais claro o pensamento rangeliano e o cepalino, através de concordâncias e discordâncias entre alguns elementos acerca do desenvolvimento tem-se a Tabela 4. A análise mais aprofundada de ambos os pensamentos está presente em Mamigonian (2000) e em Bielschowsky (2004) onde além de esmiuçar as teorias e suas diferenças, são inseridas no contexto da época na qual foram formuladas, os anos 1950.

Tabela 4 – Comparação entre o pensamento de Rangel (dualidade) e da Cepal (dualismo-estruturalismo)

Concordâncias	Discordâncias
<p>Substituição de importações como processo contínuo e irreversível pós-1930</p> <p>A economia brasileira reage conforme a fase expansiva e depressiva da economia mundial</p> <p>A agricultura de exportação não é capaz de absorver a força de trabalho da economia natural (para a Cepal - setor de subsistência)</p>	<p>Insuficiência de demanda da economia brasileira nos anos 1950</p> <p>O latifúndio como barreira ao desenvolvimento nacional</p> <p>Condições para a reforma agrária no Brasil</p>

Elaborado pelo autor, baseado em Bielschowsky (2004).

Além da visão acurada da dualidade na trajetória do desenvolvimento brasileiro, é a partir desta teoria que há uma análise do pacto de classes no poder em relação a sucessão dos modos de produção, induzidos por estímulos externos, tendo em vista a condição do Brasil como país periférico. Superficialmente, o dualismo se detém tão somente em analisar as classes que despontaram na cena política do país e a situação antagônica da sociedade brasileira, considerando-a como caso semelhante no conjunto dos países periféricos.

Mesmo aproveitando as contribuições de diversas teorias em Marx, Keynes, Schumpeter e da própria Cepal, Rangel não encampou completamente em nenhuma delas, sendo caracterizado pelo pensamento independente e defendendo a dualidade como condição necessária ao entendimento da realidade brasileira (BIELSCHOWSKY, 2004; DÓRIA, 2007).

2.2 A dualidade de Ignácio Rangel

Economista autodidata de origem maranhense, Ignácio Rangel foi construindo seu pensamento independente graças a trajetória de sua vida pessoal e profissional. Viajando por diversas regiões do Maranhão e posteriormente para o Rio de Janeiro, conheceu várias formações sociais em diferentes estágios de desenvolvimento, formando uma visão dialética da realidade nacional. Interpretações lastreadas pela leitura e pela experiência na militância política do PCB, na qual entra cedo, ainda na adolescência, onde passa a ter contato com a literatura marxista (GEOSUL, 1992; PAIM, 1998).

De pensamento sempre crítico passou a perguntar a si mesmo se era possível industrializar o país sem reforma agrária, opinião que passa a defender abertamente com o amadurecimento de seu pensamento. A partir dessa visão, diverge das ideias do PCB sendo gradativamente marginalizado pelo partido (PAIM, 1998).

Rangel faz parte de um grupo de intelectuais brasileiros dos anos 1930-40 comprometidos com o estudo específico do caso brasileiro, estimulado pela descoberta de novas teses concernentes a nossa realidade, busca explicações originais do processo histórico de formação social e soluções para os entraves ao desenvolvimento, reservando grande atenção a industrialização do país (CAMPOS, 1998).

Tendo uma visão mais otimista, do pensamento marxista-leninista, acredita que as dificuldades impostas ao progresso econômico do Brasil se devem em maior grau a inabilidade da classe dirigente do que a ação do imperialismo americano, mais uma vez divergindo da ideia predominante na esquerda. Com a coragem em propor medidas avançadas, mas possíveis de serem aplicadas no contexto brasileiro, é muitas vezes incompreendido tanto pelos quadros de esquerda como os de direita. Sobre o tão proclamado tema da inflação causada pelo aumento da demanda, Rangel desmistificou indicando que há várias formas de combatê-la e no caso brasileiro o seu aumento costuma anteceder períodos de crise e está associada ao crescimento da capacidade ociosa. Em seu livro *Economia: milagre e antimilagre*, publicado em 1985, a partir de um gráfico a relação oposta na trajetória entre a inflação e a produção industrial torna-se evidente. Mas, é sobretudo na questão prática da teoria que se observa a influência dos pensadores socialistas em suas ações políticas e técnicas (CAMPOS, 1998; PAIM, 1998).

Ocupando a assessoria econômica da presidência da república em 1951, no Governo Vargas, presencia importantes reformas institucionais e tem a oportunidade de pôr em prática suas ideias desenvolvimentistas, participando ativamente na criação da Eletrobras e Petrobras, importantes estatais até os dias de hoje. Mais tarde, no Governo Juscelino Kubitschek participa do Programa de Metas, uma continuação das políticas de Vargas (PAIM, 1998).

Para além da economia, seu interesse se estende aos estudos geográficos ao possibilitar uma visão geral daquela ciência. Numa entrevista concedida a revista *Geosul*, publicada em 1992, afirma que sua aproximação da Geografia se deve aos professores Armen Mamigonian e Cleonice Le Bourlegat. Com várias obras de relevância, destaca a *Dualidade básica da economia brasileira* a de maior importância e significação, tese desenvolvida enquanto foi professor de economia política no ISEB, órgão criado pelo Governo JK, e que contou com o incentivo do sociólogo Guerreiro Ramos, seu colega no Instituto. Para Rangel, sem o

conhecimento da dualidade brasileira o Brasil pareceria uma nação sem história (GEOSUL, 1992; CAMPOS, 1998; PAIM, 1998).

A dualidade básica da economia brasileira, de modo sistemático, traça um diagnóstico de nossa formação social, relacionando suas transformações às mudanças dos modos de produção, impulsionadas por alterações conjunturais na economia mundial. Ao contrário da grande parcela do pensamento intelectual brasileiro que considera a presença homogeneizadora do modo de produção capitalista na evolução socioeconômica do Brasil, na dualidade, nascemos a partir da união dialética com um lado feudal³ e outro pré-feudal – comunismo primitivo e escravidão – este, sob o ponto de vista das relações internas (RANGEL, 1981; MAMIGONIAN, 1998).

Analisando o funcionamento da dualidade, constitui-se a princípio por dois polos – polo interno e polo externo – cada qual contendo dois lados, denominados lado interno e lado externo. Assim, agrupam quatro formas de relação de produção que constituem os respectivos polos, conforme a tabela abaixo.

Tabela 5 – Esquema básico da dualidade brasileira

Polo interno	lado interno
	lado externo
Polo externo	lado interno
	lado externo

Mas a dualidade não se limita a união dialética de diferentes formas elementares de produção, está associada também ao pacto de classes que se faz no nível dos polos, de modo que a cada dualidade duas classes dividem o poder, sendo forçadas a conciliar os interesses antagônicos até onde for possível. Chegando ao ponto de inflexão, ocorre o rompimento das relações de produção resultando numa cisão intra-classe, representante do polo mais antigo, ou seja, o polo onde o pacto de classe se formou primeiro (RANGEL, 1981).

Seguindo essa tendência, a cada dualidade, a alternância se realiza em apenas um dos polos, implicando também em alterações das formas elementares de produção, subindo o degrau da escada do desenvolvimento⁴. Exemplificando o caso, se na primeira dualidade temos, no polo interno, o escravismo – lado interno – e o feudalismo – lado externo, na segunda dualidade,

³ Ignácio Rangel não foi o único em afirmar a existência de relações feudais no Brasil, compartilhando dessa visão Oliveira Viana e Alberto Passos Guimarães, este último, alagoano membro do Partido Comunista Brasileiro – PCB (DÓRIA, 2007).

⁴ Nessa alternância de classes no poder, Rangel (1981) denomina de *sócio maior*, a classe madura que comanda a política e é representante do polo não renovado; já o *sócio menor*, é a classe politicamente inexperiente e representante do polo renovado.

com a entrada do capitalismo mercantil nas relações externas do respectivo polo, o feudalismo passa para as relações internas, em substituição ao escravismo, ver Tabela 6.

Contudo, devido a condição de economia periférica, o Brasil está sujeito as oscilações externas, um elemento que induz a passagem de uma dualidade pra outra. Sistematizando tais alterações, Rangel associa as dualidades aos ciclos de Kondratieff (Figura 2, no Apêndice), batizado por Schumpeter em homenagem ao economista russo Nikolai Kondratieff, ao comprovar estatisticamente - a partir de dados das principais potências econômicas do início do século XX – os movimentos cíclicos da economia mundial, os ciclos longos (RANGEL, 1981; MAMIGONIAN, 2000).

Os ciclos longos, também chamados de ciclos de Kondratieff, possuem uma duração média de 50 anos, compostos por uma fase expansiva – fase a – e uma fase depressiva – fase b. É na fase depressiva que mudam as dualidades, implicando conseqüentemente em novo pacto de classes. “Não é, pois, de espantar que os grandes marcos políticos de nossa história nacional (a Independência, a Abolição-República, e a Revolução de 30) tenham ocorrido nas ‘fases b’ dos ciclos longos” (RANGEL, 1981, p. 14).

Tabela 6 – Dualidades da economia brasileira

		1ª Dualidade 1822-1888	2ª Dualidade 1888/89 - 1930	3ª Dualidade 1930-1985	4ª Dualidade 1985 - ?
Polo interno	lado interno	escravismo	feudalismo	feudalismo	semi-salariado
	lado externo	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo mercantil	semicapitalismo rural
		sócio maior: fazendeiros escravocratas	sócio menor: fazendeiros feudais	sócio maior: fazendeiros feudais	sócio menor: nova burguesia rural
Polo externo	lado interno	capitalismo mercantil	capitalismo mercantil	capitalismo industrial	capitalismo industrial
	lado externo	capitalismo industrial	capitalismo industrial	capitalismo financeiro	capitalismo financeiro
		sócio menor: comerciantes	sócio maior: comerciantes	sócio menor: burguesia industrial	sócio maior: burguesia industrial
	polo renovado				

Elaborado pelo autor, baseado em Rangel (1981) e Castro (2005).

Diante do exposto, a tabela acima mostra esquematicamente a dinâmica das dualidades com seus respectivos pactos de classe ao longo do desenvolvimento econômico brasileiro. Nas ‘fases a’, a demanda dos países do centro do sistema por matéria-prima estimula as atividades de exportação dos países periféricos, caracterizados pela especialização na exportação de produtos primários.

Alterando-se a conjuntura econômica mundial, nas ‘fases b’, com os países centrais retraindo a demanda por matéria-prima, as economias periféricas enfrentam um cenário desfavorável no balanço de pagamentos, reduzindo sua capacidade de importação, o que acaba por reforçar o processo de substituição de importações através da industrialização, passando a produzir internamente produtos anteriormente importados (MAMIGONIAN, 2000).

Rangel afirma que no Brasil ocorrem *meias revoluções*, ou seja, sendo feitas por alto através do pacto entre classes hegemônicas, a cada dualidade altera-se apenas um polo, completando o ciclo revolucionário apenas na dualidade seguinte quando o outro polo é alterado. Usando as palavras do próprio Rangel:

As revoluções brasileiras têm o típico caráter de atos homologatórios de transformações já acumuladas na economia, na sociedade civil e no próprio Estado [...] A revolução social era, assim, uma revolução pela metade, que envolvia a mudança de apenas um dos polos da velha dualidade (RANGEL, 2005b, p. 554-556).

Reagindo as fases depressivas da economia mundial, na primeira dualidade, o esforço de substituição de importações foi realizado pelas fazendas de escravos, sob o domínio do complexo rural, com economias autossuficientes ou quase autossuficientes. Na segunda dualidade, diante da chegada do capitalismo às fazendas e a desintegração do complexo rural, a substituição de importações é encabeçada pelos comerciantes de importação e exportação, ainda com a presença de atividades urbanas domésticas como resquício daquele complexo rural (RANGEL, 1981).

Sob a ótica do processo histórico alagoano na transição do século XIX para o século XX, ainda que o meio rural, sobretudo na zona canavieira, oferece muita resistência as relações capitalistas, nas praças comerciais litorâneas assiste-se a ascensão dos comerciantes na vida econômica mediante a expansão das atividades capitalistas nestas áreas, impulsionadas inclusive pela mudança definitiva da classe decadente dos senhores de engenho para as cidades (LINDOSO, 2005).

Transferindo o excedente de capital das atividades comerciais para o nascente setor industrial, os comerciantes, notadamente portugueses, são responsáveis pelo surgimento da indústria têxtil no estado, cujo núcleo pioneiro é a capital Maceió, mas, rapidamente se

espalham por todo o litoral e alcançando o sertão a partir da experiência pioneira de Delmiro Gouveia.

A terceira dualidade guarda expressiva dinamicidade na vida nacional. Enquanto que a parte orientada para fora do país, ou seja, o lado externo do polo externo troca a hegemonia inglesa com seu capital industrial pelo capital financeiro norte-americano, por outro lado, a indústria de transformação atingindo um grau de maturidade, torna a economia brasileira capaz de produzir seu próprio ciclo, o chamado ciclo de Juglar. O ciclo de Juglar, detalhado no próximo item, está diretamente ligado ao setor industrial. Desse modo, na terceira dualidade, além do Brasil trocar a hegemonia da Inglaterra pela norte-americana, a economia nacional é dotada de relativa autonomia em relação as oscilações da economia mundial, uma vez que, mesmo na fase a do 4º Kondratieff (1948-1973) o país continuou substituindo importações mediante a industrialização escalonada (RANGEL, 1981; MAMIGONIAN, 2000).

Consustanciada na hegemonia política da elite agrária do sul, mais progressista em relação a elite agrária paulista e nordestina, a terceira dualidade envolve o início do Estado planejador no Brasil, inaugurado pelo Governo Vargas. Com uma formação socioespacial mais atrasada, as influências do período varguista chegam em Alagoas apenas no governo de Muniz Falcão, rompendo com a elite açucareira e instituindo o planejamento no estado.

Determinante na sua eleição foi o operariado têxtil e a ascensão da vida urbana, permitindo maior acesso à leitura e germinação de ideias. Tal como fez Vargas em âmbito nacional, Muniz Falcão procura conciliar os interesses do patronato fabril e dos operários, além de aproximar os projetos de infraestrutura e industrialização do estado aos projetos da Sudene (TENÓRIO, 2007).

Por sua vez, na quarta dualidade coincidem a crise econômica mundial, após o choque do petróleo em 1973, e a crise nacional do endividamento externo, quando a economia brasileira, passado o “Milagre” Econômico (1968-1973) chega ao período depressivo do seu ciclo endógeno coincidindo na fase b do 4º Kondratieff.

Acompanhando o ritmo nacional de pujante desenvolvimento econômico, Alagoas obtém nas décadas de 1970-1980 as maiores taxas de crescimento já registradas. Além do estímulo do Proálcool ao setor canavieiro, mais tradicional do estado, a instalação da indústria química Salgema transforma-se a partir do discurso oficial na nova redenção econômica do estado. É no mesmo período que se realiza as maiores obras de infraestrutura, a exemplo da construção do dique-estrada na planície lagunar de Maceió (CARVALHO, 2012).

Porém, a partir dos anos 1990, diante da submissão da burguesia industrial nacional ao capital estrangeiro, dentro do processo de privatização e desnacionalização da economia

brasileira, o pacto de classes é desestruturado, levando a quarta dualidade a um interregno abortivo que segue até os dias atuais.

A partir da teoria da dualidade básica da economia brasileira podemos observar as transformações decisivas em nossa formação social e como os estados de Alagoas e Sergipe reagiram conforme a sucessão das dualidades, reservado o necessário enfoque ao setor têxtil.

2.3 O ciclo juglariano brasileiro

Assim como o ciclo de Kondratieff, o ciclo de Juglar, também chamado de ciclo médio, faz parte do conjunto dos ciclos de acumulação, tendo origem em Marx e posteriormente sistematizados por diversos economistas. Descoberto pelo economista francês Clément Juglar ao indicar que as crises econômicas são causadas por oscilações na atividade industrial, sucedidas por períodos de ascensão e declínio, o ciclo de Juglar no caso brasileiro, possui duração em torno de 10 anos.

Para cada década há uma fase expansiva e depressiva, com duração média de 5 anos, cada. Ainda que possuam certo grau de autonomia, os juglarianos podem ser influenciados pelo ciclo de Kondratieff, conforme suas fases estejam sujeitas a uma duração maior ou menor, a depender de períodos coincidentes a fase do Kondratieff (RANGEL, 1983).

Isto nos leva a não considerar os ciclos de Juglar de forma rígida, ortodoxa. De modo semelhante, as influências dos ciclos de Kondratieff não provocam resultados homogêneos nas diversas regiões do país, considerando que em cada uma destas residem diferentes estágios das forças produtivas e formações sociais particulares, implicando em ações diferenciadas sob um mesmo ciclo.

Relacionando-se a implantação do capitalismo industrial, o ciclo de Juglar tem início no Brasil a partir da década de 1920 pela consolidação da indústria de bens de consumo leves, sobretudo, a indústria têxtil que após realizar suas últimas substituições de importações é o carro chefe da indústria nacional da época. Consolidado o grande grupo da indústria, inaugura-se os juglarianos brasileiros, dando um caráter plenamente capitalista ao processo de substituição de importações na fase b do 3º Kondratieff, diferenciando o comportamento da economia nacional em relação as fases recessivas dos ciclos longos anteriores (RANGEL, 1983; MAMIGONIAN, 2000; RANGEL, 2005c).

Envolvendo cada fase de substituição de importação, em cada setor da indústria, o ciclo juglariano representa uma etapa do processo de industrialização que costuma ocupar o espaço de uma década com suas respectivas fases. Enquanto diferença essencial para com os demais

ciclos, o Kondratieff, por exemplo, que representa a inovação tecnológica motivada pela obsolescência das técnicas e das formas geográficas, os juglarianos, por sua vez, representam o investimento setorial da indústria - substituição de importações - a partir do incremento tecnológico (RANGEL, 1983).

Tais inovações são implantadas em cada setor da indústria tendo como estímulo aquilo que Rangel (1983) chama de paradoxo do processo de substituição de importações, onde a cada processo substituidor, altera-se a demanda interna, gerando novas dificuldades para importar em decorrência da elevação do coeficiente de importação. Assim, cada processo de substituição de importações estimula novas substituições.

No percurso desse processo, a contração do comércio exterior para o nosso país no imediato pós-guerra foi tornando nossa pauta de importação mais robusta a cada etapa. Amplamente ocupada pelos bens finais de consumo no início da industrialização intencionada, à medida que o país vai edificando seu parque industrial a pauta de importações é tomada por bens de produção e mais recentemente por insumos tecnologicamente carregados. Rangel afirma que o aumento da utilização de tecnologia pura via importação reduz o atraso do Brasil em relação ao centro do sistema (RANGEL, 2005c)

Cada fase de substituição de importações está sob duas ordens, econômica e institucional. Enquanto que a primeira significa a substituição de produtos que pesavam na pauta anterior de importações, a segunda, de caráter político-jurídico, significa mudanças institucionais em setores de atividades sensíveis aos seus efeitos (RANGEL, 1983).

É que após um período de formação de capital num setor específico, o ciclo endógeno encontra novamente uma fase desfavorável gerando novos desajustamentos setoriais, ou seja, capacidade ociosa de um lado e pontos de estrangulamento do outro, a isto, Rangel denomina de dialética da capacidade ociosa (RANGEL, 2005c).

Na fase a do ciclo juglariano - fase expansiva - o interesse pelos investimentos em determinados setores é estimulado pela alta demanda, até o momento em que a capacidade produtiva, em expansão, excede a demanda, originando a capacidade ociosa no setor. Essa conjuntura é um prenúncio da fase b - fase recessiva. Através de mudanças institucionais, a fase b sugere a transferência de recursos do setor com capacidade ociosa, para o setor estrangulado, carente de investimentos. Dessa forma, a partir dos recursos ociosos gerados na fase expansiva anterior é possível investir num setor em estrangulamento (RANGEL, 1983).

Entre as etapas substitutivas de importações e mudanças institucionais foi se constituindo o parque industrial brasileiro. “Iniciando na produção de bens de consumo, que

pesavam mais na pauta de importação brasileira, estes ciclos tendem a contagiar outros setores e a outras regiões” (RANGEL, 1983, p. 39).

Apesar das crises aparentarem as mesmas características, Rangel nos alerta que cada uma delas são dotadas de singularidade e conforme se sucedem exigem mudanças institucionais de maior vulto. Exemplificando o caso, se na crise do imediato pós-guerra tínhamos um setor de bens de produção pré-industrial em estrangulamento, na crise dos anos 1980 o novo setor de bens de produção encontra-se com capacidade ociosa enquanto que o ponto de estrangulamento agora é ocupado pelos serviços de utilidade pública, exigindo uma capacidade de financiamento ainda maior (RANGEL, 2005c).

A partir do desenvolvimento industrial, seu caráter tecnologicamente inovador repercute na estrutura nacional engendrando modificações no meio urbano e no meio rural. Se a urbanização provocou mudança nos hábitos de consumo de sua população, tal mudança se fez sentir também no meio rural, conforme penetra a inovação, especializando as atividades agrícolas e alterando a demanda desta parcela da população.

2.4 Formação socioespacial

No auge do movimento de renovação da Geografia, nos anos 1970, a análise espacial é inserida definitivamente a partir da geografia crítica, aproximando esta Ciência ao marxismo. Ao contrário da geografia quantitativa que considerava o espaço matemático, na corrente crítica, o espaço é visto como um par dialético da sociedade, sendo um espaço social. Tendo o espaço não apenas como objeto da Geografia, mas partindo deste, se faz mister à compreensão da realidade total (SANTOS, 2008).

Ao lado de Armen Mamigonian, Milton Santos figurou entre os principais intelectuais do movimento de renovação da geografia brasileira. É a partir do seu trabalho que emerge uma teoria espacial com a categoria de análise da formação socioespacial, no âmbito do materialismo histórico, e publicada primeiramente na revista norte-americana *Antipode* em 1977.

A categoria de análise da formação socioespacial de Santos (1982) baseia-se na formação econômica e social, aprimorada por Lênin. Porém, a contribuição de Milton Santos se efetuou ao inserir o espaço nesta análise, considerando que as ações sociais, para realizar-se, precisam de uma base material. Na ótica miltoniana, a inércia do espaço é relegada, pois, há uma relação de causa e efeito entre sociedade e espaço, e vice-versa.

Isto fica evidente ao afirmar que “o movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem

criar novas formas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar” (SANTOS, 1982, p. 16).

A formação econômica e social está ao nível nacional, podendo abranger inclusive o nível regional, por exemplo, um conjunto de países latino-americanos que possuam características em comum de desenvolvimento. A partir dela, é possível estudar uma sociedade em particular, composta por um processo histórico singular. “Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais” (SANTOS, 1982, p. 12).

Conforme a citação acima, além de possibilitar o estudo de uma determinada sociedade torna-a suscetível a periodizações visando analisar os estágios técnicos já que o seu desenvolvimento histórico é um acúmulo de modos de produção, avanços técnicos, formas de produzir e diferentes modos de relação social.

Além de Santos (1982), Marta Harnecker nos fornece uma abordagem acerca da formação econômica e social, definindo-a como “uma totalidade social concreta historicamente determinada” (HARNECKER, 1973, p. 142).

Baseando-se nas relações horizontais e relações verticais de Lênin, Milton Santos mostra as duas vertentes de análise inseparáveis de determinada formação social:

Uma formação social não pode ser estudada sem que sejam considerados aqueles dois conjuntos de relações definidos, há tempos, por Lênin: as relações horizontais e as relações verticais. As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com as outras sociedades (SANTOS, 2008, p. 245).

Por esse motivo, a formação social, ou formação socioespacial, não pode ser compreendida de forma isolada, alheia as influências externas a sua realidade. No âmbito externo e totalizante tem-se o modo de produção, atuando seletivamente sobre diversas formações sociais. Tanto em Santos (1982) e Santos (2008) a diferenciação entre modo de produção e formação social é realizada exaustivamente a fim de evitar a repetição de equívocos por seus contemporâneos e predecessores.

O modo de produção está em nível global, sendo uma totalidade, enquanto que a formação socioespacial é especificidade, representando uma determinada totalidade social. O modo de produção é abstrato, podendo ser associado a qualquer sociedade e seus diversos níveis, o econômico, jurídico-político e o ideológico. A formação socioespacial, por sua vez, é

concreta e tem como expoente máximo de sua materialidade as formas⁵ (HARNECKER, 1973; SANTOS, 1982).

Mas a discussão miltoniana não se limita a diferenciação entre os dois conceitos, estende-se também a interação entre modo de produção e formação socioespacial. O primeiro tendo uma ação homogeneizadora ao entrar em contato com diversas formações sócioespaciais atua de modo particular em cada uma delas:

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1982, p. 14).

Assim, modo de produção e formação socioespacial são interdependentes, considerando inclusive, que a transição de um modo de produção para outro se faz dentro de uma determinada formação socioespacial, resultante de adequações nas relações de produção e do conflito de classes⁶. É nesse sentido, que Harnecker (1973) mostra a transição de modos de produção, semelhante a passagem das dualidades de Ignácio Rangel. Havendo incongruência de velhas relações de produção, até então dominantes, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, resulta em luta de classes ou em revolução, que acabam por reorganizar as relações de produção a fim de corresponder ao grau alcançado de desenvolvimento.

Tendo em vista o desenvolvimento desigual das porções do espaço e por conseguinte das formações sócioespaciais, a passagem de modos de produção não é homogênea e instantânea em sua totalidade:

[...] a dominação de um modo de produção de bens materiais, isto é, de um tipo determinado de relações de produção, não faz desaparecer de forma automática todas as demais relações de produção: estas podem continuar existindo, ainda que modificadas e subordinadas às relações de produção dominantes (HARNECKER, 1973, p. 141).

O espaço é a base material da sociedade, contendo-a e sendo contido por esta, associando-se a noção de tempo histórico, “pois, não há e jamais houve Formação Social independentemente do espaço [...] pois a história não se escreve fora do espaço” (SANTOS, 2008, p. 244-46). A partir da formação socioespacial podemos ter uma análise multiescalar e uma compreensão total da realidade social.

⁵ A forma compõe uma das categorias de análise da organização espacial. Santos (1997) a define como o aspecto visível do objeto.

⁶ Hunt e Sherman (1987) apresentam uma discussão dos processos de transição dos modos elementares de produção com importantes contribuições sobre o papel ideológico e suas adequações conforme as antigas formas de produção eram substituídas por novas formas, tornando-se assim, hegemônicas na estrutura da sociedade.

2.5 Combinações geográficas

Concebida pelo geógrafo francês André Cholley após diversos trabalhos de campo, estudando as variadas formas de paisagem, relevo e organização da população, as combinações geográficas estão associadas aos fatos geográficos resultantes da combinação de elementos físicos, biológicos, humanos, ideológicos, etc.

Indo ao encontro do método da geografia ao estudar em detalhes os diversos elementos atuantes no espaço para se obter uma visão geral, as combinações geográficas buscam superar a ideia do determinismo ambiental, tão em voga na Geografia nas primeiras décadas do século XX (MAMIGONIAN, 2003).

Superando tanto o possibilismo quanto o determinismo, categorias que davam ênfase as determinações da natureza e resguardavam a antiga rivalidade entre a geografia francesa e a geografia alemã, a partir das combinações de Cholley, os fatos naturais são associados aos fatos humanos, enriquecendo a geografia regional francesa, sobretudo quando o geógrafo esteve em seu auge entre as décadas de 1940-50 (MAMIGONIAN, 2003).

As combinações geográficas são constituídas por três elementos principais, o elemento físico (solo, clima), o elemento biológico (plantas, animais) e o elemento humano (infraestrutura, cultura, estrutura social, etc) este último, sendo considerado o mais complexo, uma vez que converge para si, o elemento físico e biológico (CHOLLEY, 1964a).

Abarcando a combinação de diversos elementos, a combinação geográfica coloca o homem no centro das determinações, fornecendo um viés pela geografia humana. Nessa análise, o espontaneísmo na convergência dos elementos é eliminado, uma vez que, o homem é capaz de tomar decisões e realizar novas combinações em seu proveito. Não sendo estáticas, se realizam sobre um meio particular através de uma combinação própria dos diversos elementos. Ou seja, além de dar um sentido de localização, conferindo-lhe um caráter geográfico, sob o tempo e o espaço as combinações são dotadas de originalidade (CHOLLEY, 1964a; MAMIGONIAN, 2003).

Sob essas dimensões, Cholley (1964a) afirma que na história de uma sociedade há não somente lugares mais propícios para ocorrerem novas combinações, como também, épocas mais propícias para o seu surgimento. Apesar de considerar que em determinados lugares as condições naturais⁷ exerçam um papel destacado nas combinações, chama a atenção para o não

⁷ As condições naturais reúnem a posição geográfica, o relevo, o clima, o solo, as condições biológicas, etc. Está associada a ideia de meio (CHOLLEY, 1964b).

exclusivismo de sua ação, devendo considerar inclusive, a influência das condições políticas, econômicas e etc.

Por conseguinte, ressalta que as condições naturais não são totalmente passivas, participando ativamente das combinações à medida que interferem na decisão do homem na organização de novas combinações. O que permite ou não a preponderância do papel humano é o grau de desenvolvimento técnico-científico de uma dada sociedade:

À medida que aumenta a densidade dos grupos humanos e que suas técnicas se tornam mais eficazes, a ação das condições naturais é menos imperativa e a estrutura social, a distribuição da densidade ou da mão-de-obra, a localização das cidades é que justificam melhor a estrutura das combinações (CHOLLEY, 1964b).

Nesse sentido, atesta a existência de ordens de combinações, das mais elementares as mais complexas. Sua ordem vai de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade, enquanto que nas sociedades pouco avançadas as combinações estão mais próximas dos fatores físicos e biológicos - combinação elementar -, em sociedades mais avançadas os fatores humanos têm maior destaque - combinação complexa -, devendo-se levar em conta que para uma dada sociedade atingir um grau de desenvolvimento avançado, requer alguma presença industrial (CHOLLEY, 1964a).

Isto se torna perceptível com a passagem do cultivo primitivo do algodão pelos indígenas para o cultivo comercial exportador a partir do final do século XVIII, contando cada vez mais com o fator humano, não apenas pelo seu papel decisório mas também pelas normas regulatórias, exigidas pela atividade comercial, pela inserção de novas variedades no campo e o surgimento da presença industrial a partir das pequenas fábricas de beneficiamento do algodão em diversas localidades de Alagoas, estimulando o surgimento de novas cidades.

“Contudo, são as combinações suscitadas pela atividade industrial que, evidentemente, melhor atestam a parte preponderante, por vezes exclusiva pelos fatores humanos” (CHOLLEY, 1964a, p. 142). Principalmente em indústrias de alta intensidade tecnológica.

Heterogênea e dinâmica, “as combinações, portanto, nascem, evoluem, morrem” (CHOLLEY, 1964a, p. 143). Heterogênea no sentido de sua originalidade em cada lugar e dinâmica no sentido de sua substituição por novas combinações ao longo do desenvolvimento de uma sociedade. Reunindo o método histórico – tempo -, e o método das ciências naturais – momento -, torna-se possível o estudo da evolução da combinação e de sua estrutura (CHOLLEY, 1964b).

Sempre buscando adaptar-se as condições atuais, a sucessão de combinações, na qual a combinação até então vigente cede lugar a nova combinação, o seu sucesso ou insucesso

depende da compreensão que o homem tem da nova realidade e sua capacidade em se adaptar as condições seja lá quais forem, econômica, política, biológica. Considerando que o homem ocupa um papel central nas combinações geográficas. Exercendo suas ações na organização espacial através das combinações, elas estão assentadas na base territorial, atrelada as condições naturais e, na base humana, atrelada ao estágio de desenvolvimento de uma sociedade (CHOLLEY, 1964a; CHOLLEY, 1964b).

No quadro da sucessão de combinações, vemos que a impossibilidade do algodão alagoano, e também nordestino, em superar os problemas de origem biológica levou ao fim esta forma de combinação, dando lugar a uma nova combinação com o desenvolvimento algodoeiro no cerrado.

Buscando a superação do positivismo tão presente na Geografia da época, Cholley (1964b) encara a paisagem não como um fim mas como um meio de estudo, combatendo a noção que pregava o exclusivismo descritivo e a síntese à Geografia. Pois, conforme sua interpretação, antes de realizar a síntese é preciso analisar os fatos a fundo, bem como suas combinações, para só então ser possível realizá-la.

Nesse viés, Mamigonian (2003) afirma que diferentemente das ciências setoriais, a Geografia tem em seu método a análise das combinações, possibilitando uma visão de múltiplas determinações tal como é na análise marxista. Enquanto que o possibilismo assim como o determinismo se restringem as determinações naturais, as múltiplas determinações tratam da relação sociedade-natureza, envolvendo seus múltiplos fatores, sejam de ordem natural, técnica, econômica, política, etc. que se combinam numa base territorial e numa base humana, conferindo o verdadeiro sentido geográfico.

2.6 Metodologia

Utiliza-se como referencial teórico autores que partem da perspectiva do materialismo histórico, método seguido por esta pesquisa, dando viés ao desenvolvimento socioeconômico da sociedade sob múltiplas determinações e suas repercussões no espaço. Além de autores da Geografia, por se tratar de uma pesquisa de Geografia Econômica, estudando as forças produtivas, a localização das etapas da produção e consumo e suas formas de organização historicamente herdadas, agrega-se ao referencial teórico autores da ciência econômica.

É o caso de Ignácio Rangel (1981; 2005a; 2005b) que em suas teorias não se limita aos aspectos estritamente econômicos considerando inclusive o papel das classes sociais e a

categoria de formação social e econômica tratada também por Santos (1982; 2008) ao propor à Geografia a categoria de formação socioespacial.

Desse modo, a teoria rangeliana da dualidade básica da economia brasileira e da formação socioespacial de Milton Santos embasam o segundo capítulo - Gênese da indústria têxtil no Brasil e sua trajetória no espaço nordestino no século XX.

No terceiro capítulo – Inovações técnicas e desdobramentos da indústria têxtil em Alagoas e Sergipe, sob a perspectiva de múltiplas determinações, utiliza-se a teoria de Cholley (1964a; 1964b) ao tratar do cultivo algodoeiro atuando na organização espacial do Agreste e Sertão de Alagoas e a sucessão de combinações com o declínio das áreas tradicionais de cultivo no Nordeste no final do século XX e a ascensão e hegemonia do algodão no cerrado brasileiro vigente neste século, resultando em novas combinações.

Ainda no terceiro capítulo, o ciclo médio de acumulação detalhado em Rangel (1983; 2005c) lastreia o processo das inovações do setor têxtil com ênfase nas fábricas existentes em Sergipe.

As etapas da pesquisa envolvem o levantamento bibliográfico, levantamento e tratamento de dados e pesquisa de campo. A primeira etapa fez uso de publicações resguardadas por órgãos públicos, entre eles, o Ihgal, Apa e na própria biblioteca central da Ufal. Buscando ampliar o acesso a informações em artigos, reportagens, mapas e outras fontes documentais, na internet foi consultado os sites da SciELO, BNDES, BNB, Sudene, Embrapa, Seplag-AL, Valor Econômico, entre outros.

O levantamento e tratamento de dados utilizou publicações físicas, mas, realizou-se principalmente por meio eletrônico a partir da plataforma Sidra-IBGE, Conab e FGV. Em busca de informações complementares, a pesquisa de campo foi realizada em órgãos públicos responsáveis pelo acervo histórico de Alagoas (Ihgal, Apa e Misa), na Seagri-AL e na sede da Sudene em Recife. Na etapa da entrevista direta, obtive fontes orais na Codise, em Aracaju, e em Maceió, no bairro de Fernão Velho e na Loja Pérola Têxtil no bairro do Farol, conforme detalha a Tabela 7.

As dificuldades em encontrar informações específicas sobre a indústria têxtil nos órgãos públicos de Alagoas impõem desafios a pesquisa. As poucas, mas, importantes publicações abordam o tema até os anos 1950, quando é cessado o auge das fábricas locais. Buscando contornar estes entraves realiza-se um esforço para agregar informações fragmentadas sobre o tema, sobretudo, após os anos 1950.

Tabela 7 – Data e finalidade das visitas

Data	Local	Finalidade
09/04/2018	Sudene - Recife	Publicações específicas e ações da Sudene voltadas para a indústria têxtil no Nordeste
08/06/2018	Ihgal	Fontes documentais relacionadas ao algodão e a indústria têxtil em Alagoas pós-1950
14/06/2018	Misa	Fotos das beneficiadoras de algodão e da região portuária de Jaraguá
20/06/2018	Apa	Fotos e publicações sobre as fábricas têxteis em Alagoas e os estabelecimentos comerciais em Jaraguá (trapiches, armazéns e casas comerciais)
16/08/2018	Fiea	Dados recentes da indústria têxtil em Alagoas
15/01/2019	Codise - Aracaju	Conjuntura atual do setor têxtil em Sergipe
30/01/2019	Fernão Velho	Informações da origem dos produtos têxteis comercializados no bairro
07/02/2019	Farol	Breve histórico da loja de fábrica e sua presença em Maceió

Considerando os casos de Alagoas e Sergipe, a pesquisa tem por objetivo analisar a experiência desses estados na indústria têxtil e os processos de inovação tecnológica, além de descobrir as motivações da instalação de unidades fabris têxteis em Sergipe a partir dos anos 2000.

3 GÊNESE DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA NO ESPAÇO NORDESTINO NO SÉCULO XX

3.1 Ascensão de um setor plenamente industrial

Considerada um dos motores da 1ª Revolução Industrial na Inglaterra e um dos primeiros setores a atingir o estágio propriamente fabril, a indústria têxtil surge no Brasil na primeira metade do século XIX, ainda sob a forma de pequenas manufaturas. Com uma população predominantemente rural, capital mercantil concentrado no tráfico de escravos e ausência de tarifa protecionista, a indústria têxtil, de caráter propriamente industrial, é inviabilizada neste momento (HUNT e SHERMAN, 1987; MAMIGONIAN, 2000).

Por outro lado, a presença abundante de matéria-prima, o algodão, que nessa época é exportado em sua maioria para a Europa, estimula o florescimento de pequenas manufaturas têxteis. Com a demanda crescente pelo algodão a partir da Revolução Industrial, rapidamente seu cultivo se amplia e, ao lado do açúcar, torna-se a base econômica do Nordeste. Graças a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, empresa comercial fundada em 1755, ainda no final do século XVIII, o Maranhão assume destaque na produção do algodão, tendo uma das maiores zonas produtoras e São Luís o maior porto algodoeiro do Brasil, seguido por Recife⁸ (SINGER, 1977; SIMONSEN, 2005).

Ensaando suas primeiras tarifas protecionistas, o Império brasileiro cria em 1844 a Tarifa Alves Branco, estabelecendo taxas de 15% a 30% sobre produtos importados. Ainda que a tarifa visasse, sobretudo, o aumento da arrecadação do Império, acabou por incentivar a nascente indústria têxtil desencadeando seu primeiro surto, como mostra Mamigonian ao afirmar que:

Em 1844 existiam no Brasil quatro fábricas de tecidos de algodão, três nascidas na Bahia em 1834, 1835 e 1844 e uma no Rio de Janeiro, nascida em 1840. Até 1857-60, quando a política tarifária brasileira sofreu liberação, surgiram mais sete, sendo três na Bahia e as demais em Alagoas, Minas, Rio e São Paulo (MAMIGONIAN, 2000, p. 24).

Ao longo do século XIX as tarifas alfandegárias, acompanhando as fases expansiva e depressiva dos Kondratieffs, são impostas ou retiradas sem um princípio planejador para a

⁸ Segundo Simonsen (2005), inspiradas na experiência holandesa com a Companhia das Índias Orientais, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi a terceira empresa comercial criada a partir de capitais estatal e comercial. Financiavam a produção de produtos agroprimários, tinham direito a posse de terras conquistadas, podendo realizar a escolta armada de navios mercantes e se juntar ao esforço de guerra.

indústria nascente, apesar de beneficiá-las parcialmente. Quando o Brasil é chamado a participar mais ativamente da divisão internacional do trabalho nos períodos expansivos do comércio internacional, aliviando as finanças do Estado, as tarifas são reduzidas ou retiradas. No caso da tarifa Alves Branco, o Brasil enfrentava um período de queda do comércio internacional, já no final da fase b do Primeiro Kondratieff, ver Figura 2 no Apêndice (MAMIGONIAN, 2000).

Apesar de surgirem por todo o território brasileiro, nessa fase das pequenas manufaturas, a Bahia se torna o primeiro centro têxtil, concentrando 5 das 9 fábricas existentes no Brasil em 1866. A província, que ainda se beneficia das heranças de capital administrativa dos tempos do Brasil Colônia, dispõe de um sistema portuário bem estruturado e mercado consumidor relativamente amplo (trabalhadores livres). Além disso, são abundantes as fontes hidráulicas de energia e de matéria-prima. Até então, o Nordeste é a maior região produtora e exportadora de algodão (STEIN, 1979).

Somadas a estes fatores, são importantes as medidas protecionistas do Governo Provincial, concedendo empréstimos as manufaturas do algodão e impondo em 1849 um imposto adicional de 2% sobre todos os produtos exportados em sacos produzidos no exterior (SUZIGAN, 2000).

Outro centro de destaque das pequenas manufaturas de algodão é Minas Gerais, que após o declínio da exploração do ouro orientada pro exterior, no século XIX volta-se a produção da agricultura nas fazendas que abasteciam as áreas mineiras, mantendo a tradição de autossuficiência e economia voltada pro interior. Aproveitando a presença do algodão nas áreas de diversas fazendas, surgem as pequenas fábricas de algodão. Assim, entre as décadas de 1870-80, a província reúne 55% dos trabalhadores de tecidos no Brasil e conta com 13 fábricas. É verificado na província mineira, uma iniciativa pioneira na produção têxtil, quando a tecelagem Bernardo Mascarenhas, fundada em 1887, utiliza a energia elétrica dois anos mais tarde, tornando-se a primeira fábrica brasileira movida a eletricidade (MAMIGONIAN, 2000; SUZIGAN, 2000).

Com a proibição do tráfico de escravos em 1850, o capital dos comerciantes de importação-exportação antes concentrados nesse tipo de comércio, agora é liberado para ser investido em outras atividades. O capital estrangeiro, por sua vez, buscando maior lucro e retorno mais rápido, está concentrado nos investimentos em infraestrutura, sobretudo na construção de ferrovias. Restou ao capital comercial nacional ser investido na indústria têxtil.

Prado Júnior (1969) atribui ao fim do tráfico negreiro um fato indispensável para o surto de progresso, sucedido por grandes empreendimentos no Brasil. Após 1850 o embate crescente

entre os interesses dos senhores de escravos e da ascendente burguesia comercial ocupa grande atenção política do Império.

Sob a ótica propriamente econômica, o fim do tráfico de escravos é condição à criação de mercado, não somente pela liberação de capital para outras atividades, como também para a especialização da agricultura, considerando que as fazendas de escravos exercem diversas atividades. Diante da fase expansiva do Segundo Kondratieff (1848-1873) o aumento da procura mundial por produtos agroprimários requer do Brasil uma agricultura mais produtiva, isto é, especializada (RANGEL, 1999).

No período das três últimas décadas do século XIX, rapidamente a atividade artesanal vai sendo substituída pela grande indústria e o setor têxtil revela um novo padrão espacial, concentrando-se em grau cada vez mais elevado no Sudeste. A capital do Império e primeira da República, o Rio de Janeiro, tem um papel destacado nesse novo estágio de desenvolvimento da indústria têxtil nacional, concentrando as maiores fábricas do Brasil⁹.

A intransigência frente ao conflito de interesses vai minando a vida do Império. Com o alto custo do trabalho escravo, províncias e diversos segmentos de classe vão aderindo ao abolicionismo, tornando-se agudo pelas sucessivas fugas de escravos e desestabilizando o modelo de exploração (PRADO JÚNIOR, 1969). Somente após a tácita realidade dos fatos, é assinada a Lei da Abolição (1888). Conforme assinala Rangel (2005b) simples *ato homologatório*, reconhecendo um fato que já havia lhe escapado o controle.

Finda o Império e abre-se a República (1889), com a burguesia comercial comandando o pacto de classes e convergindo o interesse abolicionista e das oligarquias regionais. A transição e os primeiros anos são marcados por momentos de agitação e novos fatores político-econômicos. Além da Abolição, a suspensão das tarifas alfandegárias sobre a importação de maquinário e o aumento na oferta do crédito com o Encilhamento (1889) permitem um novo *boom* da indústria têxtil, porém, diferentemente do primeiro surto industrial das pequenas manufaturas, este é caracterizado pelo surgimento de grandes fábricas, de caráter plenamente industrial (PRADO JÚNIOR, 1969; STEIN, 1979; RANGEL, 1999).

Se os fatores internos interferiram neste processo, os fatores externos assim o fizeram da mesma forma. Com o avanço da divisão internacional do trabalho após 1850, a mão de obra da economia natural, produzindo de tudo na atividade artesanal é absorvida pelas fazendas exportadoras. Assim, os antigos centros têxteis da Bahia e Minas Gerais, com grande

⁹ Em 1883, o Rio de Janeiro é o maior consumidor de tecidos do Brasil (STEIN, 1979, p. 83). E concentrava as maiores fábricas do Brasil até meados dos anos 1920 (MAMIGONIAN, 2000).

concentração de pequenas manufaturas vão entrando em declínio até sua produção desaparecer do mercado no final do século XIX. Um prenúncio aberto desde 1850 (MAMIGONIAN, 2000).

O processo de formação de um mercado urbano torna-se latente nesse momento com a instalação definitiva da decadente aristocracia rural nas cidades. É Gilberto Freyre em sua obra *Sobrados e Mucambos* (1985) quem descreve em detalhes este processo, com a perda da hegemonia econômica desta classe diante dos comerciantes de importação/exportação (burguesia comercial), especialmente nas cidades de Salvador e Recife. Enquanto reinava o complexo rural com suas economias autossuficientes ou quase autossuficientes e a condição de endividamento crescente dos senhores de escravos era assegurada pelo Estado, as cidades eram apenas um lugar de habitação temporária da aristocracia rural.

A situação de endividamento se acentua desde a proibição do tráfico negreiro, tendo em vista que o escravo representa a base dessa economia rural, seu preço foi se elevando. O impacto final sobre os senhores de escravos, abalando sua economia e o modo de vida rural, veio através da crise açucareira no final do século XIX, causada pela superprodução no mercado internacional advinda do açúcar da beterraba.

Diante da queda dos preços do açúcar no mercado internacional e a elevação do preço do escravo nas cidades brasileiras a aristocracia rural empobrecida migra para a cidade e a mão-de-obra negra recém-liberta pela Abolição é inserida na economia urbana¹⁰, acentuando o declínio das manufaturas têxteis situadas no interior das fazendas e abrindo margem para as nascentes fábricas têxteis que já vinham sendo estimuladas pela economia urbana em expansão (FREYRE, 1985; MAMIGONIAN, 2000).

Esta economia urbana tem um elemento de importância, a monetarização, algo escasso no interior das fazendas. Freyre (1985) em várias passagens de sua obra considera a presença feudal na sociologia do meio rural, para nós e, além disso, a presença feudal está presente também nas relações de produção no interior das fazendas.

As transformações de ordem política, econômica e social do final do século XIX repercutem na urbanização brasileira, destacadamente, pelo comércio varejista e serviços urbanos. A acumulação na atividade comercial estimula novos investimentos no comércio varejista, surgindo grandes lojas de departamento a partir de mascates enriquecidos. Selando o domínio dos mascates e das lojas importadoras que desempenhavam inclusive atividades de

¹⁰ Nessa transição é mais uma vez Gilberto Freyre (1985) quem lança luz ao ressaltar a resistência pelos senhores de engenho, patrocinando verdadeiras quadrilhas para roubar escravos na cidade e nos engenhos mais pobres. Além disso, diante da crescente pressão dos bancos e/ou comerciantes pela cobrança de suas dívidas era recorrente o assassinato de comissionários que atuavam como uma ponte entre estes agentes.

varejo e atacado, a expansão da novidade comercial no país ocorre, num primeiro momento, apenas no Rio de Janeiro (VILLAÇA, 2001).

A crescente especialização no meio rural se faz presente também no meio urbano, diversificando os segmentos de lojas. No Nordeste, de formação social mais atrasada, incorporando as inovações em descompasso com o centro econômico nacional, vê repercutir tais transformações em suas cidades no decorrer do século XX. Em Alagoas, por exemplo, o desaparecimento das lojas importadoras ocorre somente após 1940, com a inauguração do Porto de Jaraguá.

Preservando a sua condição de capital do Brasil na transição Império-República, além da cidade do Rio de Janeiro atuar como pólo nacional, sendo o centro comercial mais importante do país até o final da década de 1910, a concentração ferroviária aliada ao forte crescimento populacional no Sudeste (Tabela 8), estimulam ainda mais à indústria têxtil.

Beneficiando-se amplamente do surto ferroviário do Segundo Reinado (1840-1889), a região Centro-Sul chega a ser responsável por 78% da malha ferroviária brasileira nos anos 1880, período em que inicia a grande expansão ferroviária por todo o Brasil, notadamente, na região em questão. Na década seguinte, sua porcentagem no contexto nacional ainda que reduzida, em decorrência da forte expansão da ferrovia na região Sul, não é suficiente para superar a concentração centro-sulista.

Tabela 8 – Distribuição regional da malha ferroviária e da população no Brasil 1860-1900

Malha ferroviária - Km ^(*)										
Região	1860 (%)		1870 (%)		1880 (%)		1890 (%)		1900 (%)	
Norte	-	-	-	-	125	4	377	4	720	5
Nordeste	64	36	271	38	590	17	2.142	22	2.695	18
Centro-Sul	112	64	450	62	2.655	78	5.962	62	9.212	63
Sul	-	-	-	-	43	1	1.167	12	2.020	14

^(*) Nesse período, a região Centro-Sul compreende o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. O Nordeste inclui Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Já o Ceará, Maranhão e Pará representam a região Norte.

População - hab.						
Região	1872 (%)		1890 (%)		1900 (%)	
Norte	332.847	3,4	476.370	3,3	695.112	4
Nordeste	4 638.560	46,7	6 002.047	41,9	6 749.507	38,7
Sudeste	4 016.922	40,5	6 104.384	42,6	7 704.133	44,9
Centro-Oeste	220.812	2,2	320.399	2,2	373.309	2,1
Sul	721.337	7,3	1 430.715	10	1 796.495	10,3

Fonte: SILVA, Davi R. B. 2012. IBGE-Diretoria Geral de Estatística, 1930.

No período decenal de grande desenvolvimento da indústria têxtil brasileira (1885-95) houve expansão de fábricas também no Nordeste, principalmente nos estados produtores de algodão. Instalaram-se oito fábricas têxteis no Maranhão, sete em Pernambuco, quatro em Alagoas e uma na Bahia, esta última, a Companhia Empório Industrial do Norte, a maior fábrica da região Norte-Nordeste no final do século XIX (SUZIGAN, 2000).

Seguindo o momento áureo da indústria têxtil nacional, os períodos de maior crescimento se deu entre 1885-1905 e 1905-1915, quando o número de fábricas mais que dobrou em ambos os períodos. Registrando 110 fábricas em 1905, apenas dez anos depois já chega a 240 fábricas (VASCO, 1905; STEIN, 1979).

A indústria têxtil nacional na última década do século XIX, passando por transformações estruturais e espaciais, começa a implantar o motor à vapor. As fábricas de menor porte passam a utilizar de forma consorciada a energia hidráulica e à vapor, já as de maior porte, dispendo de grandes quantias de capital, substituem completamente sua fonte de energia usando exclusivamente a energia à vapor. A expansão do mercado consumidor, demandando o aumento da produção, estimula essa mudança na fonte de energia uma vez que o motor à vapor torna as fábricas mais produtivas, acabando com a dependência do regime de chuvas.

Na transição do setor têxtil, da pequena manufatura à grande indústria, e sua posterior consolidação no início do século XX, os fatores de ordem estrutural e espacial podem ser diferenciados sob as fases recessivas do Segundo Kondratieff (1873-1896) e do Terceiro Kondratieff (1920-1948).

No primeiro período, com a utilização consorciada da energia hidráulica e energia à vapor, além da presença da matéria-prima e mercado consumidor, os fatores locais (espaciais) é determinado também pelos corpos d'água. Enquanto que no segundo período, a substituição pela energia elétrica, encabeçada pela indústria paulista, barateia o processo produtivo em suas fábricas têxteis (fator estrutural), repercutindo também espacialmente, onde estas fábricas de características da 2ª Revolução Industrial não mais precisam se situar próximas aos corpos d'água. Preservando como fatores locais a presença de matéria-prima e mercado consumidor.

Considerando sua aglomeração durante a fase depressiva dos respectivos Kondratieffs, percebe-se que o centro têxtil nacional orbitou em três estados. Inicialmente na Bahia, transitando para o Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e, a partir dos anos 1920 em São Paulo.

Fechando o leque de grandes transformações na transição do século XIX para o século XX, as fábricas passam a diversificar sua produção, fabricando brins, morins e panos de melhor qualidade para calças e camisas. Restritas anteriormente apenas a fabricação de tecidos grosseiros para vestimenta dos escravos e ensacar produtos, com a diversificação da produção de tecidos intermediários, as fábricas passam a expulsar do mercado nacional os tecidos importados, exceto os tecidos de luxo e alta qualidade.

Atingindo novo patamar de concorrência, diante do estreitamento do mercado local, as fábricas cariocas buscam penetrar nos mercados regionais de suas congêneres nacionais. Alguns estados, como Pernambuco e Amazonas, reagindo a concorrência estipulam uma tarifa de 20% sobre os tecidos de algodão importados de outros estados. Nesse período, a capital alagoana, Maceió, é considerada um dos melhores mercados para os fabricantes cariocas, indicando sob essa lógica, uma ausência ou baixa tarifa alfandegária se comparada aos estados supracitados (STEIN, 1979).

Entretanto, deve-se ressaltar que o comércio interestadual era mínimo e a comercialização dos produtos dessas fábricas se concentravam no mercado local, dada a precariedade dos meios de transportes e a integração regional quase nula, onerando qualquer tentativa de expansão do comércio inter-regional.

A intensificação da concorrência local entre as fábricas nacionais a partir do final do século XIX revela que a indústria têxtil já superou o seu período infante. Contudo, os monopólios regionais, possibilitados pelo modelo nacional de ilhas geoeconômicas, serão assegurados até o início do Governo Vargas (1930-1945). Apesar das primeiras tentativas das fábricas têxteis conquistarem outros mercados regionais, sua produção é voltada majoritariamente para os mercados locais:

[...] da produção mineira total em 1882, que ascendia a cerca de 9.000.000 de metros, somente 189.000 metros eram levados para o Rio, sendo o restante absorvido “nas vizinhanças das fábricas”. As fábricas baianas atendiam, na década de cinquenta, ao que tudo indica, apenas à demanda local, embora já nas duas décadas seguintes abastecessem não só o interior da Bahia como os estados vizinhos de Sergipe e Alagoas. Em 1895, uma fábrica pernambucana, que produzia anualmente 1.800.000 metros, exportou 100.000 metros para estados vizinhos (STEIN, 1979, p. 83).

Sob o reflexo da Segunda Dualidade (1873-1922), que tem como sócio maior a classe comerciante, a qual deu origem aos industriais têxteis; através de sua organização e influência no meio político faz o Brasil implementar por longo período novas tarifas alfandegárias¹¹. A

¹¹ Em 1881, é fundada a Associação Industrial do Rio de Janeiro, a primeira entidade voltada exclusivamente para os interesses dos industriais (STEIN, 1979, p. 33).

exemplo da tarifa de 1900 que vigorou por 30 anos. Dentre os seus objetivos, a proteção à indústria têxtil em vias de consolidação¹² (RANGEL, 1981).

A partir do relatório de Vasco (1905) já é possível observar quantitativamente a concentração têxtil no Sudeste, responsável por pouco mais da metade das fábricas existentes no país. Tendo destaque o Rio de Janeiro, centro têxtil nacional, com as fábricas mais empregadoras e mais produtivas da época.

Estimuladas por uma brecha no mercado durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as empresas do Sul, Hering, Karsten e Renner ocupam uma faixa do mercado nacional pouco explorada pelas fabricantes locais, os tecidos de alta qualidade. A primeira e a segunda se destacando na produção de tecidos de malha e da linha lar (cama, mesa e banho), na época, um mercado quase inexplorado no país (MAMIGONIAN, 1965; SINGER, 1977).

Não tardou e a empresa Hering adquire enorme expressividade no mercado regional e nacional, tornando-se a maior fábrica de malharia do país e a maior empresa industrial de Blumenau, cidade catarinense localizada na zona de colonização alemã e com forte presença têxtil. Já a Renner, quatro décadas depois do conflito é considerada a maior empresa verticalmente integrada da América do Sul, participando de ponta-a-ponta no processo de produção e comercialização (MAMIGONIAN, 1965; SINGER, 1977).

No caso de Blumenau, em Santa Catarina, o notório desenvolvimento da indústria têxtil atrai capitalistas do ramo sediados no estado vizinho, Rio Grande do Sul. É também durante a Primeira Guerra que a Hering passa a produzir o próprio fio, substituindo a importação alemã e importando o algodão nordestino, de São Paulo e do norte do Paraná, as duas últimas localidades sendo as maiores fornecedoras (MAMIGONIAN, 1965).

As empresas sulistas, com práticas inovadoras no mercado, logo se projetam no mercado nacional com expressiva inserção até os dias atuais e, no caso da Hering e Renner detêm centenas de lojas franqueadas e lojas de departamento.

Aproveitando a estabilidade da Primeira República (1889-1930), a parcial proteção estatal e o prestígio de seus industriais, a indústria têxtil brasileira se consolida e tem sua era de ouro, cessando somente após a Crise de 1929. Sendo o mais importante segmento industrial brasileiro do período, a indústria têxtil absorve 50% da produção nacional de algodão e é responsável por 75% do consumo interno de artigos de algodão, até se tornar na década de 1910 o décimo parque têxtil do mundo, tendo o estado do Rio de Janeiro como o principal centro

¹² As tarifas alfandegárias são implementadas desde o Império, porém, a tarifa de 1900 se diferencia por ter atendido parcialmente aos anseios dos industriais têxteis e não apenas visando a arrecadação fiscal das tarifas anteriores.

industrial têxtil do país, seguido por São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão (SINGER, 1977; MAMIGONIAN 2000; SUZIGAN, 2000).

Percebe-se que as fábricas do Sudeste, desde o início da fase industrial se mostram mais dinâmicas se comparadas as fábricas do Nordeste, um exemplo disso é verificado na mudança da fonte de energia. As fábricas do Sudeste são pioneiras na mudança da fonte de energia, passando da energia hidráulica para a energia à vapor no final do século XIX, e já no início do século XX, passando da energia à vapor para a energia elétrica. Essa última transição encabeçada pela indústria paulista, conforme foi dito anteriormente. Além do mais, estas fábricas da 2ª Revolução Industrial dispensavam o modelo fábrica-vila operária, tornado desnecessário pela crescente urbanização.

Enquanto isso, as fábricas do Nordeste acompanhavam com atraso as mudanças estruturais do setor. Para efeito de comparação, até as primeiras décadas do século XX, a maioria das fábricas têxteis alagoanas utilizam de forma consorciada a energia hidráulica e à vapor¹³. Em 1915, enquanto que nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, 77% da força motriz têxtil é movida pela energia elétrica, nas regiões Norte-Nordeste, a proporção é de apenas 16% (SUZIGAN, 2000; SILVA e CORRÊA, 2017).

O primeiro sinal da superprodução de tecidos grosseiros no mercado nacional ocorre em 1913, quando a indústria têxtil mergulha em crise, porém, reverte a situação rapidamente dois anos depois com a produção de tecidos de algodão superando os números de 1913. A eclosão da Primeira Guerra Mundial desorganiza o mercado das fabricantes estrangeiras, abrindo espaço para as fábricas nacionais monopolizarem o mercado interno, inclusive, ganhando margem na faixa de mercado de tecidos de alta qualidade. No mercado externo, as fábricas brasileiras ocupam temporariamente o mercado das fabricantes estrangeiras, exportando tecidos para os países vizinhos, Argentina e Uruguai (SUZIGAN, 2000).

Fatores como o elevado custo de produção e um sistema de distribuição deficiente encareciam o produto nacional de modo que o consumidor final encontrava o produto por 100% a 120% acima do preço de fábrica¹⁴. Buscando reduzir o preço do produto para o consumidor final, alguns fabricantes nacionais, nos anos 1920, eliminam os comerciantes como intermediários. As grandes fábricas, por sua vez, procuraram manter os tradicionais acordos

¹³ O empreendedor Delmiro Gouveia é pioneiro na utilização da energia elétrica em Alagoas e no Nordeste, ao construir a Usina Hidrelétrica de Angiquinho, em 1913, para mover sua fábrica de linhas e fornecer eletricidade ao povoado da Pedra, nos confins do Sertão Alagoano (SILVA e CORRÊA, 2017).

¹⁴ A indústria têxtil nacional ainda dependia de insumos importados, tais como, soda cáustica, alvejantes e corantes de anilina, encarecendo o custo de produção, sobretudo em períodos de restrição do mercado (SUZIGAN, 2000, p. 60). No mercado externo, durante os anos 1940, o tecido brasileiro ultrapassava em 60% a 120% o preço do tecido norte-americano (STEIN, 1979, p. 171).

com as casas comerciais, haja vista que muitos comerciantes eram acionistas ou ocupavam cargos estratégicos. Dentre as medidas visando contornar o problema, o caso mais notório foi o da fabricante pernambucana Companhia Tecidos Paulista, fundando uma rede de loja própria, a Lojas Pernambucanas, intento realizado também pela Renner, no Rio Grande do Sul, porém, ainda com suas primeiras lojas no estado¹⁵. A Companhia, ultrapassando a baiana Empório Industrial do Norte, torna-se nos anos 1930 a maior empresa têxtil do Norte-Nordeste do Brasil (STEIN, 1979; SUZIGAN, 2000).

A indústria têxtil do Sudeste não fica atrás, e reafirmando o seu dinamismo, o Grupo Matarazzo funda no estado de São Paulo, em 1924, a *Visco Seda Matarazzo Ltda*, a primeira fábrica de fiação de seda artificial, dando início ao segmento de fibras artificiais no país. Até então, com a produção têxtil voltada exclusivamente para os artigos de algodão, o setor têxtil acompanha a tendência da diversificação industrial, verificada no país a partir dos anos 1920-30 (LOUREIRO, 2006).

Ainda no final dos anos 1920, a indústria têxtil paulista desponta, superando a congêneres fluminense e colocando-se como o novo centro têxtil do país. Estimuladas pela concorrência da pequena produção mercantil, de iniciativa de parte dos ex-colonos do café, a indústria têxtil paulista se mostra bem mais dinâmica que a indústria fluminense¹⁶. Além disso, a fonte de energia elétrica mais barata e a presença do algodão em escala significativa desde o último quartel do século XIX também favorece sua expansão pelo estado, tornando-a independente do algodão nordestino a partir dos anos 1920. Além de tornar a indústria do Sudeste independente do algodão nordestino, São Paulo passa a exportar a matéria-prima¹⁷ (MAMIGONIAN, 2000; SUZIGAN, 2000; LOUREIRO 2006).

É no noroeste paulista que se formam núcleos de sítios onde as empresas agrícolas inglesas encorajam a plantação de algodão. O *boom* algodoeiro entre os anos 1930 e 1940 dissemina o cultivo por todo o estado, mas é naquela região, entre Presidente Prudente e Marília que estão os grandes centros produtores. Semelhante as características da cotonicultura alagoana, em São Paulo, seu cultivo é feito pelo pequeno produtor. Porém, a diferença se evidencia quando consideramos outras variáveis. O algodão em Alagoas, ao lado da pecuária,

¹⁵ Na década de 1920, a Companhia matinha cerca de 200 lojas varejistas espalhadas pelo Nordeste brasileiro. (STEIN, 1979, p. 128).

¹⁶ Em 1907, apesar de São Paulo representar apenas 16,5% do parque industrial brasileiro, era responsável por 72% da potência elétrica industrial do Brasil (MAMIGONIAN, 2000, p. 32). Na década de 1920, São Paulo já é o maior centro industrial do país (SUZIGAN, 2000, p. 161).

¹⁷ O estado foi o único da região Sul-Sudeste a desenvolver o cultivo do algodão em escala comercial após 1860-70. Na década de 1920, cria um programa de pesquisa para melhorar a qualidade do algodão produzido no estado, afim de atender plenamente sua indústria têxtil (SUZIGAN, 2000, p. 340).

ocupou regiões pioneiras fazendo surgir novas cidades e ainda contou com uma parcela da mão-de-obra escrava em seu trato, já em São Paulo, o algodão é cultivado em terras já abertas pelos cafezais e contou com a mão-de-obra imigrante (MONBEIG, 1984).

Diante da queda do preço do café e o *boom* algodoeiro em São Paulo aumenta a coexistência da pequena lavoura (sítio) e da grande lavoura (fazenda). Monbeig (1984) chega a afirmar que houve um notável sincronismo entre o auge algodoeiro e o da pequena propriedade, onde o plantador sendo ou não o dono da terra é um morador da localidade e ele próprio cultiva o solo.

O progresso industrial paulista muito se deve a presença de imigrantes, inserindo-se na economia local não apenas na condição de produtor mas também de consumidor. O primeiro período de forte imigração se dá entre 1887 a 1900 quando o estado recebe 863 mil imigrantes, tendo outro pico com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, com destaque a presença de italianos, espanhóis e portugueses. A capital paulista que não chegava a 250 mil habitantes no início do século XX registra um crescimento populacional elevado alcançando cerca de 700 mil habitantes em 1920 (MONBEIG, 1984).

Os colonos enriquecidos aqui tiveram três destinos principais: estabeleceram empreendimentos fabris, tornaram-se comerciantes import/export ou, adquiriram terras contribuindo para a diversificação da agricultura paulista sobretudo a partir da 1ª Guerra quando a queda dos preços do café motiva os fazendeiros a venderem ou arrendarem pequenos lotes de terra e o estado passa a exportar alimentos. Além do conflito mundial ter favorecido a indústria têxtil pela via exportadora, favorece também o mercado interno que diante da conjuntura favorável aos colonos se tornam o principal mercado consumidor da indústria paulista (MAMIGONIAN, 1976; MONBEIG, 1984).

Ainda nesse período, após conquistar o mercado local, a indústria têxtil paulista vai conquistando gradativamente os mercados regionais. Em 1935, entre as 714 empresas industriais do estado cerca de 73% não são de origem luso-brasileira. Estimulada pelo crescimento vertiginoso de seu mercado consumidor, a indústria têxtil paulista estando em crescente projeção no mercado nacional respondia por 31% do pessoal ocupado em 1920 e salta para 50% em 1969 no conjunto da indústria têxtil brasileira. Ao passo que a indústria nordestina registra queda de 29% em 1920 para 14% em 1969 (MAMIGONIAN, 1976).

Compreendendo a troca da hegemonia do Rio de Janeiro para São Paulo na primeira metade do século XX, os documentos de Vasco (1905) e da Cetex (1946) fornecem índices mais aproximados da realidade têxtil, por tratarem estritamente das fábricas de fiação e tecelagem. Conforme a Tabela 9 no Apêndice, pode-se constatar num primeiro momento, ampla

hegemonia fluminense em 1905 e, posteriormente a paulista em 1945. No Nordeste, em 1905, Bahia e Maranhão são destaques em número de operários e equipamentos. Em produção de tecidos, no mesmo ano, a Bahia aparece ao lado de Pernambuco com os maiores índices. Já em 1945, com o relativo declínio das fábricas baianas e maranhenses, Pernambuco é destaque em número de operários, equipamentos e produção de tecidos, sendo o centro têxtil regional da primeira metade do século XX.

Estimulados pela expansão da margem de mercado em decorrência da Primeira Guerra Mundial, os fabricantes nacionais aumentam a capacidade produtiva têxtil e realizam as últimas substituições de importações do setor, com os tecidos de luxo (STEIN, 1979; MAMIGONIAN 2000).

Além da projeção para o mercado nacional, a indústria paulista se diversifica, surgindo entre as décadas de 1920-1930 a indústria de máquinas a partir de pequenas oficinas de reparo. Enquanto que no Nordeste havia o congelamento tecnológico ao copiar as máquinas adquiridas, em São Paulo, o desenvolvimento dessa indústria permitia a redução da defasagem tecnológica em relação ao centro do sistema. É nesse período que surge a primeira oficina produtora de teares no Brasil, a Fábrica Ribeiro, que já nos anos 1930 inicia a produção de teares para seda, algodão e lã (MAMIGONIAN, 1976; LOUREIRO, 2006).

Na Tabela 10, constata-se em números o esforço para substituir os tecidos estrangeiros do mercado nacional, iniciado a partir da década de 1920. Os resultados favoráveis ao setor têxtil nacional aparecem na década de 1940, quando a balança comercial do setor torna-se favorável com as exportações de tecidos de algodão ultrapassando as importações.

Tabela 10 – Importação de máquinas e balança comercial de tecidos de algodão em quilos (1905-1950)

Ano	Máquinas importadas	Importação	Exportação	Saldo import/export
1905	-	12.406.095	3.515	12.402.580
1910	-	12.066.526	749	12.065.777
1915	2.194.261	2.396.154	2.060	2.394.094
1920	4.262.251	4.867.338	135.119	4.732.219
1925	17.858.737	7.328.340	23.342	7.304.998
1930	1.986.043	1.338.304	11.274	1.327.030
1935	3.875.148	342.187	221.024	121.163
1940	4.091.000	1.463.954	3.958.371	-2.494.417
1945	26.021.000	159.345	24.246.510	-24.087.165
1950	15.356.000	76.584	1.361.359	-1.284.775

Fonte: Stein, 1979.

Buscando garantir seus mercados, os fabricantes têxteis do Sudeste, na década de 1930, levantam a tese de superprodução no setor, levando o Governo Federal a restringir a importação de máquinas têxteis entre 1931-1937. Entretanto, Stein (1979) põe em dúvida a efetividade dessa restrição por não haver nenhum controle eficaz sobre as atividades nas fábricas. Além disso, outros fatores corroboram a assertiva, entre eles, a situação paradoxal da indústria têxtil nesse momento, com fábricas suspendendo ou reduzindo suas operações, enquanto outras funcionando em três turnos.

Sua recuperação após a crise de 1929 é rápida, registrando aumento na produção de tecidos já no início da década de 1930. Tendo como fator dinâmico principal o mercado interno em expansão, cuja renda nacional volta a crescer já em 1933 (FURTADO, 2007).

Apesar da restrição à importação ter sido motivo de reclamação entre alguns grupos regionais, a exemplo dos fabricantes do Nordeste, percebe-se que tal medida não foi suficiente para interromper o processo expansivo do setor, ver tabela acima. Ultrapassando os 17 milhões de quilos em importação de máquinas têxteis no ano de 1925, cinco anos depois os números declinam até atingir o patamar pouco abaixo dos 2 milhões de quilos. Mas, em 1935 já é possível observar a trajetória de recuperação das importações.

Seguramente a grande parcela dessas importações são realizadas pelo empresariado do Sudeste, estimulados a inovar pela condição de acirrada concorrência, ao passo que o empresariado nordestino, dispendo de mão-de-obra relativamente barata, ajuda a manter seu hábito tradicional de baixo investimento.

Seguindo uma lógica semelhante, Suzigan (2000) afirma que o crescimento da indústria têxtil na década de 1930, mesmo com restrições à importação de máquinas, ultrapassa ao da década de 1920 e supõe alguns fatores que permitiram esse crescimento, como os investimentos em maquinaria nova e importação de maquinário para outros ramos têxteis, a exemplo do ramo de seda e raiom que emergiu no período. Ou simplesmente o não cumprimento rigoroso da legislação.

A importação de máquinas se dedicou basicamente a renovação do maquinário, pois, o aumento da produção têxtil nos primeiros anos da década de 1930 se deu sobre a capacidade produtiva já instalada, possibilitando a formação de capital para subsequente expansão. Além do aumento do lucro, recebe novo impulso ao atrair capitais do setor exportador, em busca de melhores aplicações no imediato pós-crise de 1929 (FURTADO, 2007).

Por fim, a tese dos fabricantes do Sudeste foi finalmente refutada após a conclusão do inquérito realizado pelo departamento industrial do Ministério do Trabalho em 1938. Ao invés

do problema da superprodução, o inquérito apontou o saturamento de determinados mercados de tecidos (STEIN, 1979; SUZIGAN, 2000).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi mais um período de alívio à indústria têxtil nacional, permitindo, ainda que temporariamente, contornar os entraves internos. As fábricas brasileiras voltam a aumentar sua participação no mercado latino-americano que, durante o conflito, absorvem 71% do total das exportações brasileiras, tendo como principal destino, Argentina, Uruguai e Chile.

Com a crescente participação da indústria na economia nacional e aumento da massa operária a estrutura econômica e social do país vai se modificando. Isto reverbera no plano institucional criando-se o Ministério do Trabalho e a subsequente Consolidação das Leis do Trabalho - CLT durante o Governo Vargas. Buscando institucionalizar as agremiações de classes é regulamentado a sindicalização das categorias patronais e proletárias (RAMOS, 1961).

Ramos (1961) assinala que desde a Revolução de 1930 os diversos interesses tornam-se mais nítidos, em resultado da disputa ideológica entre as classes sociais. Sob os auspícios da 3ª Dualidade, a penetração cada vez maior do novo empresariado na estrutura de poder, faz o Estado dedicar maior atenção à indústria, promovendo o desenvolvimento planejado e diversas políticas setoriais. Nesse contexto, o mercado interno está em expansão e o país atinge nova etapa de industrialização com o desenvolvimento do setor de bens de capital em moldes plenamente fabril.

Conduzida pelas oligarquias agrárias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e sertão nordestino, mais progressistas e associadas ao mercado interno, a Revolução de 1930 relega as oligarquias feudais e dinamiza o país, levando-o a uma industrialização intencionada e planejada (MAMIGONIAN, 2009).

Sob intensas modificações na vida socioeconômica nacional e a indústria ocupando um papel central no desenvolvimento, em 1945, é institucionalizada a CNI e respectivas federações a nível estadual (RAMOS, 1961).

Cessada a Segunda Guerra, fica evidente a quebra dos monopólios regionais, nos anos 1950, havendo a expansão das fábricas têxteis do Sudeste sobre o mercado nacional em detrimento das congêneres do Nordeste. Tal evento foi possibilitado pela integração regional do Brasil, a partir da expansão das rodovias, fim das taxas alfandegárias entre os estados e pelo já apontado desequilíbrio inter-regional do setor. Aproveitando o menor custo de produção sob as condições de maquinário mais moderno e fonte de energia mais barata, a eletricidade, os

tecidos do Sudeste chegam mais baratos ao mercado nordestino que os próprios tecidos produzidos localmente¹⁸.

Perdendo o seu mercado, a indústria têxtil nordestina, mais obsoleta, entra em declínio, penalizando o Nordeste mais uma vez. Em termos populacionais, a região já vem perdendo sua população através da migração, geradas por problemas internos e estimulada por fatores externos à região. Se os períodos de seca bastavam para gerar um intenso fluxo migratório, o declínio das tradicionais atividades fabris e o crescimento urbano-industrial do Sudeste nos anos 1950, sobretudo em São Paulo, motivam grandes êxodos de nordestinos.

Tais efeitos resultam de modificações nas economias regionais quando a partir dos anos 1930 a indústria paulista ao gestar um centro dinâmico interno passa a comandar as demais regiões, integrando-as e reestruturando-as. Assim, a redistribuição da população e da mão-de-obra nordestina é acompanhada por modificações nas funções de produção e hábitos de consumo (RANGEL, 1968; MAMIGONIAN, 2009).

3.2 A indústria têxtil nordestina sob a integração geoeconômica nacional

A questão regional toma conta das economias avançadas logo após a Crise de 1929 e suas experiências vão repercutir nas políticas de desenvolvimento dos países periféricos nos anos 1950¹⁹. Entre elas, recebe grande destaque a experiência norte-americana na criação da empresa estatal Tennessee Valley Authority - TVA em 1933 para desenvolver uma das regiões mais depressivas do país, o vale do rio Tennessee (VIEIRA, 2006).

Atuando em sete estados do sudeste americano, a TVA constrói hidrelétricas e barragens para controlar as enchentes do rio Tennessee nos anos 1930. Duas décadas depois, a região do vale do Tennessee torna-se a maior produtora de energia elétrica dos Estados Unidos (VIEIRA, 2006).

Inspirando-se na experiência das economias avançadas, a partir dos pós-Segunda Guerra Mundial, a questão regional ocupa grande atenção no ambiente político do Brasil, buscando mitigar os desequilíbrios regionais contrastado pelo Sudeste em pleno desenvolvimento urbano-industrial e pelo Nordeste com o problema das secas periódicas e o declínio de sua indústria tradicional, a têxtil e a açucareira.

¹⁸ Apesar de iniciativas pioneiras na região como as de Delmiro Gouveia, a energia elétrica só começa a se difundir amplamente pelo Nordeste nos anos 1950, após a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco-CHESF.

¹⁹ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1929, foi o primeiro país a empreender o planejamento estatal através dos planos quinquenais (MINDLIN, 2003).

Nesse ambiente são criadas pelo Governo Federal autarquias e empresas estatais voltadas ao desenvolvimento do Nordeste cujas sedes estão majoritariamente nas cidades de Recife-PE e Fortaleza-CE, entre elas, a Chesf em 1945, inspirada na experiência da TVA e do empresário Delmiro Gouveia no Sertão Alagoano; a Codevasf em 1948; o Banco do Nordeste em 1952; e a Sudene em 1959²⁰.

As duas últimas estatais apesar de não se restringirem ao âmbito da indústria exercem um papel primordial na retomada da industrialização do Nordeste e no desenvolvimento de políticas setoriais. É a partir da política regional nos anos 1950 que há uma redefinição da atuação do Estado brasileiro no Nordeste, não se limitando tão somente as tradicionais obras contra as secas, de caráter pontual, mas também, implementando políticas que visam o desenvolvimento socioeconômico da região. Assim busca-se o desenvolvimento das atividades agropecuárias em conformidade com as condições naturais da região, o apoio as atividades produtivas através do crédito e diversos incentivos à indústria. Em um amplo esforço de desenvolvimento das forças produtivas (CASTRO, 1980; VIEIRA, 2006).

Não apenas o tradicional setor têxtil, bem como, a economia regional em geral é grassada pelo obsolescência, latente mediante o avanço da integração inter-regional. O predomínio de meios de transportes em decadência como a ferrovia e a cabotagem, as exíguas e desarticuladas rodovias, e as deficiências no suprimento de eletricidade são os principais problemas estruturais que atuam como um freio à industrialização nordestina (CASTRO, 1980).

Tamanha é a deficiência nos transportes que até os anos 1970, em determinados casos, seu custo era maior entre São Paulo e o Nordeste que entre o Nordeste e o Japão. Situação finalmente contornada pelas rodovias (ALMEIDA, 1985).

Conforme a tabela seguinte, percebe-se que a extensão da malha rodoviária praticamente dobra entre 1960 e 1965, tendo sua ampliação intensificada sob o Governo Militar. No tocante a emigração, o Sudeste em ambos os períodos é destino de cerca de 70% dos nordestinos. A partir de 1970, ultrapassando a região Norte, o Centro-Oeste é o segundo principal destino já sob a influência da recém-criada capital federal, Brasília.

A ocupação da mão-de-obra nordestina ilustra bem a participação incipiente da indústria na economia regional, agravada pelo declínio das indústrias tradicionais. Castro (1980) afirma que nos anos 1950, 3 em cada 4 nordestinos encontram ocupação na economia primária.

²⁰ O primeiro órgão federal voltado ao Nordeste é o IOCS, criado em 1909. Atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS.

Tabela 11 – Evolução da malha rodoviária nacional e fluxo migratório nordestino entre as décadas de 1950-1970

Ano	Km	1950		1970	
1952	302.147	Norte	99.951	Norte	129.922
1955	459.714	Centro-Oeste	89.826	Centro-Oeste	518.005
1960	476.938	Sudeste	668.592	Sudeste	2.466.855
1965	803.068	Sul	37.461	Sul	393.471
1970	1.039.779	Total	895.830	Total	3.508.253
1975	1.428.707				

Fonte: IBGE, 1990.

Fonte: Cano, 2007. (Adaptado).

Não muito diferente da realidade nordestina, para o contexto nacional, Rangel (2005a) estima que no mesmo período dois terços da população alimentam-se da produção de autoconsumo, isto é, a grande parcela da população fora da economia de mercado.

Por outro lado, o Sudeste, capitaneado por São Paulo, reverterá rapidamente esta condição, passando a ter mais da metade da população urbana nos anos 1960. Índice alcançado pelo Nordeste somente nos anos 1980 (SANTOS, 2005).

Com a política cambial pré-1953 buscando transferir os recursos da agricultura exportadora para a nova etapa da industrialização brasileira, as exportações são penalizadas, tornando-se desfavorável ao Nordeste, dependente da tradicional agricultura de exportação. Entre os anos de 1939 e 1950 a participação da região na renda nacional declina de 21% para 16%. A política cambial desfavorável não é o único fator, deve-se levar em conta também o declínio das indústrias tradicionais e a formação de um mercado agrícola nacional (CASTRO, 1980).

A pesquisa da Cepal (1962) realizando um diagnóstico da indústria têxtil brasileira aponta alguns desequilíbrios entre os seus segmentos e as regiões. O segmento de algodão, o mais importante da indústria têxtil nacional, é o mais obsoleto, possuindo 51% de teares obsoletos. Já o segmento de fibras sintéticas, mais recente na estrutura industrial, conseqüentemente é mais moderno, possuindo apenas 23% de teares obsoletos.

Ainda segundo o estudo, considerando os fusos, o Nordeste possui 48% desses equipamentos obsoletos, enquanto que São Paulo numa situação mais favorável, possui 30% de fusos obsoletos²¹. A melhor condição de São Paulo deve-se, em partes, a concentração da nova indústria têxtil de fibras artificiais e sintéticas em seu território, porém, não se pode descartar o estímulo à inovação na indústria têxtil de algodão por motivos já destacados na seção anterior.

²¹ A metodologia da pesquisa da Cepal (1962) considera máquinas obsoletas aquelas com idade superior a 30 anos e que não apresentam condições para reforma.

Surgindo nos anos 1950, conforme se desenvolve em décadas subsequentes a indústria petroquímica nacional, a fibra sintética abre um novo ciclo tecnológico no setor têxtil, onde a sua modernização se faz uma exigência econômica. A inserção da nova fibra requer o aperfeiçoamento das máquinas, demandando maior custo de capital (CLEMENTINO, 2012).

Tendo em vista a condição do Nordeste com mão-de-obra mais barata e assim desestimulando a injeção de capital, a participação da indústria têxtil regional fica às margens do novo ciclo tecnológico, agravada inclusive, pela redução da demanda diante da penetração dos tecidos do Sudeste em seu mercado.

As vantagens comparativas que a amparavam (matéria-prima e mão-de-obra) se decompõem diante do uso crescente de fibras sintéticas e artificiais, além da produção algodoeira extra-regional. Ainda que em grau letárgico se comparada ao Sudeste, a evolução da população urbana contribui na elevação dos salários, neutralizando o outro lado da vantagem comparativa. Conforme eleva-se a renda per capita e os tecidos do Sudeste avançam pelo mercado regional, a produção nordestina vai se limitando a faixas inferiores do mercado, de menor margem de lucro e taxa de crescimento (CASTRO, 1980; CLEMENTINO, 2012).

Diante do exposto busca-se mostrar que as indústrias que se mantiveram nos moldes da Primeira Revolução Industrial, como é o caso da maioria das indústrias nordestinas, sucumbiram diante das indústrias modernas da Segunda Revolução Industrial, amplamente presentes no Centro-Sul e desenvolvendo-se sobremaneira na fase b do terceiro Kondratieff (1920-1948).

O fenômeno é registrado também nas economias avançadas. Tomando como exemplo Inglaterra e França, suas indústrias têxteis que mantiveram o uso do carvão mineral como força motriz e restritas a produção de algodão sucumbiram ou ficaram estagnadas, à medida que, as novas indústrias têxteis utilizando a eletricidade e fibras sintéticas, situadas em regiões mais dinâmicas, passam a exercer papel de destaque na produção desses países no mesmo período (GEORGE, 1979).

Mas, afim de evitar uma visão vitimizada do Nordeste, contrabalançando a situação, é necessário considerar o comportamento tradicional do empresariado e da sua classe dirigente, tomada pela inércia e indisposta a superar os entraves da economia regional. Mesmo com as indústrias nordestinas registrando lucratividade acima da média nacional nos anos 1950, o investimento sobre lucros é de apenas 19%, enquanto que a média nacional é de 36% (CASTRO, 1980).

Considerando a economia nordestina em geral, não se pode falar em declínio ou estagnação, uma vez que, apresentou taxa média de crescimento de 5,9% entre 1939 a 1970,

índice ligeiramente maior que algumas economias avançadas. O que deve ser levado em conta é o declínio da participação da indústria tradicional. Juntas, a têxtil e alimentícia responde por quase 80% do valor de transformação industrial em 1949 e 60% em 1959. Ao passo que a indústria química, sob o estímulo preponderante do Estado, no mesmo período, passa de 6% para 17% do valor de transformação industrial (CASTRO, 1980; CANO, 2007).

A aristocracia agrária nordestina, cuja classe é o sócio maior da Terceira Dualidade, demonstra visível resistência à modernização durante a criação da Sudene em 1959. A maioria de seus representantes, baseados no capital comercial, são contrários a sua criação, avessos não somente a proposta industrializante, mas principalmente, a vinculação da Superintendência à Presidência da República cuja organização administrativa escapava-lhe o controle (VIEIRA, 2006; CANO, 2007).

Nesse quadro, se faz necessário a reprodução do pensamento de Milton Santos que mesmo partindo do ponto de vista urbano, converge quanto a questão socioeconômica nordestina, afirmando que:

Outra é a realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária, hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva [...] Um antigo povoamento, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarreta retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização (SANTOS, 2005, p. 69).

Além da questão da classe dirigente, o Nordeste sob o predomínio do capital comercial não consegue ingressar na nova fase da industrialização brasileira via iniciativa privada, tendo o Estado, papel fundamental no Nordeste nessa nova fase. Dessa forma, o capital industrial do Sudeste vem preencher esta lacuna na região, estimulado pelos incentivos fiscais da Sudene, tendo aprovado em 1961, seu I Plano Diretor (CANO, 2007).

O documento do GTDN (1967) cuja primeira edição é publicada em 1959 servindo de base à criação e às ações da Sudene, traça um quadro com os principais entraves ao desenvolvimento econômico nordestino e um plano de ação em diversas frentes, agropecuária, indústria, energia, tecnologia, entre outras.

Resumindo os problemas elencados pelo documento tem-se: a elevada concentração de renda na região e o crescente desequilíbrio em relação a renda do Centro-Sul; queda no ritmo de crescimento da economia regional; soma de problemas históricos como a escassez de terras aráveis e predominância do setor de subsistência aos novos problemas decorrentes da industrialização, gerando escassez de divisas e fuga de capital em busca de melhores aplicações no centro dinâmico nacional (GTDN, 1967).

Reproduzindo aqui o plano de ação do GTDN (1967) este se dá em quatro diretrizes:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva das economias semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas e;
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.

Especificamente, no tocante a indústria têxtil, o plano prevê ações imediatas, tendo em vista o declínio da indústria e sua importância no emprego da mão-de-obra regional. Entre elas, o reequipamento das fábricas, a redução de custos, e capacitá-las para atender a uma fração crescente do mercado nacional em determinados tipos de tecidos (GTDN, 1967).

Além das condições intramuros das fábricas, Almeida (1985) aponta a necessidade de desenvolver a indústria petroquímica, feito empreendido pelo Estado a partir dos anos 1970 na região, como pré-condição à produção de fios sintéticos e substituição parcial do algodão; e investimentos no início da cadeia de produção, fornecendo apoio técnico ao pequeno produtor de algodão. Nessa ótica, a oferta de fibras sintéticas produzirá um duplo efeito, ao mesmo tempo que substitui parcialmente o algodão, cria demanda para este, através da produção de tecidos mesclados de algodão e poliéster.

Assim, a inovação subsequente no setor têxtil não se restringe à modernização de maquinário, requerendo novas relações interindustriais com as indústrias química e petroquímica, e reorganização dos canais de comercialização, oferecendo novos tipos de tecidos (CLEMENTINO, 2012).

Entretanto, como é sabido, a industrialização nordestina nesta nova etapa se faz em complemento as indústrias do Centro-Sul com a instalação de filiais industriais. Sob o sistema de novos incentivos fiscais, os capitais do Sudeste são atraídos, instalando modernas instalações e inviabilizando definitivamente as fábricas tradicionais. Desse modo, a inserção do Nordeste na nova etapa da industrialização brasileira se dá em bases competitivas com regiões industriais já desenvolvidas (ALMEIDA, 1985; CLEMENTINO, 2012).

Com a Instrução 113 da Sumoc, uma política econômica de âmbito nacional objetivando principalmente o ingresso de capital estrangeiro para financiar a nova indústria, figura o setor têxtil na sexta colocação em investimento direto estrangeiro no período de 1955 a 1963, Tabela 12 (CANO, 2007; CAPUTO e MELO, 2009). Atrás apenas das indústrias de bens de consumo duráveis, comandantes da nova etapa da industrialização brasileira.

Tabela 12 – Investimento direto estrangeiro via Instrução 113 da Sumoc entre 1955 e 1963 por grupos da indústria

Setor da economia	Investimentos em milhões de US\$	(%)
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	189,61	38,1
Fabricação de produtos químicos	58,16	11,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	55,93	11,2
Fabricação de artigos de borracha e de material plástico	30,89	6,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	25,14	5,1
Fabricação de produtos têxteis	21,68	4,4
Metalurgia básica	20,7	4,2
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	18,04	3,6
Outros	77,59	15,5
Total	497,71	100,0

Fonte: Caputo e Melo, 2009.

Os volumosos investimentos no Centro-Sul, buscando criar reserva de mercado, acaba gerando capacidade ociosa na indústria de bens de consumo duráveis. Essa característica que se repete ao final de cada fase ascendente do ciclo endógeno brasileiro origina a crise dos anos 1960 que segue entre 1962 a 1967 (RANGEL, 1985; BRITO, 2008).

Mantendo o costume da vida política nacional, onde os governos são derrubados a cada crise econômica, a crise dos anos 1960 derruba o governo de João Goulart e instaura a Ditadura Civil-Militar. A produção industrial crescendo ao ritmo de 16,2% em 1958, vai declinando até ficar praticamente estagnada em 1963, registrando reduzido crescimento anual de 0,2% (RANGEL, 1985).

Justamente nesse contexto de crise econômica, surgem novos métodos de incentivos fiscais no Nordeste, atraindo os capitais do Centro-Sul em busca de aplicações mais rentáveis naquela região (BRITO, 2008).

Tendo em vista o volume insuficiente de capital no Nordeste, a Sudene através do I Plano Diretor modifica a fórmula de incentivos fiscais, introduzindo o mecanismo 34/18, em 1961²². Deduzindo até 50% do imposto de renda de pessoas jurídicas para aplicar na região de acordo com as diretrizes da Superintendência, o 34/18 logo torna-se o eixo principal da política de industrialização nordestina, conforme Tabela 13 (CASTRO, 1980; BRITO, 2008).

Tabela 13 – Participação do 34/18 no investimento industrial entre 1963-1968 (em Cr\$)

Ano	Investimento total (a)	Mecanismo 34/18 (b)	% (b/a)
1963	36.392.577	7.308.641	20,1
1964	133.390.670	20.364.385	19,8
1965	133.970.795	33.051.524	23,8
1966	335.419.356	152.438.918	45,5
1967	1.099.590.431	495.959.688	45,1
1968	955.980.885	506.982.591	53,0
Total	2.732.740.880	1.222.087.747	44,0

Fonte: Castro, 1980.

É nesse contexto, sob o processo de integração geoeconômica, que a acumulação do capital passa a realizar-se em nível nacional, com o investimento do centro dinâmico nacional realizando-se conforme o seu interesse nas demais regiões, excetuando desse caso, os investimentos estatais (CANO, 2007).

Em um novo padrão de acumulação no centro dinâmico, deixando as margens o tradicional capital comercial e predomínio do capital industrial, naturalmente o estado de São Paulo obtêm um papel destacado nos investimentos incentivados no Nordeste, representando até o início dos anos 1970, cerca de 50% desses investimentos (CANO, 2007).

Para as indústrias têxteis tradicionais, a crise dos anos 1960 representa mais um golpe, haja vista o seu mercado diminuto, contribuindo no declínio da margem de lucro agravada, nesse momento, pelo aumento da capacidade ociosa. Em 1959, os tecidos grossos e médios representam mais de 75% da produção das fábricas nordestinas (SUDENE, 1971; CLEMENTINO, 2012).

Por outro lado, as novas indústrias têxteis que se instalam são poupadoras de mão-de-obra e capital intensivas. O fato de serem capital intensivas se deve não apenas ao emprego de maquinário moderno substituindo grandes parcelas de trabalhadores, mas também, pelo quadro socioeconômico nordestino, com mão-de-obra de baixa qualificação e o elevado preço dos alimentos pressionando os salários (BARROS, 2003).

²² O termo 34/18 refere-se aos métodos de incentivos fiscais do artigo 34 da Lei nº 3995/1961 e do artigo 18 da Lei nº 4239/1963.

Não obstante a introdução do moderno maquinário reduzindo o número de trabalhadores, associado aos fatores desestimulantes do emprego da mão-de-obra, tornam o fator capital mais atrativo a essas fábricas. Porém, nos estados nordestinos que receberam maior número de fábricas têxteis a tendência foi inversa, registrando sensível aumento do emprego, conforme veremos adiante.

Detendo-se as ações da Sudene para a indústria têxtil e suas repercussões na região é importante ressaltar que a política setorial é alterada diversas vezes, conforme seus técnicos adquirem *expertise* e a modificação na percepção da realidade regional exige adequações no plano de ações.

Não necessariamente o planejamento é implementado de modo ortodoxo, de modo que cada formação social com sua realidade particular exigirá ações diferentes do plano inicial. “Naturalmente, cada experiência de planejamento se afasta de sua formulação teórica e o que é interessante na análise dos planos é justamente separar a história do modelo e verificar por que os fatos ocorreram de maneira diferente da prevista” (MINDLIN, 2003, p. 7).

Cabe destacar que nos anos 1930 o planejamento no Brasil é introduzido pela via do polo externo quando a partir da desvalorização do café o país fica sem divisas, forçando a alterações sistemáticas no câmbio.

Considerando as diretrizes dos Planos Diretores da Sudene para o setor têxtil, percebe-se que o I e II Plano Diretor estão bastante alinhados com o documento do GTDN, prevendo assistência técnica e financeira, e o reaparelhamento da indústria têxtil. No III Plano Diretor, que prioriza os gastos em recursos humanos, agricultura e abastecimento, sem mencionar diretamente a indústria têxtil, entre as ações voltadas ao setor industrial, prevê investimentos em pesquisa e análise global-setorial da indústria nordestina afim de se obter o conhecimento do desenvolvimento manufatureiro da região, o intercâmbio inter-regional de manufaturas e matérias-primas, e estabelecer prioridades de investimento (SUDENE, 1966a; 1966b; 1966c; 1968).

Por fim, com o desenvolvimento das indústrias tradicionais o IV Plano Diretor prevê o aumento da produtividade dessas indústrias e a diversificação do mercado de manufaturas regionais, além de mencionar a necessidade de crescimento integrado da indústria têxtil com a moderna indústria química em expansão na região (SUDENE, 1968). A Tabela a seguir mostra as previsões diretas ou indiretas para a indústria têxtil constantes nos quatro Planos Diretores da Superintendência.

Vale ressaltar que conforme a vigência de cada Plano Diretor não necessariamente as diretrizes antecedentes deixaram de ser praticadas, sendo muitas vezes continuadas ou aprimoradas. O que consta em cada um dos planos são as prioridades para determinado período.

Tabela 14 – Previsões diretas e indiretas dos Planos Diretores da Sudene para a indústria têxtil nordestina

I Plano Diretor (1961-1963)	Assistência técnica e financeira no âmbito do Programa Têxtil
II Plano Diretor (1963-1965)	Reaparelhamento da indústria regional para manter ou aumentar a participação no mercado têxtil nacional
III Plano Diretor (1966-1968)	Recursos para pesquisa e análise global-setorial da indústria nordestina
IV Plano Diretor (1969-1973)	Consolidação do parque manufatureiro, aumento de produtividade da indústria tradicional, ampliação e diversificação do mercado de manufaturas regionais

Fonte: Sudene, Planos Diretores (1961-1973).

O objetivo aqui não é a realização de uma análise criteriosa dos alcances e insucessos dos Planos, mas sim o que sucedeu na indústria têxtil regional durante e após a vigência destes, resguardadas obviamente sua relevância neste processo.

É somente a partir da aprovação do I Plano Diretor, em 1961, que a Sudene pode iniciar suas ações de recuperação ao setor têxtil através do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil, com a parceria do Banco do Nordeste, considerado até então o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1968).

Dessa forma, os recursos são depositados no banco e sua aplicação ou não em determinados projetos depende do crivo da Sudene. Em se tratando do Programa voltado à indústria têxtil, o objetivo inicial visava a modernização das fábricas, baixando os custos e tornando-as mais competitivas. Excluía-se das prioridades, nesse momento, a instalação de novas unidades fabris e o aumento na oferta de tecidos (SUDENE, 1971).

A política setorial da Sudene atua sobre dois eixos: assistência técnica e assistência financeira. O primeiro, voltado a melhorias administrativas e da qualidade da mão-de-obra, promovendo cursos e difundindo informações técnicas; já o segundo, destina-se ao reequipamento priorizando as seções de fiação e tecelagem, exigindo contrapartida das empresas em 30% do custo total dos projetos (SUDENE, 1971).

Contudo, o Programa teve baixa adesão das empresas. De um total de 61 empresas incluídas, 20 tiveram seus projetos aprovados, mas até meados de 1964, somente duas firmaram o acordo com o Banco do Nordeste. Chama a atenção o caso dos estados de Alagoas, Sergipe e

Maranhão, responsáveis por 41% das empresas têxteis em 1959, não tendo executado nenhum projeto. É justamente nesses três estados onde ocorrem maior número de fechamentos, somando 9 das 11 unidades fechadas na região no decênio 1959-69 (SUDENE, 1971).

Declinando em ritmo dramático desde o pós-Segunda Guerra, a indústria têxtil maranhense detém alto grau de obsolescência. As duas fábricas que se instalam nos anos 1960, sem os incentivos da Sudene, adquirem máquinas velhas de outras fábricas. A situação de declínio no estado é mais aguda que a registrada em Alagoas e Sergipe, se for considerar inclusive a grande participação que tinha na exportação estadual nos anos 1940, abrangendo 70% do total exportado (DINIZ, 2015).

Ainda em 1963, é aprovada a instalação da primeira fábrica têxtil na região e dois anos depois o Programa Têxtil é ampliado, passando a incentivar a instalação de novas fábricas. A partir de então, a tendência locacional prioriza a oferta abundante em matéria-prima e amplo mercado consumidor. As instalações ocorrem principalmente nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, representando a quase totalidade das novas fábricas na região até 1969. A concentração é mais acentuada nos estados do Ceará e Pernambuco que juntos respondem por mais da metade na geração de empregos e investimentos no período, além de possuírem as fábricas mais modernas. Tais aspectos podem ser vistos nas Tabelas 15 e 16 (SUDENE, 1971; ARAGÃO, 2002).

Tabela 15 – Investimentos, geração de empregos e produção de algodão até 1969^(*)

Estados	Fábricas	Empregos		Inversão total		Algodão em pluma (ton.)	
		Quant.	(%)	NCr\$ ⁽¹⁾	(%)	Quant.	(%)
Alagoas	-	-	-	-	-	6.942	3,9
Bahia	1	330	7,2	10.209.729	4,2	24.387	13,5
Ceará	8	1.260	27,3	83.291.505	34,2	51.703	28,7
Maranhão	-	-	-	-	-	7.279	4,1
Minas Gerais ⁽²⁾	2	440	9,5	42.826.839	17,6	-	-
Paraíba	5	944	20,5	34.542.854	14,2	28.164	15,6
Pernambuco	6	1.271	27,6	56.898.021	23,4	24.917	13,8
Piauí	-	-	-	-	-	12.052	6,7
Rio Grande do Norte	4	366	7,9	15.641.040	6,4	21.270	11,8
Sergipe	-	-	-	-	-	3.414	1,9
NORDESTE	26	4.611	100,0	243.409.988	100,0	180.136	100,0

Fonte: Sudene, 1971.

^(*) Fábricas, empregos e inversão total em valores acumulados de 1963 a 1969. Produção de algodão no Nordeste referente apenas ao ano de 1968.

⁽¹⁾ Em Cruzeiro Novo.

⁽²⁾ A área de atuação da Sudene inclui a porção norte do estado.

Considerando a produção de algodão, ambos, somam praticamente a metade com 42,5% da produção regional em 1968. Na década, mais da metade do algodão nordestino é exportado. Mesmo com a produção da matéria-prima abastecendo a indústria local em estados fora da região, a penetração do algodão nordestino em outras regiões é garantida graças a sua característica de fibra longa. Desse volume, o Ceará é responsável, em média, por quase 2/3 da exportação regional²³.

Tabela 16 – Condição das indústrias têxteis do Nordeste em 1973

Estados	Indústrias com mais de 10 anos	Indústrias com menos de 10 anos	Total
Alagoas	5	3	8
Bahia	5	2	7
Ceará	10	6	16
Maranhão	1	-	1
Paraíba	5	2	7
Pernambuco	18	13	31
R. G. do Norte	2	2	4
Sergipe	8	-	8

Fonte: Sudene, 1976.

Mesmo com o aumento tecnológico e o crescente grau de automatização dos equipamentos, o setor continua exercendo grande importância na geração de empregos, motivado pelo crescente consumo regional de artigos têxteis que praticamente dobra entre os anos 1950-60. A situação apresentada contraria as expectativas dos técnicos da Superintendência que esperavam uma drástica dispensa da mão-de-obra²⁴ (SUDENE, 1971).

O estudo da Sudene (1971) estima que o desemprego gerado pela modernização fica em torno de 1.830 trabalhadores, em contrapartida, há a criação de cerca de 4.600 novos empregos na região. Os estados de Pernambuco e Ceará, capitaneando a modernização setorial, respondem por mais da metade dos novos empregos.

Estima-se que 40% dos novos empreendimentos pertencem a grupos do Centro-Sul e do exterior, o restante, são encampados por empresários locais, ou em associação destes com os empresários do Centro-Sul mais cautelosos ao investirem de modo independente na região. Mesmo com a entrada de novas fábricas, mais modernas e mais produtivas, não são capazes de atender completamente a demanda regional, sendo complementada pelos produtos têxteis do Centro-Sul, sobretudo os tecidos finos (SUDENE, 1971; ARAGÃO, 2002).

²³ Em grande parte do século XX o estado sempre manteve destaque na produção. Na década de 1920, é o maior produtor nacional de algodão (ARAGÃO, 2002).

²⁴ Rangel (2005a) afirma que a elevação da demanda estimula simultaneamente o emprego de capital e trabalho.

A instalação de novas fábricas junto ao reequipamento das fábricas antigas é decisiva na modernização da indústria têxtil regional e consequente redução do grau de obsolescência. Se no final dos anos 1950, cerca da metade dos fusos e 81% dos teares possuem idade acima de 30 anos, no final da década seguinte, somente 19% dos fusos e 31% dos teares estão nessa faixa. Em decorrência disso, ganha-se em produtividade, se na década anterior são necessários 642 mil fusos e 22 mil teares, no final dos anos 1960, para se obter o mesmo volume de produção são necessários 433 mil fusos e 11 mil teares (SUDENE, 1971).

Não apenas os incentivos fiscais da Sudene funcionam como atrativo aos grupos do Centro-Sul, concorrendo no mesmo sentido, o crescimento da renda interna regional sob os efeitos da industrialização que se faz presente em outros setores. Numa comparação entre Nordeste e Centro-Sul, no período de 1947-1958 a renda interna cresceu respectivamente 4,74 e 5,66. Já entre 1954-1966 o crescimento foi de 4,99 e 3,96 (BARROS, 2003).

O crescimento da renda nordestina nos dois períodos, compensa parcialmente a queda registrada no período 1939-50. Por sua vez, a queda do crescimento da renda interna no Centro-Sul no último período é um reflexo da crise dos anos 1960, motivada por fatores já mencionados anteriormente.

Mais dinâmicos, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, naturalmente possuem as maiores parcelas da renda interna regional, podendo ser constatada na Tabela 17, para o ano de 1960. O menor índice é verificado no Piauí, de baixíssima participação industrial no contexto regional.

Tabela 17 – Participação da renda interna no contexto regional por estado em 1960

Estado	Renda Interna	
	Cr\$ 1.000.000	(%)
Alagoas	17.192	5,7
Bahia	89.339	29,4
Ceará	40.182	13,2
Maranhão	22.261	7,3
Paraíba	29.120	9,6
Pernambuco	66.993	22,1
Piauí	9.740	3,2
Rio Grande do Norte	17.564	5,8
Sergipe	11.140	3,7
NORDESTE	303.531	100,0

Fonte: IBGE-Anuário Estatístico do Brasil, 1965a.

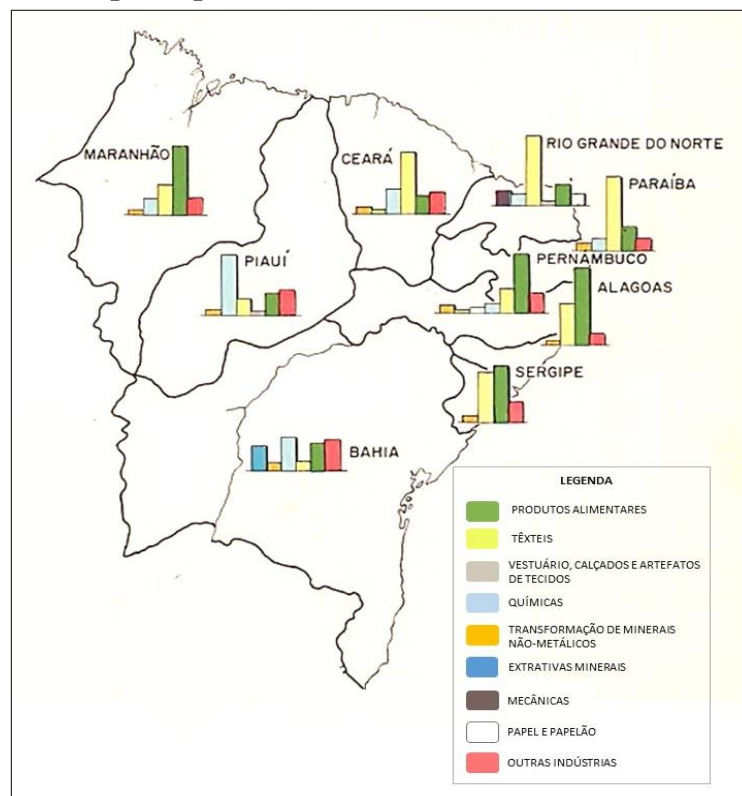
Considerando a totalidade das indústrias, há uma concentração espacial no Nordeste por tipo de projetos. O Ceará concentrando investimentos de pequeno e médio porte, notadamente

na indústria têxtil, enquanto que a Bahia, concentra investimentos de grande porte, em indústrias de alta tecnologia voltadas ao mercado nacional (CASTRO, 1980). Pernambuco beneficia-se pelos dois lados, abarcando investimentos na indústria têxtil e petroquímica.

Nos anos 1960, através do Atlas Censitário Industrial, do IBGE (1965b) podemos ver o peso dos diversos grupos da indústria nos estados nordestinos. A indústria têxtil, em específico, possui participação majoritária sobre os demais grupos da indústria nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, Mapa 2.

Vale destacar ainda sua expressiva participação na economia dos estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, este último, tendo a participação da indústria têxtil em quase igualdade à indústria alimentícia. Considerando o Piauí e a Bahia, a indústria química possui participação destacada na economia desses estados.

Mapa 2 – Principais tipos de indústrias nos estados nordestinos em 1965



Fonte: IBGE-Atlas Censitário Industrial, 1965b (Adaptado).

Na Tabela 18, entre os 20 maiores investimentos aprovados pela Sudene até janeiro de 1968, 6 são destinados à indústria têxtil, abrangendo 17% do total de investimentos. Os maiores valores destinam-se aos setores siderúrgico e químico que naturalmente demandam elevadas inversões.

Mesmo com o esforço nacional em substituir importações na indústria de bens de consumo duráveis, a indústria têxtil no Nordeste mantém parcela expressiva na captação de investimentos da Sudene. Deve-se considerar inclusive que esta indústria demanda menor densidade de capital se comparada àquelas.

Os grandes investimentos aprovados para a indústria têxtil até os anos 1960, destinam-se aos estados de Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. O maior deles e o terceiro maior, da Cia. de Tecidos Paulista e da Rhodia, em Pernambuco, o segundo, pela Safron, implantada na Bahia fruto de um acordo de *joint-venture* entre o Grupo Safra com o japonês Teijin (MONTEIRO FILHA E CORRÊA, 2002). E os dois últimos em destaque, sediados no Ceará e na Paraíba.

Tabela 18 – Vinte maiores investimentos aprovados pela Sudene com destaque às empresas do setor têxtil até janeiro de 1968

Empresas Investidoras	Investimentos em NCr\$ 1.000
Usina Siderúrgica da Bahia	249.119.000
Salgema Indústrias Químicas Ltda.	110.000.000
Alumínio S/A. - Extrusão e Laminação	62.000.000
Cia. Pernambucana de Borracha Sintética	53.769.189
Cia. Paraíba de Cimento Portland	37.388.857
Cimento Aratu S/A.	36.268.590
Cia. de Tecidos Paulista	32.597.668
Tibrás - Titânio do Brasil S/A.	32.000.000
Itapessoca Agro Industrial S/A.	30.152.677
Safron S/A. Ind. Brasileira de Fibras	30.000.000
Santista - Ind. Têxtil do Nordeste S/A.	28.482.691
S/A. White Martins Nordeste	28.376.000
Rhodia Nordeste S/A. Ind. Têxtil e Química	24.693.770
Paskin S/A. Ind. Petroquímicas	20.491.000
Cia. de Carbonos Coloidais - CCC	20.425.256
Indústria Automotores do Nordeste S/A.	17.089.095
Ciquine - Cia. Baiana de Alimentos	16.400.000
Cotonificio Leite Barbosa S/A.	15.812.314
Magnesita S.A.	15.738.721
Fiteone S/A. Ind. Têxtil	15.561.395
TOTAL	876.366.223
TOTAL INDÚSTRIA TÊXTIL	147.147.838

Fonte: Conjuntura Econômica, v. 22, n. 11, nov. 1968.

Ainda nesse período, estimulada pelo desenvolvimento têxtil no Ceará, mais duas unidades fabris, não aprovadas pela Sudene, instalam-se no estado, totalizando 10 novas fábricas. Concorre para o desenvolvimento industrial do estado a chegada da energia do

Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso, eliminando um ponto de estrangulamento (ARAGÃO, 2002).

Aumentando cada vez mais sua participação nos projetos da Sudene e favorecido pela conjuntura interna com o governo estadual exercendo forte papel na melhoria da infraestrutura e no desenvolvimento de políticas fiscais em benefício da indústria, o Ceará passa a ser destaque regional na expansão da indústria têxtil. Em 1973, o Grupo Vicunha, um dos maiores grupos têxteis do país na atualidade, se instala no estado em associação com empresário local (ARAGÃO, 2002).

Entre os itens produzidos pelo Grupo Vicunha, o índigo estimulou o desenvolvimento de confecções além do estado do Ceará, atingindo o sertão da Paraíba e as cidades agrestinas Caruaru e Toritama, em Pernambuco. Atualmente o polo têxtil de Pernambuco é o segundo maior do país, atrás apenas de São Paulo e, somente a cidade de Toritama responde por 16% da produção nacional de jeans (MAMIGONIAN, 2009; PIMENTEL, 2017).

O aumento da capacidade produtiva vem acompanhado de maior diversificação da produção regional, incluindo na linha de produção a gaze cirúrgica, fios lisos penteados, etiquetas tecidas, entre outros. Dentro dos objetivos do IV Plano Diretor da Sudene para o setor têxtil (SUDENE, 1976).

Entretanto, vale destacar, que apesar da diversificação da produção, os artigos têxteis de algodão mantêm enorme peso na produção regional. Prova disso consta nos projetos em implantação na Tabela 19, onde o ramo de fiação e tecelagem de algodão angaria a maior parcela dos recursos do Finor para o setor têxtil e responde por pouco mais da metade do número de projetos e de empregos.

Durante o mesmo período, do início dos anos 1970, há uma reorientação das ações do Governo Federal na região, remodelando o papel da Sudene e aproximando as ações de ordem regional às de ordem nacional, exigindo a adequação dos planos regionais aos planos nacionais.

Desse modo, o IV Plano Diretor da Sudene é substituído pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste, subordinado as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985). Com a centralização das políticas de desenvolvimento regional, coube a Sudene o papel de coordenação e execução dos projetos, num processo de relativa perda de autonomia com ações independentes do Governo Federal na região (ALBUQUERQUE e CAVALCANTI, 1978).

Desde o final dos anos 1960 há um processo de esvaziamento da Sudene com a redução no quadro de técnicos e seu papel planejador. Contudo, apesar da nova condição a qual foi submetida, é necessário destacar sua fundamental importância na criação de novas atividades a

partir dos investimentos em infraestrutura e incentivos à indústria e, conseqüente elevação da renda regional (ALMEIDA, 1985; BARROS, 2003).

Tabela 19 – Projetos em implantação nos ramos têxteis até 1999⁽¹⁾

Ramo	Qtd. Projetos	Investimento	Finor liberado	Empregos
Beneficiamento de fibras têxteis vegetais	3	90.478.936,17	25.171.969,00	915
Fiação e tecelagem de algodão (inclusive mesclas com predominância de algodão)	26	1.238.710.665,14	342.382.206,10	9.331
Fiação de fibras químicas e tecelagem de fios	2	62.619.907,74	15.394.488,86	1.103
Produção de fios e tecidos acabados	5	335.413.274,99	71.029.561,06	3.186
Tecelagem de fita-rafia de polietileno e outros materiais	1	24.938.799,00	11.594.297,00	428
Fabricação de linhas e fios para coser e bordar	1	22.897.265,39	12.333.922,39	387
Fabricação de tecidos de malha	4	112.567.117,61	53.851.538,30	1.162
Fabricação de artefatos de tecidos impermeáveis e acabamentos especiais	1	25.998.800,00	1.277.886,00	920
Total	43	1.913.624.766,04	533.035.868,71	17.432

Fonte: Sudene: 1999.

⁽¹⁾ Valores em reais de 1994.

Ademais, sua ação nos anos seguintes mantêm a relevância da Superintendência, sobretudo, à nova indústria têxtil regional, pois, grande parte dos recursos do BNDES destinados aos fundos de incentivos à industrialização são carreados para as indústrias superiores, tendo o ramo têxtil diminuta participação²⁵.

Nesse âmbito de adequações do planejamento estatal, são verificadas mudanças na composição dos investimentos federais na região, recebendo maior atenção a partir dos anos 1970 os serviços sociais e a indústria. Até a primeira metade dos anos 1960, cerca da metade dos investimentos dos Planos Diretores da Sudene concentram-se em infraestrutura, necessária a viabilização de novas indústrias. Já no período de 1972-79 os investimentos destinados aos serviços sociais e a indústria representam 42% e 30%, cabendo a infraestrutura 9% do total (ALBUQUERQUE e CAVALCANTI, 1978).

Os estados nordestinos do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, entre 1972-73, criam legislações específicas de apoio ao desenvolvimento da indústria têxtil, respectivamente, o

²⁵ Os financiamentos do BNDES para o setor têxtil sempre foram reduzidos, desde 1965, ano em que o banco passa a financiar o setor, até 1989, a média percentual de desembolsos para o setor têxtil em relação ao total da indústria é de 3,4% (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002). Seguramente, a participação têxtil é ainda menor, considerando que o percentual agrega a indústria de calçados.

Fundo para Desenvolvimento das Indústrias Têxtil e de Confecções – Fundotex, Fundo para Desenvolvimento da Indústria Têxtil – Funtêxtil e, Fundo Têxtil do Ceará – Funtec. Tais fundos contando com a participação dos respectivos bancos estaduais de desenvolvimento. Esses programas em conformidade com os incentivos fiscais da Sudene ao ampliar os benefícios às empresas instaladas nesses estados se tornam a mola propulsora da indústria têxtil. No caso do Rio Grande do Norte a iniciativa não se limitava a expandir o setor, buscava interligar os extremos da cadeia, do beneficiamento das fibras ao produto final nas confecções (SUDENE, 1976).

Na segunda metade da década, o Polo Têxtil do Nordeste prevendo um programa especial para os três estados acima referidos, com vistas ao aproveitamento da vocação natural destes estados no algodão de alta qualidade, de modo a potencializar a fabricação de novos artigos têxteis produzidos na região. Outra fonte de aproveitamento regional prevista no programa está na fibra química produzida no Polo Petroquímico da Bahia (SUDENE, 1976).

Os projetos e ações pioneiras da Sudene para a indústria têxtil servem de experiência na aplicação de projetos para outros setores da indústria. Com experiência acumulada no decorrer dos anos 1960, é instituído em 1974 o Fundo de Investimentos do Nordeste-Finor, mudando algumas regras de financiamento com vistas a modernizar a gestão empresarial e favorecer a instalação de filiais do Centro-Sul (SUDENE, 1971; ARAGÃO, 2002).

O relatório da Sudene (1992) mostra que os principais fatores que influenciaram na instalação das empresas no Nordeste são o aproveitamento da matéria-prima regional, incentivos federais (34/18 e o Finor) e o fato do empresário ser radicado na região²⁶.

Os técnicos da Superintendência, avaliam que mesmo após a modernização da produção, a gestão administrativa das fábricas, sobretudo as mais antigas, permanecem com os hábitos tradicionais do empresariado, sob os moldes do patriarcalismo. O baixo conhecimento dos custos de produção, dos métodos modernos de comercialização e a gestão familiar são marcas mais relevantes desse empresariado.

Desse modo, através do efeito-demonstração a partir da chegada das fábricas mais modernas do Centro-Sul, com gestão científica, é esperado mudanças de hábitos do empresariado local. Algo que posteriormente não foi verificado em grande parte destes.

Sob os incentivos do Finor, o Ceará é o maior beneficiado. Considerando somente a indústria têxtil no estado, obtêm em média 16% dos recursos nos anos 1970, especializando-se

²⁶ Em meados dos anos 1980, 60% das matérias-primas utilizadas na indústria têxtil são originadas do Nordeste (SUDENE, 1992).

em fiação e tecelagem. Das 13 fábricas existentes no estado²⁷, nesse período, 8 se dedicam a produção de fios e tecidos. Até o final da década, a indústria têxtil é o setor da indústria com maior número de projetos aprovados pelo Finor no estado (SUDENE, 1979; ARAGÃO, 2002).

Até 1979, o Ceará obtém pelo Finor a aprovação de 17 projetos na indústria têxtil, número igualado somente por Pernambuco. Em seguida, vêm o Rio Grande do Norte com 8 aprovações e, Sergipe e Paraíba empatados com 5 aprovações. Em Alagoas, somente a Cia. Agro-Fábrica Mercantil (Fábrica da Pedra) está enquadrada no Finor até o referido ano. Para mais detalhes, ver a Tabela 20 no Apêndice, constando as empresas enquadradas, ano de aprovação e linhas de produção por estado (SUDENE, 1979).

Vindo em uma guinada industrializante, desde o início da década, o Ceará é o terceiro maior consumidor de energia elétrica da região, atrás somente de Pernambuco e Bahia, grandes consumidores, que juntos, são responsáveis por 74% do consumo regional (IBGE, 1975).

Numa situação não diferente está a economia nacional, aproveitando os estímulos do “Milagre” Econômico (1968-1973). Considerando a produção industrial, seu crescimento em 1967 é de 3,2%, mas no ano seguinte salta abruptamente para 15,5%, enquanto que o PIB nacional praticamente dobra em relação aquele mesmo ano. Em 1973, o crescimento da produção industrial atinge 16,2%, o mesmo índice pujante de 1958, repetindo-se mais uma fase ascendente do ciclo endógeno brasileiro (RANGEL, 1985).

A indústria têxtil, em âmbito nacional, que crescia em média 0,7% ao ano entre 1960-70, passa a crescer em média 4,0% ao ano entre 1970-80, sob os estímulos do “Milagre”. Esse período simboliza uma conjuntura extremamente favorável à economia brasileira, coincidindo a nova fase ascendente do ciclo endógeno com a fase ascendente do 4º Kondratieff. Assim, o Brasil figura entre os países mais prósperos do mundo, alcançando entre 1968-73 um crescimento médio ao ano de 10,1% do PIB e, 13,1% da produção industrial. Considerando individualmente os demais países, ficamos atrás apenas do Japão (RANGEL, 1985).

Entretanto, a conjuntura econômica nacional extremamente positiva não é espontânea, sendo resultante de reformas no sistema financeiro empreendidas pelo Governo Militar na segunda metade dos anos 1960. A correção monetária e a criação de novas formas de captação de poupança elevam os fundos privados, notadamente na habitação. Em meados dos anos 1970, o subsistema financeiro de habitação representa cerca de 14% do crédito ao setor privado (TAVARES, 1972; RANGEL, 1985).

²⁷ Excluí dessa contagem as fábricas em implantação.

O aumento da especialização das atividades de financiamento junto a elevação dos fundos privados libera o fundo público para os investimentos na indústria de bens de capital, responsável pela nova etapa ascendente do ciclo endógeno em questão. Através do fortalecimento dos bancos de desenvolvimento, elevam-se as possibilidades de financiamento, tão necessária a essa indústria que demanda recursos de longo prazo²⁸ (TAVARES, 1972; RANGEL, 1985).

Assim, a industrialização de bens de capital vai alterando a estrutura industrial brasileira, edificando nosso parque industrial e reconfigurando as determinações sobre o nível de renda, onde cada vez mais, as exportações para o exterior cedem lugar ao investimento na composição da renda (CANO, 2007).

O fortalecimento dos bancos de desenvolvimento ressoou positivamente no Nordeste ao considerar os desembolsos do BNDES, quando no início dos anos 1960, destinava em média 3,5% das aplicações totais, representando 0,3% do PIB regional, passando respectivamente para 12,5% e 2,7% no biênio 1973-74 (ALBUQUERQUE e CAVALCANTI, 1978).

No ensejo do desenvolvimento da indústria de bens de capital, também chamada de indústria pesada, surgem no início da década políticas de nacionalização de máquinas e equipamentos têxteis fornecendo incentivos fiscais e/ou creditícios à importação de componentes complementares necessários a produção interna. Incorporando tecnologia estrangeira, inicia-se o processo de substituição de equipamentos têxteis importados por nacionais (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002).

Ramo da indústria nacional, concentrada em São Paulo, cujo desenvolvimento já é assinalado em Mamigonian (1965) com o aumento de aquisições do maquinário têxtil brasileiro em relação as máquinas de origem inglesa, americana e japonesa.

Sob os investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-78), criando o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, permite o aumento do abastecimento de matérias-primas sintéticas, atendendo parcialmente ao excesso da demanda têxtil nacional, complementada pelo setor via importação (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002).

Estados mais dinâmicos, Pernambuco e Bahia, recebendo grandes investimentos não apenas estatais, como também de diversas indústrias multinacionais, vão substituindo importações do Sudeste, passando a produzir regionalmente novas matérias-primas e produtos,

²⁸Os chamados investimentos externos diretos representam em grande medida a importação de equipamentos, não configurando investimento propriamente dito. O processo de investimento e a acumulação de capital resulta, basicamente, da capacidade de autofinanciamento ou da transferência de recursos ociosos em um setor para outro setor em estrangulamento, isto, por intermédio do setor público (TAVARES, 1972).

anteriormente importados daquela região, para uma indústria mais moderna e uma população com hábitos de consumo mais sofisticados (MAMIGONIAN, 2009).

Acompanhando as transformações nacionais, a indústria passa a liderar o processo de crescimento nordestino a partir de 1965 e cresce acima da média nacional entre 1960-74. A mesma importância é verificada na evolução setorial do emprego regional com a indústria apresentando o maior salto entre 1960-73, ainda que a agricultura lidere o número de empregos, entretanto, o emprego agrícola apresenta o menor crescimento dos três setores nesse período (ALBUQUERQUE e CAVALCANTI, 1978).

Isto demonstra que a indústria, associada as atividades urbanas exercem papel fundamental na geração de emprego na região e são capazes de absorver parcelas do excedente da mão-de-obra oriunda do campo.

As transformações de ordem econômica que se faz sentir, geram sutis modificações no quadro social da região com um sensível aumento na distribuição de renda, verificada na Tabela 21.

Tabela 21 – Distribuição percentual da renda monetária média mensal das pessoas ocupadas por quintis – Nordeste e Brasil 1960-1970

Quintis	1960		1970	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
Quintil inferior	2,2	2,6	2,5	2,6
2º quintil	6,4	7,7	6,9	6,3
3º quintil	11,2	12,8	10,5	10,5
4º quintil	17,0	19,9	15,0	16,5
Quintil superior	62,9	57,5	64,9	64,0

Fonte: Albuquerque e Cavalcanti, 1978.

Considerando o Nordeste em relação ao país, percebe-se que a região vai em direção contrária, gerando uma sensível distribuição de renda. Na região, o aumento da participação da renda dos dois últimos quintis se deram em detrimento dos quintis intermediários, uma vez que o quintil superior também aumentou sua participação no intervalo decenal.

Ainda dentro do contexto das modificações das ações do Governo Federal na região nordestina, são incentivadas a criação de distritos industriais com o objetivo em desenvolver áreas integradas e novos polos de crescimento, evitando a expansão industrial desordenada das regiões mais desenvolvidas. Sob esses incentivos, ao longo dos anos 1970 são criados diversos distritos industriais na região (OLIVEIRA, 1976; ALBUQUERQUE e CAVALCANTI, 1978).

Entre eles, os distritos nas cidades pernambucanas de Paulista e Cabo de Santo Agostinho e, no bairro de Recife, Curado, formando um cinturão industrial em torno da capital. Apesar da instalação da multinacional Rhodia no distrito de Cabo de Santo Agostinho, o distrito

de Paulista concentra as atividades têxteis, responsáveis pela metade do pessoal ocupado na localidade (OLIVEIRA, 1976).

No Ceará, o distrito de Maracanaú, é criado no fim da década para ser o novo distrito industrial capaz de receber as indústrias que se instalam no estado (ARAGÃO, 2002). Atualmente, a cidade é o maior centro industrial do estado.

Da mesma forma que coincidiu a fase expansiva do ciclo interno com a respectiva fase do 4º Kondratieff produzindo o “Milagre” brasileiro, a mesma coincidência ocorre na fase depressiva de ambos os ciclos gerando a crise dos anos 1980, com o Estado atingindo sua capacidade de endividamento. Abatendo-se sobre a indústria têxtil, um setor sempre sensível as oscilações econômicas, provoca a estagnação regional (RANGEL, 1985; ARAGÃO, 2002).

Mais uma vez, destacando-se no contexto nordestino, no Ceará ocorre o inverso, registrando crescimento em seu parque têxtil. É que desde o final da década anterior o Governo Estadual atua mais fortemente no apoio à indústria tradicional, bem como, na diversificação do parque fabril, através da pioneira política estadual de incentivos fiscais com objetivos em reduzir a concentração industrial em Fortaleza, criando novos distritos industriais como o supracitado distrito de Maracanaú (ARAGÃO, 2002; MAMIGONIAN, 2009).

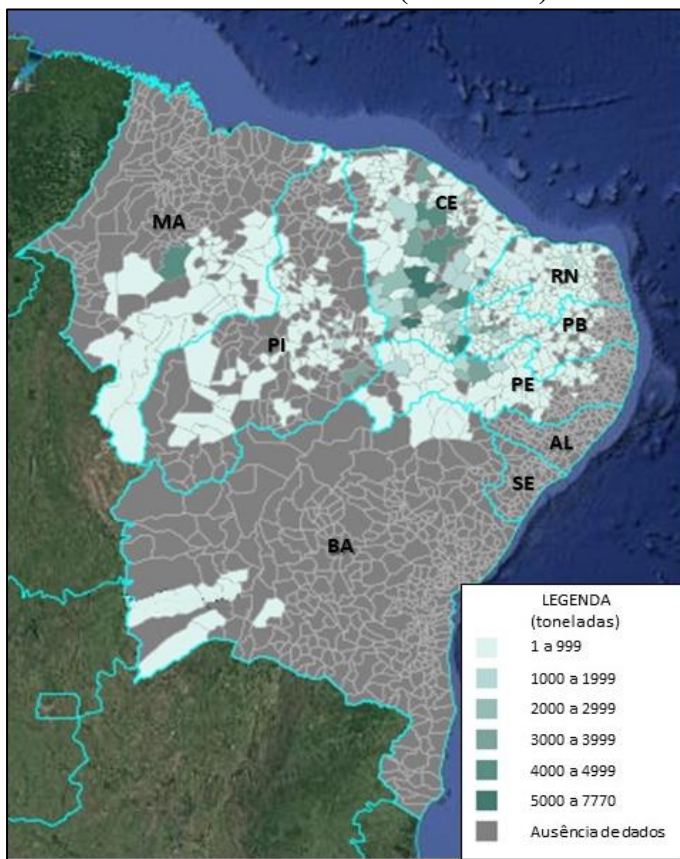
Superando o atraso industrial, a iniciativa cearense coincide com o fim do longo período de dinamismo industrial brasileiro entre 1930-1980, potencializando o deslocamento de empresas do Sul e Sudeste mais intensivas em mão-de-obra, atraídas não somente pelos baixos salários, mas também, pelos já mencionados incentivos (MAMIGONIAN, 2009).

Nessas condições, o Ceará assume a liderança do setor têxtil nordestino²⁹. Isto repercute na pauta de exportação do estado no final dos anos 1980, com o fios e tecidos ocupando respectivamente o 3º e 8º lugar em importância. Por outro lado, no revés da balança, a indústria regional passa a enfrentar dificuldades no abastecimento da matéria-prima com a proliferação da praga do bicudo reduzindo drasticamente a produção algodoeira. Elimina-se, dessa forma, uma antiga vantagem regional na indústria têxtil (ARAGÃO, 2002).

Cultivado no semiárido nordestino, as maiores áreas produtoras do algodão arbóreo, conhecido popularmente por algodão mocó, concentram-se no Ceará, além de municípios da Paraíba e Pernambuco. Pouco capitalizada e não contando com apoio técnico suficiente, a cotonicultura nordestina, com grande participação da pequena produção, vai definhando à medida que o algodão se desenvolve em outras frentes, comparar Mapas 3 e 4.

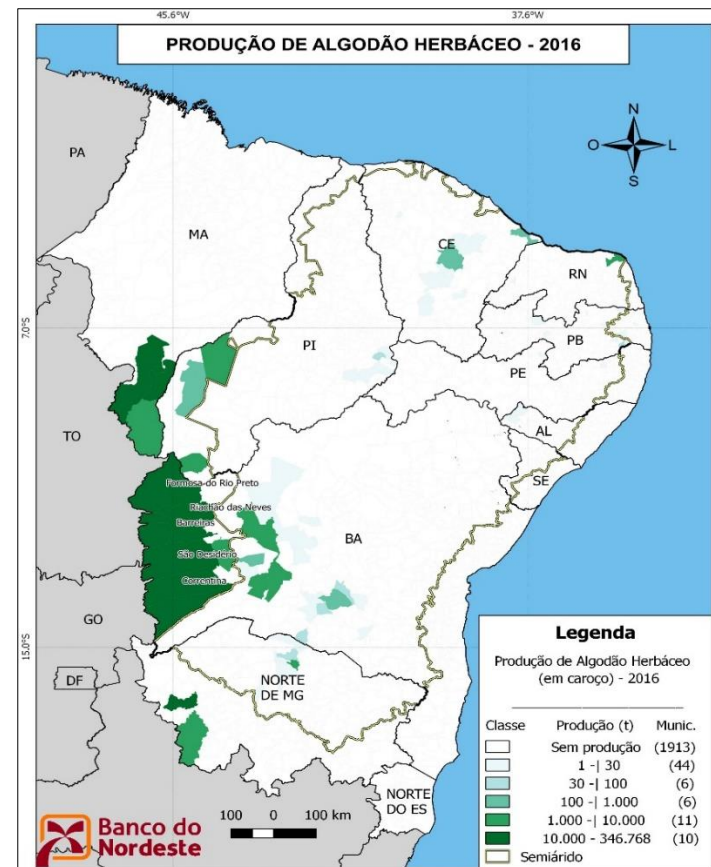
²⁹Em 1986, o estado atinge 57% dos recursos do Finor para o setor têxtil, dois anos depois, 48%. Sua média na década fica em torno de 26% (ARAGÃO, 2002).

Mapa 3 – Quantidade produzida de algodão arbóreo no Nordeste em 1980 (toneladas)



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (série histórica 1974-2016).

Mapa 4 – Nordeste: produção de algodão em caroço em 2016



Fonte: BNB – Etene, 2016.

Buscando reverter a situação do país a qual passou a depender em grau mais elevado das importações de algodão com o declínio da produção em áreas tradicionais e desenvolver uma cultura alternativa além da soja no cerrado, o algodão é implantado em escala comercial, inicialmente nos estados do Centro-Oeste e, em seguida, expandindo-se por todo o cerrado (ARAÚJO et al., 2017).

O bioma, que abrange também partes dos territórios dos estados nordestinos do Maranhão, Piauí e Bahia, concentra atualmente a quase totalidade da produção algodoeira nacional. Os três estados possuem as maiores áreas produtoras do Nordeste. O desenvolvimento bem-sucedido do cultivo do algodão no cerrado, capitalizado e de bases empresariais, contou com a ajuda primordial da Embrapa Algodão, em ações na correção dos solos, criação de novas variedades e apoio técnico (ARAÚJO et al., 2017).

Modificações no modo de atuação do Estado brasileiro na economia ocorrem sobretudo na segunda metade da década de 1980, a tão chamada década perdida pela literatura acadêmica. Com o fim do Governo Militar, o Brasil passa a incorporar a ideologia neoliberal, em voga nos países de centro após o choque do petróleo de 1973. O anseio das classes hegemônicas pela redução do intervencionismo estatal na economia deixando livre a anarquia do mercado se dará com mais vigor nos anos 1990 quando há uma reorientação do papel do Estado brasileiro, pondo fim ao modelo desenvolvimentista, em marcha desde os anos 1930, passando a atender aos interesses do mercado em detrimento da economia nacional.

Visto historicamente como região problema, o Nordeste que vinha apresentando um notório desenvolvimento econômico entre os anos 1960-80 é impactado pelo fim das políticas de desenvolvimento regional, contudo, sem entrar em estagnação nos anos seguintes. Impulsionado pelos incentivos fiscais, modernizando sua indústria têxtil e pelos investimentos estatais através da Petrobras e Cia. Vale do Rio Doce, foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, superando inclusive a nacional em 10% entre 1960-1988 (MAMIGONIAN, 2009; ARAÚJO, 1997).

Não se restringindo apenas aos polos petroquímicos de Camaçari, na Bahia, e Suape em Pernambuco, o franco desenvolvimento econômico nordestino no período repercute inclusive em estados menos dinâmicos, a exemplo do complexo minero-metalúrgico no Maranhão, polo de fertilizantes em Sergipe e complexo cloro-químico em Alagoas (ARAÚJO, 1997).

Numa guinada macroeconômica, a submissão do Brasil ao credo neoliberal, impacta negativamente a indústria têxtil, gerando reestruturação no setor através de concentrações e demissões em massa. Por outro lado, as empresas nacionais adequam-se as modernas práticas mundiais de organização, produção e comercialização, intensificando a gestão científica e a

redução dos custos de produção, afim de concorrer com os produtos estrangeiros, em alta no mercado nacional. Estes aspectos serão vistos na seção seguinte.

3.3 A reestruturação produtiva têxtil nos anos 1990

Se os anos 1980 é chamado década perdida, os anos 1990 poderia ser conhecido pelo fim do modelo nacional desenvolvimentista e pelo início do processo de desnacionalização. Pochmann (2016) abordando a entrada passiva do Brasil na globalização, destaca efeitos nocivos como o abandono do planejamento, desregulamentação do comércio externo, das atividades produtivas e do mercado financeiro e, desnacionalização com a venda das estatais a grupos estrangeiros.

O declínio da URSS no início da década marca o fim da única alternativa à expansão capitalista, estendendo-se por todo o globo as políticas neoliberais, exceto alguns países asiáticos como a China. Assim, as forças do mercado subjagam os demais interesses sob o paradigma do livre comércio e da autorregulação (POCHMANN, 2016).

Diferentemente dos países disseminadores do credo neoliberal, Estados Unidos e Inglaterra, no Brasil as privatizações são realizadas sem qualquer planejamento e alheias ao interesse nacional sob as diretrizes do Plano Nacional de Desestatização, cuja sigla, para fazer uso da ironia, lembra os Planos Nacionais de Desenvolvimento do Governo Militar, entretanto, o objetivo é diametralmente oposto dos planos de outrora.

Adotando o receituário do FMI, o Brasil inicia o processo de desnacionalização da economia com a privatização da Usiminas em 1991, estatal do setor siderúrgico. O processo, que não poupou nenhum setor da economia, é mais incisivo nos setores elétrico, petróleo, financeiro, siderúrgico e mineração. Considerando a participação no valor de transformação industrial entre 1980 e 2013, a indústria de bens de produção teve a maior queda, de 12,5% para 7,3% (BIONDI, 2003; POCHMANN, 2016).

Ou seja, a inserção passiva do país na globalização acarreta não apenas a desnacionalização, como também, a desindustrialização da nossa economia. A indústria de máquinas têxteis, em vias de maturação desde as políticas de desenvolvimento do Governo Militar, vai a falência nesse período. Considerando a participação dos demais grandes grupos da indústria de bens de consumo e bens intermediários no valor de transformação industrial para os mesmos anos, o primeiro grupo apresenta sensível aumento, enquanto o segundo fica estagnado (RAULINO, 2014; POCHMANN, 2016).

Outra decisão marcante da nossa abertura comercial são as reformas tarifárias, iniciadas em 1988-89 reduzem as tarifas e a restrição de produtos importados sem qualquer princípio planejador, onerando fortemente a indústria nacional (OLIVEIRA e CAVALCANTE, 2001).

Durante o período desenvolvimentista dos anos 1930 aos anos de 1970, o Brasil figurava entre os países mais dinâmicos do mundo com sua economia dobrando de tamanho a cada decênio. A partir dos anos 1980, sob o aprofundamento do processo de desnacionalização e desindustrialização, a economia passa a levar três decênios para dobrar de tamanho (POCHMANN, 2016).

O entreguismo da economia nacional ao capital financeiro internacional e o desmantelamento da indústria promovido pelos governos neoliberais dos Fernandos - Fernando Collor (1990-92) e Fernando Henrique (1995-2002) – associado ao comportamento parcimonioso da burguesia industrial, marca o aborto da Quarta Dualidade, constituída até então pelo pacto entre esta classe, como sócia majoritária e, a classe dos latifundiários capitalistas, oriunda da dissidência com o latifúndio feudal.

Nesse movimento de retrocesso, a burguesia industrial perdendo seu dinamismo e centralidade na agenda política do país, sob o reflexo econômico da desindustrialização, há uma transição de parte dos industriais para o comércio importador de manufaturas (POCHMANN, 2016).

Referindo-se a esse momento de recuo inesperado, Rangel (1991) em seu artigo *Apostasias*, ao remontar a trajetória revolucionária de desenvolvimento das sociedades chama a atenção para o risco de um retrocesso que leve o Brasil ao passado pré-industrial, ou seja, as condições da 2ª Dualidade. Associa o risco ao mais recente plano econômico no Governo Collor, o Plano Brasil Novo também conhecido como Plano Collor, estabelecendo metas de inflação pela via recessiva e medidas desindustrializantes.

Uma das inferências mais comuns para mostrar a desindustrialização no país é a redução da participação da indústria no PIB. Representando mais de 1/3 do PIB nos anos 1980, a participação declina para cerca de 10% na década presente. Acompanhando o movimento geral da indústria, o ramo têxtil, somente nos anos 1990 tem sua participação no PIB reduzida pela metade (HAGUENAUER et al., 2001; POCHMANN, 2016).

A participação têxtil no PIB nacional que já é tímida, é reduzida a 1,2% na primeira metade da década³⁰. É que diante da abertura econômica nacional, considerando exclusivamente a classe da indústria e excluindo-a de seus grupos, a indústria têxtil é um dos

³⁰ Incluí o setor de vestuário.

ramos mais prejudicados. Na primeira metade dos anos 1990 as tarifas de importação de tecidos que era de 70% reduz a 18%. Entre os segmentos dessa indústria, a produção de tecidos artificiais e sintéticos é fortemente afetada, sobretudo no polo têxtil de Americana, em São Paulo, especializado nesta produção, reduzindo em torno da metade o número de empresas e trabalhadores (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002; HAGUENAUER et al., 2001; RAULINO, 2014).

Ao contrário do ocorrido no período desenvolvimentista, quando a redução da indústria têxtil no PIB se devia ao crescimento escalonado da indústria nacional, nos anos 1990, essa redução está associada ao declínio geral da indústria, rebatendo-se mais gravemente no grupo das indústrias de bens de produção, conforme dito anteriormente.

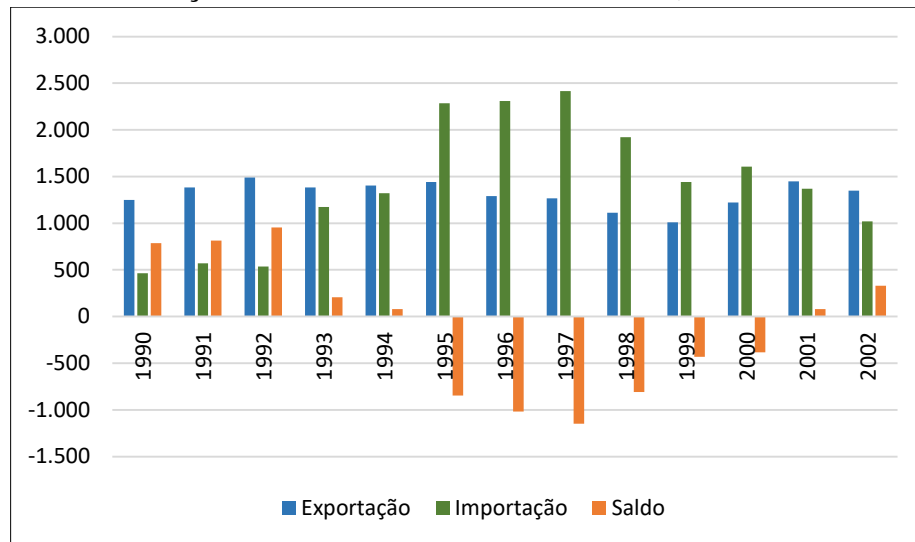
Durante a fase de negociações, há no plenário da Câmara Setorial Têxtil disputas de interesses entre lideranças empresariais do setor têxtil e do setor de confecções. O centro da disputa envolve a redução progressiva das alíquotas de importação, de acordo com a política de abertura comercial do governo. Tendo em vista o aumento da concorrência dos tecidos importados, as lideranças têxteis são contrárias a medida, enquanto as lideranças do setor de confecções mostram-se favoráveis (ANDERSON, 1999).

No quadro intra-setorial têxtil, a produção física na fiação e tecelagem de fibras artificiais e sintéticas na segunda metade da década registra a maior queda com -5,3%. A produção nas fiações e tecelagens de fibras naturais se reduzem em -2,9%. Os índices desfavoráveis são agravados também pela situação interna, com o Brasil passando de exportador a importador de algodão devido ao declínio da cotonicultura em áreas tradicionais (HAGUENAUER et al., 2001; RAULINO, 2014).

A balança comercial têxtil que vinha apresentando superávit até 1994, passa a operar com déficit no ano seguinte com o volume das importações crescendo acima das exportações, ver Gráfico 1.

Inclusive as indústrias têxteis de algodão, a mais importante no país, são prejudicadas. A queda do seu crescimento, acentuando-se após 1994, é mais elevada se comparada as demais indústrias têxteis (HAGUENAUER et al., 2001).

É somente a partir de 1996, após reivindicações dos industriais têxteis e o fim das Câmaras Setoriais, que o Governo Federal aumenta temporariamente a alíquota de importação para algumas dezenas de artigos têxteis e estabelece uma salvaguarda instituindo cotas para os tecidos artificiais e sintéticos de países asiáticos (Coreia do Sul, China, Hong Kong e Taiwan) e do Panamá, medida que contribui para atenuar o quadro deficitário da balança têxtil brasileira no final da década (ANDERSON, 1999; HAGUENAUER et al., 2001).

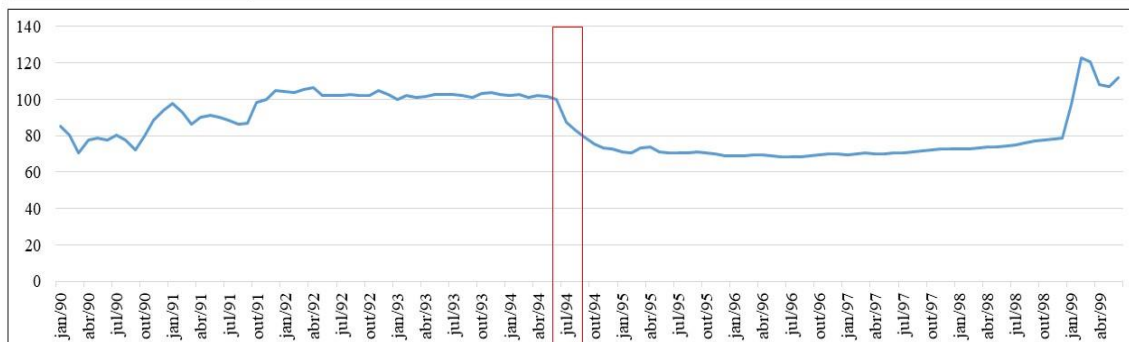
Gráfico 1 – Balança comercial têxtil entre 1990-2002 (em milhões de dólares)

Fonte: Monteiro Filha e Corrêa, 2002.

Quase metade das importações têxteis correspondem a matérias-primas, motivada em grande medida pelo declínio da produção algodoeira e o aumento da demanda têxtil. Nesse sentido, o segmento de fibras e filamentos apresenta a maior variação entre o início e o final dos anos 1990, conforme demonstra a Tabela 22. Porém, em geral, observa-se o aumento das importações em todos os segmentos destacados abaixo.

Tabela 22 – Importações brasileiras por segmento têxtil (toneladas) e índice da taxa de câmbio real (IPCA) em relação ao dólar – jul/1994 = 100

Segmentos	1990	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Fibras/Filamentos	120.245	590.609	451.152	621.722	650.261	464.165	459.145
Têxteis	15.609	37.933	162.715	125.354	147.766	113.080	120.240
Fios	5.116	12.697	35.384	20.891	28.086	26.249	28.898
Tecidos	7.780	16.911	94.455	53.712	49.098	33.098	32.353
Malhas	122	116	10.670	21.578	31.557	9.299	12.305
Linha do lar	714	1.797	13.397	13.809	15.910	12.597	9.337



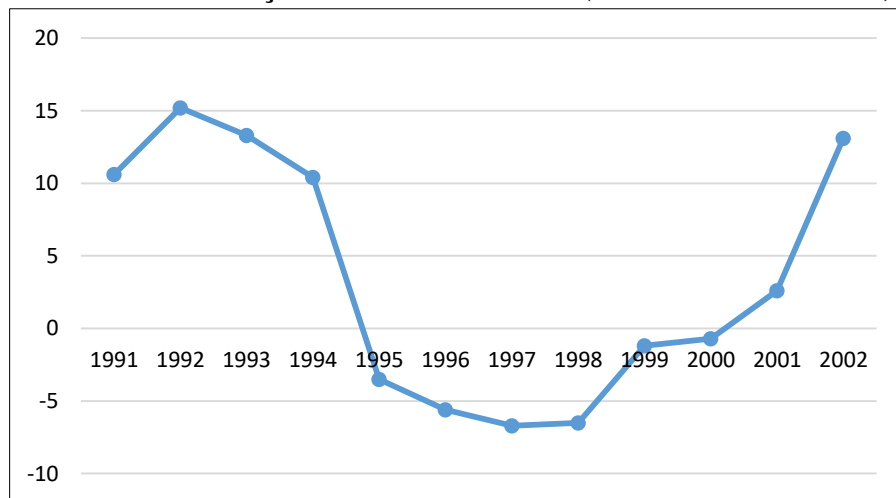
INÍCIO DA VIGÊNCIA DO PLANO REAL

Fonte: IEMI apud Oliveira e Cavalcanti, 2001; Banco Central do Brasil, 2019.

A situação de déficit na balança comercial do setor ao longo da segunda metade da década é reflexo de uma conjuntura desfavorável em toda a economia nacional. Acima, buscou-se relacionar o aumento abrupto em todos os segmentos têxteis em 1995 com o início da vigência do Plano Real em julho de 1994.

O Gráfico 2 mostra o período deficitário da balança comercial brasileira, quando se recupera somente a partir de 2001. Ressalta-se que a balança comercial têxtil apresenta condição deficitária no mesmo período (comparar com o Gráfico 1).

Gráfico 2 – Balança comercial brasileira (em bilhões de dólares)



Fonte: Pochmann, 2016.

Em virtude do desequilíbrio no balanço de pagamentos, decorrentes das já mencionadas paridade real-dólar, sobreapreciando o câmbio, concorre para o agravamento da situação. Ademais, o fim da política de conteúdo nacional, torna-se mais uma medida desastrosa, provocando revés em nossa economia (BIONDI, 2003).

Buscando reverter a situação, há o aumento na taxa de juros para atrair o capital estrangeiro especulativo. Os juros acima da inflação, regime iniciado pelos governos neoliberais, significa a transferência de renda do setor produtivo para o setor financeiro (POCHMANN, 2016).

Não é por acaso que desde o fim do modelo desenvolvimentista, os investimentos no setor produtivo tendem a declinar, estimulados a se concentrarem em atividades especulativas do setor financeiro que sob os juros elevados, oferece maiores retornos ao capital se comparado a aplicações naquele setor.

Nesta condição, tornando desestimulante os investimentos para o empresariado, os repasses do Governo Federal destinados ao Finor vão mingando a ponto de serem reduzidos a

mais da metade se comparado aos valores médios registrados entre os anos 1970-80 (COLOMBO, 2015).

Sendo o principal fator de déficit da balança comercial têxtil, no final da década as importações de algodão recuam e o Brasil recupera a condição de produtor autossuficiente, conforme a produção nacional volta a crescer, agora comandada pelo Centro-Oeste, como mostra a Tabela abaixo. Na safra 2000-2001 a produção do algodão em pluma supera os índices da safra 1985-1986 em áreas mais concentradas, indicando maior produtividade.

A partir da safra de 1995-1996, a produção algodoeira do Centro-Oeste ultrapassa a nordestina, suplantando as áreas tradicionais de cultivo em forte declínio a partir dos anos 1990. Tendência que jamais foi revertida até os dias atuais. Se comparada às demais regiões, percebe-se inclusive, a concentração cada vez maior no Centro-Oeste.

Por outro lado, as importações dos demais tipos de fibras aumentam. Além da produção nacional ser insuficiente em fibras químicas, somam-se a estes fatores a eliminação do imposto de importação e a valorização cambial com o Plano Real criando a paridade do real com o dólar, aumentando sobremaneira as facilidades para importar (RAULINO, 2014; POCHMANN, 2016).

Tabela 23 – Área plantada e produção de algodão em safras selecionadas (1985-86 a 2015-16)

	1985-86	1990-91	1995-96	2000-01	2005-06	2010-11	2015-16	
Nordeste	2.220,3	809,3	368,9	151,6	300,5	450,5	262,3	Área plantada (mil hectares)
Centro-Oeste	123,5	170,9	198,2	541,5	465,6	893,5	660,4	
Demais regiões	981,5	958,6	385,4	175,3	90,1	56,3	32,5	
BRASIL	3.325,3	1.938,8	952,5	868,4	856,2	1.400,3	955,2	
Nordeste	144,9	104,9	70,0	76,3	335,0	689,9	283,6	Algodão em pluma (mil toneladas)
Centro-Oeste	74,1	101,3	127,6	713,7	620,4	1.187,2	963,9	
Demais regiões	574,4	510,6	212,4	148,8	82,5	82,7	41,7	
BRASIL	793,4	716,8	410,0	938,8	1.037,9	1.959,8	1.289,2	

Fonte: Conab, 2018.

Coincidindo com a ascensão dos países asiáticos no mercado internacional de têxteis cujo o valor das exportações decuplicou em relação aos anos 1970, a entrada de artigos têxteis no mercado brasileiro é majoritariamente de origem asiática (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001).

Expondo a indústria nacional a condições desvantajosas ao mercado internacional, em reação as transformações econômicas, o setor têxtil passa por reestruturação no decorrer da década. As fusões, objetivando a ampliar a presença de empresas em novos mercados, tornam-se a regra comum do jogo, em busca de escalas técnicas e econômicas. Nas têxteis da região Sul, voltadas a produção de tecidos de alto padrão, as maiores empresas, tendo maior capacidade de investimento, intensificam-no em modernização do maquinário e verticalização da produção (CHESNAIS, 1996; RAULINO, 2014).

As que se excluem deste caso, sobretudo as pequenas e médias empresas procuram reduzir os custos em mão-de-obra num jogo de demissões e contratações de trabalhadores mais baratos ou pressões pela redução salarial sob ameaças de deslocamento para outras regiões (RAULINO, 2014).

O mercado nacional, contendo enorme heterogeneidade de fábricas, seja em diversos portes e níveis tecnológicos, antes de abertura econômica, assegurava as fábricas de pequeno e médio porte pela reserva de mercado. Estas fábricas que se beneficiaram por longo tempo dessa condição, desconhecendo a mundialização da concorrência tendem a ser eliminadas ou se restringirem a faixas de mercado limitadas (CHESNAIS, 1996; HAGUENAUER et al., 2001).

Por outro lado, para as grandes fábricas e respectivos grupos de empresas a mundialização viabiliza a concorrência em oligopólios nacionais e a integração de vantagens atreladas seja ao custo de produção ou a mão-de-obra em diversos pontos do globo. Desse modo, a condição do livre mercado garantindo liberdade de ação, é do interesse das grandes empresas (CHESNAIS, 1996).

Sob o curso da Terceira Revolução Industrial, as fábricas tendem a adequar-se ao curto prazo e constantes mudanças do padrão de consumo, introduzindo uma produção enxuta com redução de estoques e rápido trânsito das informações nas unidades produtivas. A nova lógica de rapidez e flexibilidade da produção torna cada vez mais necessária a integração do complexo têxtil (CHESNAIS, 1996; HAGUENAUER et al., 2001; POCHMANN, 2016).

Com as novas formas de organização mundial da produção aprofundando-se no Brasil, as fábricas têxteis buscam explorar com mais vigor as vantagens regionais do país, aumentam a diversificação da oferta e insumos científicos e tecnológicos nas atividades de P&D. A proximidade ao mercado da moda se faz necessária, flexibilizando a produção diante das constantes mudanças na demanda e exigência por tecidos mais sofisticados.

No contexto da reestruturação do setor têxtil, as grandes empresas do Sul e Sudeste intensificam a instalação de filiais no Nordeste, sobretudo, nas etapas da produção com mais densidade de mão-de-obra, buscando custos menores desse fator na região. Diante disso, não

se pode falar em desconcentração do setor em conjunto a partir dos anos 1990. As atividades mais intensivas em mão-de-obra tendem a se deslocar para o Nordeste, entretanto, as atividades altamente tecnológicas tendem a manter-se no Sul e Sudeste.

O Sudeste, sendo o centro da moda nacional, concentra as atividades em P&D, *desing* e informações estratégicas, disseminando as novas formas de produtos a serem produzidas pelas filiais espalhadas por todo o país.

A reestruturação traz consigo maior segmentação do mercado. Em dois grandes eixos, os consumidores de renda média e alta e, os consumidores de baixa renda, as empresas voltadas aqueles consumidores concorrem em qualidade, já as empresas de produtos populares, voltadas ao segundo tipo de consumidor, concorrem em preço (HAGUENAUER et al., 2001).

A concentração têxtil é mais acentuada no segmento de fiação, reduzindo o número de empresas em 77% no decorrer da década. É justamente este ramo que apresenta excesso de capacidade produtiva a nível mundial em torno de 10%. Conseqüentemente ocorre no país o fechamento de diversas empresas de pequeno e médio porte ou aquisição destas por grandes grupos do setor têxtil nacional. Grandes empresas do Sul compram diversas unidades fabris do polo de Americana, o mais afetado pela abertura econômica, aumentando assim o grau de integração da produção (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001; RAULINO, 2014).

Em contrapartida, há um aumento da produtividade, decorrente dos investimentos em modernização de maquinário e integração da produção realizados pelas grandes empresas (RAULINO, 2014).

Apresentando maior grau de concentração, o ramo de fiação realiza o maior investimento entre os ramos têxteis no período totalizando 1,9 bilhão de dólares, na tecelagem 1,1 bilhão, 1,2 bilhão na malharia e 1,4 bilhão no beneficiamento. No agregado desses investimentos 64% do maquinário é de origem estrangeira (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001).

No quadro regional, destaca-se o ramo de fiação nordestino que reduziu em 73% o número de unidades fabris no decorrer da década, no conjunto do setor têxtil, obtém ganho de produtividade se comparado ao setor têxtil nacional. Há também uma desconcentração regional da produção de fios e tecidos com o Nordeste aumentando a participação na produção nacional de fiação, saltando de 25,6% para 35,7%, e na tecelagem, de 16,3% para 23,3% entre 1990 e 1999. Na malharia, com presença mais forte nas regiões Sul e Sudeste, a região mantém sua participação estável (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001).

Com o esfacelamento das políticas federais de desenvolvimento regional após a redemocratização, há uma multiplicação das políticas estaduais de incentivos fiscais,

intensificando a chamada guerra fiscal, uma forma que os estados encontraram para contornar os desestímulos (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001; MUNIZ, 2016). Para atrair as grandes empresas nacionais e multinacionais, em nome das benesses como a geração de empregos e virtual elevação da arrecadação, os estados oferecem em contrapartida a renúncia fiscal, onerando a capacidade de arrecadação, além de incentivos creditícios e fornecimento de infraestrutura.

Sob o processo de reestruturação produtiva do setor têxtil, o Ceará continua sendo destaque na atração de grandes empresas. Diversificando a produção com tecidos de índigo e malhas, surgem no estado 16 fábricas têxteis, no período de 1990 a 2002, número maior que o dos anos 1960 com os incentivos da Sudene (ARAGÃO, 2002; MUNIZ, 2016).

Em meados dos anos 1990, a produção de índigo pela Vicunha no Ceará respondeu por 38% da capacidade de produção nacional deste tipo de tecido. Em um processo de franco desenvolvimento da indústria têxtil desde os anos 1970, o estado avançou no consumo de algodão como nenhum outro. Registra entre os anos 1980-90, um aumento de 278% no consumo (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001).

A Sudene, enfrentando um processo de sucateamento com reuniões cada vez mais escassas, sem um calendário específico, nem um cronograma de ação, torna-se sem significado. No final do Governo FHC, em 2001, a Superintendência é extinta mascarada pelo discurso de combate às práticas políticas arcaicas e à corrupção (COLOMBO, 2015).

O fim do Estado planejador e a conseqüente suspensão das políticas de desenvolvimento regional, retiram do Nordeste uma autêntica instituição de desenvolvimento que despertou a curiosidade em diversos pesquisadores e autoridades estrangeiras ao longo de sua atuação. Logo em 2003, com o Governo Lula estancando o processo neoliberal no Brasil, a Superintendência é recriada.

Passando por intensas transformações em suas características e em seu mercado, o setor têxtil chega no início do século XXI mais capital intensivo e poupador de mão-de-obra, destacadamente na fiação, mão-de-obra qualificada e produção verticalizada. Desde o final dos anos 1990, o principal mercado brasileiro que antes era o norte-americano passa a ser o Mercosul, absorvendo 39% de nossas exportações têxteis (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2001).

4 INOVAÇÕES TÉCNICAS E DESDOBRAMENTOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ALAGOAS E SERGIPE

4.1 Inovação técnica

Fazendo parte do desenvolvimento industrial as fibras e o maquinário têxtil reservam uma trajetória de obstáculos entre o período inventivo e o período de larga aplicação na atividade industrial. Separados por pouco mais de um século, a criação das primeiras fibras químicas e dos maquinários que revolucionaram a indústria têxtil exigiram além da capacidade inventiva de seus criadores, habilidades comerciais num ambiente econômico favorável.

As inovações no maquinário têxtil são parte da 1ª Revolução Industrial viabilizadas pelo surgimento da máquina a vapor. Nas últimas três décadas do século XVIII o desenvolvimento de maquinários para as seções de fiação e tecelagem vão aumentar significativamente a produtividade, entre eles, a spinning-jenny, os filatórios de Arkwright, de Crompton e de Kelly, além do tear mecânico de Cartwright. Permitindo a fiação simultânea de vários fios em um único equipamento quando a produção era feita manualmente produzindo fio por fio (DOBB, 1983).

Mas, estas inovações só ganharam larga aplicação na indústria têxtil inglesa na primeira metade do século XIX, contando com habilidades comerciais de seus inventores e estimulada pela grande demanda de tecidos no mercado mundial quando a produção dos mestres-artesãos que ainda predominava na Inglaterra não atendia mais a crescente demanda. Se a difusão dessas inovações levou quase meio século, as mudanças expressivas nas relações sociais de produção levaram um século dotando a classe trabalhadora de um caráter de proletariado fabril. A longa transição é marcada pela destituição dos trabalhadores dos meios de produção e crescente especialização do trabalho com o predomínio da indústria em detrimento das corporações de ofício (DOBB, 1983).

No século XX surgem os filatórios do tipo open-end e posteriormente os filatórios a jatos de ar (jet spinner) substituindo os tradicionais filatórios do tipo anel e dando mais agilidade a produção que aliada ao maior nível de automação eliminou etapas da produção além de exigir menos espaço físico. Para se ter uma ideia, a velocidade de operação de um filatório do tipo anel é de 19 a 25 metros de fio/minuto, já o open-end produz 130 metros/minuto enquanto o jet spinner chega a 180 metros/minuto. A fiação open-end de tecnologia alemã ganha destaque no Brasil a partir dos anos 1980 quando ainda era uma novidade no setor têxtil (ARAGÃO, 2002; FERNANDES e CARIO, 2011).

Processo semelhante ocorre com os teares, onde os mais modernos são os jatos de ar e água, e reduzem a necessidade de acompanhamento da produção o que conseqüentemente reduz a mão-de-obra. Muito mais que uma simples substituição de maquinário, sua introdução exige modificações na estrutura da fábrica sendo necessário a construção de um sistema de ar comprimido e aquisição de novos softwares para gestão e controle da produção. Por fatores como este, observa-se que algumas empresas optaram por desativar fábricas têxteis que tinham estrutura inadequada para receber novos maquinários (FERNANDES e CARIO, 2011).

O estudo de Viana (2005) mostra que o maquinário têxtil no Brasil possui um período de depreciação de 10 anos e os juros sobre o capital é o mais alto entre os principais países produtores têxteis. Onerando o lucro das empresas os juros atuam como um freio aos investimentos.

A alta concentração bancária explica em partes os altos juros no Brasil, colocando o país como o de maior taxa de empréstimo no mundo. Juntos, os quatro maiores bancos, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa respondem por 79% do crédito no país, quando na década anterior respondiam por 55% do total (NOGUEIRA, 2018).

No tocante as fibras têxteis a indústria química tornou-se cada vez mais envolvida, conquistando um ramo mais resistente as mudanças técnicas. O caso do rayon (seda artificial) ilustra bem os entraves a serem superados para viabilizar sua utilização na atividade industrial têxtil. A primeira variedade do rayon inventada pelo francês Chardonnet, em 1884, gerou uma fibra que não tinha resistência suficiente para o maquinário têxtil da época, tendo melhor aceitação o rayon de viscose inventado pelo químico britânico Cross na década seguinte. Porém, sua aplicação na indústria teve que esperar uma técnica de fiação adequada (FREEMAN e SOETE, 2008).

As primeiras inovações das fibras têxteis foram feitas por empresários-inventores mas logo foram monopolizadas pelas grandes firmas, com maiores recursos e margem de mercado, de modo que o processo inovativo a partir da 1ª Guerra Mundial passa a ser dominado por estas firmas a partir dos laboratórios de P&D. Entre as grandes firmas na primeira metade do século XX destacam-se a alemã IGFarben, a americana DuPont e a inglesa ICI, as maiores firmas do ramo químico em seus respectivos países, desempenhando um papel importante inclusive no desenvolvimento de novos maquinários (FREEMAN e SOETE, 2008).

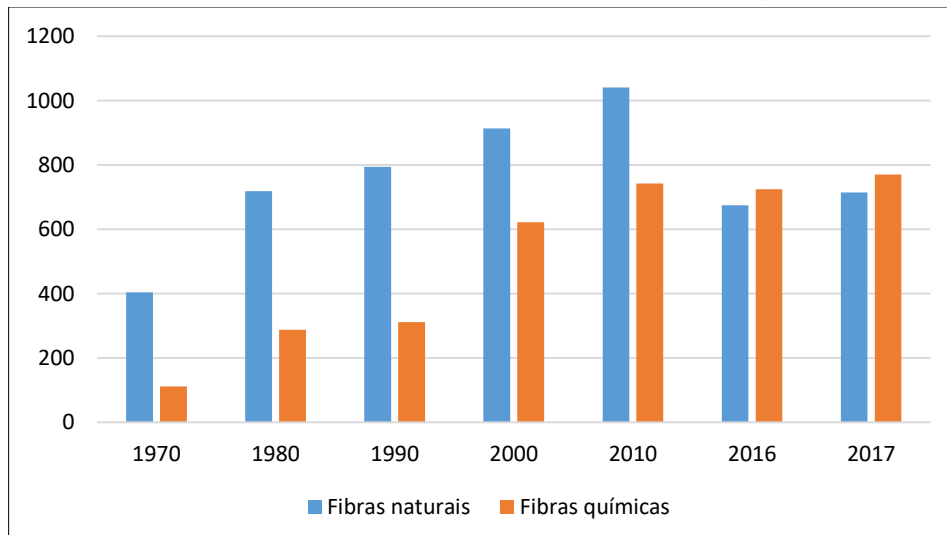
Nos anos 1930, o nylon bastante utilizado em roupas íntimas é inventado pela DuPont, sendo a primeira fibra sintética. Na década seguinte, a partir do laboratório de uma pequena firma têxtil britânica surge a fibra poliéster, mas devido a incapacidade da firma em suportar o custo de desenvolvimento e introduzir comercialmente foi licenciada para a DuPont e a ICI que

graças a versatilidade da fibra permitindo diversas aplicações foi ganhando mercado a partir dos anos 1950. Os principais materiais sintéticos produzidos pela indústria química utilizam matérias-primas derivadas de produtos do petróleo, gás natural e carvão (VIANA, 2005; FREEMAN e SOETE, 2008).

Ainda nos anos 1930 é descoberto acidentalmente o polietileno que devido a versatilidade tal como é encontrada no poliéster e sua propriedade isolante tornou-se o plástico de maior tonelagem no mundo. Esta versatilidade, gerada pela descoberta da estrutura molecular do plástico, é explicada pela possibilidade de um mesmo material ser modelado a partir de adequadas aplicações de calor e pressão, podendo ser transformando em uma fibra, lâmina ou demais produtos. Em geral, as fibras sintéticas têm como principal vantagem a força, durabilidade e resistência a pragas, mas, a sua crescente presença no mercado têxtil mundial deve-se não apenas a estes fatores, merecendo igual relevância a redução nos custos de produção, o que permitiu sua viabilidade frente as fibras naturais. Desse modo, o crescimento das fibras sintéticas permitido pela variedade de aplicações, deve-se também, as vantagens técnicas e de custo.

Nos anos 1990, as fibras químicas já representam a metade do mercado mundial de fibras, ultrapassando o consumo de fibras naturais a partir dos anos 2000. Observando a demanda mundial, entre 1997 e 2007, as fibras químicas obtêm um crescimento de 147% enquanto a demanda por algodão cresce 47%. Países como os Estados Unidos, Alemanha, Japão e mais recentemente a China, são responsáveis por mais de 50% do comércio mundial dessas fibras. No Brasil só recentemente, a partir de 2016, o consumo de fibras químicas ultrapassou as fibras naturais mostrado no Gráfico 3 (VIANA, 2005).

Gráfico 3 - Brasil: consumo industrial de fibras 1970 a 2017 (em 1.000 toneladas)



Fonte: ABIT, 2018.

Observa-se que nos anos 1990 o consumo de fibras químicas é bastante reduzido se comparado a demanda mundial no mesmo período, não chegando a 30% do consumo total de fibras no Brasil. Mas, a partir dos anos 2000 o consumo de fibras químicas praticamente dobrou aumentando sua participação no mercado nacional para 40% e só atingiu participação majoritária a partir de 2016 devido à redução no consumo das fibras naturais. Efeitos do baixo preço do poliéster nos últimos 10 anos devido ao investimento maciço da China em fábricas de fibras químicas contribuindo para a manutenção dos baixos preços. No Brasil, o poliéster é a fibra química mais consumida (ABRAFAS, 2017).

Atualmente ganham crescente emprego no mercado os tecidos tecnológicos, capazes de oferecer diversas funcionalidades como antiodor, antibacteriano tendo aplicação principalmente no mercado de roupas esportivas. Existem também tecidos desenvolvidos há mais de 50 anos que são aplicados no segmento de alta tecnologia, é o caso do Kevlar, criado pela DuPont que detêm o monopólio da produção iniciando sua comercialização a partir dos anos 1980. Sua característica maleável, leve e mais resistente que o aço permite aplicações em produtos aeroespaciais, de segurança e resistentes ao calor.

4.2 O algodão alagoano

Planta nativa cultivada pelos indígenas, o algodão é inserido em bases comerciais a partir do final do século XVIII por iniciativa de José de Mendonça Mattos Moreira, responsável pela jurisdição da então Comarca de Alagoas. Estimulado inicialmente pela demanda da indústria têxtil inglesa que vem incorporando sucessivas inovações a exemplo do tear mecânico e da máquina à vapor, é instalada no Brasil, por intermédio de Portugal, a Inspeção do Algodão, destinada a examinar e classificar a matéria-prima exportada (COSTA, 1983; ANDRADE, 2005; CARVALHO, 2015).

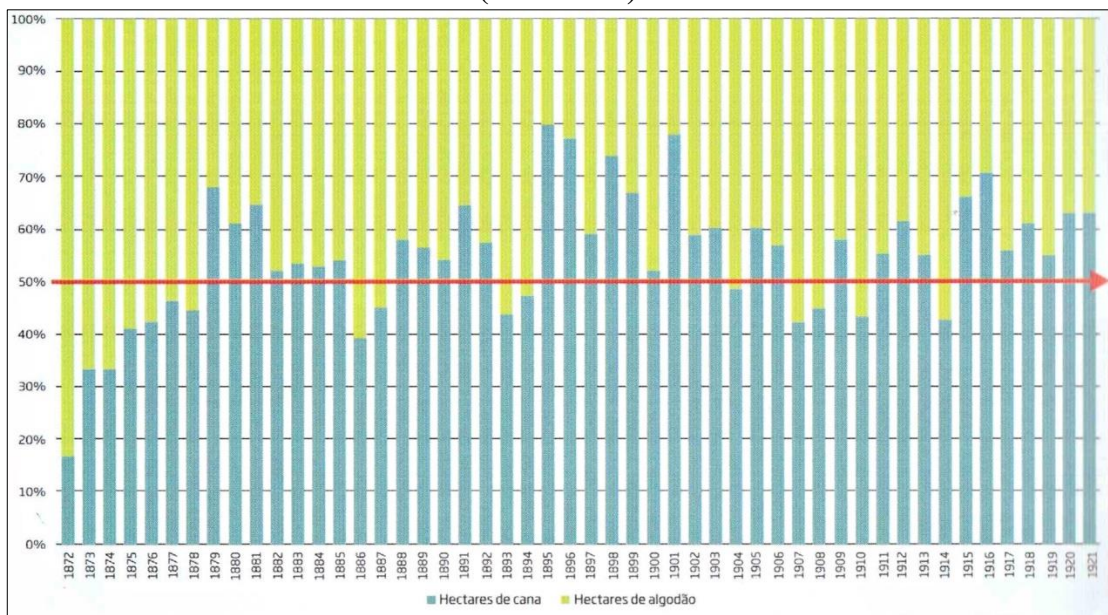
Diante da ascensão do capitalismo industrial inglês, o pacto colonial baseado no monopólio do comércio brasileiro por Portugal começa a ruir, sendo do interesse da Inglaterra eliminar Portugal como intermediário e comercializar diretamente com o Brasil, culminando na Abertura dos Portos (1808) e Independência (1822). Alagoas exportando algodão desde 1777, passa a exportá-lo pelo Porto de Jaraguá somente em 1826, localidade com ampla presença inglesa e que suplanta definitivamente o Porto do Francês da liderança do comércio de importação e exportação da Província³¹ (LIMA, 1992b; CARVALHO, 2015).

³¹ Sant'Ana (2011) afirma que até o final do século XVIII o Porto do Francês é o mais movimentado de Alagoas.

Assim que sua exportação é realizada por Jaraguá torna-se temporariamente o principal artigo exportado pelo porto. Sendo uma *commodity*, as oscilações no preço do algodão no mercado internacional vão repercutir não somente no comércio, como também, na área plantada em Alagoas, onde em períodos de conjuntura favorável disputa áreas tradicionais da cana-de-açúcar, Gráfico 4. Apesar da cana ser historicamente o principal produto agrícola de Alagoas, o valor comercial do algodão sempre foi superior e em ocasiões excepcionais torna-se 10 vezes mais valioso (SANT’ANA, 2011).

No mercado internacional, dois momentos são favoráveis ao algodão brasileiro e, conseqüentemente alagoano, a Guerra da Independência Americana (1775-1783) e a Guerra de Secessão (1861-1865) quando os Estados Unidos sendo o principal fornecedor de algodão à indústria inglesa tem sua produção e exportação inviabilizada pelos conflitos, dando margem ao nosso algodão (SANT’ANA, 2011; CARVALHO, 2015).

Gráfico 4 – Percentual da área colhida entre algodão e cana-de-açúcar em Alagoas (1872-1921)



Fonte: Tenório e Lessa, 2013.

Os dois períodos marcam momentos distintos no cultivo algodoeiro em Alagoas, o primeiro marcando o início da comercialização quando os estímulos para o cultivo vinham sobremaneira do comércio exterior e, o segundo, com o cultivo em franca expansão estimulado também pelo desenvolvimento local da indústria de óleos vegetais e indústria têxtil, principalmente. Apesar do seu cultivo ter iniciado pelos estímulos externos, o algodão atinge seu auge na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, período que coincide com o desenvolvimento e auge da indústria têxtil local.

Sendo não apenas mais um fator de estímulo ao cultivo algodoeiro em Alagoas, o surto da indústria têxtil local determina a diminuição da exportação do algodão ao consumir a quase totalidade da produção do estado. Andrade (2005) afirma que somente o algodão foi a única cultura capaz de fazer sombra a cana-de-açúcar, uma vez que os coqueirais se limitaram a estreita faixa litorânea e outras culturas alimentares como a mandioca, milho e feijão ocuparam os solos que não interessavam a cana. Ainda conforme o autor, nem mesmo a pecuária que surgiu como uma atividade complementar a cana permaneceu em mesmas áreas, sendo afastada cada vez mais do Litoral.

Apesar de ocupar principalmente o Agreste e Sertão, em momentos de conjuntura econômica favorável o algodão avança pelo Litoral, sendo cultivado desde a pequena produção predominante naquelas regiões a grandes proprietários dos chamados engenhos híbridos, àqueles que se dedicam as culturas da cana e algodão³². Em relação a região sertaneja, o Agreste, marcando a transição entre a Zona da Mata e o Sertão nordestino, são áreas semiáridas moderadas dotadas de melhores condições de solo e maior quantidade de chuvas, ver Mapa 5 (ANDRADE, 2005; AB’SÁBER, 2008; CARVALHO, 2015).

Mapa 5 – Leste, Agreste e Sertão alagoano³³



Fonte: Seplag, 2018.

³² Inclusive grandes engenhos como o Serra Grande chegaram a cultivar algodão na primeira metade do século XX (ANDRADE, 2005).

³³ Considerando que o IBGE (2017) instituiu a nova divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, em substituição respectivamente, as Mesorregiões e Microrregiões, utilizamos a antiga divisão mesorregional de Alagoas apenas como referência ao quadro natural.

Conforme se expande, o algodão vai constituindo novos pontos de fixação em Alagoas, especificamente na Zona da Mata e Litoral um caso registrado é o da cidade de Viçosa, fundada a partir da atividade algodoeira onde residiam descendentes dos bandeirantes paulistas e negros quilombolas, um resquício da guerra dos quilombos. O cultivo algodoeiro local continha inclusive índios mansos. Só após a presença do algodão a cana se desenvolveu e se tornou predominante na cidade (LIMA, 1992b; BRANDÃO, 2005).

Assiste-se a uma combinação com um papel cada vez mais preponderante dos fatores humanos, dada a presença de instituições viabilizando a exportação do algodão, induzindo o nascimento de novas cidades e tornando mais complexa a estrutura social. Diferentemente do cultivo indígena, antes da presença europeia, as combinações eram mais elementares pela enorme influência dos fatores físicos e biológicos e o aspecto mais rudimentar desta organização social, mas, a partir da colonização e comercialização do algodão gradativamente o fator humano se exerce com vigor, atuando na organização do espaço alagoano (CHOLLEY, 1964a).

É no espaço agrestino e sertanejo que o algodão exerce maiores influências e transformações, contribuindo para o auge da cidade de Palmeira dos Índios, onde em 1850 produz quase a metade do algodão em Alagoas e cidades como Piranhas e Pão de Açúcar margeadas pelo São Francisco, constituindo até a primeira metade do século XX sua base econômica. A importante presença da atividade algodoeira é atestada inclusive no nome de cidades, exemplo disto é a cidade Ouro Branco, no Sertão Alagoano, onde seu nome está relacionado as riquezas oriundas do algodão (DIÉGUES JÚNIOR, 1954; FERRARI, 1990; TENÓRIO e LESSA, 2013).

Conforme assinala Cholley (1964b) a influência das condições naturais podem interferir em maior ou menor grau a escolha do homem na organização de suas combinações, a depender do nível de desenvolvimento técnico. A larga presença do algodão em áreas mais interioranas de Alagoas não se explica apenas pelas questões de ordem econômica com a hegemonia da cana na Zona da Mata e Litoral, mas principalmente, a questões de ordem natural.

Devido a menor umidade o algodão oriundo do Agreste e Sertão é de melhor coloração, possui fibra maior e é mais limpo se comparado ao algodão da Zona da Mata. Plantado entre os meses de maio e junho, durante a quadra chuvosa no Nordeste, a produtividade da matéria-prima depende do regime regular de chuvas. Resguardada as particularidades locais, a colheita ocorre entre junho e novembro e os principais meses de comercialização de outubro a fevereiro,

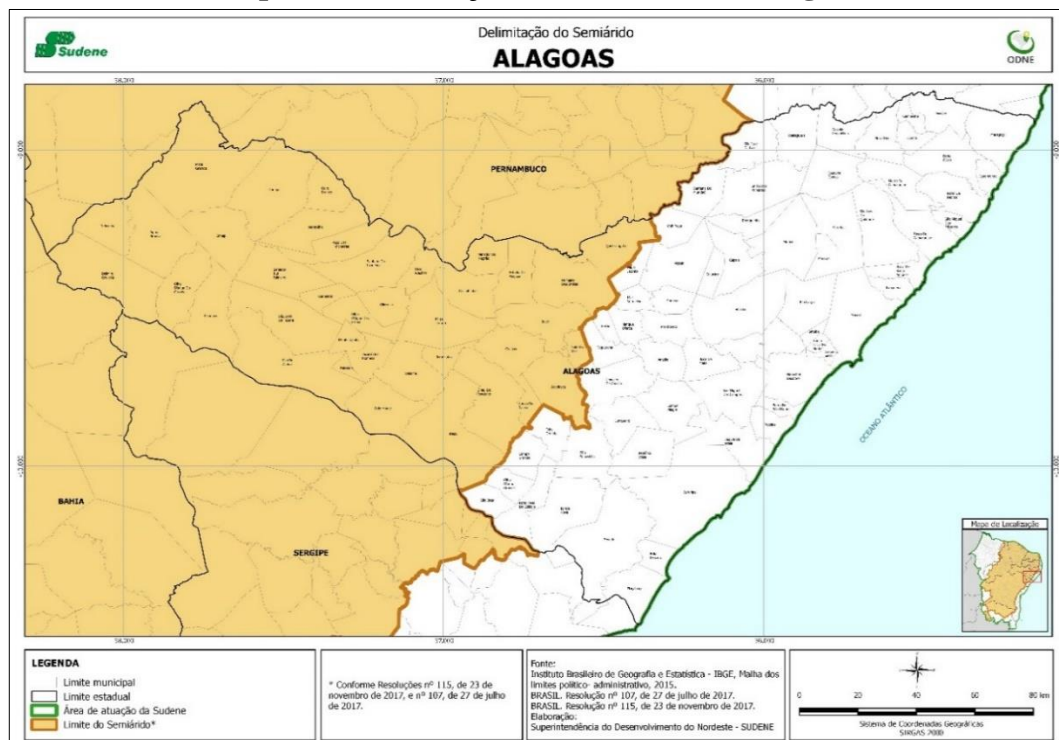
já no verão nordestino³⁴ (FERRARI, 1990; ANDRADE, 2005; AB'SÁBER, 2008; SANT'ANA, 2011).

Em relação aos demais estados nordestinos a ação da seca em Alagoas é menos incisiva graças a localização geográfica, situada entre os contrafortes meridionais do Planalto da Borborema, ao norte, e a calha do vale do São Francisco, ao sul, formando um corredor de ar úmido oriundo do Atlântico que alcança até parte do Sertão (LIMA, 1992a).

Além disso, a própria extensão territorial de Alagoas concorre para atenuar os efeitos da seca, possuindo 38 municípios na região semiárida, enquanto que estados de dimensão aproximada como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte possuem respectivamente 123, 194 e 147 municípios na região semiárida. Considerando os dados populacionais do Censo 2010 a parcela da população alagoana residente no semiárido representa 4% da população total do estado, em Pernambuco 16%, Paraíba 9% e Rio Grande do Norte 8% (SUDENE, 2018).

Em Alagoas, a mais recente delimitação do semiárido foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudene em 2017 e inclui a área sertaneja e parte da área agrestina do estado, conforme Mapa 6.

Mapa 6 – Delimitação do semiárido em Alagoas



Fonte: Sudene, 2018.

³⁴Evita-se o emprego das estações outono e primavera no contexto do semiárido nordestino, uma vez que, Ab'Sáber (2008) afirma que o conceito tradicional das quatro estações se adequa melhor para as regiões entre os subtropicais e a faixa de clima temperado. A quadra chuvosa compreende os 4 meses do ano com maior volume de chuva e em Alagoas ocorre entre maio, junho, julho e agosto.

Segundo critérios metodológicos, a região semiárida envolve áreas com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros, percentual diário anual de déficit hídrico igual ou superior a 60% e índice de aridez igual ou inferior a 0,5 (SUDENE, 2018).

As causas da seca no Nordeste são determinadas por múltiplos fatores de ordem climática e geomorfológica. O clima da região é influenciado não apenas por áreas próximas, o Oceano Atlântico onde atua a massa de ar tropical atlântica podendo levar umidade até partes do Sertão em períodos de forte intensidade, mas também de áreas mais distantes, como o Oceano Pacífico onde registra-se a atuação do El Niño que provoca seca na região (AB'SÁBER, 2008).

Abrangendo o Sertão e parte do Agreste Alagoano, a região semiárida possui a média anual de precipitações entre 268 e 800 milímetros. Comparando as áreas mais chuvosas do semiárido, isto é, 2,5 vezes menor que o volume de chuvas na Zona de Mata. A menor presença de chuvas na região deve-se também a forma saliente do litoral, gerando bolsões de ar úmido e divergindo-os conforme adentram na superfície pediplanada³⁵ (LIMA, 1992a; AB'SÁBER, 2008).

Devido as secas periódicas a presença humana na caatinga concentra-se em locais que oferecem condições de água, seja na base das colinas, margens dos rios temporários e no alto das colinas, em pequenos maciços rochosos aplainados onde se situa a cidade de Ouro Branco. Estes locais contando também com lagoas espalhadas pelo pediplano e olhos d'água marcam as sedes de fazendas, propriedades e até mesmo cidades. Uma vez que a irrigação é o principal ponto de estrangulamento das pequenas lavouras (LIMA, 1992a).

Em períodos de estiagem, aproveitando o leito seco dos cursos d'água pratica-se a agricultura de sequeiro, plantando algodão e outras culturas de ampla presença no sertão nordestino (palma forrageira, mandioca, milho, etc), ao passo que nos espaços colinosos predominam a pecuária. Esse quadro é sintomático no município de Palmeira dos Índios, situado entre o pediplano do baixo São Francisco e as encostas orientais do Planalto da Borborema, onde em 1901 cria um código de postura resultante do embate entre os produtores de algodão e proprietários do gado, dividindo ao norte áreas destinadas a pecuária, onde se elevam as colinas do Planalto da Borborema, e ao sul, áreas destinadas a agricultura onde predominam os vales (FERRARI, 1990; AB'SÁBER, 2008).

³⁵A forma de relevo predominante no Agreste e Sertão de Alagoas é o pediplano, resultante de processos morfogenéticos que o tornaram numa planície de erosão. Possui superfície semi-ondulada e de suaves concavidades (LIMA, 1992a).

Dessa forma, adaptando-se as condições locais cada grupo humano se especializou em suas potencialidades, atestado por Aziz Ab'Sáber:

Uns são vaqueiros, dizem-se 'caatingueiros', homens das caatingas mais rústicas. Outros são agricultores dos 'brejos', gente que trabalha nas 'ilhas' de umidade que pontilham os sertões secos. Outros são 'lameiristas', aqueles que se especializaram em aproveitar a lamina fina, argilosa e calcária do leito de estiagem, nas margens do único rio perene que cruza os sertões (São Francisco). Muitos outros, ainda, cuidam de numerosas atividades nas 'terras de sequeiro', plantando palmas forrageias, cuidando de caprinos e magotes de gado magro, plantando algodão ou tentando manter roçados de milho, feijão e mandioca (AB'SÁBER, 2008).

Sendo uma cultura de baixa exigência de capital, podendo ser cultivada em consórcio com outras culturas tradicionais do Agreste e Sertão tipo o milho, mandioca e feijão, o algodão é cultivado por lavradores e comerciantes constituindo uma nova base econômica nessas regiões ao lado da pecuária, herdando dos europeus a associação das atividades de agricultura-criação. Há inclusive a associação entre as duas práticas agrícolas quando no período mais seco, entre janeiro e fevereiro, para auxiliar na limpeza das lavouras de algodão o gado é trazido para se alimentar da rama (CHOLLEY, 1964a; ANDRADE, 2005).

A própria característica de sua cultura inibiu o amplo emprego da mão-de-obra escrava, pois, de ciclo vegetativo curto não requer a ocupação humana o ano todo, tornando desvantajoso a utilização desta forma de trabalho e sendo preferível o pagamento de diárias aos moradores próximos em épocas de *boom* no comércio algodoeiro. Assim, muitos mulatos e negros ascenderam socialmente graças as riquezas acumuladas a partir do algodão, sendo chamados *brancos do algodão*. A ampla presença do algodão, antecedido pela pecuária contribuem na inserção de práticas capitalistas no campo (ANDRADE, 2005; VASCONCELOS JÚNIOR, 2017).

Por outro lado, os moradores que não obtiveram a mesma condição cultivam o algodão em terras cedidas pelos senhores de engenho em troca de dois ou três dias de trabalho semanal a preço baixo ou gratuito, tal forma de trabalho é um resquício de relações feudais. Conhecido por morador de condição, constituem numerosa parcela da população rural entre o século XIX e primeira metade do século XX, presente com mais vigor na Zona da Mata (ANDRADE, 2005).

A título de comparação, as diárias dos lavradores do algodão chegam a 1.000 réis em períodos de *boom* comercial, já a diária paga ao morador de condição da Zona da Mata fica em torno de 400 e 600 réis. Com o trabalho escravo sendo eliminado das áreas tradicionais do algodão pouco mais de 10 anos antes da Abolição, esta forma de exploração compreende cerca de 50% da mão-de-obra nas áreas da cana. Contando com uma policultura expressiva e um

produto comercializável, os trabalhadores possuem um nível de vida relativamente elevado se comparado aos trabalhadores das áreas da cana (FERRARI, 1990; ANDRADE, 2005).

Os diferentes modos de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais na zona canavieira e na zona pecuária atrelada a pequena produção agrícola, constituem traços particulares na formação social, ainda que não destoe amplamente do quadro social de Alagoas. Moreno Brandão (2015), indica que o alagoano do sul, moldado pela atividade pecuária caracteriza-se pela serenidade e apego as tradições do passado constituindo uma sociedade pouco hierarquizada, já o alagoano do norte, de características que remetem ao senhor feudal mantém a postura de comando, fruto de uma sociedade aristocrática mais hierarquizada. Essa característica ajudou na longa permanência do alagoano do norte no comando da vida política de Alagoas, sem desconsiderar a opulência e o papel ideológico, concorrentes na sustentação da sua hegemonia.

Os comerciantes enriquecidos a partir do algodão e a pouca exigência de capital instalam em diversas vilas e cidades de Alagoas pequenas fábricas de descaroçar algodão, exibida na Figura 3. Também chamadas de fábricas beneficiadoras de algodão, seus descaroçadores são inicialmente movidos pela força humana ou animal, mas já a partir de 1855 registra-se o primeiro descaroçador movido a força hidráulica e quatro anos depois a máquina à vapor em Penedo, inovação acompanhada por Palmeira dos Índios três décadas depois (FERRARI, 1990; ANDRADE, 2005; SANT'ANA, 2011; CARVALHO, 2015).

Figura 3 – Fábrica de beneficiamento do algodão no município de União dos Palmares nos anos 1920



Fonte: História de Alagoas, 2015.

Contribuindo desde o início para o desenvolvimento da vida urbana, estas pequenas unidades fabris, empregando principalmente maquinário norte-americano, beneficiam o algodão bruto separando-o das sementes e revendem o produto aos exportadores situados nos principais portos de Alagoas, além de estimular a comercialização da matéria-prima em diversas feiras do sertão. Em 1823, a partir de deliberação da assembleia provincial, é prevista a criação de feiras em todas as vilas a fim de facilitar as trocas comerciais (ANDRADE, 2005; SANT'ANA, 2011; BRANDÃO, 2015).

Antes da presença das ferrovias e rodovias seu transporte é feito comumente pelo jegue, em substituição ao boi. Ab'Sáber (2008) afirma que o animal revolucionou e democratizou o sistema de transportes oriundos dos brejos e das roças.

Entre as cidades do interior, Penedo e Piranhas comercializavam o algodão já beneficiado, a primeira, sendo o principal entreposto comercial, já a segunda, o ponto final da navegação do baixo São Francisco. Dada a precariedade do controle do comércio do algodão pelo Governo Provincial e levando-se em conta também que o comércio local continuou dependente da Bahia e Pernambuco, mesmo após a Emancipação de Alagoas em 1817, os registros de exportação de algodão por Alagoas são mais abundantes a partir da segunda metade do século XIX (COSTA, 1983; FERRARI, 1990).

Contudo, a partir dos documentos do Arquivo Público de Alagoas, Sant'Ana (2011) afirma que o primeiro registro de exportação de algodão por Alagoas data de 1824, totalizando 209.535 quilos, quase todo destinado ao porto inglês de Liverpool. Desde o início, o comércio exportador tem ampla participação inglesa, monopolizando a atividade até o final do século XIX. Na década de 1830, quando haviam 10 casas comerciais registradas, 8 eram de comerciantes ingleses, e parte delas sendo filiais de matrizes sediadas na Bahia.

No final do século XIX, sob o auge do capitalismo monopolista, apenas 3 casas comerciais controlavam a exportação de algodão, uma de proprietário inglês, as outras duas de proprietários alemães. Porém, deve-se destacar que a presença inglesa foi determinante em transformações na formação social alagoana no decorrer do referido século (SANT'ANA, 2011).

No curto espaço de tempo, entre 1815 e 1839, Maceió passa da condição de Vila subordinada a Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro) à condição de capital da Província. Neste intervalo, cada década resguarda importante ocorrência que concorre para o processo, em 1815, quando Maceió é desmembrada da antiga capital (Marechal Deodoro), em 1829, com a transferência da Alfândega advinda da ex-capital e no mesmo período o Porto de Jaraguá já concentrando a movimentação comercial com 77% das embarcações atracadas em Alagoas e,

finalmente em 1839, com a elevação de Maceió a cidade e capital de Alagoas. Processo que contou com um pedido formal dos comerciantes ingleses ao Governo Imperial para consolidar Maceió como capital (BARROS, 1991; CARVALHO, 2015).

Devendo o seu desenvolvimento a concentração do capital mercantil, representado pelos comerciantes de importação e exportação, Maceió sob os moldes do período imperial, se constitui num polo social modernizador do quadro local, ao passo que a antiga capital, Marechal Deodoro é um marco do período colonial. Isto é perceptível pela própria localização do núcleo urbano de ambas as cidades, Marechal estando mais afastada do mar e no alto do tabuleiro é um retrato dos núcleos pioneiros de povoação de Alagoas, constituídos com fins de proteção militar, enquanto que Maceió desenvolve-se à beira-mar, aproveitando as condições naturais do Porto de Jaraguá convergindo para si o comércio alagoano (LINDOSO, 2005; CARVALHO, 2015).

Estabelecendo premissas para o avanço capitalista no Litoral alagoano ao substituir o trabalho escravo pelo assalariado, a burguesia mercantil alia-se matrimonialmente e financeiramente com a decante aristocracia rural, representada pelo senhor de engenho e de origem colonial, num jogo de interesses que envolve a notoriedade da classe comerciante e a salvação financeira da nobreza rural. Neste pacto, os comerciantes assumem a hegemonia do modo de vida urbano e a nobreza rural sustenta seu poder político (LINDOSO, 2005).

É a partir da ascensão da classe comerciante na vida urbana e da fundação da Associação Comercial de Maceió - ACM, fundada majoritariamente por comerciantes de algodão, que o porto de Jaraguá recebe os melhoramentos em infraestrutura a partir da década de 1870, financiada pelo capital mercantil em conjunto com o capital estrangeiro, sobretudo inglês. Sob a chegada de novas infraestruturas, Jaraguá rompe os limites do comércio marítimo interno entre Salvador e Recife, estabelecendo trocas comerciais com outras cidades do país (COSTA, 1931; LINDOSO, 2005; RAMOS, 2013).

Em anos aproximados, outras associações comerciais são fundadas nos estados nordestinos do Maranhão (1854), Ceará (1866), Sergipe (1872) e Paraíba (1874). Coincidentemente, o ano de fundação da ACM, em 1866, registra o maior volume de algodão exportado, em virtude da Guerra de Secessão, ver Tabela 24. Seu preço que era de 7.850 réis/arroba, em 1860, salta para 15.872 réis/arroba em 1866³⁶ (SANT'ANA, 2011; ACM, 2013; TENÓRIO e LESSA, 2013).

³⁶Comparado ao açúcar, no ano de 1865, 56 toneladas valiam 8.300 contos de réis, enquanto que 16 toneladas de algodão valiam mais que o dobro, 16.900 contos de réis (TENÓRIO e LESSA, 2013).

No âmbito das exportações nacionais, o algodão que era o terceiro principal produto no valor global das exportações, tinha uma participação percentual que não chegava a metade da do açúcar, porém, nesse período favorável, sucede o açúcar na segunda colocação representando 18% sobre o total das exportações na década de 1860, atrás apenas do café com 45% de participação (IBGE, 1940).

Tabela 24 – Algodão exportado por Alagoas 1858-1939 em toneladas

1858	1866	1875	1880	1885	1890	1895
4.689	6.546	966	4.171	2.125	2.230	847
1900	1905	1910	1915	1930	1939	
976	4.153	2.121	1.648	593	1.193	

Fonte: Costa, 1931; IBGE, 1940; Sant'Ana, 2011.

Devido a precariedade das estatísticas oficiais, os dados de exportação do algodão alagoano são elaborados a partir da firma Williams e Cia., detentora de um trapiche de mesmo nome em Jaraguá. Até a primeira metade do século XIX, os dados de exportação são bastante reduzidos, inviabilizando um levantamento sistemático. A partir da Tabela acima, constata-se que a exportação de algodão por Alagoas foi excepcional em 1866, em virtude de fatores já apontados. Com o restabelecimento do algodão americano no mercado internacional e a Guerra Franco-Prussiana (1870-71) derrubando o preço da matéria-prima, havendo, em 1875, uma drástica queda na exportação alagoana (SANT'ANA, 2011; COSTA e CABRAL, 2016).

Apesar das oscilações na exportação, jamais se alcançou no período o volume exportado em 1866. O ano de 1895 registra o menor volume exportado na segunda metade do século XIX, coincidindo com a acentuada redução na área colhida; comparar com o Gráfico 4 na página 92. Reforçando a destacada presença inglesa no comércio do algodão alagoano, nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o algodão destinado para a Inglaterra oscila entre 70% e 90% do total exportado, cujo principal porto importador é o de Liverpool (ACM, 2011).

Sob o ponto de vista interno, o índice de 1866 não é novamente alcançado, em virtude também, da produção algodoeira em Alagoas se manter relativamente estável e a maior parte ser consumida internamente, além da ocorrência de secas periódicas afetando o plantio. Entre os anos 1920-1930, em média, 75% da produção anual é consumida pelas fábricas locais, em franca expansão³⁷ (COSTA, 1931).

³⁷Do total produzido entre 1927-1931, somando 26.631 toneladas, o consumo interno é responsável por 21.259 toneladas (COSTA, 1931).

Fundada inicialmente com o objetivo de realizar a fiscalização privada do algodão, tendo em vista a precariedade da fiscalização do Governo Provincial, no mesmo ano de sua fundação é firmado o Contrato do Algodão que logo enfrentou resistência por parte dos produtores³⁸. Visando combater as fraudes e melhorar a qualidade do algodão exportado, alvo de constantes reclamações dos importadores ingleses, o Contrato estabelece um acordo entre os produtores e comerciantes, designando um responsável pela inspeção da matéria-prima antes da entrada nos trapiches e armazéns e classificá-lo de acordo com a qualidade. A partir do Contrato, a fiscalização passa a ser padronizada com as demais cidades que comercializam a matéria-prima (RAMOS, 2013; GUIMARÃES, 2014). “Assim, a partir daquele momento a relação entre fornecedor e comprador é sistematizada pela qualificação do produto que passa a ter identificação do trapiche, o número e a tara de cada saca de algodão, assim como o registro em livro selado e rubricado pelo fiscal” (ACM, 2013).

A responsabilidade é dividida também entre os comerciantes, pagando por cada saca inspecionada e impedidos de comprar sacas não inspecionadas sob pena de multa. É do âmbito da Associação Comercial apurar os casos de fraudes e aplicar as multas, onde é bastante comum a presença de areias e pedras dentro dos sacos de algodão para fraudar a pesagem nos trapiches (GUIMARÃES, 2014).

Após estudos sobre a sua comercialização, o Contrato do Algodão é aprimorado em 1872 em busca de mitigar os prejuízos causados pela baixa do preço no mercado internacional e evitar reclamações dos importadores pelos erros de classificação são executados aprimoramentos na inspeção e encargos entre os agentes de fiscalização e comercialização, e é enviado um pedido formal ao Governo Provincial para estabelecer um novo sistema de pesos e medidas, tendo em vista que, estados vizinhos, Pernambuco, Sergipe e Bahia já terem estabelecido os seus (GUIMARÃES, 2014).

Exibida na Figura 4, o porto de Jaraguá só vem contar com uma ponte de embarque a partir de 1873³⁹, concebida pelo engenheiro inglês Hugh Wilson, sendo também um empresário de grande influência no Nordeste e responsável por parte do monopólio da navegação à vapor e das ferrovias em Alagoas, logísticas que contavam com a subvenção do Governo Provincial. Recebendo outras melhorias tipo, calçamento, iluminação, telégrafo, ponte sobre o riacho Maceió (atual riacho Salgadinho) ligando o porto ao Centro da cidade e o início da construção do ramal ferroviário até o bairro do Trapiche, todo esse conjunto de obras e equipamentos fazem

³⁸O Contrato do Algodão vai estimular a formulação do Contrato do Açúcar, assinado em 1872 (RAMOS, 2013).

³⁹Duas décadas antes, a única ponte de embarque existente pertencia ao Trapiche Faustino, de propriedade do Comendador Manoel de Vasconcelos Júnior (RAMOS, 2013).

parte do pleito da Associação Comercial (TENÓRIO, 1996; RAMOS, 2013; BRANDÃO, 2015).

Figura 4 – Ponte de embarque onde se vê ao lado direito a ponte do Trapiche Novo em 1920



Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

Com o trecho inicial da ferrovia Maceió-União dos Palmares, projetada pelo mesmo engenheiro inglês, os dois polos comerciais de Maceió, o porto de Jaraguá e o Trapiche são conectados por intermédio da via férrea, associando o transporte de navegação das lagoas à ferrovia⁴⁰. Jaraguá até então sendo uma espécie de “cidade satélite” de Maceió, vinculada ao exterior, concentra a vida comercial da cidade, enquanto que o Centro da cidade é o seu reduto administrativo (LINDOSO, 2005; CARVALHO, 2015).

Característico de regiões portuárias nesse período, conforme aumenta a movimentação comercial multiplicam-se os trapiches e armazéns que se estendiam até a praia de Pajuçara. Localmente chamava-se trapiche, o conjunto de armazém dotado de ponte em terra firme. Com uma capacidade de armazenamento em torno de 50.000 sacos de mercadorias em volume cúbico, existiam trapiches bem equipados, com pontes cobertas de telhas e paredes de alvenaria, outros mais simples, apenas com a ponte descoberta. Seu aparelhamento era constituído por pequenas linhas férreas para os troles e na cabeceira da ponte por guindaste manual ou à vapor (MENEZES e ARAÚJO,198-).

⁴⁰A travessia pelo Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba perdurou até 1980 quando o serviço de barcas entre Maceió e Marechal Deodoro foi extinto em virtude da expansão das rodovias interligando as cidades margeadas pelas lagoas (DIAS, 2015).

O primeiro trapiche é erguido entre as décadas de 1820-1830 pelo português José Antônio de Aguiar, antes da sua presença, as mercadorias eram conduzidas na cabeça dos escravos até as barcaças à beira-mar. Em 1850 registra-se a construção do Trapiche Faustino e em 1896 a existência de mais três: Trapiche Segundo, Trapiche Novo e Trapiche Jaraguá, este, de propriedade da família Leão, fundadoras da Usina Leão em Rio Largo. Em 1902 acrescentam-se: Trapiche Bandeira, Trapiche Dois Irmãos, Trapiche Pohlman (levando o nome da firma alemã Pohlman e Cia.), Trapiche Pereira Pinto e Trapiche Williams (LIMA JÚNIOR, 2014).

Compondo o quadro dinâmico da vida comercial de Jaraguá, ao longo do tempo os trapiches passaram por diversos proprietários, caso notório é o do Trapiche Novo, que no início do século XX era de propriedade de Delmiro Gouveia, mas, já na década de 1910, consta sob a propriedade dos irmãos Vasconcelos quando é vendido a Carlos Lyra, proprietário da Usina Serra Grande, ver Figura 5. O Trapiche Novo era um dos mais bem equipados da localidade e seu prédio é preservado até hoje (LIMA JÚNIOR, 1983; 2014).

Figura 5 – Interior do Trapiche Novo sob a propriedade de Delmiro Gouveia no início do século XX



Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

No início do século, registra-se a existência de nove trapiches, dentre os quais dois, os trapiches de Pohlman & Cia. e Williams & Cia. além do açúcar, embarcavam o algodão, geralmente transportado em fardos de 90 quilos. O Trapiche Williams, do qual se tem alguma informação do seu aparelhamento possuía dois guindastes manuais e um à vapor (MENEZES e ARAÚJO, 198?; COSTA e CABRAL, 2016).

Devido as pontes dos trapiches não chegarem ao alto mar, onde atracam os navios, o transbordo de pessoas e mercadorias entre as pontes e os navios era realizado por navegações de pequeno porte de madeira amplamente utilizadas no transporte de cabotagem, as chamadas barcaças e alvarengas, sendo conduzidas ao alto mar por rebocadores à vapor (PEDROSA, 1998).

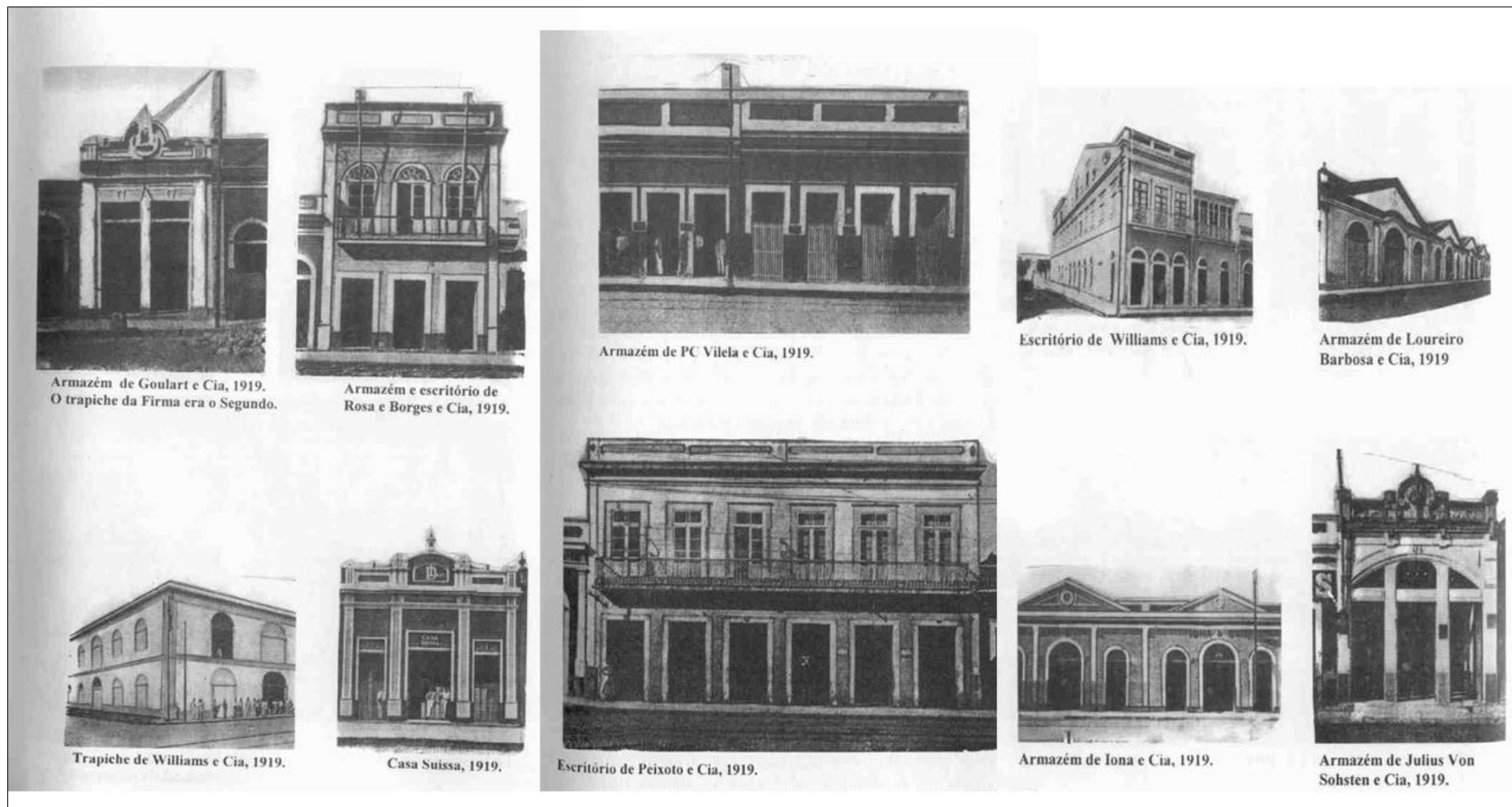
Com a ascensão da atividade comercial em Jaraguá sob os estímulos dos armazéns, trapiches e casas comerciais repercute no aprofundamento da divisão do trabalho em atividades correlatas a vida portuária. No pesado trabalho braçal tinham os trapicheiros, trabalhando em terra e realizando o transporte de mercadorias até a ponte dos trapiches e, os estivadores, organizando as mercadorias nas embarcações. Atuando na base da atividade comercial, estavam os corretores, sendo agentes intermediários entre os trapiches/armazéns e os comerciantes exportadores. Por vezes, os corretores transitavam no interior dos trapiches, mas, o seu lugar habitual era na porta desses estabelecimentos. Em seu interior ficavam o administrador, o contratante e os fiscais. Ocupando o topo da atividade comercial, estavam os empresários de exportação estabelecendo os negócios em seus escritórios e alheios ao ambiente dos trapiches e armazéns. Ver Figura 6 que mostra alguns desses estabelecimentos no Jaraguá em 1919 (PEDROSA, 1998).

Até meados do século XIX somente o porto de Penedo, sendo o segundo mais movimentado da Província somando 7,5% da movimentação portuária em 1824, é capaz de rivalizar com Jaraguá. O porto do Francês em franco declínio é o quinto em movimentação. Penedo sendo o principal entreposto comercial do baixo São Francisco comercializa grande parte do algodão produzido no Agreste e Sertão alagoano, concorrendo para isso, a precariedade dos transportes terrestres e a baixa integração entre as vilas e cidades. Na primeira metade do século, o algodão é o principal produto comercializado e gerador de receitas deste porto, assim como ocorre no porto de Jaraguá em períodos intermitentes (BARROS, 1991; CARVALHO, 2015; TEXEIRA, 2016).

Do mesmo modo que Jaraguá, o porto de Penedo, dispunha de rotas regulares da Companhia Baiana de Navegação, que concorria em Alagoas com a Companhia Pernambucana de Navegação realizando rotas semelhantes. Ambas as empresas eram de propriedade inglesa com suas respectivas filiais na cidade de Salvador e Recife⁴¹.

⁴¹A navegação à vapor é instituída em Alagoas a partir de 1853 através de contrato com a Companhia Baiana de Navegação (TEXEIRA, 2016).

Figura 6 – Fachada dos trapiches, armazéns e casa comercial no Jaraguá em 1919



Fonte: Pedrosa, 1998.

Aberto a navegação estrangeira desde 1866, a grande dificuldade do seu porto expandir o comércio estrangeiro se limitava a profundidade do São Francisco, insuficiente para receber navios de maior calado. No início do século XX, seu comércio portuário além de Maceió, se fazia com Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (BRANDÃO, 2015; TEXEIRA, 2016).

Surgindo no mesmo período, utilizando mesma matriz energética e capitaneadas pelas mesmas empresas, a chegada da navegação à vapor e as ferrovias em Alagoas representam o que há de mais moderno da 1ª Revolução Industrial.

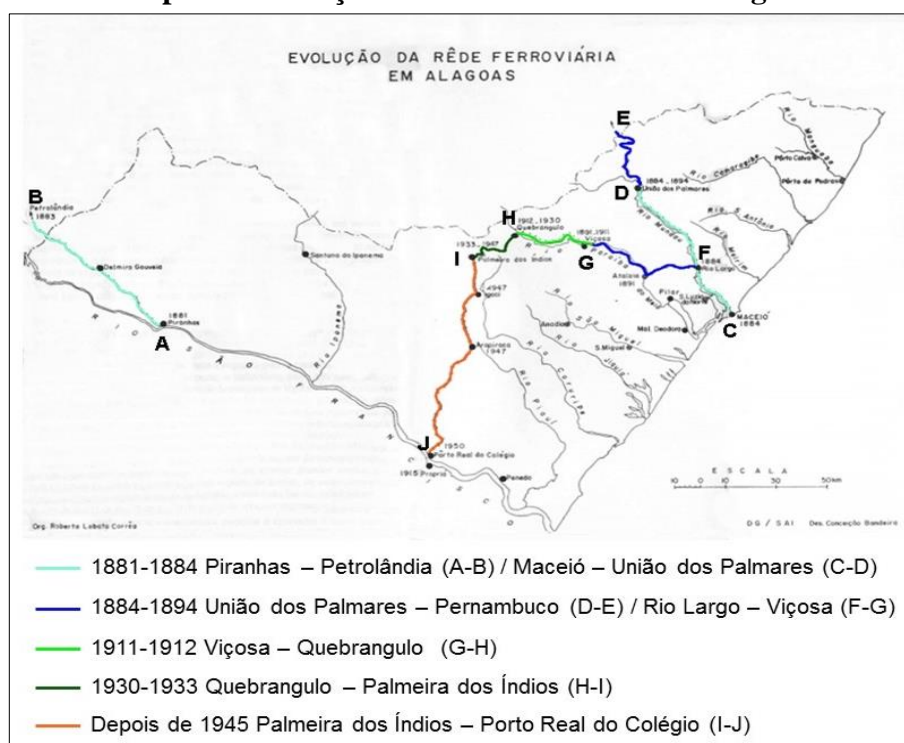
Conforme Tenório (1996) a era ferroviária inicia-se em Alagoas a partir de 1864 após sanção de lei que prevê a construção do primeiro ramal ferroviário, inaugurado quatro anos depois, cujo o mercado ferroviário local é disputado pelas empresas de navegação supracitadas.

Numa reviravolta inserida nesta disputa, a construção da estrada de ferro Maceió-União dos Palmares até então de responsabilidade da Cia. Baiana de Navegação é sucedida pela Cia. Pernambucana de Navegação, cujo um dos principais sócios é o engenheiro Hugh Wilson. O investimento inglês nas ferrovias só é possível graças aos incentivos do Governo Imperial através de subvenções e garantia de juros sobre o capital aplicado na malha ferroviária (TENÓRIO, 1996).

Fazendo parte do surto ferroviário brasileiro do Segundo Reinado (1840-1889), em 1878, é iniciada a construção da estrada de ferro Paulo Afonso, idealizada pelo engenheiro André Rebouças e ocupando a mão-de-obra sertaneja através dos retirantes da seca. Construída pelo duplo objetivo de ligar social e comercialmente as regiões do alto e baixo São Francisco, a ferrovia faz parte de um projeto maior, a interligação de Recife a região são-franciscana buscando aumentar a penetração comercial, ver Mapa 7. Entretanto, o projeto jamais se efetivou (TENÓRIO, 1996; SILVA, 2012).

Mais tarde, esta ferrovia torna-se deficitária em virtude de erros técnico-econômicos configurando um traçado inapropriado e por se restringir as vastas propriedades pouco produtivas onde predominam relações feudais. Já as ferrovias que partem de Maceió rumo aos vales do rio Mundaú e Paraíba, onde estão situadas as cidades de maior importância econômica em Alagoas (excetuando-se Penedo) e com destaque na produção dos principais produtos agrícolas, o açúcar e o algodão, prosperam a ponto de estimular sucessivas ampliações e construções de ramais (DIÉGUES JÚNIOR, 1954; TENÓRIO, 1996; BRANDÃO, 2015).

Mapa 7 – Evolução da rede ferroviária em Alagoas



Fonte: Corrêa, 1994.

A presença da ferrovia em Alagoas gera toda uma mudança em sua rede de cidades, responsável pelo surgimento de novas cidades como Rio Largo, por momentos de fastígio como União dos Palmares e Palmeira dos Índios, conhecida após a presença da ferrovia por empório do Agreste e Sertão; e declínio de outras, como Pilar e Penedo, esta última, que já foi a segunda cidade mais importante de Alagoas, enfrentando um processo de declínio mais lento que se arrasta até as décadas de 1950-1960 quando ainda se registra a entrada de vapores em seu porto (CORRÊA, 1994).

A partir de Diégues Júnior (1954) já é possível perceber a decadência de Penedo após 1945 com a construção da ferrovia Palmeira dos Índios-Porto Real do Colégio, situação agravada pelo assoreamento do São Francisco dificultando a entrada de navios de maior porte. Dessa forma, desloca-se o eixo econômico da região.

Por sua vez, Pilar, considerada até então o principal entreposto comercial do interior de Alagoas, declina ao não ser beneficiada pelo traçado da ferrovia, uma vez que, grande parte das mercadorias das cidades da Zona da Mata e parte do Agreste, antes destinada ao seu porto, agora destinam-se diretamente as estações ferroviárias⁴². Numa situação contrária, União dos

⁴²Nota-se a importância de Pilar no final do século XIX também pela presença do telégrafo, sendo a primeira cidade após Maceió a dispor do equipamento (COSTA e CABRAL, 2016).

Palmares ascende, constituindo no entorno de sua estação ferroviária um verdadeiro centro de compra, descarçamento e beneficiamento de algodão (TENÓRIO, 1996).

Alguns municípios ao norte de Alagoas, após a integração das ferrovias alagoanas as de Pernambuco, exportam o algodão diretamente para o estado vizinho. O porto de Recife, dada a sua expressividade regional, registra não apenas a entrada do algodão alagoano, como também, da Paraíba e do Rio Grande do Norte (TENÓRIO e LESSA, 2013).

Pelo traçado das ferrovias, convergindo a produção das áreas mais ricas do estado para o porto de Jaraguá, que recebeu diversos melhoramentos em infraestrutura, a localidade reforça a sua vocação comercial tornando-se um dinâmico centro comercial:

Observar o espaço urbano de Jaraguá, sobretudo ver a extensão de toda a Rua Sá e Albuquerque [*na época, principal rua da região*], é perceber que neste primeiro instante do século XX estava formada uma rede de negócios correlatos a vida portuária. A visão de armazéns e alfândega se ampliava para outras atividades de apoio como padarias, tavernas, farmácias e até hotéis (ACM, 2011).

No início do século XX, Jaraguá oscila entre o 7º e 8º porto mais movimentado do país e, o algodão, sob o reflexo de sua posição hierárquica na economia estadual é o segundo maior item de arrecadação tributária, atrás somente da cana. Mesmo dispondo de alguns trapiches e armazéns, por falta de espaço, muitos sacos de algodão é depositado na faixa de praia, sofrendo as intempéries do tempo. O que contribui para degradar a qualidade da pluma⁴³ (LIMA JÚNIOR, 2014; COSTA e CABRAL, 2016).

As precárias condições no trato do algodão, desde o seu beneficiamento à armazenagem, resultam em constantes desvalorizações do produto no mercado. Dispondo da preferência entre os industriais alemães, nesse período, o algodão brasileiro passa a ser substituído pelo algodão egípcio (COSTA e CABRAL, 2016).

Após as melhorias da década de 1870, Jaraguá só vem receber outra vez notável transformação 60 anos depois, quando da inauguração do porto em 1940, construído pela empresa teuto-brasileira Geobra, ver Figura 7. A presença de um porto bem aparelhado, aproveitando os limites naturais pelo cordão de recifes arenítico-coralígenos e as marés mais calmas da enseada de Jaraguá, transforma não apenas a paisagem local, impactando inclusive a classe social dos proprietários dos trapiches que dispunham de prestígio, uma vez que, todos os produtos exportados e importados por Alagoas precisavam passar por essas estruturas. Mas, inaugurada a nova estrutura portuária, as mercadorias são transportadas diretamente do caminhão para o navio, tornando desnecessária as antigas estruturas da ponte de embarque e

⁴³ Cabe ressaltar que nem todos os trapiches e armazéns em Jaraguá estocavam o algodão.

dos trapiches que são demolidas nos anos seguintes, sendo a última ponte demolida, do Trapiche Jaraguá nos anos 1950 (BARROS, 1974; LIMA JÚNIOR, 2014).

Figura 7 – Vista aérea do porto de Jaraguá



Site História de Alagoas, 2016.

Nas primeiras décadas do século XX as variedades de algodão mais cultivadas no estado são o Maranhão, Quebradinho e Verdão. Apesar do Quebradinho possuir fibra longa e resistente, é a variedade mais afetada pela praga da lagarta rosada, dado o seu demorado ciclo vegetativo e pouca resistência. Delmiro Gouveia, mediante a instalação da fábrica de linhas no Sertão, tenta introduzir a variedade Seridó, pois, grande parte do algodão produzido no estado é de fibra curta, inviável à produção de linhas. Não obtendo sucesso na introdução, Delmiro passa a importar o Seridó do Rio Grande do Norte (LIMA JÚNIOR, 1983; SANT'ANA, 2011).

Na transição dos anos 1920-1930 apresenta-se uma conjuntura desfavorável ao algodão alagoano que já vinha enfrentando a lagarta rosada, e agora, seu plantio é reduzido pelos efeitos da crise de 1929 e a expansão do algodoeiro paulista, redução esta que se processou com mais vigor na Zona da Mata, onde o cultivo algodoeiro mantém importância até os anos 1950 (ANDRADE, 2005; SANT'ANA, 2011).

Com a consolidação da indústria têxtil local nos anos 1930 e a produção algodoeira não sendo capaz de atender simultaneamente o crescimento da demanda interna e externa, os tecidos sucedem o algodão na segunda colocação, ao considerar o valor dos principais produtos exportados. Ainda que a produção têxtil destine-se majoritariamente ao mercado local, a rarefeita presença industrial, inexistindo outros produtos de peso na economia além do açúcar e algodão, possibilita aos tecidos ocuparem a segunda colocação no estado. Até os anos 1970,

os tecidos figuram entre os três principais produtos exportados pelo porto de Jaraguá (COSTA, 1931; BARROS, 1974).

Nos anos 1930, a produção algodoeira está concentrada na porção norte do estado, entendendo-se pela Zona da Mata, Agreste e Sertão alagoano e os maiores municípios produtores de algodão em rama são: Viçosa, Palmeira dos Índios, Anadia, Quebrangulo, Limoeiro de Anadia, União dos Palmares, São José da Laje e Santana do Ipanema, responsáveis por 81% da produção estadual. Os municípios de União dos Palmares, Santana do Ipanema e Porto Real do Colégio dispõem de maior presença da assistência técnica, onde se mantém fazendas de sementes e campos de demonstração do Serviço Estadual do Algodão, órgão apoiado pelo Governo Federal⁴⁴. No período, Alagoas figura entre os cinco maiores produtores do Nordeste, atrás da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão (COSTA, 1931).

Ainda na mesma década, instala-se no município de Palmeira dos Índios uma unidade de beneficiamento de algodão da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro-Sanbra, empresa pertencente a multinacional Bunge atuando em diversos setores, mas, com forte presença no mercado de oleaginosas utilizando o óleo de caroço de algodão. Com matriz em São Paulo, a partir dos anos 1930, no Nordeste, a Sanbra instala filiais nas cidades de Salvador, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Natal e Fortaleza. Em Alagoas, está presente através da unidade de beneficiamento em Palmeira dos Índios e um depósito em Maceió (FERRARI, 1990; COSTA e SILVA, 2015).

Atuando como agente financeiro para os produtores de algodão, a Sanbra tende a oferecer preços de compra mais elevados aos produtores e preços de venda inferiores ao mercado para as fábricas têxteis, uma prática de dumping visando eliminar a concorrência. Tal prática é possibilitada pela escala de produção da empresa e transferência de eventuais prejuízos para outros setores nos quais atua. Até meados dos anos 1950, é prática comum dos proprietários das grandes empresas de beneficiamento financiarem os comerciantes e produtores com recursos próprios. No caso das firmas menores, atuavam como intermediárias no financiamento utilizando o capital oriundo das fábricas têxteis (FERRARI, 1990).

Esse financiamento a partir de grandes empresas do setor têxtil algodoeiro busca suprir uma enorme lacuna em virtude de um setor bancário ainda incipiente no Brasil sob o ponto de vista do financiamento. Dessa forma, mesmo com safras abundantes de algodão, sua compra é

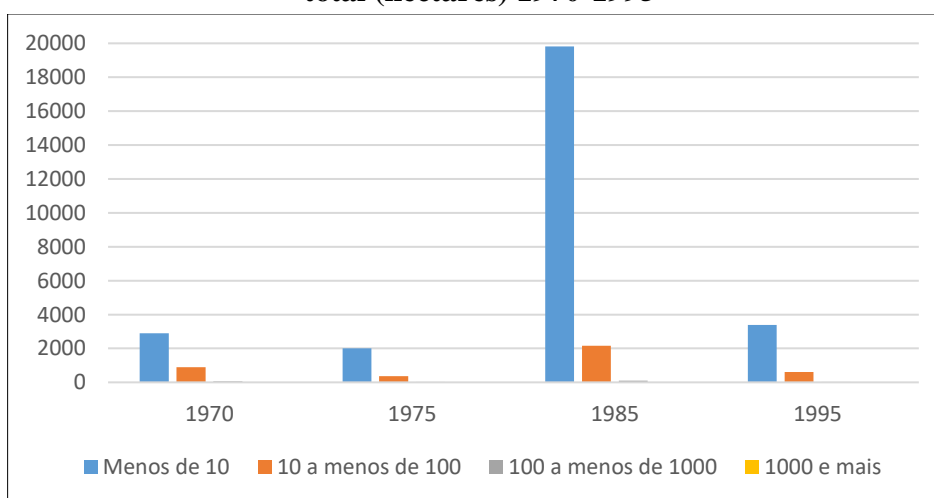
⁴⁴Em 1915, é criado pelo Ministério da Agricultura o Serviço do Algodão e dentre os seus objetivos constam o melhoramento de variedades e o incentivo a criação de campos experimentais, semelhante as atividades atualmente desenvolvidas pela Embrapa Algodão. Após sua criação em âmbito federal, diversos estados criam os Serviços Estaduais do Algodão que em Alagoas surge no governo Costa Rego 1924-1928 (BARROS, 2005).

dificultada pela insuficiência no financiamento aos proprietários das fábricas de beneficiamento, situação registrada em um jornal local nos anos 1960 (BRANCO, 1965).

A forte presença algodoeira juntamente com o desenvolvimento da pecuária leiteira, dinamizando economicamente diversas localidades do Agreste e Sertão são determinantes no surgimento de novos municípios. Somente no período de 1950-1962 o número de municípios em Alagoas praticamente duplicou, saltando de 37 para 71 municípios, ao passo que até a primeira metade do século XX apenas 6 municípios são criados, 4 destes no Agreste e Sertão e, no findar do século XIX o estado contava com 31 municípios. Na região sertaneja, os rios Traipu e Capiá que já foram importantes vias de penetração do período colonial, vão se constituindo em elementos importantes na divisa de pelo menos 17 municípios (BRANCO, 1965; LIMA, 1992a).

Diante da atuação de grandes empresas no beneficiamento do algodão, a atividade torna-se mais concentrada e verticalizada, eliminando as pequenas empresas oriundas dos comerciantes enriquecidos com a produção algodoeira. Alterações que se limitaram a comercialização não afetando a estrutura da produção onde continuou predominando a pequena produção, conforme mostra o Gráfico 5. A presença das beneficiadoras restringe-se a quatro municípios em meados dos anos 1960, são eles, Arapiraca, Santana do Ipanema, Olho D'Água das Flores e Pão de Açúcar, enviando a pluma do algodão para as fábricas têxteis locais e dos estados vizinhos de Pernambuco e Sergipe (FERRARI, 1990).

Gráfico 5 - Número de estabelecimentos de algodão em Alagoas, por grupos de área total (hectares) 1970-1995



Fonte: IBGE, Censo agropecuário (1970, 1975, 1985, 1995).

Observa-se que a produção algodoeira entre os anos 1970 e 1990 está predominantemente nos estabelecimentos inferiores a 10 hectares, seguido em menor grau por

estabelecimentos entre 10 e menor que 100 hectares e uma sutil participação dos estabelecimentos a partir de 100 hectares.

O salto registrado em 1985, sobretudo nos menores estabelecimentos se deve ao aumento da produção algodoeira na década, porém, sofrendo drástica redução nos anos 1990 com índices inferiores aos da primeira metade do século, conforme consta na Tabela 25 na página 119.

Seguindo uma trajetória de pujante crescimento comercial, estimulado pela cultura fumageira, Arapiraca que desde os anos 1960 já é o segundo município mais populoso do estado, atrás apenas da capital Maceió, torna-se o principal centro comercial do Agreste e Sertão alagoano nos anos 1970, sucedendo Palmeira dos Índios. Aliada a presença do fumo, Arapiraca é beneficiada pela convergência rodoviária, cujo ciclo sob a iniciativa privada se iniciou com Delmiro Gouveia na primeira década do século XX, construindo 520 quilômetros de estradas ligando o extremo sertão de Alagoas ao terminal ferroviário da concessionária inglesa Great Western no município de Quebrangulo (JORNAL DE ALAGOAS, 1965; FERRARI, 1990).

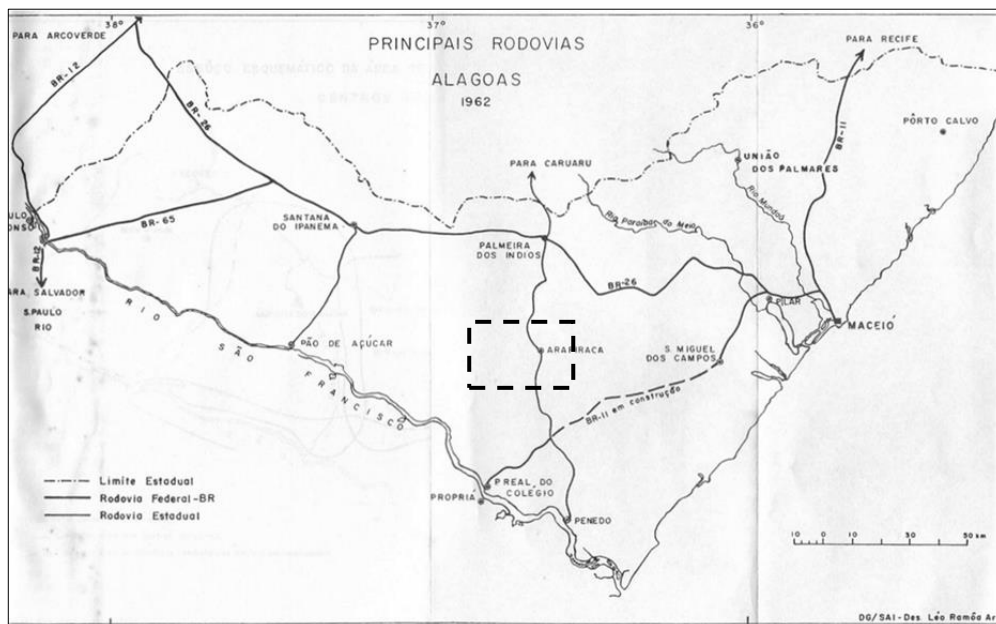
Sob a iniciativa estatal, o ciclo rodoviário se inicia na década seguinte no governo Fernandes Lima (1918-1924) com o lema de “rumo aos campos” construindo cerca de 400 quilômetros de estradas que ligam Maceió ao litoral norte e, ao sul, ligando Maceió a Penedo, cidade mais importante do sul de Alagoas. Na década seguinte, as estradas do litoral se conectam a estrada construída por Delmiro Gouveia, interligando pelo norte os extremos de Alagoas, do litoral ao sertão (LIMA, 1992b).

Mas, é a partir das rodovias estaduais que colocam Arapiraca como foco convergente, entre elas, a AL-110, AL-115 e AL-220, esta última, cortando a cidade de leste a oeste e atravessando o Litoral, Agreste e Sertão do estado, comparar os Mapas 8 e 9 (FERRARI, 1990; CORRÊA, 1994; TENÓRIO, 2009).

Até meados dos anos 1960, dentre as principais rodovias no estado, Arapiraca é cortada de norte a sul pelo traçado da atual rodovia AL-110, mas no espaço de 20 anos é servida por diversas rodovias estaduais que irradiando a partir da cidade, conecta as rodovias federais, além de aumentar seu raio de influência pelo Agreste e Sertão.

Dentro do quadro de sucessão de Palmeira dos Índios por Arapiraca no topo da hierarquia regional, a Lagense S.A., empresa do grupo Carlos Lyra, tendo uma fábrica beneficiadora de algodão instalada em Palmeira dos Índios, transfere-se nos anos 1960 para Arapiraca.

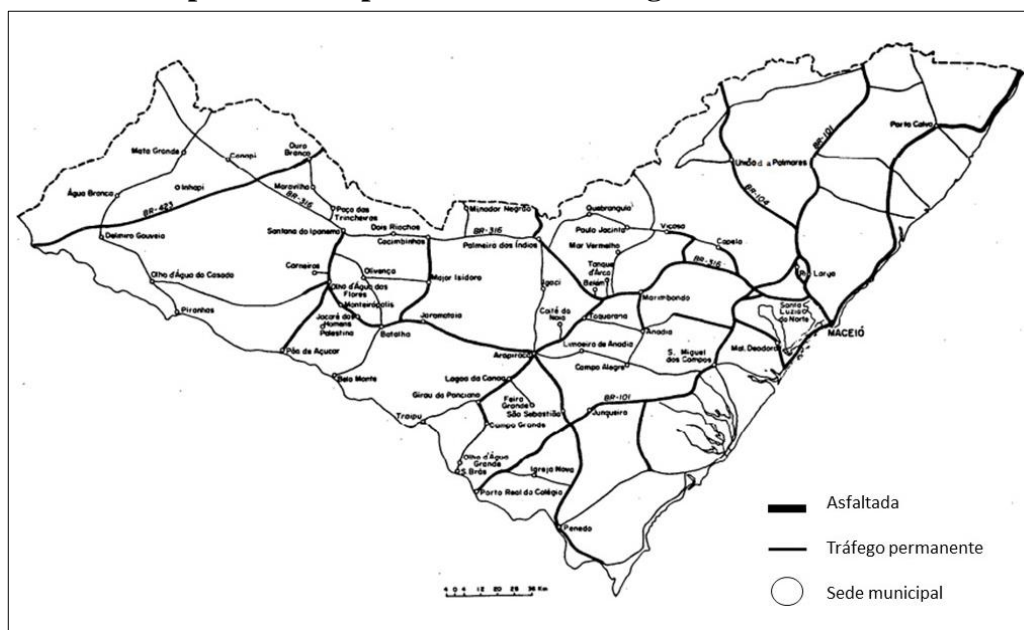
Mapa 8 – Principais rodovias em Alagoas nos anos 1960 com destaque a posição de Arapiraca



Fonte: Corrêa, 1994.

Estimulada pela cultura fumageira e atuando em diversas atividades agrícolas, a coleta de algodão é realizada junto aos postos de coleta de fumo. Na década, apenas três empresas realizam o beneficiamento do algodão em Arapiraca: Lagense S.A., Algodoeira São Francisco e Algodoeira Arapiraca S.A., sendo a Lagense S.A. mais dinâmica, atuando também na produção de óleo de caroço de algodão enquanto as demais se limitam ao beneficiamento da pluma (FERRARI, 1990).

Mapa 9 – Principais rodovias em Alagoas nos anos 1980



Fonte: Ferrar, 1990.

Na tabela abaixo, o algodão registra uma produção praticamente estável a partir de 1945 e declina acentuadamente já no final dos anos 1980 em virtude da praga do bicudo. O algodão que já foi o segundo produto agrícola mais importante do estado, no fim dos anos 1980, declina para a sexta colocação, atrás da cana, fumo, coco, arroz e feijão. Nesse momento de crise, apenas a região de Arapiraca dispõe de melhor assistência com a presença da Cia. Industrial Algodoeira do Nordeste-Ciane, empresa cearense instalada no município em 1987 que distribui a seus cooperados sementes selecionadas e fornece assistência técnica (ADESG, 1989).

Tabela 25 – Alagoas: produção de algodão em pluma 1930-2010 (em toneladas)⁴⁵

1930	1935	1940	1945	1950	1955	1977 ^(*)
4.898	10.000	7.273	5.399	5.274	6.066	6.000
1985	1990	1995	2000	2005	2010	
7.200	1.100	1.000	1.500	1.000	200	

Fonte: Costa, 1931; IBGE-Anuários Estatísticos de 1936, 1941, 1946, 1951 e 1956; Conab, 2018.

(*) A partir de 1977 considera-se a quantidade produzida a partir da safra do ano anterior.

Conforme mostra a tabela acima, no período em análise, o pico da produção estadual ocorre em 1935, mantendo-se praticamente estável pós-1945 com sensível aumento em 1985. Devastada pela praga do bicudo, a partir dos anos 1990, a produção algodoeira declina em quase 7 vezes, em relação a 1985, e jamais se recuperou, estando praticamente em vias de desaparecimento.

Entre os Mapas 10 e 14 no Apêndice constata-se a partir dos anos 1990, com a devastação causada pelo bicudo, completo desaparecimento do algodão no Litoral e Zona da Mata, onde até então apresentava uma produção mais expressiva nos municípios de União dos Palmares e Santana do Mundaú. Paulatinamente, após 2005, a produção de algodão em caroço vai desaparecendo do Agreste, onde tinha até os anos 1990 presença predominante, e se restringe as áreas mais remotas do Sertão alagoano no período mais recente.

A situação em Alagoas faz parte de um problema regional, mencionado no final da seção 3.2 no segundo capítulo, onde as áreas tradicionais de cultivo no Nordeste são praticamente dizimadas. A primeira ocorrência do bicudo é registrada em São Paulo, em 1983, e no mesmo ano na região Nordeste. Dotado de grande capacidade de reprodução, o bicudo é a principal praga do algodão podendo dizimar até 70% da plantação numa única safra e até hoje é um

⁴⁵Sempre que possível, se optou pelos dados do algodão em pluma por considerar mais próximo da realidade têxtil. Os censos agropecuários consideram na produção o algodão em caroço e para evitar incompatibilidade nos dados apresentados na tabela se justifica o intervalo entre 1955 e 1977. Ano este mais recuado da série histórica elaborada pela Conab.

problema não erradicado. Para o seu controle, através do uso de defensivos agrícolas, estima-se um gasto extra aos produtores entre 400 e 640 reais por hectare. Em Alagoas este impasse se torna maior, pois, grande parte da produção algodoeira está na pequena produção que carece de apoio técnico e acesso ao crédito, o que dificulta a adoção de métodos mais eficazes no combate à praga e meios para investir na produção (CONAB, 2004; KLEINÜBING, 2015).

As próprias características das áreas de cerrado com baixa umidade e temperatura elevada inibem a presença do bicudo. Além disso, o método do cultivo algodoeiro na região torna escasso o refúgio e alimentos alternativos, por ser cultivado em vastas extensões de terras com dedicação exclusiva, ao contrário do ocorrido no semiárido nordestino, onde é cultivado de forma consorciada com outras culturas. Tais aspectos, contribuem para o sucesso do algodão no cerrado, sem desconsiderar o papel da Embrapa no melhoramento de sementes, adubação, etc e o seu cultivo em bases empresariais (KLEINÜBING, 2015).

Diante do exposto, se observa que a partir de um problema biológico (bicudo) desencadeou a desagregação de combinações gestadas no período colonial e imperial, ao passo que novas combinações são gestadas numa condição espaço-temporal diferente daquela. Com o plantio do algodão sob um sistema intensivo e especializado no cerrado, a maior densidade técnica torna predominante o fator humano. Ainda que a decisão política, isto é, a escolha do homem pelas áreas cultivadas e o fator humano ocorra em ambas as combinações, é notadamente no cultivo do cerrado com a aplicação mais incisiva da ciência e da técnica que o fator humano é predominante (CHOLLEY, 1964a).

Nesta sucessão de combinações, a Bahia torna-se o maior produtor nordestino a partir dos anos 1990, posto até então ocupado pelo Ceará, ao passo que Alagoas figura nas últimas colocações. Por outro lado, nos anos 1990, Alagoas possui a 3ª maior produtividade regional, um indicativo de que a praga prejudicou mais fortemente outros estados nordestinos e a Bahia, já nos anos 1980, apresenta a maior produtividade regional, conforme as Tabelas 27 e 28 no Apêndice.

Atualmente a Bahia responde por 88% da produção regional de algodão em pluma com volume quase 8 vezes maior que a produção do Ceará nos anos 1980, líder regional na época. Isto se deve não apenas a maior produtividade, bem como, a amplitude do mercado. Ao contrário das décadas anteriores, indo até o final dos anos 1980, a produção algodoeira no Nordeste era voltada preferencialmente a demanda regional, enquanto que São Paulo e Paraná, líderes nacionais na produção até meados dos anos 1990, abasteciam as fábricas do Centro-Sul. Com o deslocamento do algodão para o cerrado, sua produção agora é voltada ao mercado

nacional e internacional, em 2015, o consumo interno do algodão foi responsável por 49,6% e as exportações 50,4% da demanda (CONAB, 2016).

Em 2008, foi elaborado o projeto do Pólo de Produção Integrada de Algodão de Alagoas - PPI-A uma iniciativa do governo estadual em parceria com a Federação das Indústrias de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas e a Fábrica da Pedra, última fábrica têxtil no estado a encerrar suas atividades. A partir de análises técnicas da Embrapa, o projeto busca retomar a cotonicultura em Alagoas, estruturando áreas irrigáveis para o plantio e levando apoio ao produtor, privilegiando áreas entre os municípios de Delmiro Gouveia e Olho D'água do Casado de modo a aproveitar, na época, a presença da Fábrica da Pedra e estimular a formação de uma cadeia têxtil e confecção. Contudo, o intento do PPI-A não teve continuidade e o estado permanece com a presença algodoeira praticamente escassa. No referido ano, a produção algodoeira de Alagoas é inferior a 5% da demanda da Fábrica da Pedra, até então, maior consumidor no estado (EPIFÂNIO, 2008).

Em visita a Secretaria de Estado da Agricultura se verificou a inexistência de algum programa de revitalização da cotonicultura atualmente e o apoio do governo estadual se restringe a aquisição e distribuição das sementes através da Emater, disponibilizando novas variedades de sementes desenvolvidas pela Embrapa. A falta de uma ação contínua do estado e um papel mais incisivo no apoio ao produtor dificultam a retomada da cotonicultura e a assimilação de novas tecnologias por parte do produtor como o uso adequado de defensivos agrícolas e métodos para se evitar a proliferação de pragas tipo a do bicudo. A baixa produção algodoeira se restringe atualmente as atividades artesanais, por exemplo, a fabricação de redes.

4.3 O setor têxtil marca o início da industrialização em Alagoas

Acabando com o exclusivismo açucareiro ao longo de três séculos, o advento da indústria têxtil em Alagoas a partir da segunda metade do século XIX vai gerar importantes transformações sociais, econômicas e políticas até o seu auge nas décadas de 1940 e 1950 numa formação social bastante rígida e conservadora.

Aspectos desse conservadorismo são perceptíveis no processo histórico alagoano. Durante a Revolução Pernambucana de 1817, aspirando pela independência do Brasil, a elite alagoana representada pelos senhores de engenho fica ao lado da Coroa portuguesa, resultando na emancipação de Alagoas no mesmo ano. Ainda no século XIX, com a passagem do Império para a República o movimento republicano em Alagoas não teve adesão das forças sociais e se limitou a uma fração da elite e da intelectualidade local (TENÓRIO, 2009; FRANÇA, 2013).

A Cia. União Mercantil é a primeira fábrica têxtil em Alagoas instalada no ano de 1857, em Fernão Velho, atual bairro de Maceió, utilizando maquinário inglês e produzindo tecidos grossos destinados aos engenhos locais. Iniciando a industrialização e inserindo relações capitalistas, numa formação social que ainda estava assentada em relações pré-capitalistas (combinando o escravismo e o feudalismo português), a indústria têxtil é um marco da ascensão da burguesia mercantil que vai difundir tardiamente os instrumentos da I Revolução Industrial em Alagoas, dada a sua condição periférica, enquanto que o centro do sistema já estava enveredando na II Revolução Industrial (LIMA et. al. 2010; TENÓRIO e LESSA, 2013).

A chegada da energia a vapor em Alagoas deve-se aos engenhos, 6 anos antes da instalação da primeira fábrica têxtil, porém, a difusão dessa fonte de energia é lenta. Tanto que em 1875, dos 404 engenhos alagoanos apenas 18 são movidos a vapor. A partir da indústria têxtil a energia a vapor se difunde rapidamente de modo que as fábricas instaladas já utilizam a fonte de energia de forma exclusiva ou consorciada com a energia hidráulica (SANT'ANA, 2011; TENÓRIO e LESSA, 2013).

Durante a década de 1890 com a política financeira proporcionando maiores facilidades de crédito e resultando na crise do Encilhamento mais 4 fábricas têxteis são instaladas em Alagoas. Sendo 3 nos municípios de Rio Largo e Pilar, circunvizinhos a Maceió e ao sul do estado, no município de Penedo.

Por serem característicos da I Revolução Industrial estes empreendimentos são instalados na periferia das cidades formando o complexo fábrica-vila operária, inspirados na experiência inglesa. A presença fabril têxtil será um novo fator de estímulo a urbanização de cidades que tiveram seu desenvolvimento inicial a partir de atividades mercantis. A reprodução do modo burguês-mercantil nestes espaços desde a segunda metade do século XIX possibilita a concentração razoável da mão-de-obra operária, incorporando uma parcela da população rural que vivia em condições mais penosas (LINDOSO, 2005; ACM, 2013).

O papel decisivo da fonte de energia, meios para facilitar o acesso a matéria-prima e as condições precárias de infraestrutura das cidades explicam o aspecto de relativo isolamento das fábricas ao se instalarem na periferia das cidades, ver Figura 8.

A proximidade aos corpos d'água e as matas possibilita maior facilidade no transporte e na obtenção da energia hidráulica e a vapor, onde se utiliza preferencialmente a madeira tendo em vista o alto custo de importação do carvão. Além da sua importância nos transportes para as fábricas que não eram beneficiadas pela ferrovia, a água gerava energia para movimentar os teares, porém, quando estes corpos d'água não ofereciam energia suficiente utilizava-se a

madeira para gerar energia a vapor nas caldeiras (AZEVEDO, 2011; TENÓRIO e LESSA, 2013).

Figura 8 – Aspecto da Cia. União Mercantil às margens da Lagoa Mundaú no bairro de Fernão Velho em Maceió-AL



Fonte: MARROQUIM, 1922.

Por outro lado, há um grupo de fábricas que se instalam em regiões já urbanizadas, aproveitando a maior proximidade do mercado consumidor local, mas ainda assim, constituem vilas operárias. Em geral, determinam a localização das fábricas têxteis a fonte de energia, facilidades de acesso à matéria-prima (estrada de ferro) e proximidade do mercado consumidor local (TENÓRIO e LESSA, 2013).

O caráter paternalista e a busca pela fixação da mão-de-obra justificam a construção de toda uma infraestrutura de moradia e serviços. Nesses complexos fabris-operários é comum a presença da vila operária e uma estrutura de serviços bastante expressiva pra época, composta por creches, cinemas, ambulatórios e até clubes para as atividades de lazer (TENÓRIO e LESSA, 2013).

Alagoas entra no século XX com a mesma quantidade de fábricas têxteis que o século anterior. Repetindo a realidade nacional ao se concentrarem no Litoral, as 5 fábricas alagoanas, em 1901, empregavam 1.860 operários. Ainda que tivessem a produção voltada para o mercado regional, os tecidos exportados pelas fábricas alagoanas rumo ao Sudeste chegavam mais baratos que os produzidos localmente, isto, antes do desenvolvimento da indústria congênere naquela região. As fábricas alagoanas também são beneficiadas pela conjuntura do mercado mundial com a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918) encontrando brechas de mercado no exterior e triplicando a produção (COSTA, 1931; ROCHA, 2013; FIEA, 2018).

Isto repercute também no âmbito interno com o aumento da demanda por algodão mediante o aumento da produção têxtil. Impulsionados pela renda da cotonicultura, certamente os pequenos e médios produtores consomem em maior quantidade os artigos têxteis e passam a consumir alguns produtos importados, estimulando a atividade fabril e comercial. Atividade esta que transfere capitais para o esforço industrial brasileiro (SINGER, 1977).

Os estímulos da I Guerra Mundial para o setor têxtil alagoano se evidenciam não apenas na ampliação do parque fabril, como também, no nível de investimentos em aquisição de maquinário e ampliação das fábricas já instaladas. Em 1920, o parque fabril têxtil em Alagoas dobra, atingindo o número de 10 fábricas. E o capital empregado na indústria aumenta, de modo que, entre 1907-1912 a diferença foi de 54% mas entre 1912-1920 a porcentagem salta para 81%. Das 5 novas fábricas instaladas no período em questão, 2 são instaladas na capital Maceió, 2 nos municípios circunvizinhos de Pilar e São Miguel dos Campos e 1 no município de Delmiro Gouveia, nos confins do sertão alagoano (COSTA, 1931; TENÓRIO e LESSA, 2013).

Esses estímulos refletiram também em melhorias no amparo ao trabalhador através da construção de vilas operárias, preservando a característica paternalista deste tipo de empreendimento. É nos anos 1920 que a Cia. União Mercantil faz uma grande ampliação de sua vila operária construindo 900 casas. O adensamento do bairro de Fernão Velho com o crescimento do número de casas e o surgimento de atividades comerciais secundárias (feiras semanais, por exemplo) deu origem ao bairro do Tabuleiro dos Martins abrigando moradores em busca de lotes de terra mais baratos e que viviam em função daquele bairro fabril (LIMA et. al. 2010).

Oriundas do acúmulo de capitais na atividade mercantil, a instalação dessas fábricas se deve aos imigrantes (em grande parte portugueses) ou seus descendentes diretos. A única exceção no caso alagoano é a Fábrica da Pedra, de iniciativa do cearense Delmiro Gouveia. Desse modo, as fábricas têxteis são parte do dinamismo dos imigrantes que tiveram condições de acumular.

Insera-se neste caso, José Antônio de Mendonça (Barão de Jaraguá) ligado também a atividade açucareira e responsável pela instalação da primeira fábrica têxtil (Cia. União Mercantil) e do primeiro estabelecimento de crédito de Alagoas, o Comendador Teixeira Bastos que ao perceber a decadência do Engenho Cachoeira instala as fábricas Cachoeira e Progresso no município de Rio Largo, a família Peixoto Gonçalves, que teve papel de destaque na liderança política e econômica em Penedo, responsável pela instalação da Fábrica Penedense e também da fábrica têxtil que carrega seu nome em Sergipe, no município de Neópolis. Temos

ainda, o caso da fábrica Fiação e Tecidos São Miguel, fundada pelo imigrante espanhol Bernardo Lopes, e da fábrica Vera Cruz sob a propriedade da família Nogueira, de origem portuguesa (LIMA, 1992b; SANT'ANA, 2011).

Isto corrobora a assertiva de que a oligarquia alagoana não participa desse processo. Seu notável desinteresse pela industrialização se evidencia ainda na fase de decadência dos engenhos, a partir do último quartel do século XIX, com a subordinação dos senhores de engenho aos grupos capitalistas europeus responsáveis pela implantação dos Engenhos Centrais e mais adiante com o surgimento das usinas, a exemplo da Usina Brasileiro, pioneira em Alagoas e de capital estrangeiro (SINGER, 1977).

No início da década de 1910, surge um fato novo na indústria têxtil alagoana. A Fábrica da Pedra, de iniciativa de Delmiro Gouveia, torna-se a primeira fábrica têxtil no estado a utilizar exclusivamente a energia elétrica, em pleno sertão. Vindo para Alagoas no início do século, Delmiro é acolhido pelo governador Euclides Malta, oriundo do município sertanejo de Mata Grande. Ocupando o executivo por duas vezes na primeira década do século XX seu governo é caracterizado pela estabilidade política onde se buscou conciliar os interesses das elites de Penedo e Maceió, maiores polos econômicos do estado. A primeira com forte presença da pecuária ao lado da atividade canavieira, e a outra, local de residência da elite canavieira e centro econômico, político, administrativo e cultural (TENÓRIO, 2009).

Acumulando capitais na atividade mercantil em Recife através do comércio de couros, Delmiro instala toda uma infraestrutura para viabilizar a operação de seu empreendimento têxtil, iniciando pela construção de açude, vila operária com mais de 200 casas e a hidrelétrica de Angiquinho, a primeira do Nordeste, observar Figura 9 (MARROQUIM, 1922; SANT'ANA, 1996).

Dessa forma, o antigo povoado da Pedra (atual município de Delmiro Gouveia) passa a dispor de eletricidade antes que o serviço se difundisse em Recife, metrópole regional, e 4 décadas antes da inauguração da hidrelétrica de Paulo Afonso que passa a distribuir eletricidade para Alagoas e grande parte do Nordeste. A escolha de Delmiro em instalar o empreendimento na localidade não foi por acaso, ele “percebe nesse povoado uma localização estratégica: estava perto da confluência dos limites dos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia; distava 24 km da cachoeira de Paulo Afonso, onde havia vários percursos navegáveis” (ALVES, 2014, p. 198).

Além disso, tinha a estrada de ferro Paulo Afonso, que ligava os municípios de Piranhas (AL) à Petrolândia (PE), e nos anos seguintes com a construção de rodovias dota a povoação

de infraestrutura intermodal de transportes com os meios de transportes fluvial, ferroviário e rodoviário.

Figura 9 – Delmiro Gouveia (à direita) com acompanhante em Angiquinho



Fonte: NASCIMENTO, 2014.

Além de se diferenciar das demais fábricas têxteis alagoanas pelo uso pioneiro da energia elétrica, a Fábrica da Pedra especializada na produção de linhas, era a única no estado que concorria em um plano internacional com a fabricante escocesa Machine Cottons que em várias tentativas infrutíferas buscava comprar a fábrica⁴⁶. Apenas 2 anos após o início de sua operação, em 1916, conquista o mercado estrangeiro exportando linha para diversos países da América do Sul, inserindo um novo produto na pauta de exportação estadual (COSTA, 1931; LIMA JÚNIOR, 1983).

Em relação a matéria-prima, também era a única do estado a importar o algodão Seridó do Rio Grande do Norte, devido as suas características propícias a fabricação de linhas, algo não oferecido pelo algodão local. A investida bem sucedida no mercado e seu consequente crescimento, era refletido no aumento da geração de empregos. Se no início da década de 1920 empregava cerca de 800 operários, 7 anos depois este número passou para mais de 1.000 operários (LIMA JÚNIOR, 1983).

Amparado pela oligarquia sertaneja quando de sua chegada e mais uma vez obtendo sucesso em seus empreendimentos, Delmiro faz parte do *hall* de coronéis em Alagoas, porém,

⁴⁶A Fábrica Alexandria foi pioneira na produção de linhas em Alagoas, porém, substituiu a produção em 1915 (SANT'ANA, 2011).

alcançando o *status* pela via do poder econômico⁴⁷. O apoio da oligarquia estadual se materializa nos benefícios oferecidos aos seus empreendimentos, como a concessão de terras devolutas, isenção de impostos por 10 anos para compra de maquinário estrangeiro e incentivo fiscal para compra de matéria-prima (SANT'ANA, 1996; NASCIMENTO, 2014).

Ainda nesse período, surgem mais duas fábricas têxteis, a Norte de Alagoas e a Vera Cruz nos municípios de Maceió e São Miguel dos Campos respectivamente, ver Tabela 28. Em geral, estas fábricas tinham a produção especializada, indicando a não concorrência entre si. Para as fábricas com informações sobre os artigos têxteis produzidos, temos o seguinte quadro: a Fábrica da Pedra especializada na produção de linhas, a Cachoeira e Progresso na produção de toalhas, camisas e meias, a Alexandria na produção de tecidos lisos e toalhas, a Penedense na produção de tecidos grossos, toalhas e brins, e a Cia. União Mercantil na produção de tecidos em geral (MARROQUIM, 1922).

Tabela 28 - Pessoal ocupado, estrutura e produção das fábricas têxteis em Alagoas nos anos 1920

Fábricas	Município	Operários	Capacidade Instalada		Fonte de Energia	Produção
			Teares	Fusos		
Cachoeira	Rio Largo	1 112	550	18 000	Hidráulica /Vapor	Toalha
Cia. União Mercantil	Maceió	850	550	16 554	-	Tecidos em geral
Progresso	Rio Largo	810	300	8 164	Hidrelétrica/ Vapor	Camisa e meia
Pedra	Delmiro Gouveia	Mais de 800	-	-	Hidrelétrica	Linha
Penedense	Penedo	500	230	-	-	Tecido grosso, toalha e brins
Alexandria	Maceió	300	120	3 400	Gás	Tecido liso e toalha
Cia. Fiação e Tecidos São Miguel	São Miguel	300	162	-	Vapor	-
Pilarense	Pilar	180*	-	-	Vapor	-

Fonte: MARROQUIM, 1922; BARROS, 2005; TENÓRIO e LESSA, 2013.

*Dado de 1902.

Deve-se considerar a possibilidade dessas fábricas terem alterado a produção de artigos têxteis com a intensificação da concorrência das indústrias têxteis do Sudeste a partir dos anos 1940 que alterou o quadro dos monopólios regionais. Esta mudança aconteceu no caso da Fábrica da Pedra, deixando de produzir linhas e dedicando-se a produção de fios diversos a

⁴⁷Assassinado em 1917, o mandante do crime jamais foi descoberto. Seu empreendimento passa a ser comandado por seus herdeiros e pelo sócio Lionelo Iona. Em 1926, é vendido ao grupo pernambucano Irmãos Menezes e Cia. (SANT'ANA, 1996).

partir de 1931 mediante o acordo com a estrangeira Machine Cottons que resultou ainda na venda de maquinário, já sob a administração dos Irmãos Menezes e Cia.

Desde então, a linha de produção foi mudando ao longo das décadas, chegando a produzir camisas, calças e artigos de cama, mesa e banho. O caso da fábrica de Delmiro Gouveia ficou marcado na história regional e nacional pelo estrangulamento imperialista à indústria nacional (MAMIGONIAN, 2009).

Na tabela acima, só foi possível contar com informações de 8 das 12 fábricas até então existentes no estado. A energia elétrica era a fonte de energia menos usada, presente apenas nas fábricas da Pedra e Progresso, mesmo assim, nesta última, a energia elétrica era utilizada de forma consorciada com a energia a vapor. Apesar de não ter dados sobre a fonte de energia das demais fábricas, é provável que estas utilizavam energia a vapor ou hidráulica, já que a eletricidade em Alagoas só começa a se difundir nos anos 1950, após a criação da Chesf.

Esse ponto de estrangulamento já tinha sido resolvido em São Paulo ainda no início do século XX. O estado que já estava em vias de superar economicamente o Rio de Janeiro já era responsável por 72% da potência elétrica industrial em 1907. Aproveitando as condições favoráveis do relevo, São Paulo avança tecnicamente frente aos demais estados brasileiros (MAMIGONIAN, 2000).

Podemos destacar como as principais fábricas têxteis de Alagoas a Cia. União Mercantil, Cachoeira, Progresso e Pedra, não apenas pelo emprego da mão-de-obra, mas também, pela inserção no mercado, capacidade instalada ou produção. No ano de 1931, as três maiores inversões de capital são realizadas pela Cachoeira, União Mercantil e Pedra. O investimento das duas primeiras, que são as maiores produtoras de tecidos no referido ano, corresponde a mais da metade do investimento da quarta colocada, a Fábrica Alexandria. Já a Fábrica Progresso, era considerada a mais completa do estado, sendo a única a integrar as seções de fiação, tecelagem e malharia (MARROQUIM, 1922; COSTA 1931).

Com fábricas no Litoral e Sertão, o setor têxtil logo alcança a segunda posição na economia de Alagoas, atrás apenas do secular setor canavieiro. Porém, sua rentabilidade é maior, mesmo tendo 3 estabelecimentos a menos que o setor canavieiro. Considerando o capital aplicado, os estabelecimentos têxteis representam mais da metade do capital aplicado das 15 usinas de açúcar até então existentes (MARROQUIM, 1922).

Considerando a economia dos municípios os quais estão sediadas, estas fábricas representam um importante fator socioeconômico sendo a principal fonte econômica. No caso de Rio Largo, que abriga o maior centro têxtil do estado com as fábricas Progresso e Cachoeira, até o final dos anos 1930 a cidade dependia quase que exclusivamente da energia produzida

pelo empreendimento. Restringindo-se as principais ruas da cidade, a eletricidade era garantida através de um dínamo que convertia a energia hidráulica em eletricidade, aproveitando as quedas do rio Mundaú (DIÉGUES JÚNIOR, 1954; PAIVA FILHO, 2013).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) traz novamente um momento favorável no mercado externo às fábricas têxteis alagoanas, alterando ainda que momentaneamente a posição do estado na divisão internacional do trabalho, deixando o exclusivismo primário-exportador passando a exportar bens manufaturados. No final da década de 1940, surge a última fábrica têxtil de grande porte no município de Piaçabuçu, as margens do São Francisco, atingindo o número de 13 fábricas, maior número registrado e que representa o auge do setor têxtil em Alagoas, estendendo-se até a década seguinte (TENÓRIO e LESSA, 2013).

Em seu período de auge chegou a empregar mais que o setor canavieiro. Tomando como referência os anos 1950, o setor têxtil emprega 10.514 operários enquanto que o canavieiro 6.917 operários. A supremacia têxtil se repete também nos salários, sendo mais que o dobro dos salários pagos aos operários das usinas de açúcar. Porém, considerando o valor da produção é maior no setor canavieiro, fator que o coloca na liderança da economia estadual (TENÓRIO e LESSA, 2013).

Levando-se em conta o emprego de operários do total setorial têxtil nos anos 1950, a Fábrica Carmen (antiga Cia. União Mercantil) chegou a empregar quase a metade dos operários. Em 1943, quando foi vendida ao empresário pernambucano Othon Bezerra, com grande projeção no ramo têxtil nacional e proprietário de fábricas no Rio de Janeiro e Minas Gerais, já era a maior fábrica têxtil alagoana em produção, empregados e vila operária. A mudança no comando da fábrica acarretou na mudança do nome fantasia, passando a se chamar Fábrica Carmen (FARIAS e TAVARES, 2015).

O auge industrial têxtil alagoano repercute no quadro regional que obteve mudanças entre as fases recessivas do segundo e terceiro Kondratieff. Tendo uma presença tímida no final do século XIX, até a década de 1940, Alagoas recebe a instalação de 8 fábricas, o segundo maior crescimento de fábricas da região atrás apenas de Sergipe com 11 novas fábricas. Isto coloca Alagoas como o segundo maior estado em número de fábricas, ao lado de Sergipe que coincidentemente possui o mesmo número com 13 fábricas, e o terceiro maior operariado têxtil da região com 11.114 operários. Sergipe com o quarto maior operariado, emprega 8.880 operários (CETEX, 1946; SUZIGAN, 2000).

Em relação ao número de fábricas, Alagoas e Sergipe estavam atrás apenas de Pernambuco, sucedendo a Bahia como o novo centro regional têxtil. No período em tela, a indústria têxtil nordestina praticamente dobrou, saltando de 44 fábricas entre as décadas de

1880-90 para 81 fábricas na década de 1940. Juntos, Alagoas e Sergipe representam 32% das fábricas e 27% do operariado têxtil nordestino na última década (CETEX, 1946).

As mudanças ocorridas entre os referidos Kondratieffs não se limitam a espacialização da indústria têxtil na região, incorrendo também na localização industrial. É que o início do ciclo rodoviário a partir dos anos 1920 e a lenta expansão da eletricidade reduzem a importância da proximidade aos corpos d'água, uma vez que, a navegação ao lado da ferrovia constituía os principais tipos de transportes e a ausência de rede elétrica dificultava a presença das fábricas em localidades desprovidas daquele meio natural. Isto sem desconsiderar o lento incremento das tecnologias e características da II Revolução Industrial pelas fábricas têxteis alagoanas e nordestinas.

4.3.1 A presença operária têxtil e suas repercussões no cenário político alagoano

O movimento operário no Brasil muito se deve as influências externas do comunismo, resultando na Revolução Russa de 1917. Repercutindo internamente, é organizado em diversas associações operárias e ligas de resistência que começam a surgir no país no final do século XIX e naturalmente foi mais forte no Rio de Janeiro e São Paulo maiores centros industriais (BANDEIRA, 2017).

A Greve Geral de 1917 que foi até então o movimento trabalhista de maior vulto contou com participação destacada de ferroviários, tecelões e metalúrgicos, classes mais numerosas e com sindicatos mais fortes. As reivindicações que não se restringiam ao aumento salarial incluíam também melhorias nas condições de trabalho que incluíam redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e um dia de folga semanal. No caso da classe operária têxtil, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no Rio de Janeiro, com a paralisação de mais de 20 mil tecelões além das reivindicações já mencionadas exigia completa liberdade de pensamento (BANDEIRA, 2017).

Essa primeira onda reivindicatória da classe trabalhadora toma relevo desde o início do século XX e se mantém combativa até 1919. Pernambuco foi o principal ponto de resistência no Nordeste com a greve dos ferroviários que paralisou não somente o estado, mas também, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte cuja a principal concessionária das ferrovias era a britânica Great Western. No final o movimento sai vitorioso com o aumento salarial, jornada diária de 8 horas e reintegração dos dirigentes grevistas demitidos⁴⁸ (BANDEIRA, 2017).

⁴⁸Almeida (2013) ao tratar da greve dos ferroviários na década anterior, em 1909, sugere ter sido a primeira greve de caráter regional e uma estratégia que ganhou o apoio da população.

A segunda onda de reivindicação trabalhista ascende nos anos 1930 e é nesse período onde se tem maiores informações sobre o movimento operário têxtil em Alagoas. A política varguista de legalização dos sindicatos acaba favorecendo a penetração da atividade no meio fabril têxtil, ambiente sob forte vigilância nas funções laborais e controle da vida social do operariado, traços marcantes da cultura paternalista legitimada pelo uso da casa, clube, escola, etc por parte dos operários (MELO, 2017).

As bases para a atividade sindical já estavam lançadas com a aglomeração de trabalhadores num ambiente particular (a vila operária), o acesso a alfabetização e escolarização e o modo de vida urbano, um fato novo nas Alagoas da época. Conforme aponta Lindoso (2005) a padronização da vila operária corresponde a padronização do trabalho nas fábricas, onde o proletário-urbano difere da condição de dispersão dos trabalhadores do campo, ver figura abaixo.

Figura 10 – Vila operária em Rio Largo na década de 1920



Fonte: Blog do Ticianeli.

A legalização dos sindicatos é a medida institucional que lhe faltava para adquirir maior capilaridade no meio operário têxtil. Fundado em 1939 pelos trabalhadores da primeira fábrica têxtil em operação no estado, o Sindicato Têxtil de Fernão Velho é o primeiro da categoria exercendo um papel de protagonismo nas mobilizações da época. Mais que uma mera coincidência no pioneirismo fabril e sindical, vale lembrar que a fábrica de Fernão Velho era a maior empregadora do setor têxtil se considerarmos as fábricas individualmente (MELO, 2012).

Prevista em lei a partir de 1932, a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias afetou em maior grau as fábricas locais, que compensavam a desvantagem do custo da produção

com a intensificação na exploração da mão-de-obra. Em geral, era comum a jornada de trabalho atingir as 14 ou até as 16 horas/dia, muito embora já se verificava condições que iam na contracorrente, a exemplo da Fábrica da Pedra instalada por Delmiro Gouveia sob o regime de 8 horas diárias de trabalho na década de 1910 (SALDANHA, 2011; ALVES, 2014; CASTRO, 2015).

Um fato denunciante da maior dependência da exploração da mão-de-obra reside na indignação dos diretores das fábricas mais relutante com a aprovação da lei trabalhista do que pelo decreto que impossibilitava a importação de maquinário. Buscando contornar o desequilíbrio na competitividade diante da redução da jornada de trabalho é implementada a redução salarial, condição que motiva a reivindicação dos operários. Mediante os atos do operariado por melhoria salarial a intervenção repressiva do Estado gera conflito nas fábricas em Rio Largo e em Maceió, nos bairros de Fernão Velho e Bom Parto (SALDANHA, 2011).

Nesta situação, nos anos 1930 entre as reivindicações dos operários têxteis estão a jornada de 8 horas com salário integral, extinção do serviço de multa e uniformização de salário. No período, o salário semanal de um operário têxtil não representava 5% da produção de um operário por fábrica (SALDANHA, 2011; ALMEIDA, 2013).

Com a inserção da esquerda, representada pelo PCB que congregava intelectuais como o alagoano Alberto Passos Guimarães, reforça o papel ideológico no movimento operário de modo que as reivindicações da classe trabalhadora superam os limites do aumento salarial, passando a se preocupar inclusive com a melhoria nas condições de vida. Graças a presença das fábricas têxteis a interiorização do movimento operário foi facilitada. O movimento era inexistente apenas em São Miguel dos Campos e Delmiro Gouveia, onde o núcleo fabril da Pedra distava da sede do município proporcionando condições ideais para um forte controle social e blindar contra a penetração de sindicatos⁴⁹ (SALDANHA, 2011; ALMEIDA, 2013; NASCIMENTO, 2014).

Nos anos 1940, enfrentando a repressão estatal e dos industriais, as reivindicações do operariado têxtil baseada nos sindicatos e partidos de esquerda forçam os patrões a cederem em alguns pontos. Entre as melhorias conquistadas estão a instalação da eletricidade nas habitações, ampliação da assistência social e construção de clubes e cinemas. Contudo, é importante frisar que tais melhorias se devem não apenas a mobilização dos operários, mas também, ao *boom* econômico da indústria têxtil durante a 2ª Guerra Mundial. É que o aumento das exportações

⁴⁹O PCB em Alagoas é fundado em 1928 (ALMEIDA, 2013). Até então pertencente a Água Branca o povoado da Pedra distava cerca de 15 km da sede do município. Em 1952 é elevado à categoria de município sendo denominado Delmiro Gouveia e desmembrado de Água Branca.

no período do conflito recuperou a lucratividade da indústria dando margem aos industriais para atenderem parte das reivindicações dos operários. Diante do alto grau de exploração no meio rural, os operários se submetiam a exploração das fábricas têxteis (TENÓRIO e LESSA, 2013).

Apesar de estarem inseridas na lógica de exploração capitalista é inegável que as fábricas têxteis proporcionaram melhores condições de vida e maior possibilidade de reivindicação aos trabalhadores, aspectos suprimidos ao levar-se em conta os trabalhadores das áreas canavieiras. A própria organização e relações sociais nessas localidades com forte presença feudal impõe um grande obstáculo à elevação do padrão de vida e das condições de trabalho, agravadas pela ausência de equipamentos de saúde e lazer. A forma de dominação ampliada já é evidenciada no momento de admissão do trabalhador da cana ao priorizar a admissão do trabalhador que fosse chefe de família, condição necessária para concessão de uma casa na propriedade do engenho (HEREDIA, 1988).

Por estar afastado das cidades os produtos vendidos pelo barracão, dentro da propriedade do engenho, são vendidos a preços mais elevados e permitido comprar fiado, meios necessários para gerar o endividamento e deixar o trabalhador na condição de cativo. Para reforçar a dominação, aos trabalhadores mais próximos e leais ao senhor de engenho era cedido uma parcela maior de terra permitindo a prática da agricultura, condição desejada pelos demais moradores do engenho (HEREDIA, 1988).

A capacidade de reivindicação desses trabalhadores era inibida não somente pelos instrumentos cerceadores mencionados acima, mas também pelo analfabetismo elevado, predominando na situação camponesa a oralidade, onde a manutenção dessas condições interessava aos senhores de engenho (HEREDIA, 1988; LINDOSO, 2005).

Ao contrário, a alfabetização dos operários era uma preocupação entre os industriais têxteis, exigida pelo meio industrial-urbano. No caso particular do núcleo fabril em Delmiro Gouveia, chegou a implantar 8 escolas para os operários e moradores da localidade numa época a qual a maior parte da população era analfabeta. Além da escolarização, a mão-de-obra qualificava-se em atividades secundárias nos serviços industriais, dentre as quais, eletricitistas, mecânicos, tintureiros (NASCIMENTO, 2014).

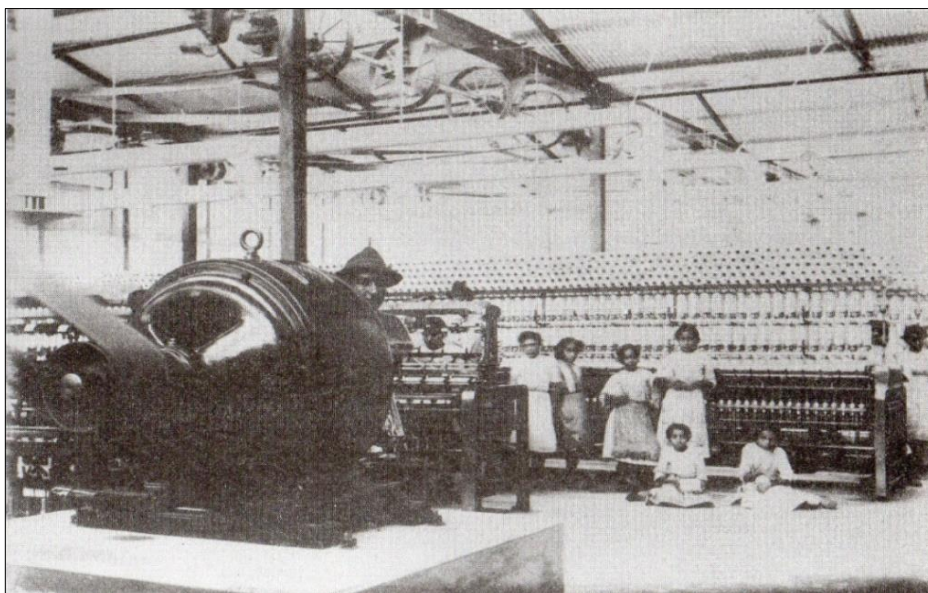
Para treinar a mão-de-obra local, acostumada somente ao trabalho do campo, era comum entre as fábricas têxteis contratarem imigrantes de diversas regiões do Brasil ou até mesmo imigrantes estrangeiros com experiência no trabalho têxtil, como é o caso da fábrica em Delmiro Gouveia, chegando a contratar técnicos escoceses provenientes da cidade de Glasgow com tradição no ramo têxtil (AZEVEDO, 2011; CASTRO, 2015).

Os cargos eram definidos de acordo com a habilidade têxtil e a experiência adquirida. Entre os três cargos ligados a produção estavam os operários, exercendo o trabalho braçal da fiação e tecelagem e mais ligados aos meios produtivos, os contramestres, que além de acompanhar as seções e o maquinário fazia a manutenção destes e, os mestres, detendo-se apenas ao acompanhamento das seções e do maquinário. Havia também uma classe intermediária, assim como o contramestre e mestre, porém, não necessariamente ligada ao chão de fábrica, eram os fiscais, responsáveis pela vigilância dos horários de chegada e saída dos operários e de seu comportamento inclusive fora dos muros da fábrica (CASTRO, 2015).

Cristalizada não apenas nas funções e no salário, a hierarquia entre estas classes era refletida também nas casas da vila operária. A casa do operário de construção geminada, são mais estreitas e de cômodos apertados, localizando-se geralmente em ruelas. Já a casa do contramestre, mestre e fiscal tinham varandas, cômodos maiores e algumas não-geminadas, e sua localização priorizava as esquinas (CASTRO, 2015).

Passando a empregar os operários geralmente aos 13 anos de idade, haviam 3 turmas que compreendiam os turnos da manhã, tarde e noite. A seção de fiação costumava empregar maior contingente de mulheres e crianças devido a delicadeza que exigia no trato manual, ver figura abaixo (MELO, 2012).

Figura 11 – Crianças na seção de fiação da Fábrica da Pedra



Fonte: SANT'ANA, 1996.

O cálculo do salário do operário era feito pelo contramestre havendo duas modalidades, os operários sob o regime de horas trabalhadas ou por produção. A modalidade predominante sempre buscava favorecer a lucratividade do empresário, de modo que, o incremento

tecnológico acarretando no aumento da automação, altera no decorrer do tempo a forma predominante do regime de trabalho dos operários. Antes dos anos 1960, para estimular a produtividade e reduzir o custo do empresário os operários que trabalhavam por produção recebiam um salário um pouco maior. Mas, a partir dos anos 1960, em virtude do aumento no grau de automação o operário que recebia por produção vai deixando a condição de maior lucratividade, passando a predominar os horistas (MELO, 2012).

Formando uma massa eleitoral expressiva nos círculos operários e com forte presença da esquerda, o primeiro indício de sua importância na política alagoana se mostra em 1947 ao eleger a única bancada comunista no legislativo, representada pelo PCB. Na década seguinte, seu papel decisivo novamente se expressa ao eleger o primeiro governo de esquerda em Alagoas com Muniz Falcão assumindo a chefia do executivo. A influência do operariado têxtil no quadro político de Alagoas será abordada brevemente na seção seguinte (TENÓRIO, 2007; SALDANHA, 2011).

4.3.2 O declínio de uma alternativa econômica

Desde a sua emancipação, Alagoas foi capturada pela elite canavieira que através da apropriação dos recursos estaduais e repasses federais garantiu a manutenção do poder político-econômico. As transformações técnicas pouco repercutiram na superestrutura alagoana, ancorada no patrimonialismo mantendo um número reduzido de famílias no controle das transformações sociais e econômicas gerando entraves na melhoria do padrão de vida da população (LIRA, 2007; LUEDEMANN, 2012).

Com as “revoluções” brasileiras realizando os pactos pelo alto, a transição Império-República garantiu a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias no nível estadual, viabilizada inclusive por fatores institucionais, como era o caso das restrições aos direitos eleitorais. Para compensar a decadente influência social dos senhores de terra, sua penetração no poder público em crescente fortalecimento pelo regime federativo funciona como moeda de troca. Desse modo, a mentalidade senhorial manteve-se arraigada nessa estrutura de poder influenciando ideologicamente os políticos alinhados ao grande latifúndio (LUEDEMANN, 2012; NASCIMENTO, 2014).

Nesse quadro de domínio histórico da oligarquia latifundiária, o governo Muniz Falcão (1956-1961) é um verdadeiro enclave na política alagoana. Os municípios onde estavam sediadas as fábricas têxteis representavam quase metade do eleitorado em Alagoas, além de possuírem os melhores índices de alfabetização do estado. Considerando Maceió, Penedo, Rio

Largo e Pilar possuíam respectivamente, 52%, 35%, 31% e 27% da população alfabetizada em 1950 (TENÓRIO e LESSA, 2013).

Capturando o poder político para sua redoma, a hegemonia da oligarquia rural mostra sinais de esgotamento ainda na década de 1920 com a eleição do governador Costa Rego. Jornalista e membro da classe média, apesar de substituir a velha oligarquia no poder, esta continua dominando as decisões governamentais e elegendo seus representantes. O governo de Muniz Falcão é um caso particular (TENÓRIO, 2009).

Sua vitória é explicada também pela novidade da vida urbana em Alagoas, favorecendo a dinâmica cultural e intelectual, alfabetização e surgimento de novos jornais, elementos que permitem a circulação de ideias. Sem desconsiderar a ampliação do direito ao voto promovida por Vargas. Pernambucano radicado em Alagoas, Muniz forma uma aliança matrimonial com a tradicional família Mendes, chefe política de Palmeira dos Índios, maior polo econômico do Agreste e Sertão na época (LIMA, 2006; TENÓRIO, 2007).

Trazendo consigo a experiência dos tempos em que ocupou a diretoria do trabalho, toma uma postura mais democrática ao decidir pela não repressão aos sindicatos e operários, postura contrária a que se verificava no governo anterior de Arnon de Mello, herdeiro de família proprietária de engenho em Santa Luzia do Norte e ligado a UDN, partido que reunia os quadros mais conservadores da elite local (LIMA, 2006; TENÓRIO, 2007; MELO, 2017).

Buscando aproximar o estado das transformações sociais e econômicas que ocorriam no país, o governo Muniz Falcão despertou o ódio da oligarquia local tendo como ápice a proposta de taxar o açúcar para fomentar o desenvolvimento da educação, saúde e outras atividades econômicas. Assim, o seu governo está inserido no auge de um período turbulento da política alagoana, iniciado com a saída da oligarquia Malta do poder na década de 1910 (LIMA, 2006; TENÓRIO, 2009).

Durante seu governo, Napoleão Barbosa, um pequeno industrial do setor moveleiro, é eleito presidente da FIEA. Ocupando o cargo por mais de 40 anos, participou ativamente na criação das estatais Ceal e Telasa, além da construção do Hospital do Sesi (FIEA, 2003; TENÓRIO, 2007).

Ao buscar a conciliação de interesses entre os industriais⁵⁰ e operários têxteis Saldanha comenta que Muniz Falcão:

Recebeu o apoio da classe trabalhadora em todos os momentos do seu conturbado governo, por assumir uma política de não agressão aos trabalhadores e de não

⁵⁰Quando ocupava o cargo de delegado do trabalho, em 1947, Muniz presidiu a assembleia que fundou a FIEA com a participação dos sindicatos da indústria do açúcar, fiação e tecelagem, metalúrgicas e mecânicas, panificação e confeitaria (FIEA, 2018).

perseguição aos comunistas [...] Houve a utilização cada vez maior da justiça do trabalho como mediadora dos problemas entre patrões e operários [...] Por outro lado, essa liberdade política estimulada pelo governador acirrou ainda mais a luta de classes em Alagoas. A postura oficial de não agressão aos trabalhadores não impediu a repressão das fábricas nem da oposição ao governo (SALDANHA, 2011, p. 27).

A outra novidade de seu governo reside na área econômica. Inserindo a experiência do planejamento econômico em Alagoas esta influência do governo Vargas chega ao estado com duas décadas de atraso⁵¹. Inicialmente o planejamento fica a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas-Codeal, criada por Muniz Falcão, quando este esforço é assumido pela Secretaria de Planejamento a partir de 1966. As ações da Codeal vão privilegiar de imediato os elementos basilares para o desenvolvimento econômico, a criação de infraestruturas. Assim, coloca na ordem do dia a expansão da rede de energia e água, transportes e construção de armazéns (CABRAL, 2005; TENÓRIO, 2007).

Para a formação do corpo técnico da Codeal entre os diversos cursos de capacitação contou com a participação dos especialistas mais respeitados da época, Ignácio Rangel, Rômulo Almeida e Hélio Beltrão. As estratégias de desenvolvimento de Alagoas sempre foram reflexo dos projetos regionais e nacionais, e a partir da Codeal, é incorporada uma visão global das ações do Estado aproveitando a experiência adquirida com o primeiro plano setorial, o Plano de Eletrificação de Alagoas, que contemplou todos os municípios e resultou na criação da Companhia Energética de Alagoas-Ceal (CABRAL, 2005; LIMA, 2006; TENÓRIO, 2007).

Além de buscar a diversificação industrial garantindo apoio às indústrias de laticínios e óleos vegetais, o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico de 1960 prevê o apoio a modernização da indústria têxtil intermediando aos projetos da Sudene para o setor e coloca o estado na terceira colocação na captação de verbas da Superintendência, atrás apenas do Ceará e Pernambuco (CABRAL, 2005; TENÓRIO, 2007).

Analisando os planos de desenvolvimento de 1960 ao início dos anos 2000 em Cabral (2005) somente no governo Muniz Falcão consta o apoio à indústria têxtil, entretanto, como já indicado na seção 3.2 do segundo capítulo, as fábricas locais não participam ativamente do processo de modernização regional.

Lançando as bases para o crescimento da economia estadual as ações implementadas por seu governo terão reflexo nos anos 1970. Nesse sentido, Cabral (2005) estabelece três fases no processo de desenvolvimento econômico de Alagoas na segunda metade do século XX. Entre 1960 a 1974, a formação da infraestrutura e estruturação do setor público, expandindo o

⁵¹Apesar do relativo atraso, ao lado de São Paulo e Bahia, Alagoas é pioneira no planejamento econômico a nível estadual (TENÓRIO, 2007).

sistema viário, elétrico e a instalação de indústrias de base. De 1975 a 1985, sendo a fase de crescimento econômico quando o estado atinge as maiores taxas de crescimento do PIB. Por fim, entre 1986 e 1999, o período de crise e estagnação da economia.

O fato é que durante o período de ouro da economia alagoana, registrando altas taxas no PIB entre as décadas de 1960-80, a indústria têxtil já está em seu lento declínio cujo auge se deu entre os anos 1940 e 1950. As fábricas com menor acúmulo de capital são as primeiras a encerrar as operações, é o caso da Penedense, em Penedo, Marituba, em Piaçabuçu, Pilarense e Rendas e Bordados, em Pilar, e Santa Margarida, em Maceió.

Apesar de não dispor do ano exato de fechamento dessas 5 fábricas, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* de 1959 já indica o fim da atividade têxtil em Pilar e a paralisação da fábrica Penedense. As fábricas Marituba e Santa Margarida pode-se inferir o encerramento das operações ainda na década de 1950, isto porque, na década seguinte o número de fábricas declina de 13 para 8, ver Tabela 29 (IBGE, 1959).

Tabela 29 – Fábricas e empregados têxteis em Alagoas 1876-2013

Ano	Fábricas	Empregados
1876	1	74
1883	1	159
1901	5	1.860
1931	10	5.978
1940	12	6.294
1944	12	8.941
1950	13	10.514
1960	8	7.985
1970	6	3.562
1980	9	2.090
2003	5	1.492
2013	1	550

Fonte: COSTA, 1931; IBGE-Anuário Estatístico do Brasil 1941-1945; IBGE-Censo Industrial 1960, 1970, 1980; FIEA 2003, 2013; SANT'ANA, 2011; TENÓRIO e LESSA, 2013.

A ausência de uma periodicidade e divergência metodológica nas publicações encontradas impuseram dificuldades para um levantamento sistemático dos dados. Exemplo disto são os dados do IBGE que para as décadas mais recentes não discriminam os segmentos têxteis em Alagoas, agregando todas as fábricas que produzem artefatos têxteis.

Buscando contornar o entrave, utilizou-se publicações que trazem os dados das fábricas de fiação e tecelagem, objeto desta pesquisa. Este segmento têxtil é responsável pelas fábricas de maior porte em Alagoas e através do seu desenvolvimento gerou intervenções na

urbanização e no quadro social-econômico-político do estado, ainda que num reduzido espaço de tempo.

Em relação ao volume de empregos observa-se dois períodos de destaque, entre 1883 e 1901, crescendo cerca de 11 vezes como resultado do Encilhamento que acabou estimulando a expansão inicial do parque têxtil em Alagoas e, entre 1931 a 1950, onde mesmo com um número semelhante de fábricas a quantidade de empregados quase dobra, resultante de estímulos externos provocados pela Segunda Guerra contribuindo também para o mercado interno.

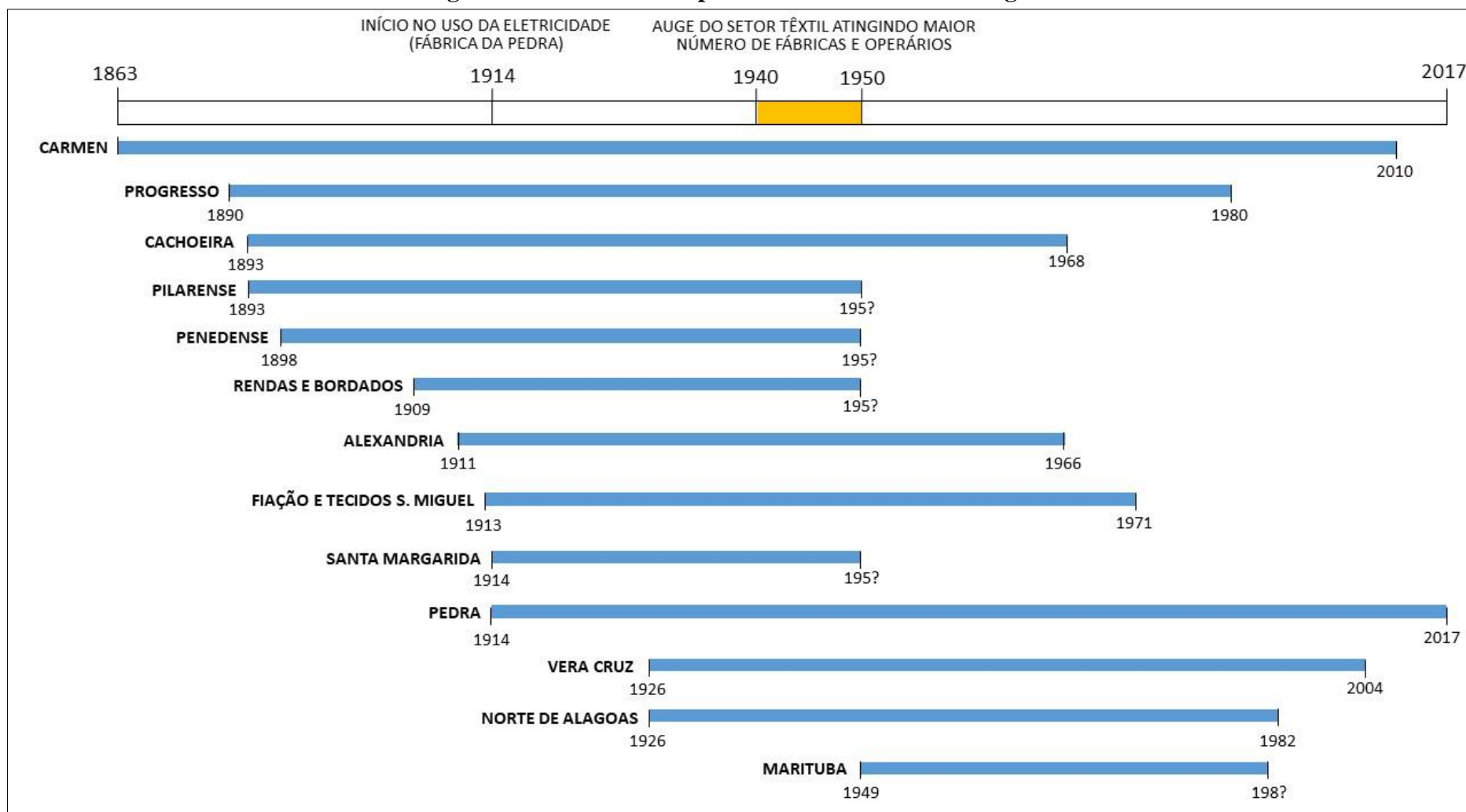
A partir dos anos 1960 o número de empregados acompanhando o quadro de declínio da indústria têxtil apresenta tendência contínua de queda. Nesta década mais duas fábricas fecham, Alexandria no ano de 1966, em Maceió, e Cachoeira no ano de 1968, pondo fim ao maior complexo têxtil de Alagoas sediado no município de Rio Largo. Para mais detalhes ver a Figura 12 que mostra o período de operação das fábricas têxteis de grande porte em Alagoas. A periodização desconsidera as paralisações ocorridas em várias fábricas mediante as sucessivas crises econômicas, considerando apenas a abertura e o fechamento definitivo dessas.

Chama a atenção nos anos 1970 que das 6 fábricas até então existentes no início da década, apenas a Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia, utilizava o poliéster. Quando o consumo de fibras químicas crescia consecutivamente e era impulsionado pelo desenvolvimento da indústria petroquímica. Além disso, contando com participação acionária da Codeal, nesta época já transformada em empresa, a fábrica duplicou suas instalações para produção de tecidos tendo como destino principal o estado de São Paulo. Destacando-se novamente das demais fábricas locais, a Fábrica da Pedra alcançou boa inserção no mercado do Sudeste (ALAGOAS, 197?; SUDENE, 1976).

Dentro da política de recuperação de empresas comandada pela Codeal, no setor têxtil, além de beneficiar a Fábrica da Pedra, foi recuperada a Fábrica Marituba com a transferência do controle acionário ao grupo Peixoto Gonçalves, antigos detentores da extinta Fábrica Penedense. Tais ações pontuais por parte do Governo Estadual ocorrem num momento de elevadas taxas de crescimento do PIB alagoano que durante os anos 1970 obteve um crescimento anual médio de 10,6%⁵² (ALAGOAS, 197?; CABRAL, 2005).

⁵²Para efeito de comparação, o crescimento anual médio do PIB nos anos 1990 foi de apenas 3,1%, passando a registrar as menores taxas de crescimento da região (CABRAL, 2005; CARVALHO, 2012).

Figura 12 – Linha do tempo da indústria têxtil em Alagoas



Fonte: TENÓRIO e LESSA, 2013; CASTRO, 2015; FIEA, 2018; BLOG DO ERNANDE BEZERRA.

Possivelmente esta ação incipiente no âmbito estadual foi estimulada pelo quadro favorável da indústria têxtil regional. É que entre 1969 e 1972 nota-se franca recuperação do setor, registrando uma taxa anual de crescimento de 9,5%, após um período de quase estagnação, quando obteve apenas 0,6% de crescimento anual entre 1959 e 1969 (SUDENE, 1976).

Contudo, as ações do Governo Estadual não foram suficientes para reverter a situação de declínio da indústria têxtil, chegando a afetar desde então a pioneira e uma das maiores fábricas têxteis em número de empregados, produção e maquinário. A partir de 1972, o declínio da Fábrica Carmen torna-se evidente ao desativar a seção de acabamento e empregando 1.606 trabalhadores na década, número muito aquém do seu auge nos anos 1950 quando chegou a empregar cerca de 5.000 trabalhadores (SUDENE, 1976; MELO, 2012; FARIAS e TAVARES, 2015).

Durante os momentos de crise que levaram ao fechamento ou paralisação na atividade das fábricas alagoanas constata-se grande presença de grupos pernambucanos seja na compra de maquinário e ações de fábricas falidas ou na aquisição de fábricas visando a retomada da produção. Foi o caso da Fábrica Alexandria, adquirida no início dos anos 1960 pelo Cotonifício Torre, da Fábrica Fiação e Tecidos de São Miguel cujo maquinário e ações são vendidas ao grupo Mendo Sampaio que atuava também no setor canavieiro em Pernambuco e Alagoas, e da Fábrica Carmen, adquirida pelo grupo Othon Bezerra nos anos 1940 e que mais tarde nos anos 1990 para retomada das operações negocia com o também pernambucano Grupo Vasconcelos (FIEA, 2018).

Ao final do governo Afrânio Lages (1971-1975) o estabelecimento das bases para o desenvolvimento econômico não é aproveitado toda a sua potencialidade, gerando benefício apenas para um único setor da economia, o canavieiro, uma vez que a alternativa econômica da primeira metade do século XX, o setor têxtil, encontra-se em franco declínio (CABRAL, 2005).

É bastante provável que a expansão da malha rodoviária, colocada em ritmo acelerado a partir do Plano Rodoviário do governo Muniz Falcão que ligou Maceió a Recife tenha aprofundado a crise do setor têxtil alagoano ao facilitar a penetração das mercadorias nas zonas interioranas do estado. Facilidade esta não apenas para as fábricas do Sudeste mas principalmente as suas novas unidades fabris que se instalam na região atraídas pelos incentivos da Sudene (TENÓRIO, 2007).

Diante desse quadro de retomada do exclusivismo canavieiro, com a operação do polo cloroquímico a partir da Salgema Indústrias Químicas estatizada pelo Governo Militar, surge

uma redenção econômica para o estado, sendo a mais nova alternativa na geração de emprego e renda nos anos 1980 (CARVALHO, 2012).

Já nesta década encerram suas operações a Fábrica Norte de Alagoas, em Maceió, e a Fábrica Progresso, em Rio Largo, pondo fim a atividade têxtil no município que foi destaque na produção do setor. O aumento do número de fábricas mostrado anteriormente na Tabela 29 é explicado pelo surgimento de pequenas fábricas em Maceió no fim da década de 1970, a exemplo da Novatex, Fábrica de Meias Alagoana e Fábrica de Meias Yara, que utilizam como matéria-prima fios já produzidos. Porém, mesmo com o aumento de fábricas o número de empregos cai o que assevera o status de pequeno porte das novas instalações (SUDENE, 1976).

É como se o setor têxtil alagoano tivesse retrocedendo em mais de 100 anos, quando predominava no país até a primeira metade do século XIX as pequenas manufaturas têxteis, ainda em seu estágio pré-industrial. Estas pequenas fábricas que surgem em Maceió não conseguem afirmação no mercado e já não constam nos dados do Guia de Indústria de 2003 (FIEA, 2003).

A baixa diversificação econômica, basta lembrar que a iniciativa do polo cloroquímico em Alagoas fracassou ao não atrair as indústrias químicas para o estado, experiência contrária a verificada no polo de Camaçari na Bahia, mesmo em decadência as duas últimas fábricas têxteis de grande porte em Maceió, Carmen e Norte de Alagoas, figuram entre as 10 maiores fábricas empregadoras entre o conjunto das indústrias maceioenses. Juntas, respondem no início dos anos 1980 por 58% dos empregos do setor têxtil no estado (MACEIÓ, 1981).

A década de 1990 representa um duplo golpe para o pouco que resta do parque têxtil alagoano, tanto pelos fatores macroeconômicos de âmbito nacional, como pela mais grave crise econômica da história recente do estado. Associado a isto, a devastação das plantações locais de algodão pelo bicudo abordado na primeira seção deste capítulo aprofunda o cenário desfavorável.

Em virtude da política macroeconômica, a apreciação do câmbio favorece a importação de tecidos asiáticos impactando a combalida indústria têxtil local. O mercado interno nacional reagindo a nova ordem econômica executa um novo ciclo de transferência de segmentos fabris têxteis para o Nordeste. Questões já mencionadas nesta pesquisa.

As fábricas Carmen e Pedra chegam a paralisar a produção e a retomada da produção não necessariamente vem acompanhada da modernização. É o caso da centenária Fábrica Carmen que retoma a produção com número menor de empregados e sem modernizar o maquinário, com 30 anos de uso. Em 1992, a Fábrica da Pedra, antes pertencente ao grupo

mineiro Catagüeses responsável por outro empreendimento têxtil em Minas Gerais, é adquirida pelo grupo alagoano Carlos Lyra (FARIAS e TAVARES, 2015; FIEA, 2018).

O predomínio das fábricas de grande porte começa a dar espaço às fábricas de pequeno porte mediante tentativas infrutíferas do Governo Estadual e lideranças do setor têxtil retomarem a atividade. Surgem nesse período, a Summer Cotton no polo industrial de Marechal Deodoro contando com recursos do Finor, e a Fiasa em Rio Largo. Contudo, assim como as suas predecessoras de pequeno porte, não conseguem afirmação no mercado e encerram suas atividades nos anos 2000 (SUDENE 1999; FIEA, 2018).

Com a desregulamentação econômica acirrando a guerra fiscal entre os estados que concorrem entre si para atrair investimentos, Alagoas foi privada deste processo. O acordo dos usineiros firmado no governo Collor (1987-89) isenta o pagamento de ICMS do principal produto que gera receita para o estado, a cana-de-açúcar, de modo que na primeira metade da década de 1980 tinha uma participação no ICMS em torno de 50%, mas já nos anos 1990, após o acordo, não chega a 10% de participação. Ainda mais, o setor canavieiro está entre os maiores devedores da Ceal e do Produban. Essas perdas de arrecadação jamais foram recuperadas (CARVALHO, 2001; CABRAL, 2005).

Provocando a perda da capacidade de arrecadação e o fim de instituições responsáveis pelo desenvolvimento como a Ceal, Codeal, Epeal e o Produban levam o estado a perda da capacidade de autofinanciamento gerando a grave crise econômica⁵³. Enquanto os demais estados buscam a recuperação econômica após os anos 1980, Alagoas enfrenta duas décadas de estagnação e crise econômica (CAVALCANTI, 2006; FIEA, 2018).

Mediante a elevação dos juros para atrair o capital especulativo pelo Governo Federal e dificuldades em honrar os pagamentos a dívida alagoana triplica entre 1999 e 2011 saltando de 2,1 bilhões para 7,8 bilhões de reais. Incorporando nesse montante a dívida do Produban de 500 milhões. Apenas o pagamento de juros e rolagem da dívida do estado nos anos 2000 de cerca de 4,7 bilhões equivale praticamente a todo gasto estadual em custeio e investimento no mesmo período de cerca de 5,3 bilhões (CARVALHO, 2012).

As dificuldades em manter a máquina pública nos anos 1990 com a crise fiscal, impossibilitam Alagoas a contrair novos empréstimos e receber obras do Governo Federal, enfrentando a estagnação dos investimentos e conseqüentemente a perda da capacidade em atrair novas indústrias. Diante da crise, nesse período, apenas 51% da população

⁵³Em troca do pagamento de salários atrasados do funcionalismo público estadual pelo Governo Federal a Ceal é privatizada, já o Produban, após intervenção do Banco Central é liquidado (CAVALCANTI, 2006; CARVALHO, 2012).

economicamente ativa de Alagoas estavam ocupadas, impactando o mercado local (CABRAL, 2005; CAVALCANTI, 2006).

Numa trajetória aparentemente contraditória, o crescimento econômico estadual dos anos 1970-80 não veio acompanhado de melhoria no índice de pobreza, mas, já na fase de crise e estagnação econômica dos anos 1990, Alagoas é o estado que mais avança em termos relativos em educação e saúde, áreas de atuação direta do poder público. Observando os planos de governo, é a partir dos anos 1990 que se destina mais da metade do orçamento para a área social chegando a 66% no primeiro governo de Ronaldo Lessa (1999-2003), com destaque para saúde e saneamento, educação e assistência social (CABRAL, 2005; CARVALHO, 2012).

Entretanto, mesmo registrando avanço significativo, Alagoas é o último estado no índice que mede o IDHM, inserida na faixa de desenvolvimento humano médio com 0,667, abaixo da média nacional que é de 0,761 para o ano de 2014. Historicamente o grau de pobreza no estado é tão acentuado que requer mais algumas décadas de amplo investimento estatal na área social a fim de se equiparar a média nacional (PNUD, 2016).

Buscando reagir a condição de estagnação e retomar a capacidade em atrair indústrias o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas-Prodesin é previsto por lei de 1993 e regulamentado apenas no ano 2000, passando por diversas alterações nos anos posteriores. Apesar da chegada de alguns empreendimentos nas últimas décadas por esse novo instrumento, o estado continuou sem atrair novas fábricas têxteis. Os três setores que tiveram destaque com a lei de incentivos foram as centrais de distribuição, cadeia química e de plástico e empresas de call center, este último não ligado ao setor industrial (CAVALCANTI, 2006; FIEA, 2018).

Nesse sentido Carvalho (2012) afirma que Alagoas dispõe de um moderno sistema de incentivos fiscais e a dificuldade em atrair novas indústrias persiste devido a fatores socioeconômicos. A baixa capacidade de investimento do setor público estadual e a pobreza combinada a má distribuição de renda gerando um mercado interno restrito são partes do problema que explica a frágil presença industrial.

Ainda conforme o autor, para dimensionar a disparidade do mercado regional e o protagonismo econômico dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, a região metropolitana de Salvador, Recife e Fortaleza, consideradas cada uma, possui mais população, renda e mercado que todo o estado de Alagoas. E mesmo estados menores como Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte aproveitaram melhor a guerra fiscal (CARVALHO, 2012).

Levando maior vantagem em relação a Alagoas na hora de atrair investimentos, Sergipe além de contar com o banco estatal Banese e lei de incentivos fiscais que prevê a doação de

terrenos, possui uma produção de insumos voltada ao abastecimento do mercado regional e nacional, agropecuária dinâmica contando com a fruticultura irrigada e pecuária leiteira, sete distritos industriais englobando empresas petroquímicas, de cimento e têxteis, caracterizando a dinâmica da economia sergipana frente a economia alagoana (CAVALCANTI, 2006; CARVALHO, 2012).

Esta última década representa o fim da atividade têxtil em Alagoas com o fechamento das fábricas centenárias Carmen e Pedra em 2010 e 2017. No último ano de operação da Fábrica Carmen, em 2010, empregava apenas 200 funcionários, número semelhante ao da penúltima década do século XIX quando ainda estava em vias de consolidação (FARIAS e TAVARES, 2015).

Já a Fábrica da Pedra que contava com incentivos fiscais do Prodesin com redução do ICMS e da Sudene com redução do IRPJ empregava cerca de 550 funcionários. Seu maquinário moderno, em grande parte de origem alemã, tinha em torno de 10 anos de uso e quando a seção de fiação não atendia a demanda adquiria fios da Sergifil, sediada em Sergipe.

Diante da mais recente crise econômica nacional a paralisação da fábrica demitiu 125 funcionários e colocou os demais em férias coletivas. Com uma dívida de 2,5 milhões de reais com a Eletrobras Alagoas e dificuldades em quitar compromissos com bancos e fornecedores, encerra suas atividades em 2017. De grande importância para a economia do município sertanejo de Delmiro Gouveia era a terceira maior empregadora, porém, ao considerar os salários era a segunda em importância, a frente do comércio e atrás apenas do setor público municipal (BASTOS, 2017).

Apesar de ações pontuais que acabaram beneficiando algumas fábricas têxteis, o estado jamais criou um programa específico para o setor, ao contrário da experiência registrada no Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Conforme demonstrado brevemente, o único setor amplamente beneficiado em Alagoas foi o canavieiro no qual historicamente inseriu na estrutura de poder seus representantes diretos e indiretos obtendo diversos empréstimos, incentivos e perdão de dívidas.

Nessa posição cômoda assegurada pela oligarquia canavieira Lira (2007) afirma que através de seu poder agrário exerce uma participação decisiva na escolha das prioridades econômicas sem se preocupar em implementar um projeto de desenvolvimento abrangente para o estado. Para mensurar um dos aspectos do enraizamento de seu poder, o autor comenta que no final dos anos 1980 apenas 24 famílias detinham 70% das terras agricultáveis do estado.

Referindo-se ao papel ideológico desta classe o historiador Douglas A. Tenório afirma que:

Os resquícios escravagistas são fortes e é ainda nítida na mente das pessoas a simbologia da casa-grande e da senzala. Há uma inusitada aversão as mudanças, uma autêntica vanguarda contra qualquer tentativa de modernização trabalhista, diversificação econômica, democratização política [...] Não é de hoje, portanto, a política de acomodação, exclusão social, privilégios, castas intocáveis (TENÓRIO, 2009, p. 110).

Segundo o estudo recente publicado pelo IMF (2017) ao tratar da desigualdade no Brasil revela que a faixa dos 5% mais pobres de Alagoas possuem o menor rendimento em relação aos 5% mais pobres dos demais estados da federação no ano de 2014. Em polos extremos, os 5% mais pobres de Alagoas vivem em média com 67 reais, ao passo que, os 5% mais pobres de Santa Catarina vivem em média com 258 reais. Assim como os mais pobres, os mais ricos de Alagoas possuem o menor rendimento em relação aos demais estados.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua, publicados pelo IBGE (2018) ao comparar os rendimentos e o índice de Gini entre 2016-2017 mostram que o rendimento mensal domiciliar *per capita* em Alagoas reduziu em 98 reais e o índice de Gini aumentou de 0,526 para 0,530 no período. Reflexo dos efeitos da crise econômica nacional no estado que é historicamente dependente de recursos federais, sobretudo, a partir dos anos 1990 quando perde sua capacidade de autofinanciamento.

Diante desse quadro se faz necessário a retomada do planejamento estatal, desenvolvendo inclusive políticas setoriais, paralelo a melhoria na distribuição de renda e elevação do padrão de vida da população de modo a gerar um mercado consumidor atraente aos grupos econômicos.

Atualmente o que resta da maioria dos antigos prédios das fábricas têxteis são ruínas. É o caso das fábricas Carmen, Cachoeira, Vera Cruz, Norte de Alagoas e Marituba. Há casos em que algumas fábricas foram demolidas, a exemplo da Fiação e Tecidos São Miguel e da Alexandria, que teve seu terreno loteado onde uma parte abriga instalações da Secretaria Municipal de Educação e a outra um terreno baldio. Fugindo do abandono o prédio da Fábrica da Pedra, fechada recentemente, ainda encontra-se preservado e o prédio da Fábrica Progresso, bastante descaracterizado, cedeu espaço ao setor de comércio e serviços, ver Tabela 30 no Apêndice que traz imagens das 11 fábricas, excetuando-se as fábricas Santa Margarida e Rendas e Bordados, as quais não foram encontradas fotografias durante a pesquisa.

Portadora de um passado de transformações sociais e progressista perante a realidade alagoana, agora a indústria têxtil é apenas memória registrada nos documentários *Memória da Vida e do Trabalho* (1984) ao tratar das condições do trabalhador no bairro fabril de Fernão Velho, *Trama da Memória: urdidura do tempo* (2011) ao chamar a atenção da importância do algodão na formação social alagoana e a presença da indústria têxtil na melhoria da qualidade

de vida do trabalhador e, *O Comendador do Povo* (2013) que trata do papel empresarial de Gustavo Paiva no complexo fabril têxtil de Rio Largo relacionando a trajetória da indústria têxtil em Alagoas.

4.4 Sergipe

Inseridos na mesma região, a formação histórica de Sergipe e Alagoas apresenta muitas aproximações e uma base econômica semelhante pelo menos até a primeira metade do século XX. A cana de açúcar já constituía a principal riqueza de Sergipe no século XIX com uma clara distinção das atividades econômicas entre o litoral, com o cultivo da cana concentrado nos vales do Cotinguiba, Vasa-Barris e Piauí, o agreste, voltado ao algodão e o sertão, na atividade pecuária.

Assim como Alagoas tinha forte dependência do porto de Recife, Sergipe era dependente do porto de Salvador, situação condicionada não somente pela proximidade geográfica, mas inclusive, por carecer de um porto mais dinâmico e ter estabelecido íntimas ligações entre os produtores locais com os comerciantes baianos (PASSOS SUBRINHO, 1983).

Planejada para ser um porto marítimo intermediador dos bens manufaturados do exterior e dos produtos primários do interior, Aracaju desenvolve-se a partir da atividade portuária e torna-se a nova capital de Sergipe, sucedendo a cidade de São Cristóvão, de molde colonial e com um porto distante do mar. Experiência que remonta ao caso alagoano entre Marechal Deodoro e Maceió no mesmo século XIX (CORRÊA, 1965).

Inserida geograficamente entre duas capitais regionais, Recife e Salvador, a nova capital sergipana manteve por muito tempo um limitado raio de influência, não alcançando os extremos norte e sul do estado. Cidades de forte tradição comercial como Estância ao sul do estado e Penedo em Alagoas concorriam nesse sentido.

Esta última convergia para si parte do algodão produzido nas cidades ribeirinhas e através de seu capital comercial desenvolveu a cidade sergipana de Neópolis com a implantação da fábrica têxtil Peixoto Gonçalves. Considerada a fábrica têxtil mais bem aparelhada do estado nos anos 1950, estava entre as maiores produtoras de tecidos de algodão (CORRÊA, 1965; CEBRAE, 1979; PASSOS SUBRINHO, 1983).

Com o declínio dos portos e o desenvolvimento do transporte terrestre, as cidades comerciais de Estância e Penedo entram em estagnação. Próxima das fontes de matéria-prima e aproveitando a abundante queda d'água do rio Piauí, o auge de Estância se traduziu em 3 fábricas têxteis chegando a alcançar o posto de principal centro têxtil sergipano. Além de ter

gestado maior presença têxtil seu caso se torna particular por ter sido beneficiada pelo traçado da rodovia BR-101, ao contrário de Penedo, desprestigiada pelo traçado ferroviário e rodoviário (CORRÊA, 1965).

Em linhas gerais, apesar de registrarem algumas semelhanças no processo histórico e no desenvolvimento econômico de suas cidades, há situações que tornam Sergipe um caso particular. A modernização de seus engenhos substituindo a força manual ou hidráulica pela energia a vapor estava mais adiantada de modo que na década de 1870, Sergipe tinha mais da metade dos engenhos a vapor em relação aos seus similares em Alagoas.

Por outro lado, o setor têxtil sergipano expande-se tardiamente, apenas no início do século XX. Ao fim do século anterior o estado contava com duas fábricas têxteis, Sergipe Industrial e Santa Cruz, instaladas em 1884 e 1896 nos municípios de Aracaju e Estância, enquanto que Alagoas já dispunha de 5 fábricas têxteis e do expressivo complexo têxtil de Rio Largo (PASSOS SUBRINHO, 1983).

Coincidentemente a expansão do setor têxtil em Sergipe ocorre com o início da construção da primeira ferrovia em 1907 tendo como foco a capital Aracaju, passando a interliga-la com as cidades do sul e do norte do estado, fato que vai ampliar seu raio de influência, suplantando inclusive Penedo e Estância (SANTOS, 2012).

Buscando modernizar seu meio de transporte e contornar os entraves para o crescimento de seu mercado interno e externo a chegada da ferrovia apenas em 1907 revela um processo tardio no quesito desenvolvimento dos transportes, basta lembrar que o estado periférico de Alagoas no final do século XIX já tinha ferrovias cortando as ricas áreas açucareiras nos vales do Mundaú e Paraíba (CORRÊA, 1965).

A partir disso, Sergipe assiste a expansão da atividade têxtil, surgindo as fábricas Peixoto Gonçalves e Empresa Têxtil, em 1906, em Neópolis; Confiança, em 1907, em Aracaju; Industrial de Propriá, em 1913, em Propriá; Senhor do Bonfim, em 1914, em Estância; Industrial de São Cristóvão, em 1915, em São Cristóvão.

Nos anos 1920, a indústria têxtil juntamente com a indústria alimentícia respondia por 96% da potência instalada da indústria, evidenciando o enorme peso econômico dessas atividades no estado.

Ainda nesse período, Sergipe que teve o desenvolvimento de sua indústria têxtil mais tardiamente supera ligeiramente o contingente operário e o maquinário têxtil alagoano, e coincidentemente possuem o mesmo número de fábricas têxteis, conforme demonstra a Tabela 31 (ROMÃO, 2000).

Tabela 31 - Fábricas têxteis em número de operários e teares nos estados de Alagoas e Sergipe no ano de 1922

Alagoas			Sergipe		
Fábricas	Operários	Teares	Fábricas	Operários	Teares
Fábrica Cachoeira	1.112	550	Sergipe Industrial	2.175	350
Cia. União Mercantil	850	550	Confiança	811	300
Fábrica Progresso	810	300	Peixoto Gonçalves	600	250
Fábrica da Pedra	Mais de 800	...	Santa Cruz	530	300
Fábrica Penedense	500	230	Industrial São Cristóvão	374	250
Cia. Fiação e Tecidos São Miguel	300	162	Senhor do Bonfim	361	180
Fábrica Alexandria	300	120	Industrial de Propriá	353	180
Fábrica Pilarense	180 ⁽¹⁾	...	Empresa Têxtil	320	100 a 120
Total	Cerca de 4.672	1.912	Total	5.524	Cerca de 1.920

Fonte: MARROQUIM, 1922; ROMÃO, 2000; TENÓRIO e LESSA, 2013. (Adaptada).

Nota: ⁽¹⁾ Número de operários no ano de 1902.

Em franca expansão desde a primeira década do século XX, as fábricas têxteis de Sergipe não são afetadas pela crise setorial dos anos 1920. Este impulso mesmo diante de um momento desfavorável é estimulado pelas exportações para outros estados, principalmente a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. O aumento da produção têxtil em Sergipe é mais veloz que o aumento do mercado local, enquanto que o mercado exterior representava 12% do valor da produção em 1907, a partir de 1920, salta para 27% de participação (PASSOS SUBRINHO, 1983).

Com a baixa produtividade do algodão local sua produção que não foi capaz de manter as exportações foi suficiente para o abastecimento das fábricas locais até os anos 1920, pois, já na década seguinte o estado passa a importa-lo, perdendo o diferencial dos preços depreciados em virtude do baixo valor da matéria-prima local. Entre 1891-1895 quando o algodão representava 16% do valor das exportações, os tecidos somavam apenas 1%. Mas, entre 1921-1925 a ordem se inverte com os tecidos saltando para 29% e o algodão caindo para 7% de participação (PASSOS SUBRINHO, 1983; MELO et. al. 2009).

Mais duas fábricas surgem em 1926, Sergipe Fabril e Tecidos Riachuelo, sendo neste mesmo ano o pico da exportação têxtil do estado, destinando 43% do valor total da produção

para outros mercados. Nesse momento favorável, tomando como referência a maior fábrica têxtil do estado, a Sergipe Industrial, entre 1907-1925 mais que dobrou sua força motriz, mais que triplicou a produção de tecidos e mais que quadruplicou o número de operários. A Fábrica de Tecidos Riachuelo era a única vinculada ao capital açucareiro, as demais estavam associadas as firmas comerciais e um caso notório da participação do capital comercial baiano em Sergipe se mostra na Fábrica Santa Cruz, vinculada a firma comercial com sede na Bahia. Passados 20 anos, Sergipe alcança o posto de segundo maior produtor de tecidos de algodão do Nordeste, perdendo apenas para Pernambuco (CETEX, 1946; PASSOS SUBRINHO, 1983; 2001).

Até meados dos anos 1950-60 a indústria têxtil sergipana cresce estimulada por fatores exógenos, já mencionados acima, tendo como principal mercado os estados de São Paulo e Rio de Janeiro representando mais da metade do faturamento. Por outro lado, o pouco conhecimento do mercado e de métodos administrativos é um revés na competitividade dessas fábricas. Entre os problemas destacados estão: a falta de planejamento nas compras e vendas de insumos e produtos; ausência de uma administração voltada exclusivamente à comercialização; o uso de consultoria externa é incomum e; elevado grau de centralização das decisões (CEBRAE, 1979).

Outro período favorável e que trouxe modernizações para a economia sergipana foi a década de 1970 com o incremento de uma nova atividade industrial, a extração de petróleo. Recebendo vultosos investimentos estatais, Sergipe se torna ainda nesse período o segundo maior produtor do país e o rápido crescimento da produção juntamente a pressão exercida pelas classes dirigentes vai culminar na transferência da sede regional da Petrobras de Maceió para Aracaju. No período menos da metade da população do estado estava em áreas urbanas, traduzindo-se em 46% do total da população residindo nestas áreas. Quatro das onze fábricas têxteis no estado possuem condições de processar fibras sintéticas em meados da década (CEBRAE, 1979; MELO et. al. 2009).

O surgimento dessa importante atividade industrial aumenta a participação do setor industrial no PIB estadual que era de 30% em 1970 e salta para 50% em 1983, chegando a 68% em 1985 quando a partir de então a participação industrial cai progressivamente e o setor terciário assume o maior peso na economia (MELO et. al. 2009).

O período é também favorável ao setor têxtil abrindo um novo ciclo expansivo após duas décadas de declínio que prejudicou principalmente o município de São Cristóvão. Ciclo este que se prolonga até a década de 1980 quando entra em operação a Fiação e Tecelagem Nortista, da família Franco, e a instalação de uma unidade têxtil da Santista no município de Nossa Senhora do Socorro. Ainda assim, o *boom* setorial não foi suficiente para reverter a queda na participação da indústria em geral na economia do estado (LACERDA, 2012).

Ainda no final da década de 1970, o governo de Augusto Franco promove iniciativas que contemplam a economia e a infraestrutura sergipana, iniciando a exploração do potássio (no estado, mineral descoberto pela Petrobras), construção do porto e a captação de água do São Francisco para resolver o colapso de abastecimento de Aracaju e atender a demanda do setor produtivo. Seu governo durante o período militar representa o auge político da tradicional família Franco com raízes em Sergipe desde o século XVII, ainda no período colonial, estabelecendo antigos laços matrimoniais com a família Prado Pimentel e sendo proprietária do engenho Serra Negra, um dos mais produtivos (SANTOS e LEANDRO, 2010).

Historicamente presente na economia e ocupando a estrutura de poder tanto no legislativo quanto no executivo a família Franco soube perpetuar seu domínio através da diversificação dos investimentos. Além da presença no setor açucareiro e de comunicações, a família foi proprietária das fábricas têxteis São Cristóvão e Sergipe Industrial (SANTOS e LEANDRO, 2010).

Diante do crescimento urbano e da saturação do distrito industrial de Aracaju, nos anos 1980, é criado o distrito de Nossa Senhora do Socorro, município que faz limite com Aracaju. Atualmente o distrito em Socorro é considerado o maior do estado. São criados também os distritos industriais de Propriá, voltado a pecuária e rizicultura, e de Estância, voltado a produção cítrica (SANTOS, 2015).

Mantendo a relevância do setor têxtil em sua economia com uma participação de 29% nos empregos industriais, o município de Estância com investimentos na energia elétrica nos anos 1950 fazendo surgir a Sulgipe, e mais recentemente, em 2007, aumentando a captação de *royalties* com a instalação da plataforma Piranema, conseguiu se manter atrativo mesmo com a força polarizadora de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro. Responsável por 69% das exportações, Estância é o maior polo exportador de Sergipe com os sucos de laranja e abacaxi somando a quase totalidade das exportações. Isto coloca o setor alimentício como o maior gerador de empregos, deixando o setor têxtil na segunda colocação no município, além de reforçar que a produção têxtil é voltada ao mercado interno (SANTOS, 2015).

Em Sergipe as transformações macroeconômicas dos anos 1990 também acarretaram na redução de empregos com o fechamento de unidades fabris e fusões nas décadas seguintes. Foi o que ocorreu com o grupo Santista Têxtil, um dos maiores do país, encerrando as atividades de sua fábrica no distrito industrial de Aracaju em 2008, tendo como justificativa a forte valorização do real e a competição das importações asiáticas. Dois anos mais tarde, ocorre a fusão entre o grupo Constâncio Vieira e a Companhia Industrial Têxtil (GARCIA, 2008; SANTOS, 2015).

Entre 1995 e 2000, a participação da indústria têxtil no pessoal ocupado e no Valor de Transformação Industrial-VTI no conjunto da indústria, cai em cerca da metade. Por outro lado, a criação do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial-PSDI em 1993 contribuindo pra diversificação industrial do estado e sua interiorização, estabilizou a participação têxtil no VTI, notadamente a partir dos anos 2000 com a chegada de novas unidades fabris do setor, porém, devido a intensidade tecnológica a participação do pessoal ocupado não obteve a mesma tendência conforme mostra a Tabela 32 que traça um comparativo com Alagoas.

Tabela 32 – Participação da indústria têxtil no Valor de Transformação Industrial e pessoal ocupado no total da indústria em Alagoas e Sergipe (1966-2015)

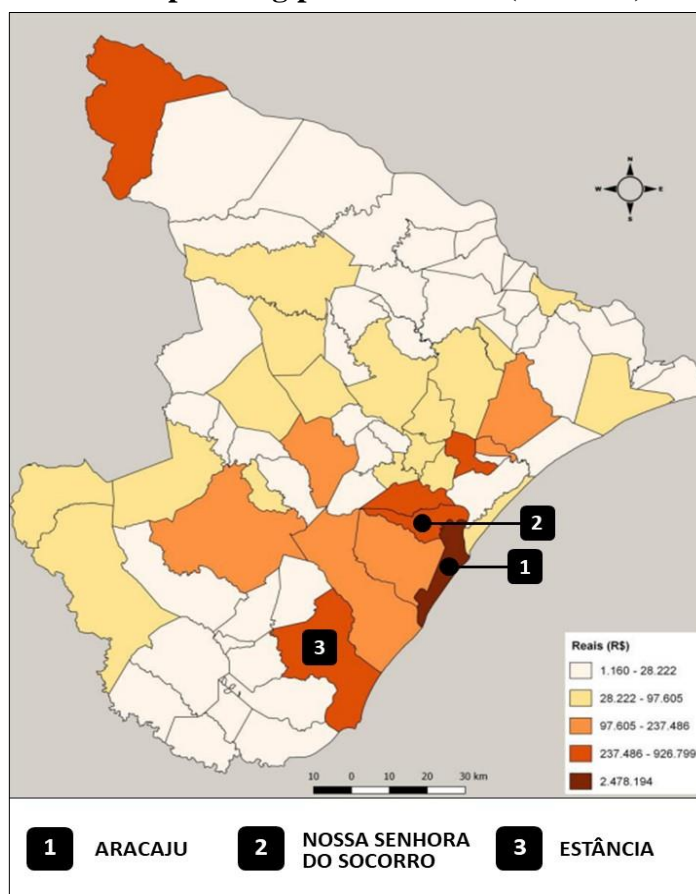
Ano	Alagoas		Sergipe	
	VTI	Pessoal ocupado	VTI	Pessoal ocupado
1966	23,4	30,7	40,2	47,4
1976	12,2	14,3	34,1	29,5
1988	1,5	6,1	21,1	40,7
1995	3,3	8,2	18,8	34,8
2000	2,1	2,7	5,7	14
2005	1,3	1,1	5,4	14
2010	0,4	0,6	7,4	8,2
2015	0,6	1	6,4	6,9

Fonte: IBGE-Pesquisa Industrial Anual (Empresa)

Além da capital Aracaju, os municípios de Nossa Senhora do Socorro e Estância estão entre os maiores beneficiados pelo PSDI, que juntos, receberam 62% de seus recursos no período de 1995-2002. Com a reestruturação produtiva, surge o parque industrial têxtil nos anos 2000, em Estância, recebendo novas fábricas têxteis, Ipatinga Industria de Comércio e Tecidos e a Sergitex. Isto contribui na dinamização de seu distrito industrial que vinha em lenta ocupação (RIBEIRO, 2005).

Não é por acaso que as empresas buscam instalar suas unidades fabris em municípios específicos. Além de Estância, Aracaju e Nossa Senhora do Socorro também receberam novas fábricas têxteis nas duas últimas décadas. As instalações se concentram nesses municípios que estão entre os cinco maiores geradores de recursos oriundos da atividade industrial no estado e que já contam com a presença fabril têxtil, ver Mapa abaixo. Juntos, os três municípios representam 44,3% do valor adicionado da indústria em Sergipe no ano de 2015 (SEPLAG, 2017).

Mapa 15 – Localização das novas fábricas têxteis e valor adicionado da indústria dos municípios sergipanos em 2015 (mil reais)



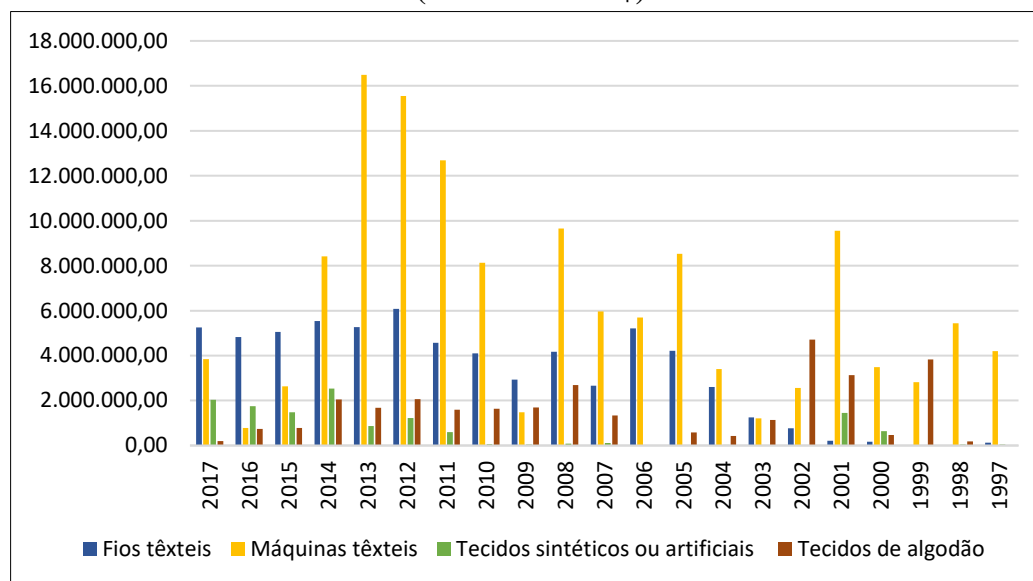
Fonte: SEPLAG – SE, 2017. (Adaptado).

Das cinco fábricas instaladas no estado desde o início dos anos 2000, quatro pertencem ao Grupo Rovach, um dos maiores grupos têxteis do país. São elas, a Sergifil com instalação iniciada em 2001, Aracaju Malhas, Tritex e Sergitex, em 2010. Todas situadas nos três municípios acima destacados.

Em seu estudo Ribeiro (2005) apontou que entre os principais fatores influentes na localização das novas fábricas têxteis estão os incentivos fiscais, a presença de um parque industrial têxtil já instalado e a participação do capital local. Entre as dificuldades em manter a atividade fabril no estado estão a distância da matéria-prima, escassez de mão de obra qualificada e crédito caro e escasso.

Reforçando o parque têxtil sergipano a presença das fábricas têxteis potencializa as possibilidades de expansão de empresas em segmentos afins, a exemplo do setor de confecções que conta com dois polos nos municípios de Tobias Barreto e Itabaianinha, situados ao sul de Sergipe. Após a instalação das referidas fábricas têxteis algumas alterações são verificadas na pauta de importação têxtil do estado, ver Gráfico 6.

Gráfico 6 – Importação de produtos e equipamento têxtil por Sergipe entre 1997-2017 (valor FOB US\$)



Fonte: Mdic-Comex Stat.

De imediato, a mais evidente é o pico de importação de máquinas têxteis em cada década, em 2001 e 2013. Em seguida, no período em análise, observa-se mais dois produtos que chamam a atenção, os tecidos de algodão registrando tendência a estabilização após ter alcançado picos de importação em 1999 e 2002 e o aumento na importação de fios têxteis a partir de 2004.

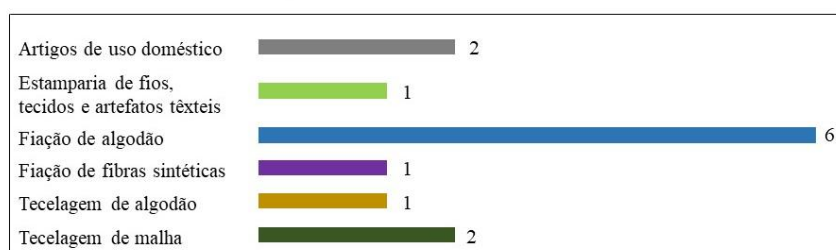
O primeiro, tende a se estabilizar uma vez que a indústria brasileira é tradicionalmente forte na produção deste artigo, o segundo por sua vez, abrange os fios têxteis de diversas ordens (natural, artificial ou sintético) onde o Brasil naturalmente tende a importar os fios artificiais e sintéticos, isto explica porque mesmo após a instalação da fábrica Sergifil, especializada na produção de fios têxteis de algodão a importação de fios têxteis aumentou em Sergipe.

O mais recente Cadastro Industrial do estado, publicado em 2012, identifica 13 fábricas têxteis em operação, sendo 8 delas nos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Estância, reforçando a posição desses municípios como importantes polos têxteis no estado, ver Tabela a seguir.

Em conformidade com a estrutura do setor têxtil regional, a maioria das fábricas em Sergipe são dos segmentos de fiação e tecelagem. Esse número de 10 unidades fabris é composto por fábricas tradicionais que se modernizaram e por fábricas instaladas nas duas últimas décadas. Constata-se que Sergipe possui um parque têxtil completo, contando desde a fiação, que realiza o beneficiamento do algodão bruto, até fábricas que produzem artigos têxteis acabados.

Tabela 33 – Fábricas têxteis em operação no estado de Sergipe em 2012

Fábrica	Município	Produção
Altenburg Nordeste	Nossa Senhora do Socorro	Artigos de uso doméstico
Atual Têxtil	Estância	Tecelagem de malha
Fiação Itabaiana	Itabaiana	Fiação de algodão
Norperola	Frei Paulo	Tecelagem de malha
Peixoto Gonçalves	Neópolis	Tecelagem de algodão
Santa Mônica	Aracaju	Fiação de algodão
Sergifil	Aracaju	Fiação de algodão
Sergipe Industrial	Aracaju	Artigos de uso doméstico
Sergipe Industrial	Riachuelo	Estamparia de fios, tecidos e artigos têxteis
Sergitex	Estância	Fiação de fibras sintéticas
Serrana Têxtil	Itabaiana	Fiação de algodão
Têxtil Itatiba	Nossa Senhora do Socorro	Fiação de algodão
Tritex	Nossa Senhora do Socorro	Fiação de algodão



Fonte: Cadastro Industrial 2012.

Através de fonte oral com o economista da Codise (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe), Aldo Vasconcelos, a presença de fábricas têxteis no estado são um atrativo para as novas fábricas já que utilizam os produtos de suas congêneres. Pois, nem todas as fábricas são integradas, tendo muitas delas produção especializada seja em fiação, tecelagem ou acabamento.

É o caso da Altenburg, empresa catarinense instalada em Sergipe em 2009 que adquire os fios produzidos pelas fábricas têxteis locais. Marcada pela alta qualidade dos produtos, a empresa é a maior fabricante de travesseiros do Brasil. A unidade fabril da Altenburg em Sergipe é a única no Nordeste, aproveitando a posição favorável do estado para distribuir seus produtos no mercado regional⁵⁴.

Ainda segundo o economista, a posição geográfica do estado é mais um atrativo para as empresas que desejam facilitar a distribuição dos produtos no mercado regional. Por se tratar do menor estado da federação a BR-101 cortando-o de norte a sul e a BR-235 de leste a oeste

⁵⁴No mercado desde os anos 1920, a Altenburg possui fábricas em Santa Catarina (matriz), São Paulo, Sergipe e no Paraguai (ALTENBURG, 2018).

suprem o estado com boas rotas de distribuição, ligando o estado as demais capitais nordestinas e importantes centros urbanos do agreste e sertão (Itabaiana-SE, Paulo Afonso-BA, Juazeiro-BA e Petrolina-PE).

Os incentivos fiscais, geridos pela Codise, preveem a dedução de até 93% no ICMS e penalidades às empresas que reduzirem em mais de 50% os empregos. Empresa de economia mista do Governo de Sergipe, a Codise é responsável pela gestão dos incentivos fiscais e locacionais, papel semelhante ao desempenhado pela Sudene em âmbito regional. Porém, por se tratar de uma empresa estadual seus incentivos fiscais se concentram no ICMS.

Nos últimos anos Sergipe conta também com importantes investimentos no setor energético, indispensável à indústria. Está em construção a termoelétrica Porto de Sergipe I, projetada para ser a maior termoelétrica movida a gás natural da América Latina. Com operação prevista para 2020 tornará o estado no segundo maior gerador de energia do Nordeste. A usina será operada pela Celse (Centrais Elétricas de Sergipe), empresa privada criada por capital nacional e norueguês (ÉPOCA, 2018).

Mais eficiente e menos poluente, a termoelétrica que utiliza gás natural como fonte primária torna-se mais atrativa por ser capaz de reduzir o custo operacional e o produto final das indústrias. Em média, o gás natural pode ser até 4 vezes mais barato que a eletricidade para a indústria. Essa fonte de energia é bastante atrativa à indústria têxtil se considerarmos que o gás natural representa 25% da energia consumida pelo setor. Ao lado da eletricidade, somam 88% da energia consumida pelo setor (BRASIL, 2018).

Entre as vantagens do gás natural aplicado à indústria estão a redução do consumo, aumento da vida útil dos equipamentos e maior facilidade operacional e de instalação. No caso específico da indústria têxtil seu uso torna-se mais atrativo na seção de acabamento, onde ocorre a fase mais intensiva no uso de energia e requer processos térmicos como o aquecimento da água para acabamento dos tecidos e vapor para tingi-los. Já nas seções de fiação e tecelagem predomina a eletricidade no acionamento das máquinas (LIMA, 2007).

Além dessas vantagens, há o apelo da questão ambiental que se tornou uma prática no mercado e para se manterem competitivas o uso de uma fonte de energia menos poluente é vantajoso também nesse aspecto (LIMA, 2007).

Diversificando a matriz energética, Sergipe conta ainda com um parque eólico inaugurado em 2013 no município de Barra dos Coqueiros, o mesmo município onde está sendo construída a termoelétrica Porto de Sergipe I. O parque eólico é o primeiro do gênero no estado. Vale destacar que Alagoas é o único estado do Nordeste a não dispor de um parque eólico.

Ainda que os incentivos fiscais, a existência de um parque têxtil e a localização estratégica tenham exercido papel preponderante na atração de novas fábricas para o estado, há de considerar também a participação do mercado consumidor local como fator de influência. A Tabela 34 traz um comparativo entre as faixas de rendimento da população de Alagoas e Sergipe.

Tabela 34 - Valor do rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais por classes de rendimento mensal em 2015

Classes de rendimento	Alagoas		Sergipe	
	(mil pessoas)	(%)	(mil pessoas)	(%)
sem rendimento	977	34,3	574	29,9
até 1/2 salário mínimo	404	14,2	300	15,6
mais de 1/2 a 1 salário mínimo	783	27,5	476	24,7
mais de 1 a 2 salários mínimos	451	15,8	369	19,2
mais de 2 a 3 salários mínimos	81	2,8	81	4,2
mais de 3 a 5 salários mínimos	81	2,8	59	3,0
mais de 5 a 10 salários mínimos	46	1,6	39	2,0
mais de 10 salários mínimos	10	0,3	13	0,6

Fonte: IBGE-Pnad, 2015.

O tamanho populacional nem sempre é determinante para dimensionar um mercado consumidor, este caso se aplica aos estados em análise, onde Alagoas com uma população superior em mais de 1 milhão de habitantes em relação a Sergipe possui maior parcela da população sem rendimento. Além disso, Sergipe tendo comparativamente menor parcela da população na condição de sem rendimento, possui uma classe média mais numerosa, gerando um mercado consumidor com maior potencial em relação a Alagoas.

Outro fator a ser considerado é a inserção dos produtos das fábricas têxteis sergipanas no mercado alagoano, principalmente após o fechamento de suas últimas unidades fabris. Isso pôde ser constatado através de fonte oral com o Sr. Carlos, antigo morador do bairro de Fernão Velho, em Maceió-Alagoas, que trabalhou como técnico na Fábrica da Pedra em Delmiro Gouveia-AL e gerente da Fábrica Carmen no bairro onde reside há 42 anos.

Após sua saída da Fábrica Carmen passou a vender roupas e tecidos no bairro. Sua preferência era o tecido da Fábrica da Pedra, por ser de maior largura e qualidade. Mas, após o fechamento da fábrica em 2017 vem adquirindo tecidos no armazém da Fábrica Peixoto Gonçalves em Caruaru-PE.

Já mencionada nesta pesquisa, a Peixoto Gonçalves (Figura 13) é um modelo de fábrica centenária em solo sergipano e até hoje pertence à família que lhe dá nome, proprietária de importantes empreendimentos na cidade de Penedo-AL, a exemplo do hotel São Francisco.

Figura 13 – Fábrica Peixoto Gonçalves no município de Neópolis-SE com 113 anos de operação



Foto do autor

Atualmente a fábrica produz telas e flanelas, atendendo a área técnica e profissional. O número de funcionários não é preciso, mas, registra-se o emprego de 350 a 400 pessoas. Por estar mais distante dos principais centros urbanos do estado e não dispor de outras fontes primárias de energia, a Peixoto Gonçalves possui uma área de floresta renovável para utilização de madeira no aquecimento das caldeiras.

Esta é um exemplo de fábrica tradicional que consegue se manter no mercado seja por novas práticas administrativas e/ou constantes modernizações de maquinário. A vila operária construída no momento de sua instalação ainda é preservada pela fábrica, contendo uma igreja e o antigo prédio de cinema. Cerca de 900 moradores residem na vila e grande parte ainda são empregados da fábrica, outros moradores, ocupam-se em atividades artesanais ou serviços domésticos.

Outra empresa com inserção constatada na pesquisa é a Pérola Têxtil que possui uma fábrica em Sergipe com o nome de Norperola (observar Tabela 33, na página 151) e lojas próprias em Aracaju-SE, Maceió-AL e Salvador-BA. Sua unidade fabril é recente, fundada em 2007. Segundo a vendedora mais antiga da loja em Maceió, Rosineide Firmino, a empresa está presente na cidade há 9 anos, ocupando um ponto comercial de pequeno porte, porém, bem localizado, ver Figura 14.

Figura 14 – Fachada da loja Pérola Têxtil em Maceió-AL



Foto do autor

Ainda segundo a vendedora a loja conta com 7 funcionários e comercializa malhas mistas, malhas de algodão, além de diversos tecidos de malha. Destaca-se que a loja está na avenida Fernandes Lima, principal via de Maceió.

4.5 Tendências do setor têxtil

Nos últimos anos o Ceará vem buscando retomar a produção de algodão em larga escala e em moldes altamente tecnológicos, atraindo grandes produtores do Centro-Oeste e da Bahia. O intento tem por objetivo aumentar a produtividade da indústria têxtil regional e a difusão da renda no semiárido.

No momento, dois fatores tendem a favorecer a ampliação do cultivo algodoeiro no estado. O menor custo do plantio por hectare no estado em relação as principais zonas produtoras do país e, o alto valor do algodão no mercado, atingindo em 2018 a maior cotação da década. O aumento do preço do algodão nos últimos anos resultou em safra recorde nos anos 2016-2017, mostrando-se favorável a incorporação de novas áreas produtoras e aos planos do Ceará em se tornar novamente um grande produtor (ARAUJO, 2018; CEPEA 2019).

Com o Ceará tornando-se um grande produtor, poderá a indústria têxtil regional dispor do barateamento da matéria-prima, recuperando uma vantagem que foi perdida nos anos 1980.

Contudo, para que esta perspectiva continue favorável é necessário a recuperação do consumo de artigos têxteis no país, abalada nos últimos anos de crise econômica. A produção industrial têxtil ainda está distante do patamar de 2010, quando registrou um crescimento de 6,9%. Após sucessivos anos de saldo negativo, começou a registrar lenta recuperação de 0,7% em outubro de 2018 se comparada ao mesmo mês de 2017. A expectativa do setor está na desvalorização cambial, algo que irá facilitar a competitividade nos próximos meses (ABIT, 2018).

Observa-se que o lento crescimento da produção têxtil nacional em 2018 após anos seguidos de queda não justifica o recorde da safra brasileira de algodão, estando mais atrelado aos preços favoráveis do mercado mundial. Considerando que os preços internacionais oscilam periodicamente, a cotonicultura brasileira deverá contar com anos seguidos de crescimento da produção têxtil nacional para continuar em condições favoráveis.

O possível aumento da oferta de algodão no semiárido cearense beneficiaria inclusive as fábricas têxteis em Sergipe, reduzindo a distância das fontes da matéria-prima. Possuindo um parque têxtil completo e consolidado, o futuro se mostra promissor para o setor em Sergipe, aproveitando inclusive a brecha no mercado alagoano que lamentavelmente não possui no momento nenhum plano de retomada da indústria têxtil nem da cotonicultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais a pesquisa buscou mostrar a trajetória e dissensões da indústria têxtil nos estados de Alagoas e Sergipe, antecedida por uma síntese histórica da indústria a nível nacional e regional. Destacando a transição tecnológica entre os elementos da I e II Revolução Industrial paralela ao deslocamento do centro produtivo têxtil nacional do Nordeste para o Sudeste.

A consolidação da indústria têxtil nacional entre os anos 1920-30 após a realização das etapas substitutivas de importações continuará a ter destaque na economia industrial mesmo inaugurada a nova etapa da industrialização nacional com o setor de bens duráveis de consumo, quando os desdobramentos da Revolução de 1930 inicia a industrialização intencionada. Destacou-se ainda que este acontecimento histórico que marca a 3ª Dualidade veio acompanhado de mudanças políticas e institucionais que coloca a indústria na rota do planejamento.

Durante a quebra dos monopólios regionais nos anos 1950 com o avanço dos produtos têxteis do Sudeste fica evidente que as fábricas que se limitaram as características da I Revolução Industrial entram em declínio. O processo se deve não apenas ao menor investimento em relação ao Sudeste mas a permanência de hábitos tradicionais de administração nas fábricas têxteis nordestinas, deixando transparecer os traços de uma formação social resistente a inovações.

Majoritariamente, as modernizações no setor têxtil nordestino sempre foram executadas pela via externa, isto é, pelos comerciantes vinculados ao comércio exterior conforme explanado nos casos de Alagoas e Sergipe no século XIX. E mais tarde, pelo capital do Sudeste com a Sudene reservando atenção especial à indústria têxtil no I e II Plano Diretor na primeira metade dos anos 1960.

Diferente do plano original, a baixa adesão das fábricas locais ao programa de recuperação e modernização têxtil forçou a Sudene a modificar a legislação de modo a atrair capitais de outras regiões. Esses investimentos se concentraram nos segmentos de fiação e tecelagem de algodão, onde o estado do Ceará foi o mais beneficiado da região por este fluxo de capitais. Além da mão de obra relativamente mais barata, concorreram para isto, a política estadual de incentivos fiscais atrelada às da Sudene e a matéria prima abundante, sendo o estado o maior produtor regional de algodão até os anos 1980.

Esses investimentos erguendo novas unidades fabris cujo centro de comando é o Sudeste atuou na redução do obsoletismo da indústria têxtil regional, mensurado pelos estudos técnicos

da Sudene. O fortalecimento do polo têxtil cearense estimulou o surgimento do polo de confecções na Paraíba e agreste de Pernambuco.

Um novo fluxo de capital na indústria têxtil nordestina ocorre nos anos 1990 com a desregulamentação econômica nacional forçando o ajuste setorial as novas condições do mercado. Diferente do período precedente, os novos investimentos são acompanhados por um movimento de forte concentração entre as empresas do setor. Seguindo a tendência internacional do período, a concentração é mais intensa no segmento de fiação, isto é perceptível nas fábricas nos dias atuais ao se deparar com o maior nível de automação em relação a tecelagem.

Por outro lado, a nova desconcentração é semelhante àquela do período dos incentivos fiscais da Sudene ao se limitar as atividades intensivas em mão de obra, preservando mais uma vez a condição do Sudeste como centro tecnológico e informacional, atuando como centro de decisão no território nacional.

No caso de Alagoas e Sergipe a participação na modernização regional em ambos os períodos foi bastante discreta, resultando no declínio de seus parques têxteis. Inseridos entre Pernambuco e Bahia, maiores economias da região, o setor têxtil alagoano e sergipano historicamente esteve sob influência daqueles estados. Em Sergipe, com a participação de comerciantes vinculados as praças comerciais da Bahia, e em Alagoas, com a aquisição de fábricas têxteis por grupos pernambucanos já no período de crise setorial pós-1950.

De ponta a ponta o processo produtivo têxtil em Alagoas, isto é, tanto no campo como na indústria, ofereceu melhores condições de vida à população. Tendo papel decisivo no melhoramento da infraestrutura de exportação, surgimento de cidades e inserindo práticas capitalistas no campo, ainda que de forma limitada, o algodão ofereceu maiores possibilidades de ascensão social e através das múltiplas determinações buscou-se mostrar seu predomínio no agreste e sertão alagoano.

Já na esfera industrial, as repercussões das fábricas da I Revolução Industrial com elementos capitalistas numa formação social periférica de fortes traços feudais na cultura e relações de produção trouxe abalos na vida social e política de Alagoas. Repercussões que se limitaram até os anos 1950.

A baixa diversificação econômica de Alagoas fica evidente quando mesmo em decadência a indústria têxtil manteve grande relevância no emprego entre os anos 1980-90. A trajetória inovadora da Fábrica da Pedra a coloca num lugar sensivelmente diferenciado das demais fábricas têxteis do estado, sendo pioneira no uso da eletricidade e a única a utilizar a

fibra poliéster nos anos 1960. Não foi à toa que se tornou a fábrica têxtil mais longeva em Alagoas.

Sergipe, por sua vez, mesmo tendo uma estrutura socioeconômica semelhante à Alagoas, dispõe de uma economia mais diversificada. As aproximações entre ambos os estados na questão têxtil se encerram nos anos 2000. A presença de um parque têxtil já instalado e uma classe média mais numerosa são fatores de estímulo na atração de novas unidades fabris.

Vale destacar ainda, que os industriais têxteis conseguiram inserir seus representantes diretos na estrutura política do estado, fundamental na manutenção de seus interesses. Situação diferente de Alagoas, onde mesmo esta classe fazendo parte da oligarquia estadual, os representantes políticos sempre estiveram atrelados ao setor açucareiro.

O pico de importação de máquinas têxteis por Sergipe nas duas últimas décadas muito se aproxima dos ciclos juglarianos brasileiros, atrelado ao investimento setorial. Entretanto, as limitações de dados num período maior dificultam uma análise sistemática da questão.

O setor têxtil sergipano conta com fábricas cujo detentores são famílias tradicionais do estado de presença secular, a exemplo da família Franco e, fábricas vinculadas a grandes grupos do Sudeste. Ressalta-se, que no caso das fábricas de proprietários locais, trata-se de fábricas modernas, diferenciando-se das antigas fábricas tradicionais que sucumbiram durante a crise têxtil regional a partir dos anos 1950.

Atualmente as fábricas têxteis buscam se localizar em municípios que já dispõem de uma presença industrial, oferecendo o mínimo de infraestrutura, e que contam com um mercado consumidor significativo. As possibilidades de atender o mercado consumidor são ampliadas pela brecha de mercado em Alagoas com o desaparecimento de seu parque têxtil.

Conforme se buscou demonstrar, a inserção dos produtos têxteis sergipanos no mercado alagoano ocorre seja através da instalação de lojas de fábricas ou de pequenos comerciantes de confecções. De certo modo, Sergipe acabou se beneficiando com o fechamento das fábricas têxteis em Alagoas. Essa tendência favorável ao setor têxtil sergipano se manterá enquanto seu parque fabril mantiver o ritmo constante de inovação que o setor exige e enquanto não houver a retomada do parque têxtil em Alagoas.

A preservação do parque têxtil em Sergipe, mesmo com o fechamento de algumas unidades fabris nos sucessivos períodos de crise, foi fundamental na atração de novas fábricas nas últimas décadas. Uma vez que, através de seus encadeamentos, a presença de unidades fabris têxteis de diferentes segmentos tem fator decisivo na instalação de novas fábricas.

Sozinhos, os incentivos fiscais não são suficientes para atrair fábricas do setor, pois, tal prática de estímulo é semelhante nos diversos estados ao conceder isenções de ICMS, além de

incentivos locacionais. Não se considera a preservação do parque têxtil sergipano um caso fortuito e não se pode descartar a inserção da classe têxtil na estrutura política estadual como fator de grande relevância neste processo.

Apesar das reações para fazer frente a concorrência internacional, as últimas décadas impuseram grandes dificuldades à indústria têxtil nacional, com a abertura econômica permitindo a tomada do mercado nacional de tecidos sintéticos por produtos asiáticos e a ameaça ao mercado de tecidos de algodão. Basta lembrar que antes da crise econômica nacional nos anos 1980, tínhamos uma indústria nacional de máquinas têxteis em expansão e que poderia colocar atualmente o país como exportador de máquinas têxteis, agregando assim a nossa balança de pagamentos.

Para retomar a industrialização vigorosa e intencional, encerrada com a saída do Governo Militar da cena política, é fundamental reinstaurar o Estado planejador estimulando o investimento produtivo e combatendo a lógica financeira baseada no rentismo parasitário.

Em se tratando de Alagoas, o notável desinteresse pela retomada do parque têxtil é visto já pela ausência de políticas de expansão do cultivo do algodão, fator que poderia agregar à vantagem locacional do estado. As maiores possibilidades de industrialização no estado estão entre os comerciantes do Agreste, oriundos da pequena produção, que tem se especializado no comércio atacadista de alimentos e fundado empresas que se projetam para os estados vizinhos. Faltam-lhes maior espaço no quadro político estadual, algo que possibilitaria a divisão de interesses com a oligarquia canavieira.

A pesquisa trouxe uma pequena contribuição para compreender a trajetória têxtil e os entraves ao desenvolvimento do parque têxtil no século XXI em Alagoas, ao traçar um paralelo com o estado de Sergipe. Somando-se assim ao pequeno acervo de obras e trabalhos acadêmicos que tratam da indústria têxtil em Alagoas, evidenciando a necessidade de mais estudos. Estudos estes que tratem agora das alternativas à reindustrialização têxtil no estado, setor que até hoje está entre os maiores empregadores da indústria de transformação. Serve também como ponto de partida no estudo de setores correlatos, a exemplo do setor de confecções, igualmente pouco estudado no estado.

REFERÊNCIAS

- ABIT. **Setor têxtil**: empresários esperam leve recuperação após eleições. Abit: 2018. Disponível em: < <http://www.abit.org.br/noticias/setor-textil-empresarios-esperam-leve-recuperacao-apos-eleicoes#>>.
- ABRAFAS. **Estatística 2017**: fibras manufaturadas. 2017. Disponível em: <<http://www.abrafas.org.br/site/vitrine-noticias/index/materia/estatisticas-/c/b6e>>.
- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 6. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- ACM. **Jaraguá-porto, espaço urbano e gente**. Maceió: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/beneditora/poem-as>>.
- ACM. **O algodão no Brasil**. Maceió: [s.n.], 2013.
- ADESG. **A economia alagoana**. Maceió: ADESG, nº 4, 1989.
- ALAGOAS. **Alagoas: o grande avanço**. Rio de Janeiro: Guavira, 197?.
- ALBUQUERQUE, R. C.; CAVALCANTI, C. V. **Desenvolvimento regional no Brasil**. 2. ed. Brasília: Ipea, 1978.
- ALMEIDA, L. S. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. 2. ed. v. 2. Maceió: Edufal, 2013. (Coleção Crônicas Alagoanas).
- ALMEIDA, R. **Nordeste**: desenvolvimento social e industrialização. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Brasília: CNPq, 1985.
- ALVES, Sérgio. Empreendedorismo pioneiro e inovação organizacional no limiar do século XX: uma análise do legado de Delmiro Gouveia. In: DIÓGENES, E.; ALVES, S.; SILVA, D. R. B. **Delmiro Gouveia entre o mito e a realidade**: seus empreendimentos e sua contextualidade no tempo e no espaço. 1. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDERSON, P. **Câmaras Setoriais**: histórico e acordos firmados – 1991/95. Texto para discussão, n. 667. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- ARAGÃO, E. F. (Coord.). **O fiar e o tecer**: 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: Sinditêxtil/FIEC, 2002.
- ARAUJO, A. E. et al. **Cultura do algodão no cerrado**. 2. ed. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2017.
- ARAUJO, T. B. O Nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas. In: Inserção na economia global: uma reapreciação, **Konrad-Adenauer-Stiftung Centro de Estudos**, São Paulo, n. 8, 1997.
- ARAUJO, W. MT: preço do algodão é o maior em 7 anos, diz Ipea. **Canal Rural**, Algodão, 20 de março de 2018. Disponível em: < <https://canalrural.uol.com.br/noticias/preco-algodao-maior-anos-diz-imea-73072/>>.

AZEVEDO, Sérgio Luiz M. de. Geografia histórica no contexto tradicional das primeiras iniciativas industriais da região de Paulo Afonso-BA. **Rios Eletrônica**. Paulo Afonso, n. 5, p. 109-114, dez. 2011.

BANDEIRA, L. A. M. **O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BARROS, F. R. A. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. Brasília: Senado Federal, v. 1, 2005.

BARROS, J. R. M. A experiência regional de planejamento. In: _____. **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BARROS, M. T. (Coord.). **Evolução do porto de Maceió**. Maceió: [s.n.], 1974.

BARROS, T. A. **O processo de mudança de capital (Alagoas-Maceió) uma abordagem histórica – 1819 – 1859**. 1. ed. Maceió: Departamento de História/CHLA/UFAL/Imprensa Universitária, 1991.

BASTOS, P. Ato reivindica abertura de fábrica. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidades, A-16, 31 de janeiro de 2017.

BEZERRA, Francisco D. Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste. **Informe Macroeconomia, Indústria e Serviços**, Fortaleza, ano VIII, n. 2, 2014.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRADESCO. **Têxtil e confecções**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, 2017.

BRANCO, J. Agricultor nordestino vive como o “Ferreira da Lenda”. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano 54, ed. 272, 3 dez. 1965.

BRANDÃO, A. **Viçosa de Alagoas: o município e a cidade**. São Paulo: Plátano, 2005.

BRANDÃO, M. **História de Alagoas seguido de O Baixo São Francisco: o rio e o vale**. Maceió: Edufal, 2015.

BRASIL. **Balanço Energético Nacional 2018: ano base 2017**. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, 2018.

BRITO, C. C. T. **A Petrobras e a gestão do território baiano**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2008.

CABRAL, L. A. P. **Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000**. Maceió: Edufal, Seplan, 2005.

CAMPOS, D. O pensamento econômico, social e político de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 93-101.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da Sumoc.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 39, n. 3, 2009.

CARVALHO, C. P. Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: O Caso do setor Sucro-Alcooleiro de Alagoas 1990/2001. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, nº especial, 2001.

_____. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas.** 5 ed. Maceió: Edufal, 2012.

_____. **Formação histórica de Alagoas.** 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CASTRO, A. B. **7 ensaios sobre a economia brasileira.** 3. ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

CASTRO, C. G. **Relações de poder no complexo fabril têxtil de Rio Largo:** identificando inter-relações socioespaciais. Maceió: UFAL, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2015.

CASTRO, M. H. M. Nosso mestre Ignácio Rangel. In: BENJAMIN, C. (Org.). **Obras reunidas.** vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 15-36.

CAVALCANTI, A. (Org.). **Superando a estagnação.** Maceió: Edufal, 2006.

CEBRAE. **Diagnóstico da indústria têxtil de Sergipe:** beneficiamento, fiação, tecelagem e acabamento. Aracaju: Cebrae/Sudene, 1979.

CEPAL. **A indústria têxtil no Brasil:** pesquisa sobre as condições de operação nos ramos de fiação e tecelagem. Vol. 2. Santiago: Cepal-ONU, 1962.

CETEX. **Indústria têxtil algodoeira.** Rio de Janeiro: CETEX, 1946.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos - parte 1. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 179, p. 139-145, 1964a.

_____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos - parte 2. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 180, p. 267-276, 1964b.

CLEMENTINO, M. L. M. **A evolução da indústria têxtil no contexto do imperialismo americano.** Anais... XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá.

COLOMBO, L. A. **A Sudene no sistema federativo brasileiro:** a ascensão e queda de uma instituição. 1. ed. Recife: Sudene, 2015.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira: grãos. **Observatório Agrícola.** Brasília, n. 8, p. 1-91, mai. 2014.

_____. Acompanhamento da safra brasileira de grãos. **Observatório Agrícola.** Brasília, v. 4, n. 3, 2016.

CONJUNTURA ECONÔMICA. A Sudene ou a revolução econômica do Nordeste. Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, 1968.

CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, ano 27, n. 2, p. 233-258, abr.-jun. 1965.

_____. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Terra Livre**. São Paulo, n. 10, 1994.

COSTA, Ana C. R.; ROCHA, Érico R. P. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, 2009.

COSTA, A. D.; SILVA, G. P. **A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905-1955)**: os passos da construção de uma filial de um grupo econômico. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória, 2015.

COSTA, C. **Alagoas em 1931**. Maceió, 1931.

COSTA, C. **História das Alagoas**: resumo didático. Maceió: Sergasa, 1983.

COSTA, C.; CABRAL, T. **Indicador geral do estado de Alagoas**. Edição fac-símile. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

DIAS, M. M. Entre o mar e o mangue. In: **Revista Graciliano**. Maceió, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, ano 8, nº 25, p. 6-20, 2015.

DIÉGUES JÚNIOR, M. Bases econômicas e sociais na formação das Alagoas. **Revista Brasileira dos Municípios**, IBGE. Rio de Janeiro, ano 7, nº 28, 1954.

DINIZ, F. A. **Ensaio sobre a formação econômica e sócio espacial maranhense e seu atual desenvolvimento**. In: BASTOS, J. M.; MACHADO, E. M. (Orgs.). Formação sócio-espacial: o que é isto?. Cadernos Geográficos, Florianópolis, n. 34, 2015.

DOBB, M. H. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DÓRIA, C. A. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, J. Q. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. vol. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 245-297.

EPIFÂNIO, C. **Projeto do Pólo Integrado do Algodão é discutido e será apresentado ao governador**. 2008. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2008/projeto-de-polo-integrado-de-algodao-e-discutido-e-sera-apresentado-ao-governador/?searchterm=Algod%C3%A3o>>.

ÉPOCA. No Sergipe, Celse recebe três turbinas da GE. **Revista Época**, 20 de junho de 2018.

FARIAS, I. S.; TAVARES, M. G. Entre o moderno e o arcaico: capitalismo e dominação na indústria têxtil de Fernão Velho (Maceió-AL). In: I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015, Marília. **Anais...** Marília: Unesp, 2015. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/iseminariointernacionalpos-graduacaoemcienciasociais/3.-ivo-dos-santos-farias-e-marcelo-goes-tavares.pdf>>.

FERNANDES, R. L.; CARIO, S. A. F. Da roda d'água a nanotecnologia: a trajetória da evolução tecnológica do setor têxtil. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABPHE, 2011.

FERRARI, O. F. A organização espacial do agreste e do sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos. **Cadernos de Geociências**, IBGE. Rio de Janeiro, nº especial, 1990.

FIEA. **Guia da indústria**: Alagoas. Maceió: FIEA, 2003. CD-ROM.

_____. **Guia da indústria**: Alagoas. Maceió: FIEA, 2013. CD-ROM.

_____. **Trajетória da indústria em Alagoas: 1850/2017**. 1. ed. Maceió: FIEA, 2018.

FRANÇA, J. N. **A semifeudalidade em Alagoas**. Coletivo Bandeira Vermelha, 2013. Disponível em: <<https://coletivobandeiravermelha.wordpress.com/2013/03/28/a-semifeudalidade-em-alagoas/>>.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 7. ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: Record, 1985.

FURTADO, C. Economia de transição para um sistema industrial do século XX. In: _____. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, A. C. Santista Têxtil encerra atividades em Sergipe. **Estadão**, São Paulo, 7 de janeiro de 2008.

GEORGE, P. **Geografia industrial do mundo**. São Paulo: Difel, 1979.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, 1967.

GUIMARÃES, M. **Entre açúcares e algodões**: embates econômicos e a modernização de Alagoas em meados do século XIX-XX. Maceió: Benedito Ramos Amorim Editor, 2014.

HAGUENAUER, L. et al. **Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90**. Brasília: Ipea, 2001.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. 1. ed. 1973.

HEREDIA, B. M. A. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. 1. ed. São Paulo: Marco Zero / Brasília: MCT-CNPq, 1988.

HOBBSBAWN, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 5, 1939-1940.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1941-1945**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IBGE. **Censo Industrial de 1960**. v. 3. t. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Anuário estatístico do Brasil-1965**. v. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 1965a.

_____. **Atlas censitário industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965b.

_____. **Censo Industrial de 1970**. v. 4. t. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Anuário estatístico do Brasil-1975**. v. 36. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo Industrial de 1980**. v. 3. n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Rendimento de todas as fontes 2017**: Pnad Contínua. Rio de Janeiro: IBGE-Diretoria de Pesquisas, 2018.

IMF. **Inequality in Brazil**: a regional perspective. International Monetary Fund, 2017.

JORNAL DE ALAGOAS. Em 12 anos Alagoas dobrou o número de municípios. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano 54, ed. 143, 29 jun. 1962.

KLEINÜBING, C. **Bicudo-do-algodoeiro**: saiba tudo sobre o inseto e as melhores formas de controle da praga. São Paulo: Canal Rural, 2015. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/guias-e-servicos/bicudo-do-algodoeiro-saiba-tudo-sobre-inseto-melhores-formas-controle-praga-9446>>.

LACERDA, R. O ciclo desenvolvimentista em Sergipe: 1970-2000. **Economia política do desenvolvimento**, Edufal. Maceió, v. 5, n. 15, 2012.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. (Brasiliana, vol. 335).

LIMA, A. A. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas: Unicamp, 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LIMA JÚNIOR, F. **Delmiro Gouveia**: o Mauá do sertão alagoano. 2. ed. Maceió: Federação do Comércio do Estado de Alagoas, 1983.

_____. **Maceió de outrora**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014.

LIMA, I. F. **Estudos geográficos do semiárido alagoano**: bacias dos rios Traipu, Ipanema, Capiá e adjacentes. 1. ed. Maceió: Sergasa, 1992a.

_____. **Ocupação espacial do estado de Alagoas**. 1. ed. Maceió: Sergasa, 1992b.

LIMA, Jordana M. D. P. et. al. **História da indústria têxtil no Brasil**: Fernão Velho Maceió/AL um estudo de caso. Maceió: UFAL, 2010. TCC (Graduação em Geografia), Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, 2010.

LIMA, Mariana S. O. **O gás natural como alternativa energética para a indústria têxtil**: vantagem competitiva ou estratégia de sobrevivência?. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2007, 151 p.

LINDOSO, D. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005.

LIRA, F. J. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

LOUREIRO, F. P. **Nos fios de uma trama esquecida**: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2006, 296 p.

LUEDEMANN, M. S. Organização do espaço econômico e classes hegemônicas em Alagoas. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENG, 2012.

- LUPATINI, M. P. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial**. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004, 152 p.
- MACEIÓ. **Plano de Desenvolvimento de Maceió**. Maceió: Complan, 1981.
- MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 27, n. 3, 1965.
- _____. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 83-101, 1976.
- _____. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, p. 129-137, 1998.
- _____. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 2, p. 1-37, 2000.
- _____. A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 6, p. 1-46, 2003.
- _____. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. In: **Anais de Geografia Econômica e Social**. UFSC: Florianópolis, 2009.
- MARROQUIM, Adalberto. **Terra das Alagoas**. 1. ed. Roma: Miglione e Strini, 1922.
- MELO, A. S. **Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)**. Recife: UFPE, 2012. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- _____. Trabalhadores, comunistas e a política em Alagoas (1960-1964). In: MACEDO, M. R. (Org.). **As repúblicas em Alagoas: pesquisas em história social e política**. Maceió: Edufal, 2017.
- MELO, R. O. L. et. al. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 40, n. 2, p. 331-343, abr.-jun. 2009.
- MEMÓRIA da vida e do trabalho. Produção de Celso Brandão. Maceió: Estrela do Norte, 1984, 20 min.
- MENEZES, M. J.; ARAÚJO, L. **Maceió história e costumes: trapiches, alvarengas e barcaças**. Maceió: Fundação Teatro Deodoro, 198-.
- MINDLIN, B. Introdução: o conceito de planejamento. In: _____(org.). **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MONTEIRO FILHA, D. C.; CORRÊA, A. R. **O complexo têxtil**. In: SÃO PAULO, E. M.; KALACHE FILHO, J. (Orgs.). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- MUNIZ, A. M. V. **O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 36, n. 3, 2016.

NASCIMENTO, E. F. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. 2. ed. Maceió: Viva Editora, 2014.

NOGUEIRA, L. A. Juros mais que indigestos. **Istoé Dinheiro**, São Paulo, ano 20, n. 1060, 14 de março de 2018.

O COMENDADOR do povo. Produção de Pedro da Rocha. Maceió: Boca da Noite, 2013, 51 min.

OLIVEIRA, D. M., CAVALCANTI, G. A. Abertura comercial brasileira e indústria têxtil: o desempenho nacional e nordestino nos anos 90. In: TARGINO, I.; LEITE FILHO, P. A. M. (Orgs.). **Nordeste: aspectos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho**. João Pessoa: Editora universitária, 2001.

OLIVEIRA, L. E. G. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 38, n. 4, 1976.

PAIM, G. Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 57-68.

PASSOS SUBRINHO, J. P. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Campinas: Unicamp, 1983. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1983.

_____. A indústria têxtil em Sergipe: gênese, crescimento e limites de uma indústria periférica. In: SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. **Economia regional e outros ensaios**. 1. ed. Aracaju: Editora UFS, 2001.

PAIVA FILHO, A. **Rio Largo: cidade operária**. 1. ed. Maceió: SENAI, 2013.

PEDROSA, J. F. M. **Histórias do velho Jaraguá**. Maceió: Talento, 1998.

PIMENTEL, T. **Santa Cruz é sinônimo de polo têxtil**. Diário de Pernambuco, 2017. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/economia/2017/01/14/interna_economia,161460/santa-cruz-e-sinonimo-de-polo-textil.shtml>.

PNUD. **Radar IDHM: análise de resultados para Brasil, UFs e RMs-2011 a 2014**. PNUD, 2016.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RAMOS, B. **Uma associação de algodoeiros**. 1. ed. Maceió: Benedito Ramos Amorim Editor, 2013.

RAMOS, G. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RANGEL, I. M. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista BNDE**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1968.

- _____. A história da dualidade brasileira. **Revista de economia política**, vol. 1, n. 4, 1981.
- _____. **Economia: milagre e anti-milagre**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. Apostasias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1991. Caderno B-2.
- _____. **Dualidade básica da economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Bienal, 1999.
- _____. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: BENJAMIN, C. (Org.). **Obras reunidas**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a, p. 129-202.
- _____. A dinâmica da dualidade brasileira. In: BENJAMIN, C. (Org.). **Obras reunidas**. vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b, p. 552-567.
- _____. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: BENJAMIN, C. (Org.). **Obras reunidas**. vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005c, p. 255-408.
- _____. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaio FEE**, vol. 3, p. 31-42, 1983.
- RAULINO, I. **Abertura comercial, crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do médio vale do Itajaí: mitos e verdades**. Cadernos Geográficos, Florianópolis, n. 31, 2014.
- RIBEIRO, U. P. **Política industrial e desenvolvimento regional: o caso de Sergipe no período 1995 a 2002**. São Cristóvão: UFS, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2005.
- ROMÃO, F. L. **Na trama da história: o movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935**. 1. ed. Aracaju, 2000. 191 p.
- SALDANHA, A. (Org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.
- SANT'ANA, M. M. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia: 1917 – 1994**. 1. ed. Recife: CHESF, 1996.
- _____. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Edição fac-símile. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal. 2011.
- SANTOS, C. F. A modernidade chega de trem: o progresso como discurso para o advento dos caminhos de ferro no Estado de Sergipe. In: II Seminário Regional Norte-Nordeste de Pós-Graduação em Geografia – SERNNE, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012.
- SANTOS, D. W. S.; LEANDRO, H. W. S. “Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Reconversões sociais e esferas de atuação. **Scientia Plena**. São Cristóvão, v. 6, n. 12, p. 1-18, 2010.
- SANTOS, H. F. **Industrialização e o desenvolvimento econômico do município de Estância (SE): 2002 a 2012**. São Cristóvão: UFS, 2015. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEPLAG-SE. **Produto Interno Bruto dos municípios de Sergipe:** 2015. Aracaju, 2017. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/images/PIB_Municipal/PIB_2013_dos_munic%C3%ADpios_final_21.12.2015.pdf>.

SILVA, B. B. G.; CORRÊA, D. S. Delmiro Gouveia: um empresário schumpeteriano e seu legado na organização espacial do Sertão Alagoano. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, 2017.

SILVA, D. R. B. **A construção da estrada de ferro Paulo Afonso: fotografia e história.** 1. ed. Maceió: IHGAL, 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820.** Brasília: Senado Federal, 2005.

SINGER, Paul I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850-1950.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SUDENE. **Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste I 1961-1963.** 2. ed. Recife: Sudene, 1966a.

_____. **Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste II 1963-1965.** 2. ed. Recife: Sudene, 1966b.

_____. **Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste III 1966-1968.** 2. ed. Recife: Sudene, 1966c.

_____. **Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste IV 1969-1973.** 1. ed. Recife: Sudene, 1968.

_____. **Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste do Brasil.** Recife: Sudene DI, 1971.

_____. **Oportunidades de investimentos no Nordeste: indústria têxtil.** Fortaleza: Sudene / Banco do Nordeste, 1976.

_____. **Projetos enquadrados no Finor, situação até maio de 1979.** São Paulo: Sudene, 1979.

_____. **Relatório de pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste 1988.** Recife: Sudene, 1992.

_____. **Finor relação dos projetos em implantação e concluídos do setor têxtil e dados estatísticos setoriais (posição até 28 de abril de 1999).** Recife: Sudene, 1999.

_____. **Nova delimitação do semiárido.** Recife: Sudene, 2018. Disponível em: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf>.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** Nova edição. São Paulo: Editora Hucitec/Unicamp, 2000.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TRAMA da memória: urdidura do tempo. Produção de Pedro da Rocha. Maceió: Boca da Noite, 2011, 30 min.

TENÓRIO, D. A. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

_____. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.

_____. **Metamorfose das oligarquias**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

TENÓRIO, D. A.; LESSA, G. L. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2013.

TEXEIRA, L. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. **Saeculum-Revista de História**, João Pessoa, n. 34, 2016.

VASCO, C. **A indústria do algodão no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1905.

VASCONCELOS JÚNIOR, N. A. **Organização espacial da bacia leiteira no semiárido de Alagoas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

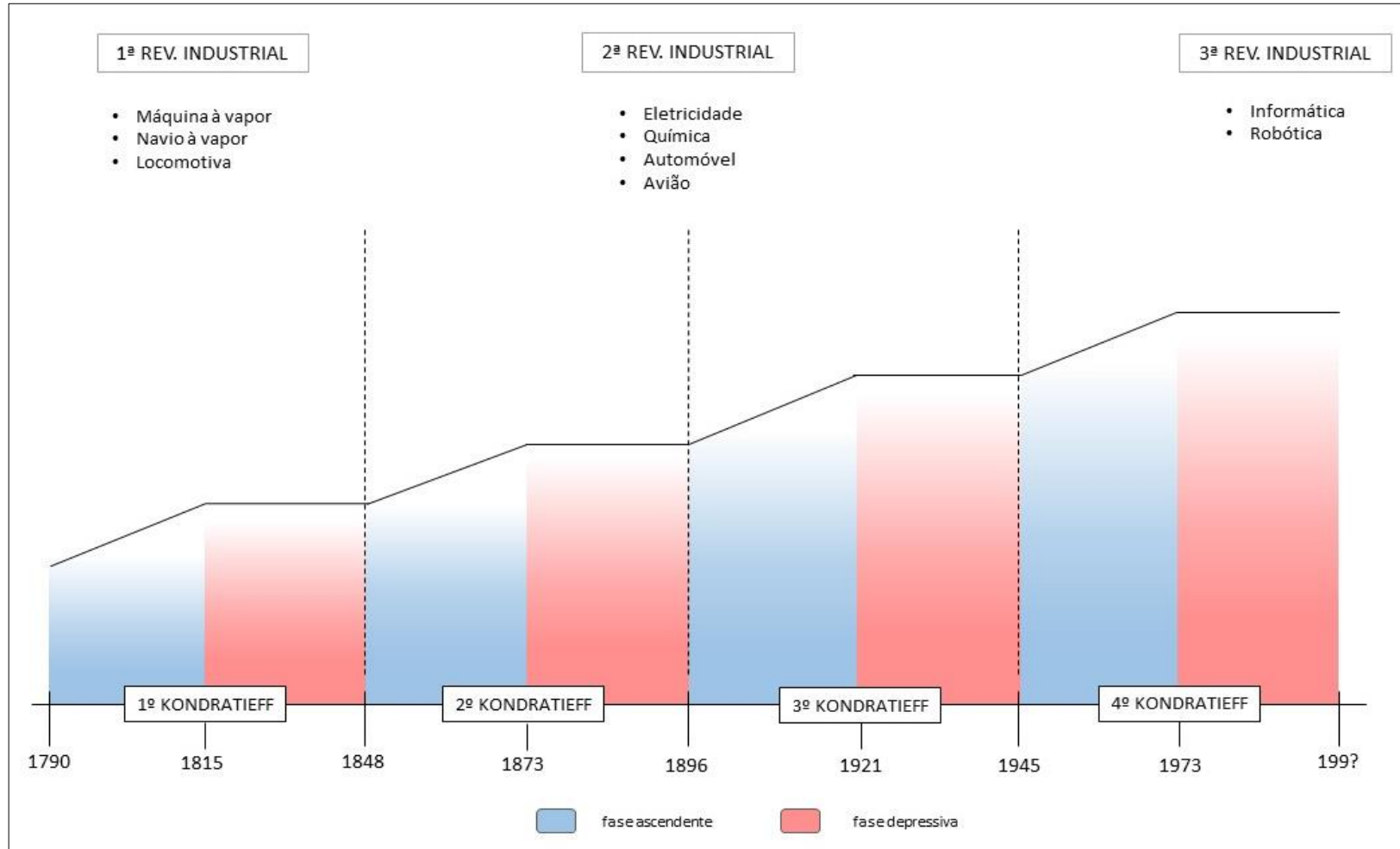
VIANA, F. L. E. **A indústria têxtil e de confecções no nordeste: características, desafios e oportunidades**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. (Série documentos do Etene, 6).

VIEIRA, F. L. R. Estado e questão regional: por uma economia política da região. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 14, 2006.

VILLAÇA, F. Os centros principais. In: _____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE

Figura 2 – Cronologia dos ciclos de Kondratieff



Elaborado pelo autor baseado em Mamigonian (1987).

Tabela 9 – Fábricas recenseadas, mão-de-obra e principais dados econômicos por estado (1905 e 1945)^(a)

	Fábricas		Capital e reservas		Operários		Equipamentos (fusos e teares)		Produção anual de tecidos (m)	
	1905	1945	1905 ^(b)	1945 ^(c)	1905	1945	1905	1945	1905	1945
Alagoas	5	10	4.626:586\$934	102.499.148	1.845	11.114	2.381	114.523	500.000	42.765.883
Bahia	11	5	11.240:437\$141	88.791.490	3.920	5.460	71.598	103.013	29.000.000	31.735.627
Ceará	4	6	1.900:000\$000	27.089.584	674	3.335	16.267	38.691	3.660.000	11.884.194
Espírito Santo	-	1	-	3.929.728	-	384	-	4.147	-	2.421.751
Maranhão	10	8	9.850:068\$315	27.895.692	3.630	3.871	94.749	82.953	1.559.308	17.454.089
Minas Gerais	30	51	11.965:519\$403	510.940.942	3.098	26.212	48.177	360.475	17.227.757	178.094.000
Pará	-	1	-	6.903.699	-	272	-	8.085	-	1.938.987
Paraíba	1	4	1.508:386\$000	22.626.663	513	11.164	8.956	60.988	2.910.000	7.803.811
Paraná	-	1	-	640.000	-	26	-	30	-	100.527
Pernambuco	5	14	11.609:045\$050	386.274.905	2.890	29.861	46.002	213.559	22.325.561	137.044.450
Piauí	-	1	-	772.162	-	310	-	4.878	-	1.067.973
Rio de Janeiro	18	43	79.144:900\$144	1.130.317.206	14.240	44.103	335.496	871.861	120.199.968	212.113.862
Rio Grande do Norte	1	2	700:000\$000	1.915.556	300	78	3.908	704	1.604.000	-
Rio Grande do Sul	2	6	5.800:000\$000	70.661.180	980	1.020	11.484	24.779	2.000.000	3.689.880
Santa Catarina	-	19	-	125.893.112	-	6.468	-	42.863	-	10.670.943
São Paulo	18	203	23.678:290\$470	2.370.772.094	6.269	82.306	114.903	1.132.099	36.646.000	370.393.242
Sergipe	2	12	3.016:319\$141	63.785.965	800	8.880	9.527	105.157	4.454.587	44.313.694
TOTAL	107	387	165.039:552\$598	4.941.709.126	39.159	234.864	763.448	3.168.805	242.087.181	1.073.492.913

Fonte: Vasco, 1905; Cetex, 1946.

(a) Os dados representam apenas as fábricas recenseadas, e não a totalidade das fábricas nos respectivos estados.

(b) Em mil réis.

(c) Em cruzeiros.

Tabela 20 – Projetos têxteis enquadrados no Finor até 1979 por estado

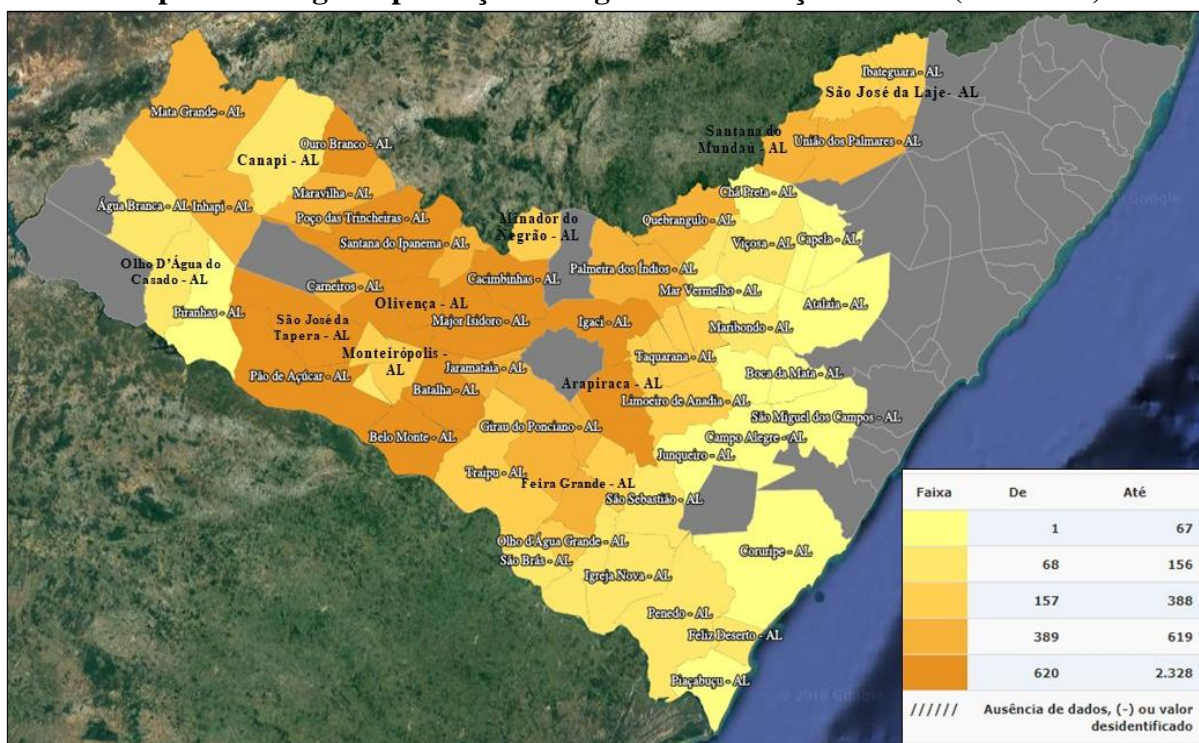
Nº	Relação empresas / estados	Aprovação do projeto	Linha de produção
Alagoas			
1	Cia. Agro-Fabril Mercantil	1966	Tecidos de tergal e confecções em geral
Bahia			
1	Banylsa tecelagem do Brasil S/A	1967	Fios texturizados e torcidos de nylon e poliéster
2	Nordeste industrial S/A - Nordisa	1963	Tecidos de algodão
3	Revestimento da Bahia S/A - Rebosa	1972	Revestimento sintético para pisos, paredes e tetos
4	Safron-Teijin S/A	1967	Fibras curtas de poliéster e filamentos
Ceará			
1	Chenille do Nordeste S/A - Chenosa	1967	Fios de algodão cardado
2	Cia. Ceará Têxtil	1967	Popelinita e mescla
3	Cia. de fiação e tecidos Ernesto Deocleciano	1963	Fios e tecidos de algodão
4	Cirúrgicos do Nordeste S/A - Cinord	1968	Algodão hidrófilo
5	Fábrica de tecidos Maranguape S/A	1978	Fios e tecidos de algodão
6	Fiação Jangadeiro S/A	1973	Fios de algodão
7	Fiação Nordeste do Brasil S/A - Finobrasa	1969	Fios, tecidos de malha, lençóis e fronhas de algodão/poliéster
8	Fios Nordestinos S/A - Finesa	1977	Fios cardados e resíduos
9	Indústria de chenille e tapetes S/A - Induchenille	1968	Tapetes e colchas
10	Indústria Tapetlene S/A	1974	Tapetes de polipropileno e similares
11	Linhas Seridó S/A	1969	Linhas para coser
12	Organização têxtil Bezerra de Menezes S/A	1976	Fios cardados e penteados
13	Passamanaria do Nordeste S/A	1971	Fitas elásticas e cordões
14	Textilunião Franco Brasileira S/A	1976	Fios de algodão e tecidos crus
15	Thomáz Pompeu de Souza Brasil S/A - Fiação e Tecelagem	1967	Fios e tecidos
16	União Industrial Têxtil S/A - Unitêxtil	1968	Fios e tecidos de algodão

17	Vicunha Nordeste S/A Indústria Têxtil Maranhão	1978	Fios e tecidos de algodão
-	- Paraíba	-	-
1	Cia. têxtil industrial Citex	1975	Fios de algodão cardado e resíduos
2	Cotonifício campinense S/A	1968	Sacos de algodão
3	Polynor S/A indústria e comércio de fibras sintéticas	1969	Fibras de poliéster
4	Tecidos cirúrgicos do Nordeste S/A - Tecinorte	1968	Gaze, artefatos de gaze hidrófila e resíduos
5	Toalia S/A Indústria Têxtil Pernambuco	1969	Toalhas, tecidos e resíduos
1	Araripe Têxtil S/A - Artesa	1973	Fios de algodão, sacos e retalhos
2	Cia. fábrica Yolanda S/A	1966	Tecidos, sacarias, fios, barbante, sacos de polietileno, entre outros
3	Cia. industrial pernambucana - Fábrica Camaragibe	1965	Tecidos: tergal, retalhos e acabamentos de tecidos
4	Cotonifício capibaribe S/A	1965	Tecidos, lençóis e fronhas
5	Cotonifício José Rufino S/A	1964	Fios, tecidos e sacos de algodão
6	Fiação de Caruaru S/A - Ficasa	1978	Fios cardados e penteados
7	Fiação e tecelagem São José S/A	1978	Tecidos de algodão cru
8	Indústria pernambucana de meias S/A	1973	Meias
9	Lipasa do Nordeste S/A Indústria e Comércio	1967	Linhas para coser
10	Malharia industrial do Nordeste S/A	1975	Tecidos de malha de algodão
11	Norfil S/A - malharia do Nordeste	1968	Meias, fio texturizado p/ malhas e linhas de coser
12	Rhodia Nordeste S/A - Indústrias Têxteis e Químicas	1967	Fibras, filmes e fios sintéticos
13	Santista indústria têxtil do Nordeste	1968	Tecidos mistos e fios de algodão
14	Tecanor S/A têxtil catarinense do Nordeste	1968	Fios cordados e penteados, malhas resíduos e estopas
15	Tecelagem de etiquetas Guerry S/A	1969	Etiquetas tecidos
16	Tecelagem Parahyba do Nordeste S/A	1965	Cobertores

17	União nordestina de fiação S/A - Unifisa	1975	Fiação de algodão cardado
	Piauí		
1	Indústria têxtil mafrense S/A	1976	Tecidos semi-acabados, fios cardados e penteados
2	Indústrias Coelho S/A	1973	Fios e tecidos de algodão
	Rio Grande do Norte		
1	Cia. brasileira de sisal	1978	Fios e tecidos
2	Fiação de algodão mocó S/A - Famosa	1975	Fios de algodão cardados e penteados
3	Fiação do Nordeste S/A - Finosa	1976	Fios de algodão
4	Fiação e tecelagem mossoró S/A - Fitema	1965	Fios, tecidos e sacos
5	Indústria têxtil seridó S/A	1973	Fios e tecidos
6	S/A Fiação Borborema	1965	Fios de algodão penteados e crú
7	Sperb Nordeste S/A - Indústria Têxtil	1974	Fios mistos de algodão e poliéster
8	Textita - Cia. têxtil tangará	1974	Fios crús
	Sergipe		
1	Consórcio têxtil de acabamento S/A	1974	Alvejamento ótico: tratamento diversos de tecidos de algodão
2	Grupo unido de fiação S/A - Gufi	1978	Fios e resíduos
3	Ribeiro Chaves S/A - Indústrias	1963	Fraldas, tecidos de bramante, fios entre outros
4	Sergipe Industrial S/A	1969	Lençóis, fronhas e sacos de algodão
5	Têxtil Gabriel Calfat do Nordeste S/A	1977	Jeans tecido, calça jaqueta e jardineira

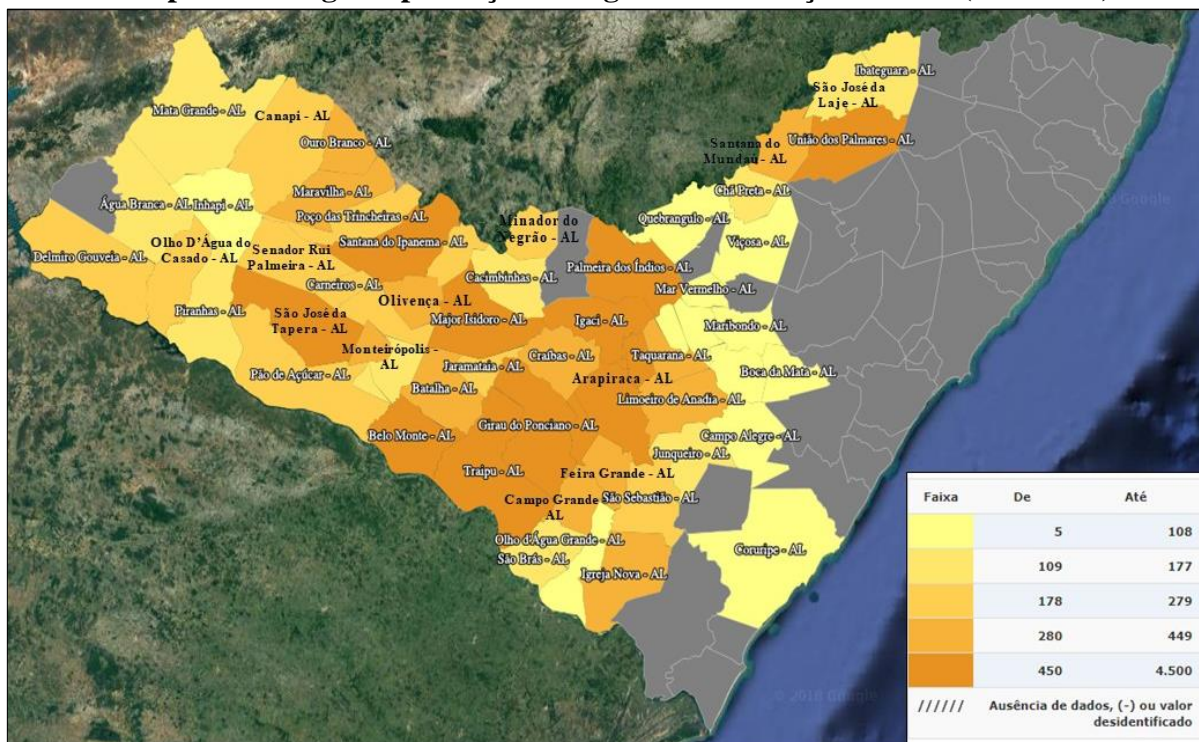
Fonte: Sudene, 1979.

Mapa 10 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 1975 (toneladas)



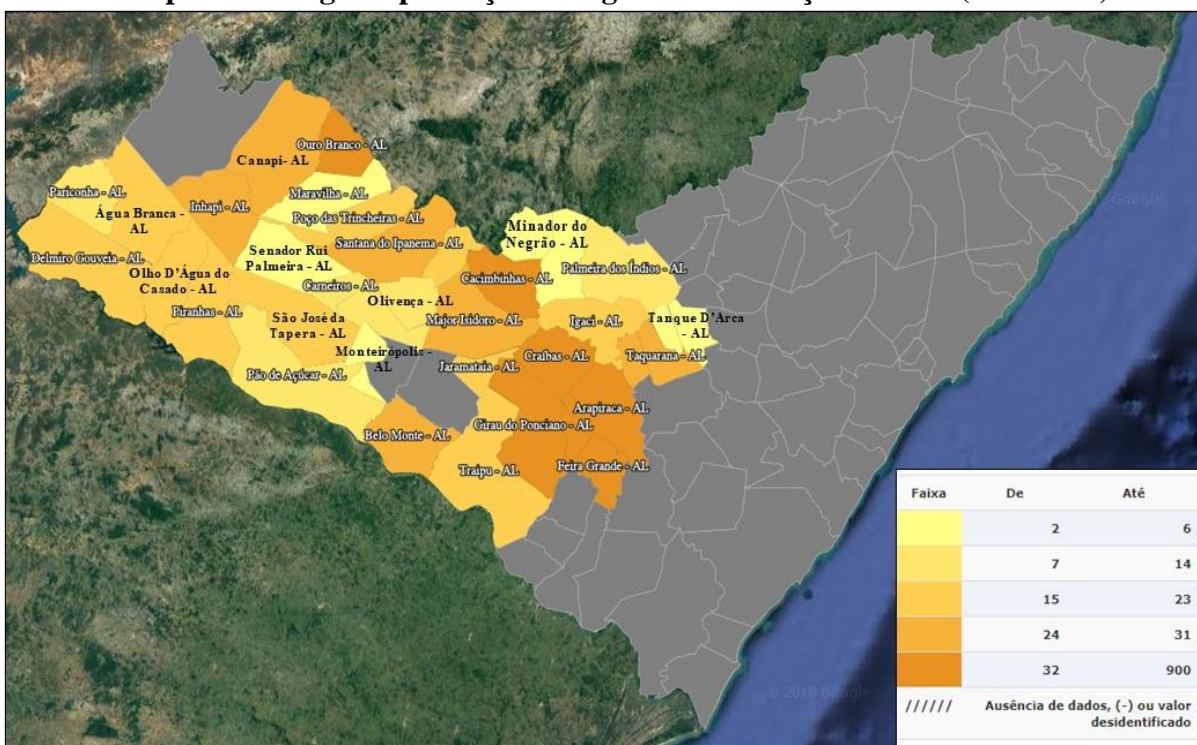
Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 1975.

Mapa 11 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 1985 (toneladas)



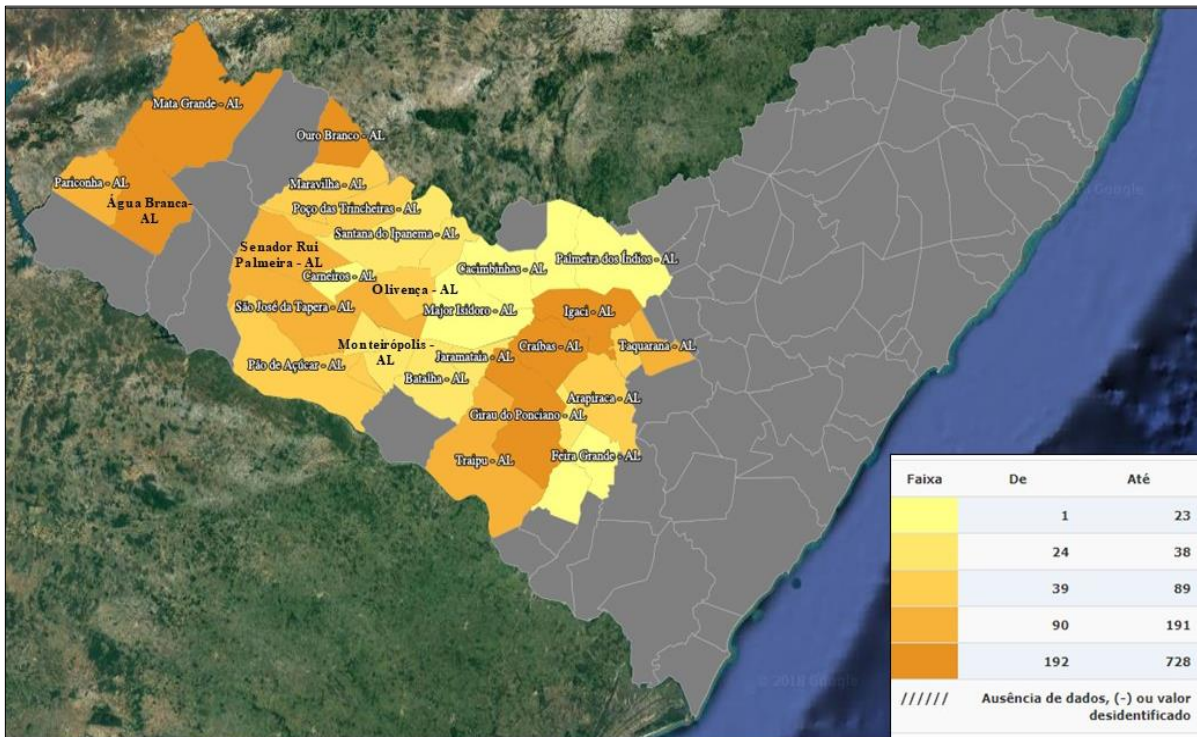
Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 1985.

Mapa 12 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 1995 (toneladas)



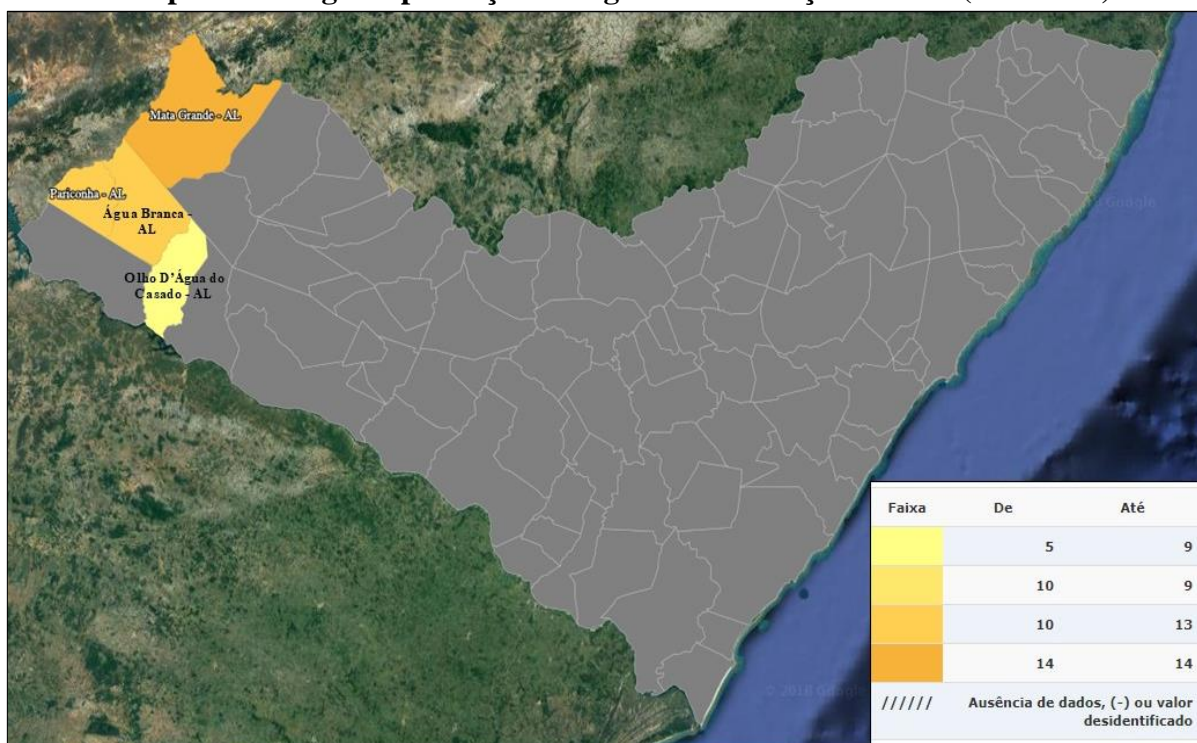
Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 1995.

Mapa 13 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 2005 (toneladas)



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 2005.

Mapa 14 – Alagoas: produção de algodão em caroço em 2015 (toneladas)



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 2015.

Tabela 26 – Produção de algodão em pluma dos estados nordestinos 1980-2010 (toneladas)

Ranking	1980		1990		2000		2010	
	Estados	Ton.	Estados	Ton.	Estados	Ton.	Estados	Ton.
1º	Ceará	55.000	Bahia	43.100	Bahia	45.600	Bahia	406.800
2º	Paraíba	26.500	Ceará	19.600	Ceará	26.700	Maranhão	16.800
3º	Bahia	14.300	Piauí	4.800	Paraíba	9.900	Piauí	8.000
4º	Pernambuco	14.000	Paraíba	4.500	R. G. do Norte	5.000	Ceará	700
5º	R. G. do Norte	12.500	R. G. do Norte	3.100	Piauí	2.200	R. G. do Norte	500
6º	Piauí	6.000	Pernambuco	1.600	Pernambuco	1.600	Pernambuco	500
7º	Alagoas	4.000	Alagoas	1.100	Alagoas	1.500	Alagoas	200
8º	Maranhão	3.000	Sergipe	1.000	Sergipe	100	Paraíba	-
9º	Sergipe	700	Maranhão	200	Maranhão	-	Sergipe	-

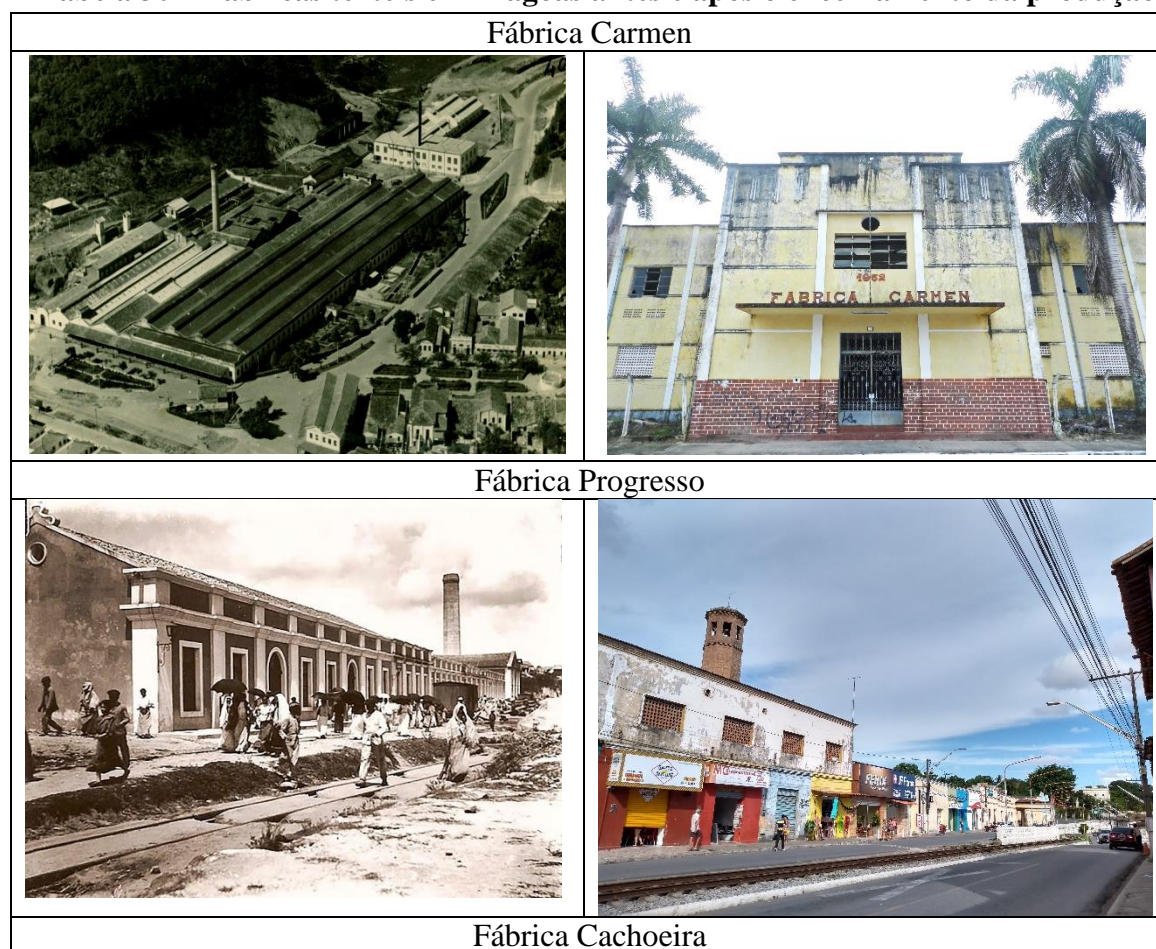
Fonte: Conab, 2018.

Tabela 27 – Produtividade do algodão em pluma dos estados nordestinos 1980-2010 (toneladas)

Ranking	1980		1990		2000		2010	
	Estados	Ton.	Estados	Ton.	Estados	Ton.	Estados	Ton.
1º	Bahia	188	Bahia	217	Bahia	788	Bahia	1.560
2º	Maranhão	58	Sergipe	84	Paraíba	409	Maranhão	1.486
3º	Pernambuco	52	Alagoas	70	Ceará	245	Piauí	1.363
4º	Alagoas	49	Ceará	68	R. G. do Norte	211	Ceará	263
5º	Sergipe	47	Maranhão	67	Alagoas	205	Pernambuco	210
6º	Paraíba	42	Paraíba	56	Piauí	159	R. G. do Norte	175
7º	Ceará	40	Pernambuco	46	Pernambuco	136	Alagoas	105
8º	Piauí	36	Piauí	31	Sergipe	77	Paraíba	64
9º	R. G. do Norte	20	R. G. do Norte	30	Maranhão	-	Sergipe	-

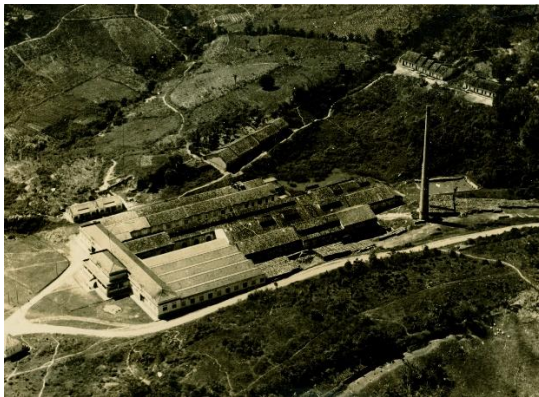
Fonte: Conab, 2018.

Tabela 30 – Fábricas têxteis em Alagoas antes e após o encerramento da produção





Fábrica Pilarense



Não disponível

Fábrica Penedense

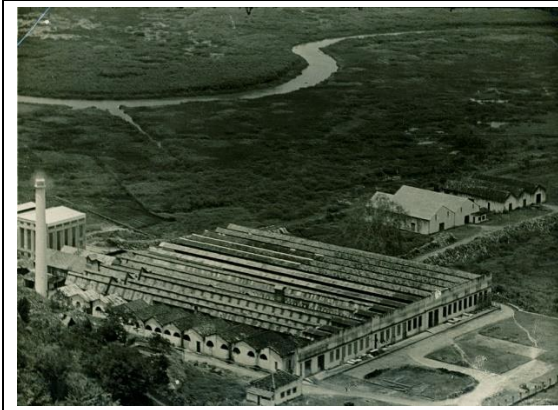


Não disponível

Fábrica Alexandria



Cia. Fiação e Tecidos São Miguel



Não disponível

Fábrica da Pedra



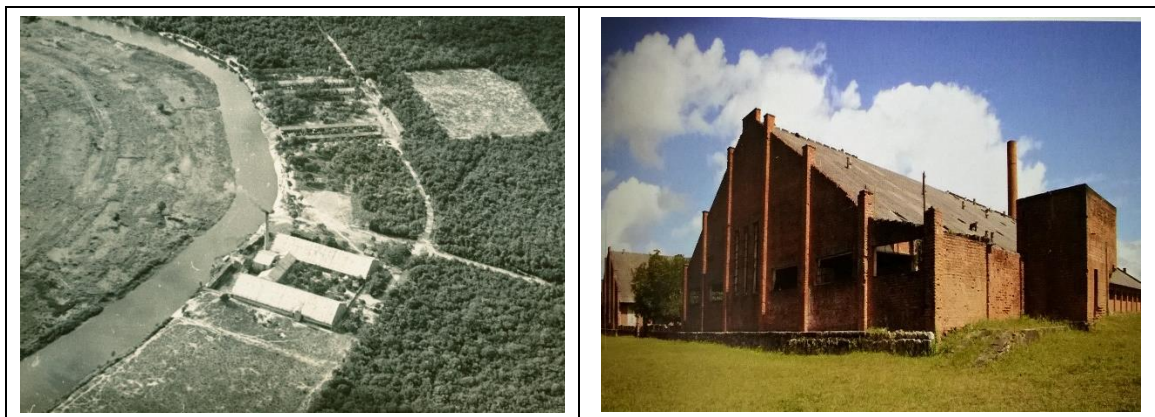
Fábrica Vera Cruz



Fábrica Norte de Alagoas



Fábrica Marituba



Fonte: IBGE-Cidades; Lessa e Tenório, 2013; Acervo do APA; Fotos do autor.